



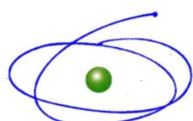
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

**A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO
TEÓRICO E INSTITUCIONAL A PARTIR DOS CONTEXTOS ESPANHOL,
CANADENSE E BRASILEIRO**



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo



CAPES

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Marília
2014

THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS

**A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO
TEÓRICO E INSTITUCIONAL A PARTIR DOS CONTEXTOS ESPANHOL,
CANADENSE E BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Unesp, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

Orientador: João Batista Ernesto de Moraes

Coorientador: Thomas Nesmith (University of Manitoba)

**Marília
2014**

B277r Barros, Thiago Henrique Bragato
A representação da informação Arquivística: Uma Análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos Espanhol, Canadense e Brasileiro /Thiago Henrique Bragato Barros.
-- Marília, 2014.
222 f. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.

Orientador: Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes

Coorientador: Prof. Dr. Tom Nesmith

Bibliografia: f. 202 - 222

1. Análise do Discurso. 2. Arquivística. 3. História Arquivística. 4. Representação. 5. Discurso Data. I. Título

CDD:025.171

CDU:025.171:17.022

THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS

**A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO
TEÓRICO E INSTITUCIONAL A PARTIR DOS CONTEXTOS ESPANHOL, CA-
NADENSE E BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ci-
ências da Universidade Estadual Paulista - Unesp, como
requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência
da Informação

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes
Orientador
Universidade Estadual Paulista - Unesp

Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa Sousa
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dr. Rodrigo de Sales
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães
Universidade Estadual Paulista - Unesp

Dra. Natália Bolfarini Tognoli
Universidade Estadual Paulista - Unesp

**Marília
2014**

Aos meus pais, aos alunos e profissionais de arquivo, que este texto seja uma luz na popa aos estudos arquivísticos

Agradecimentos\ Acknowledgment

É sempre difícil começar esta seção do texto. Quando escrita, geralmente significa que o trabalho acabou. Claro que podemos retornar ao texto original, fazer versões adaptar, reescrever, transformá-lo em livro. Enfim, como a própria análise do discurso nos diz, um texto nunca é finito ou fechado em si mesmo. Existem sempre vozes, sempre parte-se daquilo que se pode dizer e o texto constrói-se sempre em uma esfera institucional. Quer dizer, uma tese, é uma tese porque alguém disse que ela é. Um livro é um livro porque existe um aparato institucionalizado que o valida e legitima. Qual a diferença básica de um texto científico e um livro de autoajuda? As instâncias que legitimam essas produções textuais são diferentes, a construção da linguagem, os argumentos e as relações estabelecidas pelas pessoas em relação a uma tese e um livro de autoajuda diferem-se.

Por exemplo, esta tese já nas folhas iniciais segue padrões rígidos de ordem do texto, autoria, título, cidade, ano, universidade, instituições que financiaram a pesquisa, ou seja, todo esse aparelho institucional legitima o texto que irá ser construído.

Assim, o próprio agradecimento cumpre uma determinada função. Apesar de ser de praxe, queria dizer, que para mim não é.

O caminho trilhado até aqui não foi dos mais fáceis ou bonitos, mas valeu a pena.

Há 10 anos, quando esta trajetória, se iniciou, eu tinha certeza que não estaria aqui. Quando entrei no curso de Arquivologia tinha certeza que não ia terminar. Quanto terminei, tinha certeza que iria trabalhar um pouco com aquilo e fazer outra coisa. Quando entrei na pós-graduação não sabia se ali era meu lugar. Quando entrei no doutorado não sabia se era capaz.

A única certeza que existia é que eu queria ser professor e que de algum modo profundamente mórbido escrever e being puzzled por alguns conceitos era divertido.

Me descobri apaixonado pela linguística e fiquei mais surpreso ainda quando me descobri apaixonado pela Arquivística. Não porque eu diminuía a importância dessas áreas, mas simplesmente pelo fato que tudo parecia conveniente demais.

Em análise, descobri que minha vida toda procurei a identidade e a memória. Ambas viraram minha profissão, meio sem perceber... sem caber no próprio corpo descobri algo que posso fazer o resto da minha vida.

Este caminho foi trilhado junto com muitas pessoas bonitas e gentis. Agradeço a papai mamãe, tia madrinha e tia gui que sempre estiveram cada um do seu modo, do meu lado.

Agradeço também ao professor João Batista. Não sei nem como agradecer na verdade. A amizade, carinho, apoio, conselho... a lista é gigante e o amor também espero que possamos, continuar essa parceria para sempre.

Also, I have to thanks Professor Tom Nesmith that help me a lot not only to dissertation-related stuff, but also in life. You are an amazing person that I can call friend. You made me fall for the archives even more. We need more archival professionals just like you.

Not forgetting, all the professors and colleagues from the Archival Studies Program. Greg, E-A and all you guys.

Os professores José Augusto Chaves Guimarães, Renato Tarciso Barbosa Sousa, pelas considerações quando do exame de qualificação e aos comentários e sugestões quando da defesa.

A Natália Tognoli, que nos últimos 10 anos esteve presente em todos os momentos importantes, difíceis, felizes e que compartilhou as discussões, desesperos, angústias... você é a irmã que a vida me deu e pelo prazer de tê-la na banca defesa.

A Suellen Milani, por todo apoio e discussões durante os quatro anos de doutorado e pela amizade e carinho que só tendem a crescer nos anos porvir.

A Marcel Vinhas Bertolini, provavelmente a pessoa mais verdadeira e íntegra que eu conheci até hoje. Sempre esteve presente em todos os momentos difíceis dos últimos anos. Matemático gênio do coração gigante, o irmão que a vida me deu.

A Flávio Fraschetti, que deste dos 17 anos me acompanha nas jornadas da vida intelectual, na troca de ideias, angústias...nos conhecemos adolescentes, nos reencontramos adultos e a fraternidade continua

A Rodrigo de Sales, que mesmo chamado na ultima hora contribuiu de maneira significativa para a versão final deste trabalho e pela amizade dos últimos anos.

A Larissa por ter acompanhando o final desta jornada de perto, pelo carinho, paciência e companhia.

Aos amigos que não são tantos, mas enfileirados em um parágrafo, parecem ser muito mais do que eu imaginava... Em especial Sarah, Renato, Rafael, Tiago, Gustavo, Hércules, Jeferson, Everton, Talita, Rodrigo mais outros tantos que me suportaram e também ao querido amigo Zé Neto pela revisão cuidadosa do texto.

Agradeço à FAPESP pela bolsa concedida e à CAPES por ter possibilitado o estágio sanduiche, no lugar que hoje também chamo de casa. Winterpeg.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A Representação Arquivística**: uma análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos espanhol, canadense e brasileiro. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2014.

RESUMO

Considera-se a Análise do Discurso uma disciplina que apresenta princípios teórico-metodológicos capazes de contribuir para a compreensão e delimitação de campos científicos e sociais, pois é por meio do jogo de enunciados, permeado por posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico-social, que o texto (oral e escrito) é produzido, ou seja, a Arquivística relaciona-se com formações discursivas e formações ideológicas e estão relacionadas ao seu processo de construção histórica. Assim, propõe-se a apresentação de elementos histórico-conceituais que ressaltem as diferenças e semelhanças entre a esfera teórica e a esfera institucional na Arquivística. O problema configura-se em buscar sistematizar e identificar o discurso institucional e a teoria Arquivística, construindo um paralelo histórico entre o percurso da área em tradições cruciais para a prática e a teoria Arquivística na atualidade. A hipótese é de que existem diferenças teórico-discursivas entre a Arquivística desenvolvida teoricamente e aquela institucionalizada nos arquivos. Neste sentido, a partir das constatações apresentadas em pesquisas anteriores, busca-se caracterizar como o discurso arquivístico constrói-se e comporta-se nas esferas teórica e institucional na contemporaneidade. Por meio da análise das práticas teóricas e profissionais a respeito da representação Arquivística na atualidade pelos autores de três correntes selecionadas (brasileira, canadense e espanhola) e como os mesmos são trabalhados nas instituições Arquivísticas federais destes países. Deste modo, objetiva-se por meio do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso compreender como se comportam, se constroem e se desenvolvem esses conceitos na Arquivística, visando a uma possível sistematização conceitual e discursiva da disciplina. Esta análise ocorreu em primeira instância a partir de uma análise teórico-histórica das tradições e em segunda instância atores específicos e fundamentais, no caso teórico e das instituições Arquivísticas que centralizam e demarcam o campo de atuação dos arquivistas no caso, os Arquivos Nacionais ou gerais. Chegou-se a delimitação de possíveis formações discursivas na Arquivística uma relacionada ao “tradicionalismo” e outra ao “reformismo”. Conclui-se que a Arquivística possui formações discursivas complexas construídas ao longo de sua trajetória institucional e teórica.

Palavras-Chave: Análise do discurso; Arquivística; Representação Arquivística; Descrição; Classificação;

ABSTRACT

The Discourse Analysis is a discipline that has theoretical and methodological characteristics that may contribute to the growth of Archival Science theory, because, is through the statements game permeate by ideological positions placed on the social-historical process, the text (oral and written) is produced, ie, the Archival Science related to discursive and ideological formations that are often suppressed in their discursive instances. The problem sets in a systematic search and identify the differences and similarities between archival institutional practice and theory on the present time. In this sense, we seek to characterize as the archival discourse is constructed and behaves in academic and institutional professional spheres in contemporary society. By analyzing the concepts Archival Representation and description today by three streams that were selected (Brazilian, Canadian and Spanish) at the level of his theory, at the academic level and how they are worked in archival institutions these countries. Thus, we objectives through the theoretical and methodological framework of discourse analysis to understand how they behave and build and how these notions are used in theory and practice of the Archival Science seeking a conceptual and discursive construction for the discipline. This analysis takes place from the leading theorists of these currents and archival institutions most important of these countries in the case, the National Archives. We find some possible discursive formations in Archival Science one related to "traditionalism" and another related to "reformism" was found. We conclude that the Archival Science has a complex possess of discursive formations built over its institutional and theoretical history

Key-words: Discourse Analysis; Archival Science; Archival Representation; Description; Classification/Arrangement;

Resumen

El análisis del discurso es una disciplina que ofrece los principios teóricos y metodológicos de líneas de cobertura que contribuyen a la comprensión y delimitación de campos científicos y sociales, ya que es a través del conjunto de juegos, permeada por posiciones ideológicas puestas en juego en el proceso histórico social, se produce el texto (oral y escrita), es decir, la Archivística posee formaciones discursivas y formaciones ideológicas y están relacionados con su proceso de construcción histórica. El problema se pone en tratar de sistematizar e identificar las diferencias y similitudes entre el discurso institucional y la teoría Archivística en la actualidad, la construcción de un paralelismo histórico entre las tradiciones fundamentales para la práctica y la teoría archivística hoy. La hipótesis es que existen diferencias discursivo teóricas entre la Archivística teóricamente desarrollado e institucionalizado en ese archivo. En este sentido, a partir de los resultados presentados en las investigaciones anteriores, se caracteriza buscar como el discurso de archivos se construye y se comporta en esferas Académicas y institucionales en la época contemporánea. A través del análisis de la teoría y práctica institucionalizada a respecto de la representación de archivo hoy por tres tradiciones seleccionados (Brasil, Canadá y español) y la forma en que se manejan en las instituciones de archivos federales de estos países. Así, el objetivo es a través del marco teórico y metodológico del análisis del discurso comprender cómo se comportan, cómo construir y cómo desarrollar estos conceptos en Archivística, con el objetivo de una posible construcción sistemática de la teoría Archivística. Este análisis pasa de la reflexión y el análisis de estas corrientes a través de su literatura y de las instituciones de archivo que se centralizan y delimitar el campo en estos países o sea, los Archivos Nacionales.

Palabras-clave: Análisis del Discurso; Archivística; Representación Archivística; Descripción; Clasificación

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro comparativo entre a AD D Francesa e a AD Anglo-saxã.....p.61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Formações Discursivas em Arquivística.....	p.172
Gráfico 2: Relações de Arquivo da Arquivística moderna.....	p.174
Gráfico 3: Relações de Arquivo da Arquivística pós-moderna\funcional.....	p.174

LISTA DE ABREVIATURAS

AAQ – Association des Archivistes du Québec

ACA – Association of Canadian Archivists

AD – Análise do Discurso

ADF – Análise do Discurso Francesa

ADA – Análise do Discurso Anglo-Saxã

ANABAD – Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas

APPM - Archives, Personal Papers, and Manuscripts

BASCS - Business Activity Structure Classification System

BCA- Bureau of Canadian Archivists

CHA- Canadian Historian Association

FD – Formação Discursiva

FI – Formação Ideológica

ISAD(G) – General International Standard Archival Description

ICA – International Council on Archives

ISAAR(CPF) – International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families,

ISDF - International Standard for Describing Functions

ISDIAH - International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings

MAD2- Manual for Archival Description 2 edition

NEDA - Norma Española de Descripción Archivística

NARA -National Archives e Records Administration

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

RAD – Rules for Archival Description

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	p. 16
1.1. Escopo da tese e contextualização.....	p.22
1.2. Problema.....	p.23
1.3. Proposição.....	p.23
1.4. Hipótese.....	p.25
1.5. Objetivos.....	p.26
1.6. Justificativa.....	p.27
1.7. Procedimentos Metodológicos.....	p.28
1.8. Estrutura dos Capítulos.....	p.29
2. POR UMA TEORIA DO DISCURSO: RECONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-CONCEITUAIS.....	p.31
2.1. A ciência piloto do estruturalismo: aspectos anteriores à análise do discurso..	p.32
2.2. Antes do discurso a ideologia: o prelúdio para uma análise do discurso.....	p.40
2.3. A fundação da análise do discurso: Michel Pêcheux e Jean Dubois.....	p.46
2.4. As três épocas da análise do discurso	p.49
2.4.1. A primeira época: 1968-1975.....	p.50
2.4.2. A segunda época: a aproximação com Foucault 1975-1980.....	p.53
2.4.3. A terceira época: Michael Bakhtin e uma (possível) semiologia.....	p.57
2.5. Análise do discurso francesa e a normalização disciplinar.....	p.58
2.6. A (escola) análise do discurso no brasil.....	p.62
3. POR UMA METODOLOGIA DO DISCURSO: NOÇÕES E MÉTODOS PARA UMA ANÁLISE DISCURSIVA.....	p.65
3.1. Os elementos da teoria discursiva: a noção de discurso e enunciado.....	p.66
3.2. Os elementos da teoria discursiva: a formação discursiva e a formação ideológica.....	p.69
3.3. Em busca do método: a interdiscursividade.....	p.77
3.4. Uma questão do método de análise: procedimentos metodológicos.....	p.79
4. ARQUIVÍSTICA ESPANHOLA: ELEMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS	p.83
4.1. Fundamentos históricos da Arquivística espanhola.....	p.87

4.2. Aspectos conceituais da Arquivística espanhola.....	p.99
4.2.1. A classificação de Arquivos na Espanha.....	p.100
4.2.2. A descrição de arquivos na Espanha: dos catálogos à descrição normalizada	p.102
5. A ARQUIVÍSTICA CANADENSE: ELEMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS.....	p.106
5.1. Fundamentos históricos da Arquivística canadense.....	p.109
5.2. Fundamentos conceituais da Arquivística canadense.....	p.132
5.2.1. A classificação funcional na realidade canadense.....	p.137
.	
5.2.2. Descrição no Canadá: Rules for Archival Description e Series System	p.142
6. A ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA: ELEMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS	p.147
6.1. Fundamentos históricos da Arquivística brasileira.....	p.147
6.2. A Arquivística no Brasil: aspectos conceituais.....	p.156
6.2.1. Classificação Arquivística: reflexos na realidade brasileira.....	p.159
6.2.2. Descrição Arquivística: teoria e normalização no Brasil.....	p.163
7. UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO: A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO CANADÁ, ESPANHA E BRASIL.....	p.169
7.1. Representação Arquivística: formações teóricas.....	p.175
7.2. Representação Arquivística: formações institucionais.....	p.192
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.198
REFERÊNCIAS.....	p.202

INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que a Arquivística ou Arquivologia é uma área de construção teórica recente, uma vez que os princípios fundamentais surgem ao longo do século XIX, na França, na Prússia e nos Países Baixos (FOSCARINI, 2009). O ponto alto do período será a publicação, no fim do século, do manual conhecido no Brasil como *Manual dos Arquivistas Holandeses* (1898). Este livro, construído com princípios e regras de como organizar um arquivo servirá por anos como uma das bases para a organização de arquivos nos moldes modernos defendidos pela História positivista.

Nessa obra já existiam tentativas de normalizar a terminologia Arquivística, com o intuito de dar clareza aos instrumentos. Para os autores, os arquivistas deveriam utilizar a mesma terminologia para os vários tipos de inventários (MULLER, FEITH e FRUIN, 1973).

O problema de definição terminológica irá perpetuar-se ao longo do percurso da disciplina, passando pela obra de Jenkinson, Casanova, Schellenberg, até a década de 1990, na qual as associações e sociedades e o próprio conselho internacional de arquivos irão buscar estabelecer parâmetros terminológicos, como, por exemplo, o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1996) da associação de arquivistas de São Paulo, ou mesmo, a *Glossary of archival and records terminology* (2014), da sociedade americana de arquivistas, ou ainda o mais recentemente *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), do Arquivo Nacional.

Portanto, existe, nesse campo, uma necessidade fundamental de os arquivistas se reconhecerem como profissionais. Um grande passo, nesse sentido é a normalização terminológica (DRYDEN, 2005).

Neste sentido, o próprio nome da disciplina ou a separação entre o ensino, a teoria e a técnica, causou/causa certa confusão. Em inglês, por exemplo, emprega-se *Archival Science* para a disciplina e *Archival Studies* para o curso universitário. Parece um modo interessante de separá-las, no sentido de que um define a teoria; o outro, o estudo desta teoria.

No Brasil, os dicionários técnicos dizem que Arquivística ou Arquivologia são sinônimos, podendo-se utilizar ambas as definições para significar a mesma coisa. Por uma questão de coerência – uma vez que os termos mais utilizados nas línguas latinas são *Archivistica* (em espanhol), *Archivistique* (em francês) e *Archivistica* (em italiano) –, optou-se neste trabalho por utilizar *Arquivística* para designar a disciplina e o conjunto de teorias e Arquivologia quando se indica o curso universitário.

Outra ponderação terminológica a ser feita reside nas funções de Descrição e Classificação como parte de um processo de Representação Arquivística no sentido de que o termo Representação amplia a gama de compreensão destes processos, na medida em que o termo:

é usado para referenciar ambos o processo ou atividade de representar e para os objetos produzidos por essa atividade[...] O processo de representação busca estabelecer uma correspondência sistemática entre o domínio alvo e o domínio modelado para captura ou reapresentar, por meio do domínio de modelação, o objeto, dado ou informação do domínio alvo. (JACOB, 1998, p.146 apud YAKEL, 2003, tradução nossa)

Assim, Yakel estabelece a representação Arquivística como:

[...]representação refere-se aos dois processos de arranjo (respeitando ou desrespeitando a ordem) e descrição, assim como a criação de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos) e sistemas (fichas catalográficas, bases de dados bibliográficas e bases de dados Arquivísticas) resultado destas atividades. É clara como a criação de substitutos se relaciona com a representação (YAKEL, 2003, p.2, tradução nossa)

Nesse sentido, vai-se ao encontro da definição de Yakel, percebendo o processo de Representação Arquivística (a Descrição\Classificação) a partir desse empréstimo da área da Ciência da Informação, que amplia e dá nova sustentação a essas atividades nucleares da Arquivística.

A fim de tipificar a análise feita da Arquivística enquanto uma disciplina e uma instância discursiva, sentiu-se a necessidade de definição de teoria e prática, na medida em que se está lidando com ambas as esferas, neste sentido, pode-se definir teoria como:

[...] 1. Na acepção clássica da filosofia grega, conhecimento especulativo, abstrato, puro, que se afasta do mundo da experiência concreta, sensível. Saber puro, sem preocupação prática. 2. Modelo explicativo de um fenômeno ou conjunto de fenômenos que pretende estabelecer a verdade sobre esses fenômenos, determinar sua natureza. Conjunto de hipóteses sistematicamente organizadas que pretende, através de sua verificação, confirmação ou correção, explicar uma realidade determinada. [...] (JAPIASSÚ & MARCONDES 2008 p.184)

Baseando-se nesta definição, pode-se afirmar que se entende por teoria dos arquivos o conjunto de conhecimentos e princípios que busca, afastado dos arquivos em si, explicá-los e conceituar a respeito deles, buscando explicar sua realidade a fim de auxiliar na preservação e acesso aos documentos.

Neste sentido, as teorias desenvolvidas pela Arquivística formam um conjunto pouco coeso de técnicas que visam aos tratamentos dos arquivos, ou seja, uma teoria que possui um reflexo em uma prática profissional.

Sobre prática, pode-se conceituá-la como algo:

[...]1. Que diz respeito à ação. Ação que o homem exerce sobre as coisas, aplicação de um conhecimento em uma ação concreta, efetiva ex. “saber prático” Conhecimento empírico, saber fazer algo. 2. Razão prática. Segundo Kant, respondemos à questão teoria “o que podemos saber?” pelo exame das condições a priori do conhecimento, enquanto que respondemos à questão prática, “o que devemos fazer?”, pelo estabelecimento das leis da ação moral. “Tudo na natureza age de acordo com as leis. Há apenas um ser racional que tem a faculdade de agir a partir da representação das leis, isto é, a partir dos princípios, em outras palavras, que tem vontade. Uma vez que para derivar as ações das leis a razão é necessária, a vontade não é senão a razão prática”[Kant, *Metafísica dos costumes*] (JAPIASSÚ & MARCONDES, 2008 p.156)

Prática, nesse sentido, seria, então, a aplicação do conhecimento por parte da Arquivística em uma realidade específica, um “saber prático” da Arquivística, ou seja, a prática nos arquivos será sempre um espelho. Um espelho é reflexo do real, mas não é o real, e é neste sentido, que percebemos a aplicação da teoria dos arquivos nos arquivos em si.

A disciplina passou por mudanças profundas a partir da década de 1980, seja no campo prático, seja no teórico. No âmbito teórico, essas modificações se devem às publicações de uma série de autores das correntes anglo-saxônicas, predominantemente do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, que, nos últimos trinta anos, buscaram esquematizar uma prática técnico-científica diferente daquela tradicionalmente desenvolvida na Europa, por exemplo. Assim, aproximam a Arquivística dos métodos de compreensão e estudo próprios das ciências humanas, através de autores como Terry Cook, Hugh Taylor, Brien Brothman e Tom Nesmith, refletindo sobre aspectos até então pouco explorados no universo teórico da disciplina.

Podem-se citar, também, autores que buscaram dar sustentação às atividades Arquivísticas, a partir de uma perspectiva epistemológica, como David Bermman, Chris Hurley e Verne Harris, que podem ser destacados como figuras importantes desta iniciativa.

Destacam-se também, os esforços de redefinição e rearranjo baseando-se nos preceitos tradicionais da área, como, por exemplo, autores que buscam circunscrever o campo de atuação da disciplina: Carol Couture, Jean-Yves Rousseau, dentre outros.

A ampliação e a revisão teórica dos últimos trinta anos sinalizam para uma profunda mudança no universo de atuação do arquivista, à medida que as instituições modificaram como produzem e organizam seus documentos em um universo administrativo de uso massivo e irreversível de tecnologias multimídia, que se apresentam como o maior desafio para os arquivistas e a Arquivística do presente e do futuro. Portanto, a disciplina tem buscado respostas para resolver os problemas do presente nos sistemas de gestão de documentos, pensando na-

queles que devem ser preservados para o futuro.

É necessário destacar que a construção e o percurso da Arquivística estiveram, desde seu início, inegavelmente e em maior ou menor grau, atrelados à construção da historiografia, à medida que os documentos custodiados pelas instituições Arquivísticas como um todo serviram – e ainda servem – como uma das fontes para a construção do passado no presente. Além disso, o *como* os historiadores escreveram e escrevem História refletiu na organização dos arquivos e, portanto, na construção de sua teoria, especialmente durante o século XIX e início do século XX.

Esta acepção baseia-se no estudo do desenvolvimento da Arquivística dos países aqui estudados, a saber: Espanha e Canadá. No caso brasileiro, e de alguns outros países da América do sul, os diálogos sobre o crescimento da área ocorrerão correlacionados com a História ou a Biblioteconomia (Ciência da Informação), devido ao desenvolvimento tardio em comparação aos países de América do Norte e Europa.

Galloway (2006) esclarece que o mesmo acontece com o arquivista, à medida que ele avalia e seleciona o que poderá ser lembrado e usado para a escrita da História ou qualquer outra área da ciência ou relações sociais. Porém, durante seu desenvolvimento, a Arquivística e a História são duas atividades prático-científicas que sempre estiveram atreladas e estabelecem uma relação impactante entre si.

A Arquivística, no entanto, tem buscado redefinir sua relação com a História, já que o uso dos documentos de arquivo nos últimos cinquenta anos foi se modificando. As abordagens e sua organização estiveram atreladas a estas mudanças, uma vez que o historiador não é o único usuário dos arquivos; há uma gama muito maior e mais complexa de instituições e pessoas que legitimam a constituição dos arquivos.

Apesar disso, a Arquivística não abandonará sua filiação à História, pois o discurso arquivístico está calcado numa relação secular entre a sua prática e a historiografia. É claro que, a partir da década de 1950, a disciplina estabelecerá relações com outras áreas e ampliará seu campo de atuação e seu quadro teórico-metodológico. Contudo, enquanto espaço de construção teórica, a Historiografia permanece como uma base fundamental. Prova disso, é o próprio desenvolvimento da Arquivística pós-moderna de Nesmith e Cook.

Assim, os autores destacados buscam fundamentalmente uma ressignificação do princípio da proveniência como um princípio intelectual e com múltiplos significados na dinâmica institucional, tendo como pano de fundo o pós-modernismo, para a desconstrução das relações práticas e teóricas tradicionais da área, por exemplo, em relação às artes plásticas.

Quando Cook e Nesmith tomam a jornada pós-modernista como base para a compreensão da Arquivística, pretendem dizer que a *instituição* arquivo será responsável pela definição do que deve ser ou não lembrado, avaliado e acessado no que diz respeito aos documentos jurídico-administrativos, moldando, representando, simbolizando a relação entre estes documentos e a sociedade. Seu objetivo final é a desconstrução dos preceitos e sentidos clássicos presentes na teoria Arquivística, buscando uma ampliação das responsabilidades dos arquivistas.

Tendo em vista que o sentido e o significado dos documentos é mutável, estes irão adquirir novos valores no tempo. Um documento do banco de investimento Lehman Brother, por exemplo, foi atirado do edifício *World Trade Center* durante os atentados de 11 de setembro e recuperados por um pedestre que assistia ao ocorrido, este documento irá, para esta pessoa, adquirir um sentido completamente diferente daquele pelo qual ele foi produzido. Portanto, o sentido e os significados dos documentos modificam-se, em suas metanarrativas, como conceitua Cook (2001).

Do mesmo modo, os motivos para produção destes não são estáticos e neutros, e este é um dos fundamentos básicos desta nova perspectiva, o que alguns autores chamam de "redescoberta da proveniência" (MILLAR, 2002; YEO, 2012 NESMITH, 2004).

É possível ainda, especialmente na tradição australiana e franco-canadense, ver-se uma ampliação na compreensão do papel do arquivista, visto que o universo organizacional das instituições desses locais é diferente. Nota-se, por parte dos arquivistas, uma busca constante por mudanças de posturas frente a suas técnicas e práticas, bem como por alterações no papel das instituições privadas e públicas coletoras de arquivos.

Outro ponto fundamental desta reconfiguração e redefinição é o aparecimento, desde a década de 1980, de estudos relacionados à ética em relação a diversos níveis da profissão e à atividade Arquivística. Uma vez que, o posicionamento teórico é revisto, o arquivista precisa rever seu posicionamento e suas responsabilidades. Nesse sentido, destacam-se autores como Richard J. Cox, Verne Harris e David Horn.

No Brasil, a área também tem passado por uma ampliação de sua institucionalização profissional e científica, acompanhando, de certo modo, o desenvolvimento global. Prova disso são o aumento no número de cursos de graduação em Arquivologia por todo o país e a ampliação da atuação dos arquivistas nos cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação, História, Comunicação e áreas afins, nos níveis de mestrado e doutorado, já que a área busca discutir e estabelecer-se como uma disciplina científica no país, iniciando, assim, um longo processo de sedimentação.

A ampliação institucional tem algum reflexo no âmbito teórico, mas ocorre de maneira mais profunda no universo da atuação, uma vez que a área tem crescido exponencialmente no número de profissionais. Percebe-se, ainda, um acréscimo na produção de artigos científicos, dissertações e teses relacionadas à Arquivística. Nota-se, também, uma participação mais ativa de arquivistas em eventos das áreas tradicionalmente correlacionadas à Arquivística, a saber: História, Ciência da Informação e Administração.

Uma busca sobre o assunto no banco de teses e dissertações da Capes (2013) revela 219 teses ou dissertações defendidas no país desde 1987, o que sinaliza uma ampliação de tópicos voltados às práticas e teorias Arquivísticas.

Constata-se, também, o início de uma internacionalização dos eventos profissionais da área que ocorrem no país, pois a disciplina busca por respostas e exemplos internacionais aplicáveis à realidade brasileira.

Apesar desse novo panorama, a Arquivística no Brasil passa por um processo de sedimentação no que diz respeito a questões teóricas e profissionais, principalmente por sua recente institucionalização universitária e ao instrumental teórico atualmente desenvolvido no país.

A redefinição e reconfiguração teórico-prática da Arquivística não ocorrem somente em países anglo-saxões, mas também em lugares como Espanha e França, onde se encontram nomes importantes, como Alberto Tamayo, José Ramón Cruz Mundet, M. Paz Martín-Pozuelo Campillos, Ramon Alberch Fugueras, Michel Duchein, Bruno Delmas etc.; os quais, chamados por alguns autores como neo-jenkinsonianos¹, são responsáveis, entre outras coisas, por uma revisão e sedimentação do pensamento tradicional da área, buscando em seu núcleo tradicional as respostas para os problemas arquivísticos contemporâneos.

Percebe-se, no decorrer do levantamento dos marcos históricos ora apresentados, que a Arquivística carece de estudos voltados para uma relação epistêmica de seus métodos e teorias, uma vez que existem problemas de ordem terminológica e conceitual, os quais, muitas vezes, são percebidos, mas não discutidos no bojo da Arquivística tanto em sua vertente teórica, por meio dos artigos científicos, manuais e anais de eventos, quanto em sua vertente prática. É possível encontrar, nas próprias políticas de instituições Arquivísticas, uma necessidade de definição para essas questões de ordem terminológica e conceitual.

¹ Luciana Duranti, José Ramón Cruz Mundet, Carol Couture, dentre outros podem ser considerados dentro desta linha de pensamento.

Assim, este trabalho busca, aliando-se à Análise do Discurso francesa, especialmente as apropriações estabelecidas entre Michel Pêcheux e Michel Foucault, construir um estudo histórico-discursivo das teorias e práticas Arquivísticas, buscando em sua *episteme* as relações de poder/saber presentes.

1.1 Escopo da tese e contextualização

A própria dificuldade na definição e no estabelecimento de balizas do que se analisa – e de como se analisa – diz algo a respeito do status científico da Arquivística. Quando esta pesquisa se iniciou, em 2010, buscava-se estudar os conceitos de classificação e avaliação conjuntamente com aqueles oriundos da descrição. Seriam necessárias várias teses para cobrir tudo a que esse trabalho se propôs quando se redigiu o projeto.

Assim, com o passar dos anos e a elaboração deste texto, observou-se a necessidade de readequação e redefinição dos nortes dados à tese.

Em primeiro lugar, é necessário dizer que a Descrição e a Classificação, por suas características conceituais e práticas, são atividades cruciais na teoria e prática Arquivísticas, uma vez que, desde o uso da diplomática com base para a representação dos documentos, são as funções que respondem ao que leva à construção e constituição de arquivos em primeira instância.

A partir de uma abordagem crítica, este estudo apresentará uma discussão sobre a prática e teoria Arquivísticas, segundo um viés histórico-discursivo, em busca de elementos que possam contribuir para que se esclareçam alguns movimentos fundamentais que dão suporte à Arquivística.

Pretende-se, aqui, construir um panorama histórico da Arquivística, visando a esclarecer alguns dos fundamentos teórico-discursivos da área, ou seja, uma objetivo fundamentalmente epistemológico.

Dessa maneira, a discussão crítica proposta se dará no contexto da Arquivística na atualidade e responde a uma constatada carência de sistematizações conceituais, como já demonstrado pelos estudos de Hurley (1993, 1995), Cook (2001a e 2001b) e Fredriksson (2003).

1.2 Problema de pesquisa

Conforme o exposto, tem-se como problema de pesquisa o objetivo de compreender como a Arquivística é entendida pelos teóricos, em sua esfera histórico-conceitual e por instituições Arquivísticas, no que diz respeito aos conceitos nucleares relacionados à Representação da Arquivística em suas dimensões teóricas e práticas atuais. Visa-se, assim, a desvendar posições a respeito da teoria e do percurso teórico da Arquivística, contribuindo para a construção epistemológica da área.

1.3 Proposição

Parte-se de uma carência de reflexões críticas no tocante aos fundamentos básicos que regem a Arquivística na atualidade, para propor uma análise da Representação Arquivística, visando a estabelecer e ressaltar as relações entre o discurso institucional e o discurso acadêmico na Arquivística, uma vez que a Descrição\Classificação são funções cruciais e fundamentais no universo dos arquivos.

Para tanto, utilizou-se o percurso histórico-conceitual, o qual circunda a noção de *Representação Arquivística*, das respectivas práticas em três países, notadamente: Brasil, Canadá e Espanha. Observou-se como os mesmos são trabalhados nas instituições Arquivísticas desses países. No caso teórico, a análise dos conceitos ocorreu a partir do percurso histórico, baseando-se neste percurso, percebeu-se quais poderiam ser os autores representativos destas tradições. Foram eles aos pares:

- Canada: Terry Cook e Hugh Taylor (Arquivística pós-moderna\funcional)
- Espanha: Antonia Heredia Herrera e José Ramón Cruz Mundet (Arquivística moderna)
- Brasil: Heloísa Belloto e José Maria Jardim (Arquivística moderna X Arquivística para além da moderna)

Visando a oferecer elementos sobre a discursividade da disciplina no nível institucional, foram selecionados três arquivos pertencentes a Brasil, Canadá e Espanha, a saber: *Library and Archives Canada*, *Archivo Histórico Nacional – Espanha* e o *Arquivo Nacional - Brasil*. Ressalta-se que a coleta de dados ocorreu *in loco* e por meio digital, por meio do próprio website destas instituições e de contato por e-mail com alguns de seus diretores.

É importante destacar que as tradições canadense e espanhola foram escolhidas para serem investigadas, pois se partiu do pressuposto de que as mesmas influenciaram a formação

do pensamento arquivístico brasileiro. A corrente canadense, por exemplo, influenciou pesquisadores como Luis Carlos Lopes (UFF), enquanto a corrente espanhola forneceu subsídios para pesquisadores como Heloisa Liberalli Bellotto (USP).

Os arquivos escolhidos para o *corpus* de análise são instituições que produzem e estabelecem políticas relacionadas à Representação, as quais serão utilizadas por arquivos estaduais e provinciais ou, até mesmo, municipais. Por essa razão, ofereceriam estratos de análise significativos com o menor conjunto institucional possível.

No caso dos autores, a seleção ocorreu baseando-se no próprio percurso da Arquivística nos países, na medida em que, estes autores representam de algum modo enunciados fundamentais para o desenvolvimento da Arquivística nas tradições\perceptivas estudadas.

Uma vez definido o *corpus* de análise, isto é, as instituições que abrigam ou produzem os materiais analisados por esta pesquisa, destaca-se que os dados foram coletados por meio da revisão bibliográfica das obras eleitas como representativas no que concerne representação de arquivos.

Vale-se, aqui, como método da análise, dos próprios princípios de análise do discurso de matriz francesa, enquanto aporte metodológico.

A Arquivística, enquanto parte de formações discursivas, ou produto de formações, foi o terreno escolhido para proceder à análise a partir da apropriação da "análise arqueológica" enunciada por Foucault em *Arqueologia do saber*, construída e evidenciada ao longo de sua obra.

A análise arqueológica é uma apropriação feita pela Análise do Discurso, a partir de 1975, buscando ampliar seus preceitos de estudo e a compreensão de discurso e fixando-se em princípios menos fechados do que aqueles utilizados nos anos anteriores. Uma análise dessa perspectiva, a historicidade discursiva, ganha grande importância e o uso do conceito de formação discursiva amplia os horizontes de discussão, especialmente, quando se lida com discursos disciplinares.

Foucault demonstra que as "verdades" constituídas por meio do conhecimento científico dependem de noções, suposições ou conjunto de princípios baseados na época em que foram criados, ou seja, sob sua perspectiva, pode-se chegar a um entendimento renovado de um determinado princípio ou conceito contextualizado sob sua própria construção histórica e suas relações disciplinares e sociais.

Neste estudo, utilizam-se as perspectivas de Pêcheux e de Foucault pelas características das obras estudadas, que possuem uma formalização e um status institucional contundente; que permitem, por isso, uma busca pelos pontos de ruptura conceitual e ideológica.

Portanto, é necessário tipificar os autores, a abordagem e os conceitos, já que se pode chegar a diferentes análises e discursos. Neste caso, a tônica deste trabalho se dará pela tendência francesa de análise do discurso, enfocando mais as noções postuladas por Pêcheux e Foucault e seus contemporâneos, pois se entende que esta tendência francesa oferece mais subsídios teóricos para a compreensão do discurso a que este estudo se propõe.

Parafraseando Orlandi (1999), pode-se dizer que *compreender é saber que o sentido pode ser outro*. Esta tese está realizando um estudo do discurso produzido na Arquivística em uma esfera ampla, a partir de produções linguísticas heterogêneas, buscando sentidos para os conceitos e práticas da disciplina. Assim, compreende-se a Arquivística como uma instância significativa e passível desta análise. Busca-se, no seu passado, compreender o atual momento de transição no qual ela se encontra.

1.4 Hipótese

Partindo-se do pressuposto de que a Arquivística possui formações discursivas e que estas se valem de instâncias político-ideológicas no decorrer do seu aparecimento e desenvolvimento, nas formas de aplicação das funções fundamentais, apresenta-se a hipótese de que é possível construir um percurso histórico-conceitual da Arquivística, por meio da Análise do Discurso em suas esferas teórico-institucionais.

A formação discursiva é um conceito que se relaciona com um conjunto de enunciados a partir de uma posição político-ideológica, de um lugar real e de sujeitos específicos. Nesse sentido, o desenvolvimento teórico, o percurso histórico e os pressupostos técnicos da área partem de posições institucionais endossadas por uma relação político-ideológica e enunciada por sujeitos específicos, em conjunturas determinadas.

Assim, admite-se aqui a Arquivística nutrida por determinadas formações discursivas nos percursos estudados. Encará-la como tal é perceber que seu conjunto de técnicas, saberes, sujeitos estão relacionados aos enunciados que produz; e estes enunciados, por sua vez, relacionam-se com uma conjuntura política e ideológica, com o poder, em um jogo social estabelecido no espaço-tempo, cheio de conflitos.

Dessa forma, a Arquivística, enquanto um espaço discursivo nunca finalizado, é passível de mudanças e possui os apagamentos provocados pela própria ação da ideologia e pelas naturalizações destas relações teórico-práticas.

Para Foucault (1997), analisar formações discursivas é analisar os objetos de saber que surgem como acontecimentos disciplinares, buscando suporte histórico, institucional e a mate-

rialidade enunciativa que proíbe ou permite sua enunciação, qual o status científico dado ao objeto construído.

Em cada formação, conceitos são dispostos de certa forma e utilizados conforme o campo de saber e o modo como ele se relaciona, se diferencia, se associa ou não a outros campos de saber. O mesmo se dá com os temas, eles são investidos por estratégias que qualificam ou não instituições, técnicas, grupos sociais, obedecendo a conceitos e usos que a própria prática discursiva provê. Como tal enunciado é usado e que efeitos produz, como tal discurso é controlado, qual é excluído e qual é beneficiado e prestigiado? Em função do que? (ARAÚJO, 2007, p.9)

Por estes motivos, esta tese estuda o discurso da Arquivística em dois níveis: o nível teórico, amparado, principalmente, pelos artigos científicos, manuais e ensaios – dando o status histórico-conceitual da Arquivística; e o nível da instituição Arquivística, nas políticas desenvolvidas a partir, supostamente, dos preceitos teóricos. Pretende-se compreender por que determinadas posições são colocadas ao invés de outras em relação aos principais objetos teórico-metodológicos da disciplina.

1.5 Objetivos

1.5.1. Objetivo Geral

Objetiva-se, por meio dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso, a construção do percurso histórico conceitual da Arquivística, com foco na estruturação, desenvolvimento e emprego dos princípios de representação Arquivística, a fim de contextualizá-los historicamente, visando a uma reflexão epistemológica, seja com relação à teoria, seja com relação as suas instituições no Brasil, na Espanha e no Canadá. Estes últimos constituem dois universos especialmente privilegiados na literatura Arquivística brasileira, revelando uma maior dialogicidade.

1.5.2. Objetivos Específicos

- Construir uma sistematização que reflita ambos os percursos conceituais, visando a estabelecer uma possível discursividade da disciplina à Arqueologia e à Genealogia da Arquivística no Brasil, no Canadá e na Espanha, como pré-estabelecido na Análise do Discurso de matriz francesa, calcada numa perceptiva focaultiana;

- Identificar, por meio das instituições selecionadas, como se dão as práticas institucionais relacionadas às funções nucleares;
- Categorizar as semelhanças e diferenças conceituais no nível institucional e no nível teórico.

1.6 Justificativa

Esta pesquisa se justifica na medida em que contribuiu para a produção de reflexões a respeito da teoria Arquivística e seus reflexos profissionais e acadêmicos no atual contexto da disciplina.

Durante o desenvolvimento de pesquisa de mestrado (BARROS, 2010), quando se buscou caracterizar o percurso histórico e conceitual da Arquivística através da teoria – tendo a análise do discurso como quadro teórico-metodológico fundamental para a compreensão da teorização e discursividade da disciplina –, percebeu-se que essa nova realidade da Arquivística clama por uma sistematização de ideias advindas de ambas as esferas: teórica e profissional.

A referida pesquisa de mestrado partiu dos conceitos de *Classificação e Descrição* como recorte para a compreensão do quadro teórico-metodológico da Arquivística, salientando, por meio da Análise do Discurso, o desenvolvimento de ambos os conceitos, além de como a teoria dos autores-sujeitos estudados estavam relacionadas com seu contexto histórico. Constatou-se, ainda, um movimento próprio do fenômeno discursivo, os movimentos de enunciação, significação e ressignificação caracterizando uma polifonia dos conceitos trabalhados.

Desse modo, demonstrou-se que, por meio da Análise do Discurso, é possível compreender de maneira mais profunda como os enunciados se relacionam com as formações discursivas que atravessam a Arquivística. Dentre elas, podemos destacar: a História, a historiografia, o patrimônio, a memória, a gestão. Vale ressaltar que não são estreitas ou fechadas em si mesmas, mas posições que convergem para as instituições Arquivísticas.

Portanto, buscar sistematizar um possível percurso histórico e teórico da disciplina, em um viés inovador e perceber que os conceitos e funções produzidos no interior da Arquivística não são teorias fechadas em si mesmas.

Ressaltam-se, ainda, os pareceres positivos recebidos em uma série de eventos internacionais da área de Ciência da Informação e também da Arquivística, em trabalhos publicados relacionados à temática desta pesquisa. (BARROS & MORAES, 2007; BARROS &

MORAES, 2008; BARROS & MORAES, 2009; BARROS & MORAES, 2010; BARROS, 2011; BARROS & MORAES, 2012)².

1.7 Procedimentos metodológicos

O método de pesquisa caracteriza-se por ser um estudo exploratório, teórico e documental, tendo a Análise do Discurso como uma abordagem de análise para a compreensão dos caminhos da ideologia, da História e da própria epistemologia da Arquivística, tanto na esfera teórica, como na institucional.

Dessa forma, a análise foi nos periódicos, anais de eventos e livros relacionados com o desenvolvimento teórico da disciplina, no que se relaciona à representação Arquivística, porém, não exclusivamente vinculado a ela, na medida em que, visa-se estabelecer alguma discursividade Arquivística. Para tanto, a busca teve como base o percurso histórico conceitual aqui desenvolvido e a seleção de autores representativos desses contextos descritos na página 23.

Analisou-se não apenas importantes artigos para a construção da teoria Arquivística, mas também a obra dos atores selecionados anteriormente, relevantes para a formação do pensamento, brasileiro, espanhol e canadense.

Para análise na esfera profissional, foram realizadas visitas às instituições selecionadas, visando à coleta dos produtos das atividades profissionais, ou seja, a políticas voltadas à representação Arquivística.

A tese divide-se em três partes. A primeira parte da tese corresponde aos capítulos relacionados à Análise do Discurso, tratando-se de uma perspectiva não comum à Arquivística e Ciência da Informação, fazem parte do próprio esforço do autor para estabelecer como se desenvolvem certos conceitos e teorias na AD (Análise do Discurso) e um modo de aplicá-los na Arquivística e na Ciência da Informação.

A segunda parte, os três capítulos sobre o percurso histórico-conceitual da Arquivística, pretende-se atender ao primeiro e segundo objetivo específico da tese, na medida em que, é necessária a construção de um panorama histórico das tradições estudadas, a fim de contextualizar os autores-chave e os conceitos-chave no que se relaciona à representação em arquivos, estabelecendo o corpus conceitual da análise discursiva. O estudo de termos e conceitos

² A descrição completa dos trabalhos encontra-se na seção de referências.

voltados para a representação Arquivística por uma perspectiva discursiva, não podem ser fechados em si mesmos. Faz-se importante o caminho de uma descrição calcada na diplomática – a descrição normalizada.

Também não se pode considerar a representação Arquivística atualmente como evolucionista e positivista, como se a de hoje fosse mais crucial e fundamental do que a de ontem. Só é possível usar normas hoje, porque ontem se construíram alguns princípios que irão nortear a Arquivística e a elaboração de normas.

Na terceira parte, fundamentam-se as relações entre a prática e teoria Arquivística, buscando responder ao último objetivo específico, ou seja, a percepção da Representação Arquivística nas instituições estudadas em consonância à análise dos conceitos de Descrição\classificação. Devido ao percurso do trabalho, os conceitos não são vistos em si, mas nos encadeamentos.

1.8 Estruturação dos capítulos

No Capítulo 2, intitulado **Por uma teoria do discurso: reconsiderações histórico-conceituais**, descrevem-se aspectos históricos da disciplina do discurso, anteriores as suas formulações e posteriores a ela, visando a delimitar historicamente a disciplina do discurso, uma vez que esta pesquisa busca aportes interdisciplinares, tornando fundamental demarcar para o leitor aspectos introdutórios da disciplina e também buscar evitar equívocos causados pela leitura de textos da Análise do Discurso de maneira paralela, problema recorrente nos estudos do discurso no Brasil.

No Capítulo 3, intitulado **Por uma metodologia do discurso: noções e métodos para uma análise discursiva** abordam-se definições e princípios metodológicos da AD visando a um delineamento do método para a aplicação da AD em estudos de Arquivística e Ciência da Informação.

No Capítulo 4, intitulado **A Arquivística espanhola: elementos históricos e conceituais**, encontram-se delimitados os aspectos gerais da disciplina Arquivística e especialmente sua prática e teoria na Espanha, discute-se aspectos conceituais e epistemológicos da Arquivística buscando identificar como se desenvolveu na Europa e Espanha.

No Capítulo 5 discorre-se a respeito do percurso dos arquivos e da Arquivística no Canadá, discutindo aspectos históricos e historiográficos da formação do país e sua relação com arquivos, o papel da historiografia na construção Arquivística do país e o posterior desenvolvimento dos métodos e princípios que se tornaram referência para a área na atualidade.

O capítulo intitula-se **A Arquivística canadense: elementos históricos e conceituais** demarcando o espaço prático e teórico da Arquivística no passado e no presente no país e demarcando as relações que o mesmo estabeleceu e mantém com os Estados Unidos, Reino Unido e Austrália.

No Capítulo 6, intitulado **A Arquivística brasileira: elementos históricos e conceituais**, encontram-se delimitados e aspectos gerais da disciplina Arquivística e especialmente sua prática e teoria no Brasil, discute-se aspectos conceituais e epistemológicos da Arquivística buscando identificar como se desenvolveu no Brasil.

No Capítulo 7, intitulado **Uma análise Arqueológica do discurso: A representação Arquivística na Espanha, Canadá e Brasil**, operam-se as análises, baseando-se no percurso histórico previamente construído, discutindo a Arquivística sob o viés discursivo, visando a estabelecer a interdiscursividade da disciplina e suas relações teórico-práticas. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2. POR UMA TEORIA DO DISCURSO: RECONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-CONCEITUAIS

Neste capítulo, busca-se descrever fundamentalmente aspectos históricos e fundadores da análise do discurso, visando a esclarecer, por meio de suas balizas metodológicas, a corrente teórica que se busca trabalhar. Tal intenção se justifica visto que a análise do discurso contribui para uma ampliação do uso de métodos e teorias linguísticas no estudo, compreensão e fundamentação dos fenômenos relacionados a uma gama ampla de disciplinas, passando pela própria linguística, comunicação e outras áreas do saber científico. A busca pela historicidade do discurso pode ser fundamental para uma série de disciplinas.

Enquanto aporte metodológico, a análise do discurso – de agora em diante denominada AD – é muitas vezes compreendida de maneira inadequada na área de ciência da informação, especialmente no que diz respeito a “como” e “por que” utilizar seu método para o estudo das produções textuais (orais e escritas), providentes dessa área específica, no campo teórico e prático, na medida em que o discurso é a materialidade da ideologia.

Portanto, é necessário não só a descrição dos métodos e dos conceitos necessários para uma análise do discurso, mas também circunscrever o histórico e os diferentes momentos pelos quais a teoria do discurso passou nos últimos 40 anos.

Entende-se também que, ao chegar ao Brasil, a AD já não era a mesma do momento de implantação (início da década de 80). A ordem dos textos de Pêcheux e seu grupo, lidos no Brasil, não corresponderam ao percurso gradual e militante realizado na França entre os anos de 1969 a 1983.

Textos da década de 80 eram (e ainda o são) lidos antes ou paralelamente aos textos do final da década de 60, num gesto de prolongamento/complementação, que muitas vezes dificulta o entendimento e coloca pensamentos díspares em um mesmo arcabouço conceitual, como por exemplo, autores como Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau.

Esta reconsideração é importante não só pelas mudanças provocadas no percurso da AD no Brasil, mas também, devido a séries de reformulações pelas quais passou a escola francesa, empreendidas por seu principal fundador – Michel Pêcheux –, como definido pelo ele próprio (PÊCHEUX, 1997c) no artigo no qual descreve as “três épocas da análise do discurso”.

Assim, o objeto deste percurso não é desvendar, muito menos reescrever, a historiografia da AD e dos momentos que antecederam sua formulação, mas sim demarcar seu espaço e evitar os equívocos decorrentes de sua complexidade presentes no uso e estudo de AD no Brasil, dentro ou fora da ciência da informação.

O campo de estudo da linguagem é bastante diverso, na medida em que, o próprio objeto – a linguagem – leva à necessidade de abordagens diversas, como as da literatura, filosofia, gramática, filologia, etc.

Elaborar uma historiografia dos estudos em linguagem demandaria todo um longo estudo, ou mesmo longos estudos, contudo, é necessário delimitar o campo de atuação da linguística e, mais ainda, o espaço que a AD ocupa no cenário amplo das discussões sobre linguagem.

Portanto, é necessário buscar a História das formulações conceituais e, por meio delas, “temos a possibilidade de resgatar a espessura polêmica dos conceitos e, revolvendo-a, encontrar a tessitura das formulações teóricas que lhes está subjacente” (GREGOLIN, 2006, p.12). Assim, podem-se compreender de maneira mais profunda as formulações e facilitar o uso dessas teorias quanto objeto metodológico.

Também, busca-se com este capítulo, contribuir para a discussão dos usos da AD enquanto princípio metodológico a ser utilizado em pesquisas em ciência da informação.

2.1. A ciência piloto do estruturalismo: aspectos anteriores à análise do discurso

Os estudos linguísticos foram, durante a primeira metade do século XX, balizados pela problemática colocada pela oposição língua/fala, que impôs uma “linguística da língua”, até certo ponto limitada pelo estudo interno da língua, não dando conta de seu objeto enquanto elemento produzido por e em um contexto *assujeitado pela ideologia* (ALTHUSSER, 1985) exterior e relacionada à própria produção linguística.

Contudo, a linguística moderna, desde seu marco disciplinar inicial com a publicação do *Curso de Linguística Geral (1916)* de Ferdinand Saussure, foi fundamental para a construção de todas as áreas de pesquisa que buscam estudar a linguagem enquanto objeto científico. Além disso, a linguística desde seu início esteve associada ao estruturalismo, antes mesmo do auge desse movimento intelectual do final dos anos de 1950.

Assim, muitas vezes a obra de Saussure é considerada um dos gestos fundadores do estruturalismo, como é conceituado por autores como Dosse (1993), Gregolin (2006), Benveniste (1976) e Pêcheux (1998a).

Nesse sentido, a linguística tende a tornar-se científica por “não apenas insistir sobre uma necessidade de rigor, comum a todas as disciplinas. Trata-se, em primeiro lugar, de uma mudança de atitude em relação ao objeto, que se definirá por um esforço para formalizá-lo” (BENVENISTE, 1976, p.7).

O rigor sistêmico, mais tarde compreendido e apresentado como estrutural por Saussure, irá influenciar no estruturalismo, especialmente, nas disciplinas que permaneciam em estado de estruturação, por volta das décadas de 1940 e 1950, como é argumentado por Dosse (2001, p.296):

Os setores mais afetados pelo contágio linguístico foram disciplinas que se encontravam numa situação ainda precária no plano institucional, ou que estavam em busca de uma identidade, marcada por contradições internas entre suas pretensões à positividade científica e sua relação com o plano político.

O método de Saussure pode ser definido, em relação a um ponto fundamental, como *sistêmico*. Ampliado durante a década de 1950, pelos próprios estruturalistas com a noção de estrutura, esse preceito permeou a corrente intelectual de uma série de áreas até o final da década de 1970; dito isso, é necessário, em primeira instância, buscar compreender exatamente o significado desse sistema e conceito próprio de “estrutura”.

A linguística demonstra, essencialmente, que a língua é um sistema arbitrário de signos, vista, então, não como um sistema de valores ideológicos constituídos por conteúdos ou produtos de uma experiência, mas por diferenças – totalmente arbitrárias e fechadas em si mesmas. Portanto, a língua é passível de estudos com um rigor matemático.

Saussure (2006, p. 72) exemplifica essa acepção da seguinte maneira “a ideia de mar não está ligada por relação alguma à sequência de sons m-a-r (...) poderia ser representada igualmente bem por outra sequência”.

Baseando-se nesta acepção é possível perceber que existe uma dualidade que se impõe à língua pela teoria saussuriana e pela própria linguagem, na medida em que aquele constitui-se num sistema que só conhece a sua própria ordem por uma relação entre duas dicotomias, a da língua (*langue*) / fala (*parole*) – do significante (imagem acústica) e do significado (conceito) – estabelecendo, assim, uma dualidade fundamental entre o sistema de signos (*langue*) e a esfera semântica e discursiva de seu uso, a *parole*.

“Nesta determinação mútua, o que conta não são os termos, considerados individualmente, mas os afastamentos diferenciais; são as diferenças de som e de sentido e as relações entre ambos que constituem o sistema de signos de uma língua” (RICOEUR, 1970, p.159).

Estas acepções afastam os estudos de linguagem de uma fundamentação predominantemente histórica e evolutiva, na medida em que essas dualidades irão funcionar como leis para os estudos de linguagem, como apresenta Benveniste (1976, p.43):

- dualidade articulatória/acústica;
- dualidade do som e do sentido;
- dualidade do indivíduo e da sociedade;

- dualidade da língua e da fala;
- dualidade material e do não-substancial;
- dualidade do “memorial” (paradigmático) e do sintagmático;
- dualidade da identidade e da oposição;
- dualidade do sincrônico e do diacrônico.

Essas dualidades estão estritamente relacionadas com a dicotomia imposta por Saussure. Outro ponto de fundamentação que permeia essas posições teóricas, como se apontou anteriormente, são as noções de sistema e estrutura vinculadas às disciplinas científicas desde o final do século XIX, especialmente à biologia, buscando uma relação entre os objetos de estudo, até então analisados separadamente.

Ora, o deslocamento conceitual introduzido por Saussure consiste precisamente em separar essa homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem: a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema*, deixa de ser compreendida como tendo *função* de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o *funcionamento*. (...) diremos que não se deve procurar o que cada parte *significa*, *mas quais são as regras que tornam possível qualquer parte que se realize* ou não. (PÊCHEUX, 1998a p.62).

Orlandi (2007, p.23) comenta como “Saussure exemplifica isso com o jogo de xadrez, em que uma peça (o cavalo, por exemplo) tira sua identidade não do material de que é feito (...) e nem mesmo de sua figura aparente (...), mas da relação de oposição que tem com as outras peças e da sua posição em relação ao todo”.

Nesse sentido (PÊCHEUX, 1998a), Saussure pôs-se a pensar contra seu tempo, rompendo com uma série de definições pré-linguísticas no que diz respeito à origem da língua e às determinações lógicas, biológicas e sócio-históricas. Até então, existiam empreendimentos que buscavam uma gramática universal, por exemplo, o estudo do indo-europeu, ou mesmo as gramáticas comparadas e a relação entre a língua e a vida dos povos e indivíduos.

Os preceitos saussurianos servirão de instrumento epistêmico para o estruturalismo de maneira generalizada nas diferentes adaptações das várias disciplinas. A abordagem predominantemente sincrônica e sistêmica afastará a linguística da perspectiva histórico-evolutiva corrente no século XIX, favorecendo sua automação enquanto ciência e permitindo a perspectiva de que uma língua não muda do mesmo modo que a sociedade e não se submete às mesmas leis. Para Saussure, a História de uma palavra não dava conta de sua significação atual.

As ideias de Saussure seguirão um aumento exponencial. De um primeiro momento relacionado a pequenos círculos, em especial o de Moscou (onde é introduzida desde 1915 por Jakobson), até o Circulo de Praga, que contava com a participação de Lévi-Strauss e Ro-

man Jakobson. A partir deles, deu-se a chegada destas ideias para os estruturalistas na França, no início dos anos 1950.

Nesse percurso, vários lugares atribuem diferentes interpretações sociológicas, lógicas ou psicológicas dos pressupostos saussurianos. Por exemplo, Lévi-Strauss é referenciado por Dosse (1993) como o primeiro a transferir os modelos linguísticos para o estudo da antropologia, influenciando o uso das ideias linguísticas como subsídios para as demais disciplinas das ciências humanas, dando à linguística saussuriana status fundamental para a renovação dos estudos sobre sociologia, psicanálise, filosofia, antropologia, História e, por fim, a própria linguística.

Gregolin (2006) informa que a incorporação dos conceitos saussurianos irá acontecer primeiramente na antropologia e na sociologia. Só anos mais tarde, já na década de 1960, as ideias irão atingir a linguística francesa, com a publicação de artigos de pesquisadores como Greimas e a abertura da Sorbonne para tais ideias, uma vez que, no ambiente universitário dos anos de 1950, mantinha-se a preocupação com questões filológicas e gramaticais.

Orlandi (2009, p.1) expõe: “(...)Lévi-Strauss tem certamente repercussões significativas para a epistemologia e a filosofia/História da ciência, assim como é inegável que sua posição no estruturalismo teve impacto decisivo no âmbito das ciências humanas, inclusive na linguística”.

Portanto, a apropriação da linguística saussuriana por Lévi-Strauss foi uma das iniciativas fundadoras no sentido de se incorporar a abordagem estruturante e sistêmica como epistemologia para análise dos fenômenos sociais e culturais.

No estruturalismo, inicialmente impôs-se a questão do “sentido”, como ele constrói e se comporta: “Trata-se, a meu ver, da questão do sentido colocada fora do idealismo subjetivista e do objetivismo abstrato.” (ORLANDI, 2009, p.1).

O idealismo em questão é a própria construção do conhecimento científico, que, até aquele momento, apoiava-se nas questões positivistas que viam a construção do conhecimento científico com uma questão à parte ou à margem das questões do real. Os estudos científicos, inclusive nas ciências humanas e da linguagem, baseavam-se na capacidade de abstração objetiva e pela busca de padrões e regras gerais que poderiam ser aplicadas de maneira universal.

O real das disciplinas de interpretação é um real diferente daqueles das disciplinas exatas, na medida em que é “possível supor também um outro tipo de saber que não se reduz à ordem das ‘coisas-a-saber’ ou a um tecido de tais coisas” (ORLANDI, 2009, p.1).

Nesse sentido, esclarece Pêcheux a respeito do estruturalismo:

O movimento intelectual que recebeu o nome de estruturalismo (tal como se desenvolveu na França, nos anos 1960, em torno da linguística, da antropologia, da filosofia, da política, da psicanálise) pode ser considerado, desse ponto de vista, como uma tentativa antipositivista visando a levar em conta esse tipo de real, sobre o qual o pensamento vem dar, no entrecruzamento da linguagem e da História (PÉCHEUX apud ORLANDI, 2009, p.1).

Assim, o estruturalismo é o início de uma *ruptura* importante no percurso das ciências humanas e sociais, que levará à busca de teorias que assumam e demarquem a presença nos textos e nas situações sociais de marcas não subjetivas do sujeito, ou seja, da construção das ciências humanas baseando-se em situações reais, como é o caso da AD, que se fixará no estudo da língua em uso.

A apropriação por parte da linguística francesa dessa epistemologia estrutural demorará a ocorrer. Dosse (1993) esclarece que mesmo autores como Jean Dubois seriam fundamentais para o desenvolvimento das teorias de enunciação na década de 1960, já que só teriam contato com a obra de Saussure ao final da década de 1950.

Portanto, a linguística moderna, apesar de disciplina central no projeto estruturalista, demorará a efetivamente provocar mudanças em seu próprio núcleo e, mais ainda, para se institucionalizar no ambiente universitário, especialmente no cenário Francês.

O projeto estruturalista era profundamente amplo e complexo devido a suas ligações com uma série de campos científicos, tornando difícil sua definição ou organização em sentido restrito. Um de seus pontos fundamentais é a linguística, com a busca pela superação ou resignificação do positivismo moderno.

Foucault, em *Les mots et les choses* (1966), ajuda a clarear o feixe complexo das relações construídas ao longo do desenvolvimento do projeto estruturalista. Essa obra pode ser compreendida como uma busca pela construção de um quadro teórico-metodológico para o estudo das ciências humanas e desenvolve-se ao redor da noção de *episteme*, argumentando que as condições discursivas modificam-se ao longo do tempo, passando de uma episteme clássica para uma episteme moderna. Trata em paralelo os campos da biologia, economia e linguagem-linguística, enquanto uma instância que evidencia essa passagem epistemológica, podendo ser entendida como um prelúdio para o aprofundamento dessas noções em *L'archéologie du Savoir* (1969).

Nesse esforço por mudanças epistêmicas das áreas, ao longo dos séculos, ele chega a interessantes conclusões a respeito do pensamento clássico³ em contraposição ao pensamento moderno⁴.

Nesse sentido, pode-se dizer que, para o pensamento clássico, os sistemas da História natural e as teorias da moeda ou do comércio têm as mesmas condições de possibilidade que a própria linguagem. O que quer dizer duas coisas: primeiro, que a ordem na natureza e a ordem nas riquezas têm, para a experiência clássica, o mesmo modo de ser que a ordem das representações tal como é manifestada pelas palavras; em seguida, que as palavras formam um sistema de signos suficientemente privilegiado, quando se trata de fazer aparecer à ordem das coisas, para que a História natural, se bem-feita, e para que a moeda, se bem regulada, funcionem à maneira da linguagem. (FOUCAULT, 223, 1999)

O autor busca, com a comparação entre a economia e a biologia, estabelecer uma radiografia das epistemes do percurso científico, por meio da estrutura representada na linguagem, uma vez que existe uma relação do “(...) *continuum* da representação e do ser, uma ontologia definida negativamente como ausência do nada, uma representabilidade geral do ser e o ser manifestado pela presença da representação — tudo isso faz parte da configuração de conjunto da *epistème* clássica” (FOUCAULT, 226, 1999).

Foucault buscava compreender como essas duas áreas estabeleciam sua própria linguagem científica, como a economia e a biologia construíam seus conceitos suas representações abstratas no universo do pensamento clássico e moderno e como ocorria a passagem de uma episteme a outra.

Apresentado o empreendimento estruturalista, nesse momento, como uma ampliação epistêmica aos moldes modernos de fazer ciência, segundo o autor existia um problema essencial no modo clássico de agir, em comparação ao modelo do século XIX.

O problema essencial do pensamento clássico se alojava nas relações entre o *nome* e a *ordem*: descobrir uma *nomenclatura* que fosse uma *taxinomia*, ou, ainda, instaurar um sistema de signos que fosse transparente à continuidade do ser. O que o pensamento moderno vai colocar fundamentalmente em questão é a relação do sentido com a forma da verdade e a forma do ser: no céu de nossa reflexão, reina um discurso — um discurso talvez inacessível — que seria a um tempo uma ontologia e uma semântica. O estruturalismo não é um método novo; é a consciência desperta e inquieta do saber moderno. (FOUCAULT, 228, 1999)

³ A ciência dos séculos XVII-XVIII

⁴ A ciência do século XIX

Neste momento, para Foucault, o estruturalismo seria uma resposta contemporânea, um projeto sistêmico de busca do modo em que se constrói, organiza e se estabelece sentido à ciência, a mesma despertando para a sua própria episteme e para o fato de que existem mudanças no decorrer do tempo. Os modelos conceituais sofrem de “um discurso” em um eixo entre o que objeto realmente é, e como ele é representado. Esses eixos encontram-se em constante conflito, levando a ciência a momentos de “estagnação” e a momentos de ruptura. O que irá, então, unir esses autores é o projeto ora de alargamento, ora de restrição do campo do signo.

Nesse sentido, portanto, existirá uma hegemonia do estruturalismo como um paradigma central de vários campos do saber na segunda metade do século XX. Nas descrições de Pêcheux e Foucault, é possível compreender a amplitude do projeto estruturalista, ora como uma ruptura, ora como uma ampliação. Esse movimento intelectual se deu entre a metade da década de 1950 e o final da década de 1970, sendo responsável por reconfigurações e pelo aparecimento de uma série de teorias e frentes de pesquisa buscando uma consolidação e um status científico das várias disciplinas das ciências humanas.

Pavel (apud GREGOLIN, 2006, p. 24-25), num esforço de sistematizar as diferentes abordagens existentes no estruturalismo, estabelece três grandes tendências:

- a) **o estruturalismo moderado**, cujos estudiosos tinham o desejo de formalização, para fugir ao impressionismo e ao subjetivismo analítico, buscando conceitos e métodos na linguística estrutural. Entretanto, realizaram apenas aproximações com esses conceitos e métodos, como se pode verificar nos trabalhos de Todorov, Genette, Bremond.
- b) **O estruturalismo cientificista**, cujos pesquisadores acreditavam que a linguística oferecia a metodologia mais avançada às ciências humanas, a partir de Saussure, Hjelmslev, Jakobson; realizaram aplicações formalizadas e taxionômicas em antropologia, narratologia, semiologia. Inserem-se nessa tendência, por exemplo, alguns trabalhos de Barthes do início dos anos 60; o projeto semiótico de Greimas; a antropologia estrutural de Lévi-Strauss.
- c) **O estruturalismo especulativo**: incluem-se nessa classificação trabalhos com fortes matrizes ideológicas e filosóficas, reincorporando às teses estruturalistas problemáticas de Freud e de Marx, em relação ao sujeito à História, com por exemplo Foucault, Derrida, Althusser, Lacan [e Michel Pêcheux].

Essa classificação do “grupo” estruturalista apresenta-se bastante interessante, na medida em que divide o estruturalismo em três momentos razoavelmente bem marcados. Num primeiro momento, existe o esforço de superação positivista, buscando fugir do subjetivismo analítico, calcando-se na linguística saussuriana; em um segundo momento, a busca por “cientificidade” dos pesquisadores, que acreditavam ser a linguística a ciência piloto para a construção científica das ciências humanas, rompendo com o positivismo histórico. O terceiro é

um retorno às bases e a busca por uma teoria não subjetiva do sujeito, incluindo as renovações psicanalíticas de Lacan, e seu “retorno a Freud”, e o estudo fundamental e profundo da noção de ideologia de Althusser.

As desconstruções históricas de Derrida, o projeto histórico-analítico de Foucault, neste terceiro momento apresentado por Pavel, representam a superação do próprio projeto estruturalista, na medida em que a noção de estrutura, de organização, não suprirá todas as necessidades científicas das ciências humanas, cabendo a esses autores a apropriação de outras ideias e mesmo o retorno a autores pouco estudados pelo projeto estruturalista.

Sobre essa terceira via do estruturalismo, Henry coloca: (1997, p.28) “na mesma ocasião em que a filosofia estruturalista era elaborada, pessoas como Lacan, mas também Althusser, Derrida ou Foucault, estavam rejeitando (...) radicalmente a concepção de sujeito e aquela de ‘ciências humanas’, que aí se enquadram”.

Esses autores serão responsáveis por rupturas profundas em contraposição à visão, por exemplo, de Lévi-Strauss, e, justamente por isso, não podemos chamá-los de estruturalistas *per se*.

Porém, é curioso perceber que, nesta busca classificatória, evidencia-se a linguística saussuriana como parte do núcleo que constituía a matéria estruturalista.

Começa, ao final da década de 1960, o estabelecimento de uma relação tensional com os conceitos da linguística saussuriana, devido ao corte da língua/fala, que ainda assim ocupa um papel importante para a construção das ciências humanas, mas percebe-se a necessidade do estudo do sujeito e da História.

Se, no início, a linguística era a “ciência-piloto”, neste momento começa a surgir uma releitura de outros dois grandes fundadores das ciências humanas: Freud e Marx, formando – junto a Saussure – o que Pêcheux (1998b) chamou de “a trílice aliança”.

“Da articulação entre propostas de Saussure, Marx e Freud surgirão novos conceitos (sujeito, História, língua) e deles vai derivar o objeto ‘discurso’” (GREGOLIN, 2006, p.26), em choque com o “esquema funcional da comunicação linguística” (Pechêux, 1998a p.16).

Existirá, a partir daqui, uma mudança importante no norte dos estudos estruturalistas, quando a linguagem passou a ser a referência central. No momento em que tudo passou a ser discurso, foi necessário pensar o que seria a “estruturalidade das estruturas”, como coloca Derrida (1972), tornando fundamental a descentralização da mesma.

Quer dizer, na medida em que se estabelece e se sinaliza quais são as estruturas e suas relações significativas entre os signos e seus significados, existe um deslocamento desta estru-

tura, cabendo também às ciências humanas o estudo destes deslocamentos provados pela própria ação da língua.

O estudo da estrutura se apresentava por conta de um *desejo* sistêmico-funcional (biológico, neurofisiológico, cibernético e informático), mas não dispunha de embasamento teórico claro; existia apenas enquanto projeto para uma teoria.

Baseando-se em Pêcheux (1998a), este período caracteriza-se especialmente no cenário francês, por uma reestruturação total das afinidades disciplinares em torno da linguística, em oposição à fenomenologia filosófica e ao existencialismo, redistribuindo as relações entre as ciências e as letras.

A Análise do Discurso fundamenta-se de maneira profunda nas releituras de três grandes autores, uma vez que busca avaliar as estruturas profundas e subjacentes, que se ocultam por trás dos fenômenos: Marx, no que se relaciona à estrutura econômica; Freud, nas interpretações do subconsciente; e Saussure, com a linguística estrutural.

Esse movimento desencadeará a fundação da Análise do Discurso [1969] de Michel Pêcheux, com reinterpretação da noção de ideologia e do materialismo histórico na sociologia, com Luis Althusser. Marca também a fundação de uma nova História com a obra de Michel Foucault e uma reestruturação da Psicanálise, com os escritos de Jaques Lacan.

Pode-se dizer que, entre a metade da década de 1960 e meados dos anos 1970, inicia-se um movimento responsável por um novo momento do estruturalismo. É nesse cenário que surge a Análise do Discurso “como disciplina transversal fortemente marcada por essa conjuntura epistemológica” (GREGOLIN, 2006, p.32).

Ao final da década de 1970, a problemática revolucionária estruturalista começa a desmoronar, com a crise do marxismo e do próprio estruturalismo, levando a AD a uma reconfiguração de seu dispositivo teórico; essas mudanças políticas e teóricas influenciarão os trabalhos de Pêcheux e o percurso de construção da disciplina do discurso.

Se o estruturalismo é o movimento marcador da formulação dos conceitos iniciais de AD, ela começa a atingir status de disciplina de entremeio justamente com a crise e dissolução do projeto estruturalista, uma vez que se inicia o desenvolvimento dos conceitos e métodos utilizados em AD nos dias atuais.

2.2. Antes do discurso, a ideologia: o prelúdio para uma análise do discurso

A preocupação da linguística com o “além da frase” – não uma linguística da língua, mas uma linguística do *sentido* – inicia-se antes mesmo da formulação dos conceitos da AD,

no final da década de 1960. Essa preocupação advinha já das preocupações semânticas de Noam Chomsky e a Gramática Gerativa Transformacional (GGT), contudo, a preocupação da AD apoia-se em conceitos e métodos diferentes.

Como é colocado por Pêcheux (1998a, p.12), “Diante da subversão teórica da Tríplice Aliança Estruturalista [Marx-Freud-Saussure], que colocava a antropologia, História, política, escrita literária e a poesia ao lado da Linguística e da Psicanálise, as minuciosas argumentações da GGT não tinham peso...”.

Baseando-se na descrição anterior dos preceitos iniciais da linguística, é possível dizer que esta sempre esteve relacionada a práticas teóricas para fora de seu domínio, devido a relações com outras disciplinas; o campo dos signos é um entremeio, as noções e conceitos desenvolvidos nas ciências humanas e sociais devolvem novas perguntas a estes campos científicos.

Nesse sentido, a AD, por conta das suas características teórico-metodológicas, é uma resposta da linguística às solicitações constantes para fora do seu domínio, uma vez que as instâncias históricas e subjetivas encontram espaço material na produção discursiva; assim, a AD busca evidenciar aspectos históricos e ideológicos nas produções textuais em uma relação filtrada de uma determinada posição histórica.

Se, para o estruturalismo, a tríplice aliança funcionava como parte do embasamento teórico, para a AD não era diferente. Althusser, em sua releitura de Marx, e Lacan, em releitura de Freud, são tão importantes para a AD como qualquer outra corrente ou disciplina que emergiu da efervescência do estruturalismo.

No caso da AD de tradição francesa, três autores são fundamentais para a construção: Michel Pêcheux, Michel Foucault e Jean Dubois; contudo, a contribuição de Pêcheux foi mais direta, uma vez que foi responsável por boa parte do arcabouço teórico e da materialidade metodológica da disciplina, especialmente em suas duas primeiras fases.

Para Pêcheux, em seu projeto de formulação dos conceitos e métodos da análise do discurso, Marx e Freud eram figuras fundamentais, assim como a linguística de Saussure. Justamente por isso, sua contribuição para AD é mais profunda, isto é, por aliar o recorte linguístico com os pensamentos de Freud e Marx. Como D. Maildider (1994a, p.16) expõe, “Pêcheux era um filósofo que se tornou linguista sem deixar de ser filósofo”.

Portanto, se a AD é formulada pela tríplice aliança, outros dois pontos foram fundamentais para sua formulação teórica. Além da linguística de Saussure, têm-se as problemáticas trazidas pela leitura de Marx, em especial no que diz respeito ao materialismo histórico, e a teoria do inconsciente relacionada a Freud.

O materialismo histórico é levado ao centro da discussão da AD, pois o discurso é compreendido como uma das instâncias materiais em que a ideologia se inscreve. Assim, a interpretação dada por Pêcheux e seu grupo, reflexo do deslocamento do “marxismo maduro” de Althusser, torna fundamental a compreensão das ideias básicas deste, uma vez que, especialmente no início, a ideologia ocupava um lugar central no quadro teórico geral da AD, com um espaço privilegiado, na obra de Pêcheux.

Este mesmo autor (1997a, p. 89-90) sugere o tipo de relacionamento existente entre o materialismo filosófico de Marx e a linguística:

Como devemos, então, conceber a intervenção da filosofia materialista no domínio da ciência linguística? (...) essa intervenção consiste, sobretudo, em abrir campos de questões, em dar trabalho à linguística em seu próprio domínio e sobre seus próprios “objetos”, por meio de sua relação com objetos de outro domínio científico: a ciência das formações sociais.

Portanto, a AD é uma disciplina que se alia à sociologia e à História, relaciona-se de maneira transversal com a linguística para compreender e estudar um objeto que é próprio desta – o discurso, enquanto materialidade da ideologia, de conceitos e práticas sociais inscritas no espaço-tempo.

É o próprio Pêcheux (1997a, p.144) que esclarece, então, como a noção de ideologia é compreendida na AD, na medida em que estabelece o que ela não é, relacionando-se principalmente com o trabalho a respeito do *aparelho ideológico do Estado* de Althusser:

1. A ideologia não se reproduz sob a forma geral de um *Zeitgeist* (isto é, o espírito do tempo, a “mentalidade” da época, os “costumes de pensamento”, etc.) que se imporia de maneira igual e homogênea à “sociedade”, como espaço anterior à luta de classes “os aparelhos ideológicos de estado não são a realização de ideologia em geral...”;
2. “nem mesmo a realização sem conflitos da ideologia da classe dominante”, o que significa que é impossível atribuir a cada classe sua ideologia, como se cada uma delas vivesse “previamente à luta de classes”, em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas sendo a luta de classes ideológica, o encontro de dois mundos distintos e pré-existentes (...);
3. mas os aparelhos ideológicos de Estado não são, apesar disso, puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que produzem pura e simplesmente as relações de produção existentes...”. Este estabelecimento [dos aparelhos ideológicos de Estado] não se dá por si só, é, ao contrário, o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes”.

Baseando-se nas constatações de Pêcheux a respeito da ideologia, é possível dizer que ela se estabelece nas práticas sociais, não de maneira homogênea e tranquila. A sociedade é um palco de conflitos e de luta de classes, nas quais se demonstra a ideologia, por exemplo, na AD é possível, por meio da ideologia, perceber a luta de classes nas produções textuais.

Em Althusser, ideologia é compreendida sob o prisma da releitura e reinterpretação marxista, a noção de sujeito e a relação do sujeito na ideologia apresenta-se como fundamental para a compreensão de sua perspectiva. É exatamente neste ponto que Pêcheux procurará compreender esses conceitos.

Segundo Althusser (1985, p.77), “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência (...) [Ela] tem uma existência material.” O autor entende ideologia como representações simbólicas presente na sociedade, estabelecendo relações entre as instituições e as pessoas.

A noção de Althusser está intrinsecamente relacionada à de sujeito, aspecto demonstrado através dessas duas teses: “só há prática através de e sob uma ideologia”; “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”, as quais levam à formulação central: “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (1985, p. 93).

A ideologia religiosa, por exemplo, é parte de uma concepção de mundo particular, em que o sujeito estabelece uma relação íntima, apoiada em um conjunto de práticas sociais, com arcabouço complexo de ideias, que são representadas em símbolos significantes desse mundo: a indumentária, os rituais, uma percepção particular das coisas. Essa ideologia religiosa é percebida no interior da luta de classes, conforme é institucionalizada nas igrejas, nas instituições que a controlam e difundem.

A ideologia funciona como uma lente translúcida, que interpela a vida em sociedade, mas para Althusser, essa lente não é exterior à própria condição social do indivíduo, o sujeito em sociedade encontra-se interpelado pela ideologia.

Os aparelhos ideológicos do Estado são a instância de inscrição da ideologia, quer seja ela moral, jurídica, política. Eles asseguram-se “por sua subordinação à ideologia dominante”. “(...) Uma ideologia existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas. Esta é existência material” (ALTHUSSER, 1985, p.88-89). Essa existência se traduz nos agrupamentos menores de ideologia, que irão estabelecer os aparelhos de controle, ora ideológico, ora repressivo no Estado.

Tal perspectiva ideológica será transferida para a AD, quando se pode entender a ideologia relacionada a uma existência material. O mesmo autor critica o uso do estruturalismo da linguística, uma vez que existe um “jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos” (1985, p. 94). O discurso era uma das formas de realização e representação ideológica, e a AD buscará apropriar-se dessa noção.

Eagleton, crítico marxista, tem uma posição interessante a respeito da linguagem da ideologia, que ajuda a compreender melhor essa relação.

Se toda linguagem articula interesses específicos, então, aparentemente, toda linguagem seria ideológica. Mas, como já vimos, o conceito clássico de ideologia não se limita, de maneira nenhuma, ao “discurso interessado” ou à produção de efeitos persuasivos. Refere-se ao modo pelo qual os interesses de certo tipo são mascarados, racionalizados, naturalizados, universalizados, legitimados em nome de certas formas de poder político, e há muito a perder politicamente quando essas estratégias discursivas vitais são dissolvidas em alguma categoria indiferenciada e amorfa de “interesses” (EAGLETON, 1997, p. 178).

A ideologia tem uma relação fundamental com a linguagem e é um dos reflexos de sua atuação. Para a AD, essa atuação é passível de análise, uma vez que se inscreve discursivamente nas produções textuais, e os aparelhos do Estado atravessam os sujeitos e suas produções textuais.

O próprio percurso teórico de Pêcheux descreve suas ambições em relação ao papel que a AD poderia desempenhar nas ciências sociais. Henry (1997, p.15) coloca que, para Pêcheux, “O estado das ciências sociais era um tanto pré-científico. O estabelecimento de uma ciência necessita de instrumentos.”

Assim, nos dois primeiros textos assinados com o pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux busca explicitamente descrever a problemática das ciências sociais sob a ótica do materialismo histórico e da psicanálise, relacionando a prática científica aos seus objetos, e os usos que as ciências fazem deles, e ao “caráter contraditório da combinação de forças produtivas e das relações sociais de produção de uma sociedade dividida em classes” (HENRY, 1997, p.15).

Nos textos iniciais, Pêcheux busca estabelecer como se desenvolve a Ciência no interior das práticas científicas. Ou seja, para o autor, ela é produzida por uma ideologia com a qual rompe, e da qual não é um objeto empírico, mas uma construção e que, para tal, necessita de objetos instrumentais, além de instrumentos metodológicos. E a AD, em seu estágio inicial, busca ser isso, ou seja, um instrumento teórico-metodológico para a transformação das ciências sociais.

Esse instrumento necessitava de empréstimos, mas eles precisavam ser reconfigurados. A intenção de Pêcheux era contribuir para a transformação das ciências sociais em uma prática verdadeiramente científica. Orlandi (1994, p.9) pondera a este respeito:

Isto [a interpretação e compreensão pelo discurso], em meu trabalho, reverte para minha afirmação de que, na análise do discurso, a noção de ideologia é outra, a noção de História é outra, a noção de social é outra e assim por diante. Ou seja, a análise do discurso inaugura uma região teórica própria tanto em relação à linguística como em relação às ciências sociais.

A AD inaugurará, então, uma nova interseção entre as ciências sociais e a linguística, na medida em que procurará representar a historicidade, o social, a ideologia de um modo particular, como uma disciplina de entremeio.

Pêcheux escolheu intervir nas ciências sociais com a teoria do discurso construindo um dispositivo experimental: a *análise automática do discurso* e, por meio dela, instaurou uma região teórica que converge para a linguística e para as ciências sociais.

A principal mudança promovida por ele é a relação que se estabelece entre a política e o discurso. Segundo Henry (1997), a linguagem era entendida como um instrumento de comunicação de significados que poderiam ser definidos de maneira independente, calcada na linguística saussuriana. Esta teoria, para Pêcheux, funcionava como uma ideologia cujas funções, nas ciências humanas e sociais, são justamente mascarar a ligação da linguagem com a prática política, obscurecendo-a sob o dispositivo teórico, e relacioná-la como um prolongamento das ciências naturais.

A ideologia ocupa um papel fundamental nos momentos iniciais da AD, porque Pêcheux, diferente dos outros discípulos de Althusser, usa integralmente o arcabouço teórico estabelecido por este durante a década de 1960.

Pêcheux (1997a) compreende, baseando-se nos estudos de Althusser, que toda teoria é uma ideologia, na medida em que é provisória e possui mais ou menos verdade na relação entre as teorias, e não simplesmente verdade em si mesma.

Assim, compreendendo ideologicamente todas as instâncias institucionais da sociedade, chega-se também à compreensão da noção de sujeito deste momento próxima àquela da ideologia. Para Pêcheux, como também para Althusser, “o sujeito é o sujeito da ideologia”.

Assim, na AD em estágio inicial, o discurso é colocado entre a linguagem (baseando-se na acepção de *langue* de Saussure) e a ideologia, ou seja, o discurso é uma instância da linguagem em que a ideologia se inscreve.

Assim, a ideologia pode ser compreendida como uma relação imaginária que os homens mantêm com suas condições de reais de existência, a difusão e luta de uma ideologia é assegurada pelos aparelhos ideológicos do estado, religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, etc. (ALTHUSSER, 1985).

Por fim, o campo da ideologia e da AD estão intimamente relacionadas na medida em que é assim que aquela se instaura enquanto região teórica das ciências sociais e linguística.

Buscou-se, nesta seção, abordar aspectos anteriores à formulação dos conceitos da AD, e uma percepção do autor central da AD nos momentos que antecedem a publicação de seu livro *Análise automática do discurso*.

Desenhado o quadro teórico e o momento histórico de formulação dos conceitos de AD, é necessária, agora, uma discussão mais nuclear não dos conceitos da mesma, mas do percurso que a disciplina perfaz entre o final da década de 1960 e os dias de hoje.

2.3. A fundação da análise do discurso: Michel Pêcheux e Jean Dubois

A AD vem modificar a visão estruturante de linguística, visando à compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrada apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível também situado fora do estritamente linguístico. Por meio da AD, pode-se chegar à conclusão de que nenhum estudo da linguagem pode deixar de levar em conta aspectos da sociedade que a produz, uma vez que os processos que constituem a linguagem são histórico-sociais. Ferreira (2007, p.14) complementa:

Do ponto de vista político, a Análise do discurso (AD) nasce, assim, na perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visa combater o excessivo formalismo linguístico então vigente, visto como uma nova facção do tipo burguês. Ao lado dessa tendência revolucionária, a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem, donde sua relação crítica com a linguística. A rigor, o que a AD faz de mais corrosivo é abrir um campo de questões no interior da própria linguística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época.

A AD é uma mudança de paradigma, uma ruptura no campo dos estudos linguísticos, relacionando-se com a História e as ciências sociais, visando a estudar a língua em situações de uso, relacionada a discursos científicos e doutrinários e, mais tarde, a discursos cotidianos e publicitários.

A linguística, a partir dos anos 60, preocupava-se com a análise de um objeto além da frase, ou seja, começava-se a exigir a abordagem da articulação entre o material linguístico e seu exterior, como se descreveu na seção anterior. Porém, o momento inicial da AD não é menos importante do que o “último estágio” dessa disciplina, pelo contrário, é o solo sobre o qual se detém para enxergar a construção do edifício teórico.

É possível perceber, pelos autores trabalhados, que a grande ruptura provocada pela AD, primeiramente na linguística, depois nas ciências sociais, é a compreensão particular do conceito de sujeito calcado na obra de Althusser, ou seja, o sujeito ideológico, com a compreensão lacaniana de inconsciente percebida na materialidade da linguagem.

Dois autores são referenciados por Malldier (1994a) como os fundadores da AD na França: Michel Pêcheux, e seu texto *Analyse automatique du discours* (1969), e Jean Dubois, com *Lexicologie et l'analyse de l'énoncé* (1969).

Anteriormente à publicação desses dois textos, no início de 1969, publica-se, na recém criada revista *Langages*, a tradução francesa de um texto da década de 1950 do linguista americano Z.S. Harris intitulado *Discourse Analysis*, descrevendo procedimentos metodológicos para uma análise (do discurso) usando o método distribucional além da frase⁵, a paráfrase impulsionando o aparecimento de uma nova disciplina, denominando-a como *análise do discurso*.

Neste texto Harris⁶ apresenta:

A análise do discurso dá uma multiplicidade de ensinamentos sobre a estrutura de um texto ou de um tipo de texto, ou sobre o papel de cada elemento nessa estrutura. A linguística descritiva descreve apenas o papel de cada elemento na estrutura da frase que contém. A AD ensina, além disso, como um discurso pode ser construído para satisfazer diversas especificações, exatamente como a linguística descritiva constrói refinados raciocínios sobre os modos segundo os quais os sistemas linguísticos podem ser construídos para satisfazer diversas especificações (HARRIS apud MAZIÈRE, 2007, p.7).

O trajeto de Jean Dubois assemelha-se ao da maioria dos linguistas das décadas de 1950-1960, partindo dos estudos literários para a gramática, depois passando à linguística saussuriana, já na década de 1960. Na época da publicação do artigo, já era um lexicólogo de renome. Do outro lado, tem-se Pêcheux, como se descreveu na seção anterior, preocupado com questões epistemológicas e políticas, especialmente relacionadas com os instrumentos da ciência ligada às instituições reguladoras e produtoras de ideologia, e com o papel do sujeito na ideologia.

Ambos partilhavam os momentos do estruturalismo da época do “canto do cisne” (DOSSE, 1994), ou seja, o tempo de maior efervescência das ideias estruturalistas e, apesar das diferenças profundas entre eles, ambos compartilham as ideias a respeito de marxismo e política. “Deste modo, marxismo e linguística presidem o nascimento da AD na conjuntura teórica, bem determinada, da França dos anos 1968-70” (MALDIDER, 1994a p.18).

⁵ Neste momento o uso das teorias de Harris na AAD-69 ainda é periférico, contudo Pêcheux reconhece a importância do autor para o desenvolvimento de seu sistema teórico e Jean Dubois também busca aproximar-se das teorias do americano.

⁶ Z.S. Harris, *Discourse Analysis: A sample text. Langauge*, v. 28, n.4, 1952

Com trajetórias diferentes, os projetos destes autores, para a AD, também eram diferentes. No texto de Dubois (1994), ela é pensada dentro da continuidade da lexicologia, que estuda as palavras. A AD estudará, então, os enunciados. Será compreendida, portanto, como um prolongamento da linguística e, mais ainda, um prolongamento da lexicologia.

Já para Pêcheux (1997c), a AD é pensada como uma ruptura na relação das ciências humanas e sociais com a linguística, instaurando uma nova região disciplinar. “O objeto discurso, que reformula a fala saussuriana na relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno” (MALDIDER, 1994a p.19).

A diferença fundamental entre os autores está intimamente relacionada com o entendimento da linguística. Dubois pensa a AD como uma “evolução” daquela, à medida que agrega à teoria linguística as noções de enunciado e discurso; Pêcheux compreende que é necessário um esforço teórico profundo, não só de superação do corte saussuriano, mas para se estabelecer um sistema teórico formal.

Como coloca Bonnafous (1983, p.107, tradução nossa):

A análise automática do discurso é concebida para manifestar os pontos de ruptura da ideologia entre diferentes textos estudados. (...) A lexicometria, ao contrário, não penetra na profundidade da argumentação, permanecendo sempre no nível mais superficial, o qualitativo. Consequentemente, presta-se mais ao estudo das “atitudes” e dos “comportamentos” do que ao da temática.

Essa diferença no método é fundamental, porque se chega a resultados diferenciados, um mais “superficial” do que o outro. Nesse estudo, busca-se utilizar da perspectiva de Pêcheux e de Foucault pelas características das obras estudadas, que possuem uma formalização e um status institucional contundente, ou seja, buscam-se os pontos de ruptura conceitual e ideológica.

Após a publicação daqueles trabalhos, independente das distintas posições de Pêcheux e Dubois tomaram, a intenção era a mesma, ou seja, a inauguração de uma disciplina transversal que tem profundas relações com a linguística e com as ciências sociais.

A contribuição fundamental de Pêcheux, neste momento, é o esforço de relacionar a produção linguística com a teoria althusseriana; em Dubois, a AD já integra a dimensão da enunciação que se tornará fundamental para a análise das formações discursivas e, por isso, será, posteriormente, retomada por Pêcheux, no desenvolver de seu projeto de AD.

Contudo, é claro que, na atualidade da disciplina, essa visão teórica descrita na AAD-69 será substituída por releituras do próprio grupo de Pêcheux, na medida em que o discurso é

um objeto dinâmico e de fronteira. A isso, será agregada uma série de conceitos, em dois momentos de ampliação bem marcados.

Como diz Robin (1985, p. 86), “nem disciplina autônoma, nem disciplina auxiliar”. A AD irá apresentar-se como uma interseção de quatro disciplinas (História, ciências sociais, psicologia e linguística), com conceitos provindos destas, mas com usos distintos para estes conceitos.

A primeira AD instaurou-se já com algumas fissuras em suas formulações, uma vez que a teoria, nesse momento, é exposta de maneira bastante compactada. É por essa razão que, a partir da década de 1970, começa um movimento de “descompactação” da teoria, com a revisão da AAD (1975), o livro *Les Vérités de La Palice*⁷ (1975) e as reformulações feitas por Pêcheux e seu grupo⁸ durante toda a década de 1970. Assim, chega-se ao que, na década de 1980, ficaria conhecido como as “três épocas” da AD.

2.4. As três épocas da análise do discurso

O desenvolvimento teórico da AD ocorre em três momentos bem marcados. O primeiro deles, como já descrito, relaciona-se às publicações de J. Dubois e Michel Pêcheux – entre 1968 e 1975 – e ao auge do uso da *análise automática do discurso*; o segundo momento corresponde à aproximação de Pêcheux e seu grupo com as obras de Michel Foucault e ao início de uma revisão da *análise automática do discurso* e dos conceitos de modo geral da disciplina, agregando novos sentidos dentro da AD, complementando noções como a de enunciado e de formação discursiva, que transformam teoricamente a análise automática do discurso; um terceiro momento, mais atual, a partir da década de 1980, contempla as releituras feitas a partir da obra do linguista russo Mikhail Bakhtin e a aproximação da AD com a semiologia, para além da própria obra de Pêcheux.

Pêcheux (2008), em um artigo publicado na França na década de 1980, é quem enumera esses três quadros teóricos complementares da ADs. O primeiro é calcado no estruturalismo e no ideário de ideologia de Althusser; um segundo pensa nas relações entre o discurso e o sujeito, utilizando a noção de formação discursiva de Foucault, quando se introduz o con-

⁷ Trad. Bras. De Eni Orlandi. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio* Campinas: Ed. da Unicamp, 1988

⁸ Como é referenciado por Gregolin (2006), os seguintes autores em maior ou menor grau sempre estiveram relacionados ao objetivos teóricos de Pêcheux para a AD: P. Henry, M. Plon, F. Gadet, C. Fuchs, J. Leon, A. Badiou, J.J. Courtine, C. Normand e D. Maldidier.

ceito de interdiscurso, uma vez que, percebem-se os atravessamentos que acontecem com o sujeito no nível ideológico e discursivo; o terceiro momento, ainda recente na época da publicação do texto, fruto de uma flexibilização conceitual devido ao uso da noção de interdiscurso, visava a “uma construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos ‘pontos de vista’ e ‘lugares enunciativos no fio intradiscursivo’” (PÊCHEUX, 2008, p.316).

Neste terceiro momento, o discurso está aberto para a compreensão do outro, como afirma Orlandi (1999, p. 12): “Compreender, eu diria, é saber que o sentido pode ser outro”; ou seja, neste terceiro momento, a AD, pela noção de interdiscurso, amplia a gama de compreensão a respeito do discurso.

A AD irá, ao longo de seu percurso histórico, calcar-se em três preceitos fundamentais:

1. Materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações;
2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
3. A teoria do discurso, como teoria da terminação histórica dos processos semânticos (ORLANDI, 1999, p. 19).

O que se modifica ao longo do tempo, é a forma como a AD interpretará essas relações, porém, esta base estará presente na disciplina em todos os momentos de seu desenvolvimento.

2.4.1. A primeira época: 1968-1975

A primeira época (entre 1968 e 1975) corresponde à fundamentação da AD-1, baseando-se na *análise automática do discurso*, preocupando-se com discursos doutrinários, políticos, etc., ou seja, discursos nos quais a ideologia atua de maneira mais latente. A base teórica é a obra de Althusser.

De início, Pêcheux procura separar os métodos de análise de textos, demarcando o campo para a formulação dos conceitos da AD. Ela visava filiar-se aos estudos que buscavam provocar uma reviravolta nas ciências sociais, como destaca Henry (1997), e a ADD-69 foi sua primeira resposta a este cenário, funcionando como um instrumento científico para as ciências sociais.

É o momento da posição estruturante, com relações com o estruturalismo, mas não sendo, ainda, estruturalista de fato. Anos mais tarde, fazendo um balanço sobre este período Pêcheux pondera: “corpus fechado de sequências discursivas, selecionadas (...) num espaço

discursivo supostamente dominado por condições estáveis e homogêneas” (PÊCHEUX, 1997c p.312).

A AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente em torno da máquina discursiva, elaborada por meio de palavras-chave que remetem a um tema, buscando construir paráfrases sequenciais que, de algum modo, refletem um sujeito ideológico.

Segundo Henry (1997), Pêcheux buscava provocar uma ruptura no campo ideológico das “ciências sociais”, visando, com a teoria discursiva, intervir teoricamente e construir um dispositivo capaz de auxiliar nos estudos dos fenômenos das ciências sociais: a análise automática do discurso.

A releitura feita por Pêcheux da linguística saussuriana é muito evidente, como já o fora com o materialismo althusseriano. As bases na ADD-69 refletirão em todas as épocas da AD, na medida em que ele busca, no texto da AAD-69, explicar aspectos do sistema de línguas e contextualizar o lugar do discurso na linguística, conforme recoloca o sujeito, que neste momento é ideológico, na dinâmica do significado, aproximando a instância “discurso” da *parole* de Saussure de seu projeto instrumental para as ciências sociais.

Mesmo que explicitamente ele [Saussure] não o tenha desejado, um fato que esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato* [na medida em que existe uma relação antagônica entre a linguagem e a fala], unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a linguística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. (PÊCHEUX, 1997d, p 71).

Pêcheux percebe que a teoria saussuriana deixa uma lacuna, permitindo compreender que o sujeito falante atua de uma maneira independente e que existe o “sujeitamento” do ato da fala, o que, na verdade, é parte da posição da própria atuação da ideologia na teoria saussuriana, ou seja, leva a crer que existe uma independência subjetiva no ato da fala.

Neste sentido, Henry (1997, p.30) elucida, no momento em que escreve a análise automática do discurso: “Pêcheux segue mais Althusser que Lacan, Derrida ou Foucault. (...) A preocupação principal de Pêcheux, referia-se à ligação entre o discurso e a prática política”.

Assim, a AD de Pêcheux, neste momento, procurará desautomatizar a análise, apoiando-se em Althusser e buscando uma teoria não subjetiva do sujeito, na medida em que não existe subjetividade no ato da fala, calcando-se extensivamente no sujeito enquanto um efeito ideológico fundamental. Dito de outro modo, enquanto sujeito, a pessoa é interpelada a ocupar uma determinada posição/lugar no sistema de produção.

Existirá, para Pêcheux, uma instância política no ato da fala, que é obscurecida pela própria atuação da ideologia. Isso fica claro quando o autor analisa como Saussure compreende as instituições “(...) Saussure faz apelo a propriedades funcionais das outras instituições com uma evidência; em outros termos, é porque Saussure continua a pensar as instituições em geral como meios adaptados” (1997d, p.76).

Ainda na visão do filósofo francês, as instituições da sociedade, os costumes, a cultura não são uma evidência: “as normas dos comportamentos sociais não são mais transparentes a seus autores do que as normas da língua o são para o seu locutor” (1997d, p.76). Uma vez que os sujeitos não são senhores de seus discursos, são, na verdade, assujeitados pela ideologia, o que chama a atenção para a existência da instância político-discursiva no campo da linguagem. Assim, posições são repetidas por instituições/sujeitos produtores de discursos/ideologia no interior da “máquina discursiva”.

A fim de elucidar este jogo da linguagem, Pêcheux utiliza como exemplo o discurso de um deputado na Câmara:

(...) Do estrito ponto de vista saussuriano, o discurso é, enquanto tal, a ordem da fala, na qual se manifesta a “liberdade do locutor” ainda que, bem entendido, seja proveniente da *lingua* enquanto sequência sintaticamente correta. Mas o mesmo discurso é tomado pelo sociológico como uma *parte* de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada (PÊCHEUX, 1997d, p.76).

Um discurso sempre é “pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1997d, p.77). Os processos discursivos irão remeter a relações de sentido – revestidas pelo ato linguístico – entre o sujeito do discurso, o sujeito possível da ideologia e o sujeito da psicanálise (a noção de inconsciente).

Assim, a análise ocorre entre o sujeito da linguagem e o sujeito da ideologia, que será o problema central da AD, não só em seu primeiro momento, mas durante todo seu percurso de formulação e reformulação. Portanto, a percepção da linguagem e do sujeito alcança, na AD, uma posição de ruptura em relação aos estudos linguísticos e das ciências sociais.

Outro ponto fundamental da teoria do discurso, neste momento, é a crítica que Pêcheux faz à compreensão de Saussure em relação à sistêmica da linguagem. Se as posições tomadas por sujeitos são ideológicas, então, elas são parte do silêncio, da luta de classes e da institucionalização da ideologia. Percebe-se que a posição de Saussure é estreita medida que “considera as instituições em geral como funções com finalidade explícita” (Pêcheux, 1997d,

p.76), quando, na verdade, esta constatação é parte da mecânica do discurso de que o sentido do texto é explícito, e não silenciado, pela atuação da ideologia.

Nesse momento, o discurso, para Pêcheux, funciona como uma máquina-geradora de discursos calcados na vida social e na língua, gerando um efeito metafórico passível de ser codificado e estudado por meio de uma álgebra discursiva estabelecida por ele. Caberia ao analista fundamentalmente a análise e a busca da ideologia, da repetição e reverberação da mesma por meio do “efeito metafórico”.

Na segunda parte do artigo *a análise automática do discurso*, é possível perceber a intenção de utilizar a teoria da AD como um instrumento para a ciência, que buscava automatizar a análise, destacando a presença de cálculos matemáticos e algoritmos que descrevem o dispositivo de análise automatizada do processo discursivo, realizado por meio da ajuda de recursos informáticos para o processamento de grandes quantidades de texto e dados. Isso só foi publicado anos mais tarde no Brasil, causando uma lacuna teórica profunda na prática de análise brasileira do final da década de 1980.

O marco de transição da primeira para a segunda época é o livro *Les vérités de La Palice*, publicado em 1975, que constitui uma crítica à semântica formal, reiterando as teses de Althusser, e a questão do “sujeito assujeitado”. É como uma reconsideração de Pêcheux ao período de 1969 a 74, e, por isso, *Les vérités de La Palice* representa uma obra de enunciação da nova época, uma vez que o autor busca rever aspectos de sua teoria e reiterar certas posições tomadas em textos anteriores.

2.4.2. A segunda época: a aproximação com Foucault 1975-1980

A segunda época inicia-se à medida que Pêcheux e seu grupo estabelecem uma relação que trará para o palco teórico da AD as discussões de Michel Foucault, com a publicação do texto “*A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*”, em 1975, e do livro *Les vérités de La Palice*. Como comenta Maldié (1994a, p.17):

(...) desde o meio do decênio, ele [Foucault] se encontra envolvido nos debates teóricos que se desenvolveram na rua Ulm, em torno do marxismo, da psicanálise, da epistemologia (...) Ele situa-se, de início, no terreno da História das ciências.(...) Uma figura essencial aqui, que desempenhará posteriormente um papel importante no pensamento de Pêcheux, é a de Michel Foucault.

Ao final da década de 1960, principalmente depois de maio de 1968, mudanças profundas começam acontecer no núcleo do estruturalismo. Grande parte delas é provocada pela

publicação de *l' Archeologie du Savoir*, de Michel Foucault. Sobre este período, Dosse (1994, p. 267) faz o seguinte comentário:

A grande balburdia que precede maio de 1968 e prossegue para além dele favorece a explosão do estruturalismo. Michel Foucault procura com essa obra [Arqueologia do Saber] o meio de conceituar sua postura e ao mesmo tempo, colocar-se a uma certa distância de suas posições estruturalistas de ontem, (...) ao sugerir uma nova aliança surpreendente com os historiadores, os da nova História, com os herdeiros dos *Annales*.

Ao final da década de 1960, o estruturalismo, anteriormente calcado na linguística, sociologia e antropologia, aproxima-se, em Foucault, da História. *L'Archeologie du Savoir* vem sanar um problema que, muitas vezes, pode ser percebido nas obras anteriores de Foucault: a ausência de um quadro metodológico explicitado, que vem a ser o objeto de reflexão desta obra. No núcleo desse quadro, instaura-se a linha de pensamento Foucaultiana de análise do discurso, responsável pela formulação de uma série de conceitos fundamentais para a estruturação metodológica da disciplina, emprestada à AD por Pêcheux a partir de 1975.

Na obra, Foucault aproxima a esfera discursiva tradicional, presente no método estruturalista, do ideário baseado no marxismo, presente nos seguidores de Althusser. Contudo, é iniciado um deslocamento, com a formulação de conceitos como a *prática discursiva*, *formação discursiva* e *formação ideológica*. Para Pêcheux, neste momento, o sujeito do discurso sempre está relacionado entre a posição sujeito da ideologia/sujeito da linguagem, mas o campo de análise é reconfigurado.

Em *L'Archeologie du Savoir*, Foucault utiliza este método para compreender a “História da História”, visando a sua desconstrução. O método que ele utiliza para efetuar tal desconstrução é sua contribuição para a análise do discurso.

Em nenhum caso quis Foucault arvorar-se em defensor de uma positividade qualquer da ciência histórica, por mais nova que fosse. O que lhe interessa é abrir as estruturas para as discontinuidades temporais, para os desequilíbrios e inversões que regulam os deslocamentos de um jogo incessante de práticas discursivas (DOSSE, 1994, p.270).

Portanto, Foucault busca enunciar que a ciência da História, e as ciências humanas de modo geral, possuem desequilíbrios e inversões regulados pelos sujeitos conscientes, atuantes nas produções textuais e orais, mas também, regulados pela ideologia e pelo poder, ou seja, o sentido oculto presente naquele espaço discursivo que ele analisa.

São iniciadas, a partir das considerações de Pêcheux a respeito de Foucault, algumas reformulações da teoria da AAD, especialmente com a formulação de Pêcheux da noção de *formação discursiva*.

Porém, a contribuição Foucaultiana para a AD é mais periférica, pois, em Foucault, o objeto de estudo é a *ciência* e sua *discursividade*; e, em Pêcheux, a AD faz parte de um projeto epistemológico completo, encarada como uma ruptura com os preceitos linguísticos clássicos.

A este respeito, Malidier (1994a, p.19) faz a seguinte avaliação:

(...) A análise do discurso é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas (especialmente a psicologia). O objeto do discurso, que reformula a fala saussuriana na relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno. (...) o objeto teórico articula a questão do discurso àquelas do sujeito e da ideologia. A análise (do discurso) só pode ser pensada em relação a uma teoria (do discurso).

O texto fundamental, *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas* – publicado na revista *Langages* 37 –, é o resultado de todo o processo de uso da AAD-69 e atualiza e reestrutura o quadro epistemológico geral, na articulação entre o materialismo histórico, a linguística e a teoria discursiva.

Pêcheux e Fuchs (1997e, p.163) fazem a seguinte ponderação a respeito dos primeiros momentos da AAD:

Nestes últimos anos, a “análise automática do discurso” (...) produziu um certo número de publicações, tanto no nível teórico quanto no das aplicações experimentais. Parece-nos que as observações, interpretações, críticas ou mesmo deformações suscitadas nestes dois níveis precisam de uma reformulação de conjunto visando a eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não-resolvidas e, ao mesmo tempo, indicar as bases para uma nova formulação da questão.

Portanto, esse é o momento das reconsiderações a respeito dos primeiros sete anos da AD, e os autores buscam retificar e renovar algumas abordagens da AD. A noção de formação discursiva acaba por fazer exatamente isso: *deslocar* a compreensão da máquina produtora de discursos, desconstruindo-a, uma vez que a *Formação Discursiva*⁹, em uma relação paradoxal

⁹ (...) determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX; FUCHS, 1997e,p. 166-167).

com seu exterior, mais tarde levará a noção de *interdiscurso* e *memória discursiva* importante no atual estágio da AD. Desencadeia-se, assim, a aproximação da AD com a História, atingindo então o seu status consagrado como disciplina de entremeio em uma interseção entre a linguística, a História e a sociologia.

“Diferentemente do intervalo, a ideia de entremeio refere a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias” (ORLANDI, p.1, 2002).

Os próprios autores enumeram os entremeios da Análise do discurso:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX; FUCHS, 1997e, p. 163-164).

Baseando-se nesta acepção, é possível perceber o que os autores chamam de quadro epistemológico geral da AD, que lhes dá um status disciplinar mais claro do que aquele presente na ADD-69.

A ideologia, o materialismo histórico e a linguística já estavam presentes na AAD-69. Agora os autores estabelecem a teoria do discurso como uma instância própria desta disciplina de entremeio, cabendo ao analista identificar as relações histórico-ideológicas do discurso. A luta de classes ainda é fundamental para uma análise discursiva, contudo, o *efeito de sentido* – a relação entre a ideologia e a língua – começa a ser conceituado.

(...) a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequência tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a “matriz do sentido”. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito (PÊCHEUX; FUCHS, 1997e, p. 169).

A AD começa, neste período, a dissociar-se, dos discursos profundamente doutrinários como objeto de análise e de uma teoria que acaba por buscar uma maneira ideal de análise do discurso, que delimita o campo de atuação da teoria. Contudo, os esforços teóricos deste período sedimentaram uma relação que foi/é fundamental para a construção da teoria e do uso da análise do discurso, a relação, muitas vezes intranquila, entre a teoria de Pêcheux e o pensamento de Foucault.

2.4.3. A terceira época: Michael Bakhtin e uma (possível) semiologia

A partir da década de 1980, a AD começa a dividir-se em uma série de frentes de pesquisa diferentes. Para alguns estudiosos (GREGOLIN, 2006 e PÊCHEUX, 1997c), esse período se estende até os dias de hoje, visto que Pêcheux, seu principal autor, morre tragicamente no ano de 1983. Um dos últimos trabalhos importantes de Pêcheux, neste período, é o texto *Discurso: estrutura ou acontecimento* (1997), traduzido para o português como livro.

As principais mudanças nos textos da década de 1980 da AD são em relação à posição que ocupa o sujeito, antes ideológico por excelência, agora paradoxalmente colocado em um limite teórico entre o *outro* (o inconsciente) sob o *mesmo*.

No livro citado, Pêcheux começa a ampliar os horizontes de abordagem da AD, resgatando outras materialidades da linguagem tomadas também como objetos passíveis de análise, como as falas do cotidiano e as imagens, por exemplo.

Com isso, a análise do discurso, que é uma teoria semântica, aproxima-se de uma semiologia, cuja finalidade é possibilitar à AD outros tipos de produções textuais, incluindo aquelas de cunho jornalístico.

O gênero discursivo, baseando-se em Bakhtin, ganha campo para a tipificação dos discursos.

Outra frente de pesquisa aberta a partir deste período é o estudo dos textos de Michael Bakhtin e Michel Foucault de maneira mais efetiva, com o uso da análise arqueológica do discurso de Foucault e o estudo da heterogeneidade discursiva de Bakhtin. Também neste momento, começa um movimento de substituição do conceito de formação discursiva, para o conceito de interdiscursividade e memória discursiva.

A memória discursiva tem relação com a memória constitutiva de dois planos: o da textualidade e o da História, isto é, o discurso constrói-se em uma relação do texto com seu interior – suas estruturas internas, os tempos verbais, conectores pressuposições e a anáforas¹⁰ – e do texto com sua interdiscursividade – sua relação com outros textos. Assemelha-se com o conceito de formação discursiva (FD), contudo, é apresentado na teoria como algo mais amplo.

¹⁰ “A anáfora pode ser definida como o relacionamento interpretativo em um enunciado ou sequência de enunciados, de ao menos duas sequências, sendo que a primeira tem a função de guiar a interpretação da outra ou das outras (MAINGUENEAU & CHARAUDEAU, 2004, p.36).

2.5. Análise do discurso francesa e a normalização disciplinar

A partir da década de 1980, ao mesmo tempo em que a teoria do discurso começa a dividir-se, iniciam-se um movimento disciplinar nas universidades francesas e um apagamento de seus marcos histórico, ao ponto de alguns autores, construírem a AD como um movimento de continuidade e não de ruptura, como é visto em Pêcheux e seu grupo, por exemplo.

O surgimento da AD, em Maingueneau (1997, p. 9) é comentado da seguinte maneira: “Na França, e de forma geral na Europa, é tradição associar fundamentalmente reflexão sobre textos e História”. Para o autor, essa tradição é o encontro de uma conjuntura intelectual e uma prática escolar. Essa conjuntura intelectual, o cenário de ascensão do Estruturalismo, teve reflexo direto no solo fértil das décadas de 1950 a 1970.

Ainda para Maingueneau (1997, p. 9), a AD, como o próprio estruturalismo, nasce de uma conjuntura da tradição histórica francesa e de três áreas: a linguística de Saussure, a Sociologia de Althusser (depois da década de 1970) e Marx, e a psicanálise de Freud e Lacan.

Essa visão é diferente da de Pêcheux, por exemplo, (1998b, p.45):

[A AD] é, antes de tudo – e isso desde 1965, aproximadamente -, assunto de *linguistas* (referindo-se inicialmente ao Distribucionalismo Harrissiano, na sequência dos trabalhos de J. Dubois), mas também de *historiadores* (na maior parte das vezes, especialistas no século XVIII e na Revolução Francesa), e de alguns *psicólogos* (especialistas em Psicologia Social, em ruptura crítica com essa disciplina).

Em Pêcheux, a AD é compreendida em um *entremeio*, em uma relação de áreas, que buscam criar uma nova disciplina. Esse fato leva a uma multiplicidade de significados e de atores atuantes no desenvolvimento da AD. Deve-se levar em conta, ainda, que a disciplina é relativamente recente, por isso as definições do que vem ser a AD, em sentido restrito, podem ocasionar uma série de equívocos, como este, em que o autor continua buscando uma continuidade relacionada a uma prática escolar. Maingueneau (1997, p.10) comenta:

(...) A prática escolar referida é a “explicação de textos”, presente sob múltiplas formas em todo o aparelho de ensino da escola à Universidade. Essa relação entre o sucesso da análise do discurso na França e a prática escolar foi frequentemente sublinhada. A. Culioli, por exemplo, observa que “a França é um país onde a literatura desempenha um grande papel, sendo possível questionar se análise do discurso não seria uma maneira de substituir a explicação de textos como forma de exercício escolar”.

Parece que existe, aqui, um equívoco no entendimento da História da AD. Pode-se afirmar, é claro, que existem práticas gramaticais e filológicas de interpretação de textos, mas dizer que a AD é uma mudança “tranquila” de um *status quo* científico-ideológico para algo novo é um aparente *contrassenso*.

Há a concepção recorrente na literatura de que, a partir da década de 1960, vão se construindo teorias sem uma ligação fixa, baseando-se nas releituras de Freud, Marx e Saussure e de sua efervescência teórica e metodológica. A AD *não* parte de um percurso evolutivo contínuo; essa percepção, em voga na década de 1980, é fruto da “normalização” universitária que começa a ocorrer.

Pêcheux (1998b, p.48) alerta para este aspecto tomado por autores como Maingueneau:

Historiografia Documental não tematizava, portanto, a discursividade do documento, sua língua, seu estilo ou sua escrita, o que não a impedia, aliás, se fosse o caso, de levar isso em conta implicitamente, a título de indícios espontâneos que guiam a leitura e a escrita enquanto prática ‘literária’ implicada pela profissão de historiador.

Demarcado o campo de atuação histórico e teórico da AD, é necessário também discorrer a respeito da “abordagem”, que, devido ao apagamento do percurso da disciplina, acabou por criar na AD algumas diferenças de abordagem e de caminhos tomados.

Dentro da AD, como em todas as disciplinas e ciências existentes no universo do conhecimento, existem tendências de análise e de estudo, possibilidades teóricas que decidem “por onde se caminhará” e “como se caminhará”.

Maingueneau (1997, p.12) faz a seguinte ponderação a esse respeito:

O “discurso” modifica-se de acordo com as referências que se faz à psicologia, à História, à lógica, etc., e, no interior destes campos, a esta ou aquela escola: uma “análise do discurso” pode, por exemplo, retirar boa parte de seus conceitos da psicologia, mas tomará uma configuração diferente segundo se trate de psicologia cognitiva ou psicanálise e, no interior da psicanálise, por filiar-se a esta ou aquela escola.

Portanto, é necessário tipificar os autores, a abordagem e os conceitos, já que se pode chegar a diferentes análises e discursos. Nesse caso, a tônica deste trabalho se dará pela tendência francesa de análise do discurso, enfocando mais as noções postuladas por Pêcheux, Foucault e seus contemporâneos, pois se entende que essa tendência francesa oferece mais subsídios teóricos para a compreensão do discurso a que este estudo se propõe. Trata-se da *escola francesa da análise do discurso*, como foi chamada no final da década de 1980, devido ao ato disciplinar. Courtine (2007, p.27) claramente considera essa terminologia reducionista para a AD: “Gostaria de dizer aqui que nem Michel Pêcheux, nem aqueles que estavam com ele na origem do projeto da AD jamais empregaram esse termo”.

Contudo, na atualidade, existem autores que a estabelecem como tal para fazer uma contraposição, de certa maneira, àquela que se desenvolve nos países de tradição anglo-saxã. Assim, enquanto a AD francesa se fixa no discurso escrito, doutrinário e em uma posição transversal entre a língua e a ideologia, a AD anglo-saxã examina o discurso oral da conversação cotidiana e comum. Essa afirmação apoia-se nas leituras dos textos de Maingueneau (1997), que buscam, nesta visão reducionista da própria AD de Michel Pêcheux, demarcar a AD na atualidade.

Dessa forma, a corrente francesa apresenta uma preocupação com os propósitos textuais, com a explicação das formas narradas e com o discurso construído. Já a corrente anglo-saxã concentra-se nos propósitos da comunicação e no seu caráter descritivo através do uso imanente da linguagem, trabalhando com temas de conflitos ideológicos latentes como violência sexual, racismo, etc.

O método francês é o de entremeio, interagindo com a linguística, a História e a sociologia, devolvendo desafios aos discursos que analisa, como se procurou descrever ao longo deste capítulo. O anglo-saxão é interacionista, buscando apoio na psicologia e na sociologia. Essas afirmações baseiam-se no quadro proposto por Gadet, citado mais à frente.

Talvez a grande diferença entre as abordagens seja a maneira pela qual se compreende as relações teóricas com outros campos. No caso francês, a AD é entendida como uma *ruptura* e, no caso anglo-saxão, como uma ampliação do campo de atuação da linguística.

Umás séries de críticas são feitas¹¹ nesta separação, às vezes arbitrária, de diferentes tendências de pensamento em AD, principalmente no que diz respeito a uma *Escola Francesa de Análise do discurso*, porque atualmente existe uma série de pesquisas sem uma ligação teórica real com a AD que se descreveu até agora.

É possível encontrar sob esse termo estudos sobre pragmática, linguística textual, teoria da enunciação, sociolinguística, etc., que possuem pouca ou nenhuma ligação com a AD de Pêcheux. Isso é ponderado também por Orlandi (2007, p.75) “(...) este nome *escola de análise do discurso francesa* não recobre um conjunto de trabalhos que tenham uma consistência interna (teórica) e histórica”.

Portanto, quando se fala aqui de análise do discurso francesa, comentam-se a AD formulada e estruturada por Pêcheux e seu grupo e seus desdobramentos posteriores, e não as

¹¹ Podem-se encontrar duras críticas em textos de autores como Jean-Jaques Courtine, Michel Plon e Eni Orlandi.

atuais distorções conceituais que ocorrem principalmente na França, como identificadas em páginas anteriores.

Gadet (apud MAINGUENEAU, 1997 p.16) ilustra tal diferença entre AD de Pêcheux e Foucault e a AD anglo-saxã em um quadro interessante:

	AD Francesa	AD Anglo-Saxã
Tipo de Discurso	Escrito Quadro Institucional Doutrinário	Oral Conversação Cotidiana Comum
Objetivos determinados	Propósitos Textuais Explicação-forma Construção do Objeto A relação ideologia/língua	Propósitos Comunicacionais Descrição- uso Imanência do objeto
Método	Materialismo histórico Teoria do Discurso	<i>Interacionismo</i> Psicologia e sociologia
Objeto	Linguística	Antropologia

Quadro 1. Quadro Comparativo entre a AD Francesa e AD Anglo-Saxã
Fonte: Adaptado de MAINGUENEAU, D.,1997.

Pelo quadro, pode-se perceber uma discrepância entre as abordagens. Tradicionalmente, a primeira pode ser entendida como mais teórica e aplicável a discursos com um nível de formalização maior; a segunda, mais metodológica e aplicável a situações do cotidiano.

Adaptou-se o quadro porque se entende que AD não possui um método estrutural em sentido estrito, ela pode ter tido relações com o estruturalismo, mas sua metodologia e uso extrapolam esta perspectiva, acabando por reduzir sua própria especificidade e metodologia de análise.

Sobre o método francês, Maingueneau (1997, p.6) coloca a seguinte acepção:

Há uma certa tradição intelectual europeia (e, sobretudo da França) acostuada a unir reflexão sobre o texto e sobre História. Nos anos, 60 sob a égide do estruturalismo a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, uma articulação entre a linguística, o marxismo e a psicanálise. A AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era preocupação não só de linguistas como de historiadores e de alguns psicólogos.

Na análise do discurso francesa na atualidade, como é colocado por Charaudeau e Maingueneau, (2004, p.45), encontram-se tendências de análise¹², interpeladas por noções já consideradas básicas no campo da AD à francesa:

Os trabalhos que inscrevem o discurso no quadro de inserção social, os trabalhos que privilegiam o estudo das situações de comunicação linguageira e, portanto, o estudo dos gêneros do discurso; os trabalhos que articulam os funcionamentos discursivos com as condições de produção de conhecimentos ou com os posicionamentos ideológicos, os trabalhos que colocam em primeiro plano a organização textual ou a seleção de marcas de enunciação.

Este trabalho coloca-se nos funcionamentos discursivos de produção de conhecimentos e para tal estudo é necessária uma análise profunda da disciplina, dos autores e dos enunciados que se propõe a analisar. Mesmo com abordagens teóricas diferentes, em aspectos gerais, deve-se levar em conta que a análise do discurso é um desdobramento teórico do campo científico da linguística, provocando rupturas profundas especialmente nas relações entre a linguagem e a ideologia, porque se preocupa com o além-texto, ou seja, em que medida a construção de um texto remete as esferas ideológicas.

O histórico, o assujeitamento ideológico, torna-se algo importante para o entendimento da produção textual, constituindo-se como uma disciplina de entremeio, em relação a linguística, História e sociologia. A AD trata as produções textuais como um objeto complexo para cujo entendimento são necessários os subsídios teóricos do materialismo histórico, da teoria discursiva e da própria linguística.

5.6. A (escola) análise do discurso no Brasil

Na prática francesa de AD, e na própria linguística, o movimento teórico foi muitas vezes anterior a sua institucionalização nas universidades. Pêcheux, por exemplo, era pesquisador de psicologia social no CNRS, e não um professor universitário no momento da publicação de seu texto ADD-69.

Já a prática brasileira, nesse sentido, é bem diferente. Aqui, a AD inicia seu percurso já institucionalizada, em um ambiente universitário, dando outros rumos para a prática de análise e ao desenvolvimento teórico. Quando se fala, portanto, da análise do discurso no Bra-

¹² Para alguns autores como Courtine (2007) não são análises do discurso em sentido estrito uma vez que se confundem com outras disciplinas e estudos de outra ordem.

sil, estamos falando de outra disciplina, dados uma realidade e um momento histórico diferentes.

Orlandi (2002 p. 38) endossa essa assertiva: “Há uma relação de consistência histórica entre o que se chama, no Brasil, (...) análise do discurso da escola francesa, e sua institucionalização. Na França, eu diria, que entre o ‘nome’ (AD) e a ‘coisa’ institucional há um lapso separando um momento do outro (...)”. Esse lapso causou algumas distorções históricas e teóricas; mas, no caso brasileiro, tal percurso foi totalmente diferente.

Contudo, como foi apontando na seção anterior, é preciso ponderar o uso que se faz da palavra *escola* neste contexto. Estamos chamando de “escola brasileira” o corpo teórico desenvolvido no Brasil baseado em uma filiação específica, a AD de Michel Pêcheux, que se desenvolveu em torno da dinâmica imposta pela relação entre a língua e a ideologia.

Quando falamos de “escola brasileira” estamos comentando os desdobramentos teóricos da obra de Michel Pêcheux no território brasileiro, que, devido as suas características históricas, desenvolveu-se de maneira diferente daquela AD presente no território Francês.

Devido ao percurso da AD no Brasil é possível dizer que “A morte do pai foi consumada. Apesar disso, ainda hoje se ouve falar muito no nome de Pêcheux. Onde? Aqui entre nós na América Latina, mas sobretudo no Brasil” (FERREIRA 2007, p.17).

A introdução da análise do discurso no Brasil sofreu grande influência do regime militar, que vigorou de 1964 até meados da década de 1980. Costuma-se dizer que, no final dos anos 70 e início dos anos 80, a AD foi instaurada no Brasil – mais especificamente na UNICAMP, onde a Professora Eni Orlandi ministrava os primeiros cursos – devido ao enfraquecimento pelo qual passava a ditadura militar nesse período.

A própria professora Orlandi (2007, p.81) pondera a respeito da AD no Brasil: “a análise do discurso institucionaliza-se amplamente – não sem algumas resistências, alguns antagonismos – e, com sua produção e alcance teórico, configura-se como uma disciplina de solo fértil, como muitas consequências tanto para a teoria como para a prática do saber linguístico”.

O principal ponto é que, diferente do que aconteceu na França e nos Estados Unidos – que acabaram por separar a análise dos textos, uma relacionada aos textos escritos à outra preocupada com a oralidade –, no Brasil, a AD manteve o interesse em ambos os tipos de produções, dando uma sustentação diferente ao método e ao uso da mesma.

A Unicamp irá, a partir da Pós-Graduação em Linguística e das linhas de pesquisas relacionadas à AD, propagar, ao longo da década de 1980 e durante a década de 1990, centros de pesquisa em universidades como a Unesp, UFRGS, UFMG, FURG, UFSC, UCB, UNI-

SUL, UNIJUI, UERGS, entre outras. A partir desses centros, iniciam-se tantos outros estudos nos últimos 10 anos.

Buscou-se, nesta pesquisa, filiar-se a essa trajetória, uma vez que é impossível qualquer teoria desligar-se do seu contexto discursivo e de seu momento no contínuo do espaço-tempo.

Descreveu-se, ao longo deste capítulo, aspectos históricos e conceituais da AD buscando contextualizar as práticas e teorias da disciplina, visando com isso a facilitar a compreensão de seus conceitos – que são metodológicos. Discutem-se, no próximo capítulo, noções que até aqui foram apenas enunciadas e sinalizadas. Justifica-se a intenção, pois, por meio dessas noções, será trabalhado o discurso da Arquivística e mais ainda, e demarcadas as filiações teóricas que fazemos, buscando não silenciar nenhum dos aspectos teóricos que contribuíram para a construção da AD filiada à obra de Michel Pêcheux.

3. POR UMA METODOLOGIA DO DISCURSO: NOÇÕES E MÉTODOS PARA UMA ANÁLISE DISCURSIVA

O capítulo anterior descreveu aspectos mais gerais e históricos e não exclusivamente uma possível definição dos conceitos, uma vez que a própria conceituação é um simulacro. À medida que se define algo de maneira restrita, perde-se a real abordagem daquela ideia. Buscou demarcarem-se, então, através dos próprios textos, alguns pontos fundamentais da teoria do discurso.

Nesse sentido, com as balizas teóricas sinalizadas, é necessário descrever as noções, pois, por meio delas e analisando o arcabouço de ideias e ideologias, que se buscou descrever e identificar a AD no interior da prática e da teoria Arquivística.

Ainda conforme o capítulo anterior, a AD de Michel Pêcheux sofreu uma série de mudanças no decorrer do seu percurso nos últimos 40 anos, de uma disciplina calcada majoritariamente na relação entre linguística e ciências sociais para uma relação de maior proximidade com a História, devido às características semânticas de seu método.

Para o conjunto de textos (e discursos) que se trabalhou, a abordagem do que Pêcheux chamou de AD-2 contribui de maneira fundamental para a nossa discussão, ou seja, uma relação com a análise automática do discurso. Há, também, uma relação com o conceito de Foucault de formação discursiva e, mais ainda, com o que tradicionalmente é chamado de análise arqueológica do discurso, baseado em uma apropriação e uma resignificação da Análise do Discurso discutida por Foucault em seu livro *Arqueologia do saber*, e não apenas em seus conceitos. Por fim, e mais importante para o aqui se pretende, é a leitura que J. J. Courtine faz da obra de Foucault, no contexto da AD desenvolvida por Pêcheux. Assim, para nosso uso do método do discurso, esses três autores irão permear a análise.

Nesse sentido, são relevantes as palavras de Freitas (2001, p.61): “Nosso ponto de entrada será a arqueologia Foucaultiana. Iniciamos em Foucault (...) pelo fato de a própria gênese de um de seus conceitos centrais – formação discursiva – haver se dado em estudos sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem campos de saber”.

A seguir, a fim de facilitar a compreensão do método destes autores, descrevem-se, primeiramente, algumas ideias principais abordadas por esses e outros autores, para noções que permeiam a teoria e o método de análise e também a própria descrição do método.

3.1. Os elementos da teoria discursiva: a noção de discurso e enunciado

Circunscrito seu espaço de atuação e suas possíveis abordagens, é necessário especificar seu objeto, já que, mesmo a AD sendo uma disciplina que trabalha permeada por outros campos de conhecimento – no caso, as ciências sociais e a linguística – seu objeto é único, uma vez que, parafraseando Pêcheux (2008), é pela atuação do sujeito que se constrói o discurso, e é só por meio da ideologia que se constrói o sujeito.

Em contraposição ao modelo informacional de Jakobson, Pêcheux diz: “a teoria da informação, subjacente a este esquema, leva a falar de mensagem como transmissão de informação: que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentido’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 1997d, p.82).

Assim, existe na AD um deslocamento dos estudos linguísticos visando criar uma “unidade de análise determina a necessidade de criar um corpo teórico-analítico que vise considerar a materialidade discursiva como objeto próprio” (Indusky, 1997, p.17).

Dessa forma, as relações com o objeto em AD funcionam na conexão língua-discurso-ideologia. A definição de discurso não se relaciona em nada com a noção elementar de mensagem, entendimento comum na área da comunicação. O discurso seria o efeito de sentido entre interlocutores.

Sobre essas conceituações, Orlandi (2007) diz:

Desse modo, diremos que [o discurso] não se trata da transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela História, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (2007, p.21)

Na AD, entende-se o discurso como um espaço aberto, partindo da língua, atravessado pela ideologia e circunscrito por sua própria História. Na literatura sobre AD é possível encontrar, atrelado ao conceito de discurso, a metáfora relacionando o discurso com uma rede de sentidos que se transformam em um tecido discursivo. Em Ferreira (2007, p.19), a relação metafórica é assim exposta:

A rede, como um sistema, é um todo organizado, mas não fechado, porque tem os furos, e não estável, porque os sentidos podem passar e chegar por essas brechas a cada momento. Diríamos, então, que um discurso seria uma rede e como tal representaria o todo; só que esse todo comporta em si o não-todo, esse sistema abre lugar para o não-sistêmico e o não-representável.

Portanto, o discurso pode ser compreendido como uma rede nunca completa e concluída, sempre passível de mudanças provocadas pelas ideologias e pela História, além de mudanças na ordem do sentido e na ordem do próprio discurso.

O objeto da AD não é a língua em si ou suas produções, mas o discurso necessita dos elementos linguísticos, o discurso implica uma exterioridade à língua. Ele tem reflexo no texto, mas envolve questões além do linguístico, como foi dito no capítulo anterior, os aspectos ideológicos e sociais a que as palavras remetem quando são escritas ou faladas.

Por isso, pode-se dizer que o discurso é a “palavra em movimento, prática de linguagem” (ORLANDI, 2007 p.15). A AD não irá preocupar-se com o sentido do texto ou mesmo com o sentido do discurso, mas os modos como o texto e o discurso se relacionam na produção de sentidos ao longo do seu percurso histórico, como uma palavra, por exemplo, que irá adquirindo sentidos em uma determinada conjuntura.

Complementando, “deve ser tomado como um conceito que não se confunde nem com o discurso empírico sustentado por um sujeito nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional da linguagem” (MALDIDIER, 2003, p.21).

O discurso e sua análise correm “refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2007 p.16).

Quando Pêcheux enuncia a AD no artigo *a análise automática do discurso*, ele estabelece o discurso com uma máquina discursiva fechada; porém, a partir da AD-2, o conceito de discurso fechado é deslocado, na medida em que surgem os conceitos de formação discursiva e ideológica. Chegando à década de 1980, o conceito de discurso irá deslocar-se ainda mais, ampliando o corpus de pesquisa em AD. Será “o limite à crise da noção de máquina discursiva estrutural.” (PÊCHEUX, 1997c, p.315).

Foucault também lança luz no que se refere à noção de discurso. O autor compreende que o discurso é a forma que se compreende a língua. O discurso faz parte de um processo de significação que se modifica a partir do momento ideológico e histórico produzindo efeitos:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas tendo manifestado e intercambiado seu sentido, pode voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 1997, p.49)

Foucault, que toma uma posição diferente em relação ao discurso, compreende-o como um espaço histórico, uma vez que os discursos produzidos só são possíveis em uma rela-

ção político-ideológica favoráveis ao seu aparecimento, permeados pelo sentido que é ideológico e que lhe é particular. O sentido é construído por uma relação entre o poder, o saber e a linguagem.

Um ponto primordial para a materialidade discursiva é o *enunciado*, uma vez que é conjunto de sentidos mais elementar que pode ser particularizado dentro do discurso. Foucault (1997, 133 p.) assim esquematiza o que um enunciado requer:

Examinando o enunciado, o que se descobriu foi uma função que se apoia em um conjunto de signos, que não se identifica nem com aceitabilidade gramatical, nem com a correção lógica, e que requer, para realizar, **um referencial** (que não é exatamente um fato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação); **um sujeito** (não a consciência que fala não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes); **um campo associado** (que não é o contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de coexistência para outros enunciados); **uma materialidade** (que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um status, regras de transcrição, possibilidade de uso ou de reutilização).

O discurso pode ser entendido como uma ordem na qual se encontra um campo de experiência, ou seja, um referencial. O enunciado é a materialidade deste referencial, que possibilita a análise. Foucault entende o discurso como um sistema de dispersão, ou seja, cabe a quem analisa o discurso descrever e compreender essa ligação entre os enunciados, seu conceito histórico e ideológico, fazendo parte de um discurso. Para o autor, a descrição desta conexão arqueológica é uma das análises possíveis do discurso, um lugar no qual se circunscreve o campo da experiência e do saber possível, com um campo de experiências, orientadas, contextualizadas, assumidas conforme colocam Charaudeau e Maingueneau em seu dicionário de AD (2004).

Outro conceito a ser desenvolvido no tópico seguinte é o de *formação discursiva*, que, na obra de Foucault, relaciona-se com o conceito de enunciado da seguinte maneira: “Um enunciado pertence a uma formação discursiva como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo” (FOUCAULT, 1996, p.135).

A metodológica de acordo com a qual Foucault apresenta seus conceitos torna a análise clara, uma vez que é possível particularizar os enunciados mais incisivos pertencentes à

formação discursiva. Segundo Guespin¹³ (1971) (Apud CHARAUDEAU e MAINGUENE-AU, 2004, p.196):

O enunciado é a sucessão de frases emitidas entre dois bancos semânticos, duas pausas da comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, olhar um texto sob a perspectiva de sua estruturação “em língua” permite tomá-lo como um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção desse texto possibilita considerá-lo um discurso.

A relação simbólica estabelecida entre o discurso e o enunciado permite a construção da análise, na medida em que, por meio dessa relação, demarca-se o *corpus*, visando o conjunto de relações entre os enunciados e a formação discursiva.

3.2. Os elementos da teoria discursiva: a formação discursiva e a formação ideológica

Conforme o tópico anterior, a noção de enunciado está relacionada com o conceito de formação discursiva (doravante FD), numa relação entre esta e a enunciação. Atravessando tal relação, tem-se o conceito de formação ideológica (doravante FI). O primeiro autor a discutir isso, pensando na noção de formação discursiva, é Foucault. Posteriormente, essa noção torna-se parte da fundamentação para que se compreenda a disciplina, devido à sua ampliação conceitual na obra de Pêcheux e de J. J. Courtine.

A dupla paternidade do conceito gera, muitas vezes, uma série de confusões no que diz respeito à sua conceituação. Baronas (2011, p.89) comenta essa polêmica: “Michel Pêcheux teria emprestado o sintagma – formação discursiva – de *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault, para, à luz do materialismo histórico, reconfigurá-lo, relacionando-o com o conceito althusseriano de ideologia”.

Courtine¹⁴ (2006) (apud BRANDÃO, 1993, p.41) compreende a formação discursiva da seguinte maneira:

O nível do enunciado: diz respeito ao sistema de formação dos enunciados que englobaria “um feixe complexo de relações” funcionando como regra. Enquanto regra, esse sistema determinaria “o que pode e deve ser dito” por um sujeito falante situado num dado lugar, num dada conjuntura, no interior

¹³ GUESPIN, L. Problematique des travaux sur le discours politique, *Langages*, V.23, p.3-24, 1971

¹⁴ COURTINE, J-J., *Metamorfoses do discurso político. Derivas da fala pública*, São Carlos, Editora Claraluz, 2006

de uma formação discursiva, sob a dependência do interdiscurso dessa última. Esse nível é o lugar da constituição da “matriz de sentido” de uma formação discursiva determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados. Esse nível se situa no plano das regularidades pré-terminais “aquém da coerência visível e horizontal dos elementos formados (...)”. O nível de formulação: refere-se ao “estado terminal do discurso” onde os enunciados manifestam certa “coerência visível horizontal” Trata-se do intradiscurso em que a sequência discursiva existe como discurso concreto no interior do “feixe complexo de relações” de um sistema de formação.

A FD é, pois, a relação entre os enunciados que determina o que pode ser dito, na medida em que eles se inscrevem historicamente formando um conjunto de sentidos relacionados à ideologia na produção de sentidos.

Courtine separa a formação discursiva em dois níveis. Um relaciona-se com enunciado e se estabelece de forma bastante “limitada”, ocorrendo em uma dada conjuntura, em um determinado lugar. Outro se filia a uma formação discursiva que irá determinar como e o que será dito, por uma formação ampla que possui uma instância ideológica.

Henry (1997, p.38) dirá: “Existem muitos pontos de contato entre aquilo que Michel Foucault elaborou no que se refere ao discurso e aquilo que fez Michel Pêcheux, pelo menos no nível teórico. (...) Uma noção de ‘formação discursiva’ que tem alguns pontos em comum”.

Buscando deixar claro como se compreende este conceito, fundamental para a análise, Maingueneau (1997) esclarece que não se trata de considerar a formação discursiva como algo produzido por um sujeito único e exclusivo, mas por uma *posição* circunscrita no espaço-tempo, que pode claramente se relacionar.

Em Foucault, a formação discursiva será parte de seu projeto arqueológico de construir um método que “procura compreender o funcionamento dos discursos que constituem as ciências humanas” (BARONAS, 2011, p.92), compreendo-os não como conjunto de signos e elementos dentro de um sistema e de uma estrutura como os estruturalistas trabalhavam, “mas como um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadore” (op. cit, 2011, p.92)..

Nesse sentido, a Arquivística filia-se a determinadas formações discursivas atravessadas por relações político-ideológicas. Enquanto formação, pode-se dizer que os arquivos são filiados ao estado democrático, à História, à identidade, a um conjunto amplo de instituições e costumes que legitimam e fundamentam seu aparecimento.

Essa relação é bem marcada pela própria construção das ciências humanas e sociais, das quais, a Arquivística não escapa. É possível dizer, baseando-se em Baronas (2011) e Foucault (1997), que processos discursivos, os quais perpassam os conceitos e objetos da Arquivística, possuem em sua discursividade uma liberdade condicionada, por terem passado pela regulação própria da atividade “política” do discurso das ciências, que legitima cada um dos discursos efetivamente ditos, determinado como e o que pode ser dito por um sujeito (compreendido com uma posição), com um método aceito, sendo inserido na verdade de uma época.

Dito isso, fica fácil compreender por que, em determinados pontos de “conflito”, a área toma rumos em um sentido e não em outro, por que, em determinado contexto, pode-se dizer que a “prova documental” é a “santidade” do documento de arquivo, enquanto, em outro momento, isso não é aceito como uma verdade para a teoria dos arquivos.

Assim, por esses motivos, compreendemos que as formações discursivas das quais a Arquivística faz parte são fruto de e inserem-se em um movimento exterior a elas, mas não o contexto situacional, e sim as condições de produção do discurso, que são permitidas e determinadas posições e rumos disciplinares.

Courtine (2009) falará, em sua tese, de *memória discursiva* em uma relação com a interdiscursividade. Existirá, porém, na produção enunciativo-discursiva, um apagamento e uma distorção, uma vez que aquilo é enunciado. Existe uma contradição latente ao próprio processo discursivo, o que Pêcheux (2009) chamará de *enunciado dividido*, na medida em que, a formação discursiva é perseguida por essa memória.

Ainda sobre a FD, Orlandi (2007, p.43) esclarece o funcionamento:

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. (...) Deste modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.

A FD, portanto, é um conceito de conexão entre o enunciado, o sujeito e a ideologia. É o espaço entre o que pode ser dito, devido ao contexto ideológico e político. Este dito, sendo permeado pela ideologia, revela que o sentido não está na palavra, na frase ou no texto, mas acontece na discursividade, partido da relação entre formação ideológica e formação discursiva-enunciado-sujeito.

A formação discursiva é o conjunto de enunciados relacionados a partir de uma posição ideológica, de um lugar real e de sujeitos específicos. Por exemplo, encara-se aqui a Arquivística como parte de formações discursivas. Encará-la como tal, é perceber que seu conjunto de técnicas, saberes, sujeitos estão relacionados aos enunciados que produzem, e estes enunciados estão relacionados com a uma conjuntura política e ideológica, com o poder, em um jogo social estabelecido no espaço-tempo cheio de conflitos. Dessa forma, a Arquivística, enquanto um espaço discursivo, nunca está finalizada, é passível de mudanças e possui os apagamentos provocados pela própria ação da ideologia, naturalização destas relações.

Assim, ao encará-la desta maneira, pode-se perceber que os conceitos da disciplina estão sujeitos a um embate externo, que desconstrói e modifica sua prática institucionalizada. Deve-se acrescentar, ainda, que os conceitos trabalhados na disciplina só são possíveis a partir da posição histórica em que foram construídos, e o significado de um mesmo conceito modifica-se à medida que a posição na formação discursiva altera-se ou a filiação ideológica diversifica-se no decorrer do tempo. A FD é a posição do discurso no espaço-tempo.

Palavras iguais podem significar coisas diferentes porque se inscrevem em formações discursivas diferentes, e esta diferença ocorre por que são sujeitos e contextos distintos. Cabe, então, ao analista do discurso observar as condições de produção dos textos, e remeter aquele enunciado a uma determinada formação discursiva.

A FD é, portanto, o espaço em que a materialidade enunciativa tem a possibilidade de ser interpretada e compreendida, a partir da posição histórica e ideológica na qual o sujeito encontra-se.

Sobre a FI em específico, Pêcheux comenta:

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças, na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações (1997e, p. 166).

A Formação Ideológica são os elementos externos à própria formação discursiva, como colocado anteriormente; aquela atravessa e modifica as relações que a esta estabelece no nível político e ideológico.

O conceito atrelado a esta formação é o da *ideologia*, discutida no capítulo anterior. Contudo, é interessante trabalhá-lo um pouco mais, uma vez que é um conceito crucial para esta formação.

A ideologia, enquanto conceito, surge primeiramente na obra de Marx e Engels. Para eles, o conceito de ideologia é bastante restritivo por tratar-se de uma crítica ao sistema capitalista e ao pensamento burguês, portanto é o estudo de um fenômeno ideológico e não uma conceituação sobre o comportamento da ideologia enquanto uma noção estrutural das ciências humanas.

A FI é, de modo mais amplo, um conjunto de práticas e atitudes circunscritas no espaço-tempo, que atravessa várias formações discursivas e interliga a rede discursiva. Pêcheux e Fuchs (1997e, p.167) explicam a FI e sua ligação com as formações discursivas com o seguinte exemplo:

(...) a formação ideológica religiosa constitui, no modo de produção feudal, a forma da ideologia dominante; ela realiza “a interpelação dos indivíduos em sujeitos” através do Aparelho Ideológico do Estado religioso “especializado” nas relações de Deus com os homens, sujeitos de Deus, na forma específica das cerimônias (ofícios, batismos, casamentos, enterros, etc.) que, sob a figura da religião, intervêm, em realidade, nas relações jurídicas e na produção econômica, portanto no próprio interior das relações de produção feudais. Na realização destas relações ideológicas de classes, diversas formações discursivas intervêm enquanto componentes combinadas cada vez em formas específicas; por exemplo, e enquanto hipótese histórica a ser verificada: de um lado a pregação camponesa reproduzida pelo “Baixo-Clero” no interior do campesinato, de outro o sermão do alto-clero para os Grandes da nobreza, logo duas formações discursivas (...).

Este exemplo esclarece bem a conceituação da ideologia, enquanto FI no interior da teoria do discurso. Existe, no exemplo, uma única FI, a qual permeia outros dois exemplos de FD, mas que, dado à conjuntura apresentada, pode conter um número bem maior de FDs.

Pode-se, ainda, citar, por exemplo, a própria Arquivística. Como todas as disciplinas, está sujeita aos acontecimentos que a constituem e a institucionalizam, e os embates entre o político, o saber e a ideologia provocam mudanças em sua estrutura discursiva. Analisar o discurso é perceber esses atravessamentos e mostrá-los na análise.

Para se analisar um discurso, é necessária a construção de um corpus de análise. “O analista do discurso não é uma pessoa neutra. Nunca. (...) Ele deve, igualmente, construir um observatório para si” (MAZIÈRE, 2007, p.23).

Esse corpo de análise tem reações com as formações discursivas que nutrem o campo de estudo. Esta análise é mediada pela teoria do discurso; mas, para se identificar/compreender um determinado discurso, é necessário estabelecer os pontos em que existem relações de força entre os conceitos. Estes métodos são permeados por formações ideológicas e estão inscritos no espaço-tempo.

Pêcheux e Fuchs (1997e) colocam que, para analisar-se o discurso, são necessários três campos articulados, determinando seu quadro epistemológico geral: Materialismo Histórico, Linguística e Teoria do Discurso. Além desses três campos, é fundamental, como também é colocado por Pêcheux, o campo do sujeito, de natureza psicanalítico-ideológica.

Deve-se pensar que o discurso é produto do texto contextualizado, mas evidentemente esse texto foi produto de sujeitos, que não são pessoas, mas determinadas posições encaixadas institucionalmente e que refletem particularidades psicológicas relacionadas com seu contexto linguístico e histórico.

Pode-se esquematizar que o analista do discurso se apoia, também, em quatro preceitos básicos da análise: História-ideologia, língua-sentido (ALÓS, 2004). O sentido do discurso, na língua, corresponde ao que Pêcheux postulou como “a conjunção do sentido da ideologia e o sentido da linguagem”. Cabe, aqui, diferenciar as operações de um analista do discurso e de um linguista.

O que ambos analisam é a mesma materialidade linguística, o dado linguístico é o mesmo, mas o ponto de vista é diverso. Enquanto o linguista observa o funcionamento de um determinado enunciado, o analista examina o funcionamento do discurso dentro do enunciado e suas relações com a História e a ideologia. São relações de força, a “interpelação” contida no texto via marcas discursivas.

Sobre o sentido que o texto toma contextualizado, Pêcheux e Fuchs afirmam:

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece... atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: a da manipulação de significações estabilizadas, normalizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer normal estabelecida a priori, de um trabalho de sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (1997e, p. 204).

A grande diferença entre a análise do discurso e a linguística clássica diz respeito ao centro das atenções. Enquanto esta se preocupa com as relações signo-sentido estáveis, passíveis de regras; aquela interessa-se pela língua sendo utilizada. E quando a língua é utilizada, mutações são provocadas, pelos sujeitos, pelas ideologias, enfim pelas formações discursivas existentes (INDURSKY, 1997).

A fim de finalizar tal conceituação sobre a tessitura discursiva, pode-se afirmar que o discurso é passível de análise, porque estabelece relações ideológicas. A essas relações dá-se o nome de formação ideológica, que atravessa e interpela formações discursivas, as quais pos-

suem uma “historicidade” que as aproxima e as interligam. O que as une são sua materialidade/posição, são os enunciados nem inteiramente linguísticos, nem exclusivamente materiais.

Foucault esclarece esse jogo conceitual estabelecido no interior da produção discursiva:

(...) O enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apoia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. Em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase está correta (ou aceitável ou interpretável), se a proposição é legítima e bem constituída se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado. Não é preciso procurar uma unidade longa ou breve, forte ou debilmente estrutura, mas tomada como as outras em um nexo lógico, gramatical ou locutório. (...) trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos se elas aí estão presentes ou não (FOUCAULT, 1997, p. 98).

Portanto, de um lado há as formações discursivas estabelecidas em um nível mais geral, do outro, ocorrem os enunciados que interagem na formação discursiva e que podem ser particularizados, e se assim o são, também podem ser estudados em suas funções enunciativas.

Deve-se, nesse sentido, estabelecer uma correlação entre determinadas posições e determinados enunciados, a fim de estabelecer a materialidade presente nas produções textuais. Isso se exemplifica nas seguintes palavras: “Confrontada com uma miríade de informações polimorfos, susceptível de ser guardada em suportes cada vez mais diversificados” (ROUSSEAU & COUTURE, 1998, p.23).

Nesse texto, percebe-se todo um jogo discursivo produzido pelos autores. Há, aqui, não um enunciado único, mas dois que se complementam: um relacionado à explosão de informações produzidas na sociedade a partir da década de cinquenta, outro falando sobre o fato dessa explosão informacional acabar por produzir arquivos com uma pluralidade de suportes. Portanto, o enunciado pode ser estudado em sua historicidade e em sua relação político ideológica, remetendo-se a determinadas conjunturas que possibilitam seu aparecimento.

Podemos fazer as seguintes perguntas em relação ao exemplo dado: (i) por que os autores tomam esta posição e não outra? Por que é recorrente nos textos da década de 1990 chamar a atenção para a “explosão informacional”? O que existe neste momento que possibilitará essa constatação e não outras? Existe uma relação política e ideologia que permite esta constatação?

A AD possibilita o questionamento de determinadas posições atribuídas por determinados enunciados em contraposição a outros. Por exemplo, uma acepção fundamental para a análise do discurso é o sujeito da linguagem e o sujeito da ideologia.

O marxismo, que é uma referência durante os primeiros anos da AD, o sujeita. Foucault o dispersa na FD. A colaboração entre linguistas e psicanalistas o resgata do psicologismo. A colaboração com os historiadores introduz um sujeito da história. O peso da interdiscursividade organiza “a de localização tendencial do sujeito enunciativo” na materialidade dos enunciados, segundo uma fórmula de Pêcheux. As sofisticadas da pragmática o reconfiguram em uma escala de ações e de co-ações enunciativas e semânticas no qual ele pode se multiplicar se diluir. Nos casos mais simples, o sujeito é, no mínimo, dois: falante empírico e o enunciativo linguístico (MAZIERE, 2007, p.22).

No caso dos enunciados apresentados anteriormente, os sujeitos-eu tomam uma posição que, em uma análise discursiva, remeterá a outros enunciados que legitimam essa constatação.

Esse fato relaciona-se a um campo associado, no caso o discurso produzido pela Arquivística em sua literatura corrente, sobre o aumento dos suportes informacionais e sobre o aumento da quantidade de informação de modo geral e sua materialidade enquanto texto estabelecido no tempo-espaço.

Se, de um lado, há a concepção de uma FD como um campo de enunciados homogêneos relacionados entre si, dando sustentação a uma noção de FD, de outro a construção de uma FD está subsidiada ao conjunto de enunciados em que ela se relaciona. Foucault (1997), por exemplo, pensa em relacionar enunciados, no caso científico, sem utilizar a palavra ciência como algo com um sentido em si mesmo. A própria ciência e os enunciados são estabelecidos no interior das formações discursivas

Mas, também, este campo de enunciados correlacionados é atravessado, por outras FD, como é colocado por Foucault (1997):

(...) Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência; não se disporia a suspeitas e trazer à luz os conflitos latentes; mas estudaria formas de repartição. Ou ainda, em lugar de reconstituir cadeias de inferência (...) em lugar de estabelecer quadro de diferenças, descreveria sistemas de dispersão (FOUCAULT, 1997, p.43).

Portanto, a FD não é apenas uma formação particular daqueles discursos, ela é atravessada por outras FD e pela própria FI, que a modifica e que estabelece novas FD. Proceder à análise, neste caso, é entender esses atravessamentos discursivos, é mapear o sistema de dispersão, no corpus delimitado. Seus funcionamentos, exclusões/inclusões e formas de pro-

cessar evidências, no caso deste estudo, são as relações entre três lugares distintos que possuem pagamentos/dispersões em comum.

No presente estudo, por exemplo, observam-se as relações enunciativas das FDs, estabelecidas no interior da Arquivística, e percebe-se a heterogeneidade do discurso. Sendo assim, uma FD possui dois discursos ou mais, já que ela é nutrida pela contradição, e essa contradição é seu elemento constitutivo.

Compreendido o conceito de FD e FI, desenvolve-se agora outro conceito fundamental para a AD, o de *interdiscursividade*, responsável, no momento de sua formulação, por uma grande mudança na estrutura da disciplina.

3.3. Em busca do método: a interdiscursividade

A noção de interdiscurso apresenta-se como uma ampliação do próprio conceito de discurso e uma renovação da própria AD, uma vez que dispersa o assujeitamento do sujeito pela ideologia e a análise calcada fundamentalmente no discurso político, possuindo uma relação com a noção de formação discursiva.

Segundo Gregolin (2006), a aproximação de Pêcheux (distanciando-se das posições de Althusser) com a nova História e com Foucault permitiu a abertura de novas perspectivas para a AD.

No livro *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2008), Pêcheux trata o discurso como acontecimento, dizendo que pode desestruturar-se e reestruturar-se a partir das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele emerge.

Além disso, o discurso é o índice capaz de uma inquietação nas filiações sócio-histórica de identificação, na proporção em que ele forma, simultaneamente, um efeito dessas filiações e um trabalho “(mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (2008, p. 56)”.

Pêcheux (2008) afirma que a identificação não se dá de forma linear, que não existe ligação sócio-histórica que não sofra, de uma forma ou de outra, o que ele denomina de “infelicidade” no sentido performativo do termo, levando a um desvio de pessoa, pois é em relação ao *outro*, objeto da identificação, que ocorre a variação.

Ao reconhecer o discurso como acontecimento, se não houvesse esse desvio de pessoa, existiria apenas “uma justaposição caótica (ou uma integração supraorgânica perfeita) de animais humanos em interação” (PÊCHEUX, 2008, p. 57).

Esta mudança no pensamento de Pêcheux, provocada pela interdiscursividade, é momento final que distancia a AD do estruturalismo, uma vez que se percebe a existência não apenas de um sujeito assujeitado unicamente por seu contexto ideológico, mas sim a existência do *outro* no discurso, por meio de uma inter-relação entre as produções linguísticas e os sujeitos.

O uso mais corrente do conceito de formação discursiva modifica a estrutura de pensamento sobre o próprio fechamento do discurso e leva/levou a uma compreensão equivocada, uma vez que ele é um campo aberto.

A noção de interdiscurso possibilita uma compreensão maior deste conceito, que não deve ser entendido como uma partição ou uma caixa fechada, mas como uma realidade “heterogênea por si mesma”.

Sobre tal aspecto, é possível perceber em um artigo de J.M. Marandin¹⁵ (1979) (apud Maingueneau, 1997, p.112), baseado nas reflexões da pesquisa de Courtine, o funcionamento do interdiscurso nos seguintes termos:

O fechamento de uma formação discursiva é fundamentalmente instável, não se constituindo em um limite que, por ser traçado de modo definitivo, separa um interior e um exterior, mas inscrevendo-se entre diversas formações discursivas, como uma fronteira que se desloca em função dos embates de luta ideológica.

Portanto, o interdiscurso é um espaço de relação da ideologia com a formação discursiva, responsável pela constante reconfiguração da formação discursiva, devidos aos embates entre a luta ideológica, como o espaço da constante reconfiguração e ressignificação do discurso.

Nas teorias aqui analisadas, por exemplo, é possível perceber reconfigurações e ressignificações de alguns conceitos e de práticas profissionais relacionadas ao interdiscurso, mas este mantém sua base discursiva em um mesmo ponto, calcada em uma argumentação comum às obras teóricas e técnicas, existindo então uma relação entre as tradições. Estabele-

¹⁵ MARANDIN, J. M. Problèmes d'analyse du discours. Essai de description du discours français sur la chine, *Langage*, v. 55 p.17-88, 1979

ce-se uma interdiscursividade, à medida que os autores escolhem termos iguais para enunciar coisas diferentes, devido a posições e formações discursivas diferentes.

A noção de interdiscurso tem relação com uma memória discursiva, constituída por enunciados e formulações que se repetem, são refutadas e se transformam em outros significados. Esta memória não é compreendida como psicológica, mas está inscrita no enunciado. Assim, o interdiscurso apoia-se em dois eixos: “O ‘vertical’, do pré-construído, do domínio da memória e o ‘horizontal’, da linearidade do discurso, que oculta o primeiro eixo” (MAIN-GUENEAU, 1997, p.115).

A interdiscursividade é, portanto, a ampliação do entendimento da ideologia presente nas produções discursivas, relacionada com a memória discursiva. Seu aparecimento só é possível a partir do momento em que a materialidade linguística/ materialidade histórica adquirem sentido, ou seja, na AD, o texto só é um texto a partir de sua historicidade.

Descritos alguns pontos fundamentais da AD, é necessário, ainda um pouco mais, discutir seu método de análise.

3.4. Uma questão do método de análise: procedimentos metodológicos

Como se descreveu ao longo deste capítulo, a AD possui uma série de noções que possibilitam operar o discurso que se propôs a analisar, contudo é preciso esclarecer seu uso, uma vez que a abordagem e as noções já foram trabalhadas.

A AD, diferente de outras “metodologias” de pesquisa, tem em seu método de análise princípios bastantes inovadores calcados num jogo que se estabelece entre a produção linguística e a materialidade histórica, buscando as rupturas e os lapsos dos textos (orais e escritos), os quais não são inocentes, uma vez que a própria produção textual é a atuação da ideologia em sua relação com o inconsciente – o sujeito.

Enquanto metodologia de pesquisa, seu uso é diferente do de uma análise estatística ou de uma análise de conteúdo, por exemplo, uma vez que rompe com o que tradicionalmente se chama de “procedimentos de pesquisa/metodológicos”¹⁶ e, como análise, acontece de ma-

¹⁶ Tendo a AD como base metodológica para a análise, é possível dizer, baseado em todos os preceitos históricos e conceitos trabalhados, que a disciplina exige do pesquisador a construção de um *corpus* de análise de enunciados e, exatamente por isso, a análise é diferente, à medida que um enunciado remete a outros e a uma ou mais formações discursivas. e busca-se descrever este movimento na análise dos conceitos trabalhados, as relações histórico-conceituais entre eles.

neira diferente. O ponto fundamental do discurso, enquanto objeto de pesquisa, é a busca pela (re)construção do efeito de sentido nos textos.

Como Orlandi (2007, p.66) afirma, “O discurso não é um objeto dado”. Ele pressupõe, então, o trabalho de quem analisa de chegar até esse discurso. É preciso primeiramente entender a produção textual (oral e escrita) como uma materialidade linguística e converter tal materialidade em um objeto teórico.

À medida que se relacionam diferentes textos de uma mesma formação discursiva e se recorta o universo de análise possível (no interior da formação discursiva), devido a certas *posições* do discurso, a análise deixa de ser materialmente linguística e tornou-se parte de um processo discursivo, produzindo um recorte, organizando o corpus de análise. “Nosso ponto de partida é o de que a análise do discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos” (ORLANDI, 2007, p.66). Tal objeto só produz sentido a partir de sua posição histórica, sua relação entre língua e ideologia.

Utiliza-se, aqui, essa terminologia fazendo uma ligação direta com a Análise Automática do Discurso de Pêcheux (& FUCHS, 1997e, p.180). Para ele, o caminho metodológico para tal análise é descrito da seguinte maneira:

- Superfície linguística: entendida no sentido de sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase. Trata-se aí de um “discurso” concreto, isto é, do objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 [inconsciente] e 2 [consciente], na medida mesmo em que é o lugar de sua realização, sob a forma, coerente e subjetivamente vivida como necessária de uma dupla ilusão;
- Objeto Discursivo: entendido como o resultado de transformação da superfície linguística de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, em um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma análise linguística que visa anular a ilusão nº 2;
- Processo discursivo: entendido como o resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Este acesso ao processo discursivo é obtido por uma de-sintagmatização que incide na zona de ilusão-esquecimento nº 1.

São, portanto, três níveis necessários para a análise. Um relacionado com a materialidade linguística; outro, com sua transformação em discurso; e, o último, com o estado da discursividade, que é o processo discursivo resultado da relação entre as superfícies linguísticas e os objetos discursivos.

A discursividade acontece a partir da relação e não da extensão do texto, quer dizer, a análise pode acontecer em uma obra completa ou em um único enunciado oral, à medida que esse texto refira-se a alguma relação com a memória e com a historicidade. É neste sentido

que se introduz a Análise Arqueológica do Discurso, instaurada a partir de leituras do livro *Arqueologia do saber* de Foucault. É arqueológica porque busca escrever uma História dos sistemas discursivos constitutivos das ciências, e o estudo e mudanças das práticas discursivas.

Essa análise necessita de uma construção de enunciados que convergem em uma conjuntura no espaço e no tempo, chamados de *arquivos*. Assim, nessa pesquisa, o conjunto de textos das tendências teóricas e práticas da Arquivística são o conjunto de *arquivos*.

Sobre o fato, diz Foucault (1997, p. 143): “Denominarei arquivo não a totalidade de textos que foram preservados por uma civilização (...), mas o jogo das regras que determina em uma cultura o surgimento e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal como acontecimento e como coisas”.

O Arquivo neste sentido “não é um simples documento no qual se encontra referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivo e configurações significantes” (GUILLAUMOU & MALDIDER, 1994 p.164). A noção de arquivo atrela-se à noção de formação discursiva. Se essa formação discursiva é o campo, o arquivo é organização da memória desse campo.

Outro ponto fundamental, para o entendimento metodológico da AD, é a questão da autoria. Nesse sentido, duas relações devem ser esclarecidas: se a materialidade do discurso é o texto, a materialidade do sujeito é o autor, e é no autor que se constrói a unidade de sujeito.

O autor, enquanto sujeito, não é uma figura única. É, na verdade, “considerado um princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de coerência” (ORLANDI, p.75, 2007), ou seja, em toda produção discursiva, sendo ela coletiva ou determinada por algum comitê, instituição, etc., possui uma autoria no sentido discursivo, Essa autoria exige a coerência, o respeito às normas estabelecidas, explicação, clareza, conhecimento de regras textuais, originalidade, enquanto o analista, por meio do discurso, busca compreender os “furos” e as rupturas nesta rede textual.

Neste sentido, por meio dos conceitos e de percurso teórico-metodológico da AD, busca-se operar a análise utilizando as noções de *representação Arquivística* como um recorte para compreensão da discursividade estabelecida na Arquivística.

Como qualquer outra produção textual, essa análise encontra-se interpelada pelo poder, pela ideologia e por sua própria historicidade, afastando-se da aparente neutralidade e esterilidade a que o próprio discurso arquivístico tenta se prender.

O reconhecimento de uma dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas, sociais e históricas, provoca um deslocamento nos estudos para fenômenos extralinguísticos

É claro que este descolamento dos estudos linguísticos só é possível na década de 1960, devido ao terreno favorável instaurado pela consolidação da linguística moderna, responsável pela formulação dos conceitos que foram fundamentais para o aparecimento do estruturalismo e que desencadearam o desenvolvimento da AD.

Descrito todos os preceitos fundamentais da AD, buscaremos por meio dela, analisar o discurso da Arquivística no que fiz respeito a representação, parte nuclear da disciplina.

4. A ARQUIVÍSTICA ESPANHOLA: ELEMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

O estudo da Arquivística é o de uma teoria aplicada a uma profissão. Assim, o percurso da área sempre esteve atrelado a sua condição de existência. Então, a disciplina procurará responder a questões de ordem técnica e metodológica para fins de melhor organizar, disponibilizar e preservar os documentos jurídico-administrativos no interior de instituições públicas e privadas.

Dito isso, quando se fala de *teoria* em arquivos, discute-se o conjunto de procedimentos técnicos necessários para atingir um determinado objetivo funcional e social. O que se chama de *prática* é aplicação destes preceitos efetivamente em uma instituição Arquivística/coletora de arquivos.

Pode-se complementar esta acepção da seguinte maneira:

A teoria Arquivística: compreende sua própria história, seu objeto ou âmbito de atuação e sua metodologia, para execução de seus fim.

A prática Arquivística: composta pelas técnicas e procedimentos empenhados para a conservação ativa dos documentos e para difusão da informação (CRUZ MUNDET, 2011, p.17, tradução nossa).

Portanto, suas ligações disciplinares ocorreram de acordo com as condições políticas e ideológicas das sociedades em que essas instituições estão inseridas e são criadas. Historicamente e discursivamente, a Arquivística refletirá na teoria e na prática essa realidade. Neste sentido os três capítulos que se seguem estão relacionados à teoria da Arquivística nos países estudados: o viés histórico responde a uma das instâncias fundamentais de uma análise discursiva, ou seja, a construção de uma análise arqueológica a própria Arquivística.

A História do corpus já é parte da análise, ou seja, quando se descrevem historicamente os caminhos da disciplina e da descrição, faz-se uma análise discursiva.

A definição do corpus teórico da Arquivística não ocorre em si mesma, ou seja, não é pela definição em si que ela se constrói, mas nas relações com outras áreas e outras práticas profissionais. No caso espanhol, por exemplo, a diplomática exerceu um papel fundamental na elaboração de instrumentos de pesquisa durante os séculos XIX e XX, diferentemente do que ocorreu no Canadá.

A construção da Arquivística na realidade espanhola acompanha, de certo modo, o próprio aparecimento dos arquivos e da teoria moderna. Durante o século XIX, a importância dada ao aparecimento e percurso da historiografia europeia fundamenta e justifica a criação

de arquivos enquanto instituições públicas, o desenvolvimento técnico e o aparecimento de profissionais, mais tarde conhecidos como “historiadores-arquivistas”.

Neste momento no século XIX, os arquivos, dentre outras instituições, fomentarão tecnicamente o desenvolvimento das ciências humanas, especialmente a História e as recentemente criadas Ciências Sociais.

A História da Arquivística está, então, muito ligada ao aparecimento dos arquivos institucionalizados. Pode-se afirmar que já existiam práticas Arquivísticas antes da institucionalização propriamente dita, porém, é precipitado dizer que a mesma já existia antes da Revolução Francesa. É somente a partir desta que se criam os Arquivos Nacionais, e o desenvolvimento técnico da Arquivística inicia-se.

“A teoria Arquivística desenvolveu-se em vários níveis de intencionalidade nos últimos 120 anos. Uma gama grande de arquivos e situações Arquivísticas foi responsável pelas mais variadas abordagens para se manter os arquivos” (RIDENER, 2009, p.2-3, tradução nossa).

Contudo, é possível dividir o percurso dos arquivos em dois momentos bem marcados: o pré-arquivístico e o arquivístico. O primeiro perpassa séculos de História, a ascensão e queda de civilizações anteriores ao desenvolvimento dos princípios da proveniência e ordem original; o segundo, mais recente, é aquele no qual os princípios e métodos arquivísticos começam a ser enunciados e trabalhados.

A esse respeito, Cook, faz a seguinte ponderação: “[...] Desde tempos antigos, aqueles no poder decidiram quem era permitido falar e aqueles que eram forçados a silenciar-se, em ambos, na vida pública e nos arquivos” (1997, p.18, tradução nossa).

Assim, a Arquivística, enquanto teoria, é fruto da realidade moderna e de mudanças institucionais e políticas que ocorreram na Europa entre o final do século XVIII e o início do XIX, estando relacionada às práticas científicas deste período, especialmente aquelas relacionadas ao positivismo nas ciências humanas.

Ridener (2009) afirma que três coisas alteraram a estrutura conceitual da Arquivística ao longo de seu percurso histórico: as mudanças de paradigma, as mudanças provocadas pelo avanço tecnológico e, por fim, as mudanças ocorridas ao longo do desenvolvimento da historiografia. É importante acrescentar aqui as mudanças administrativas e os apagamentos e ressignificações ocorridas nos arquivos em relação ao percurso político e social dos países focados pelo estudo.

Deste modo, baseando-se nestas perspectivas, é possível dizer que os arquivos estão relacionados a uma gama político-ideológica, própria do período de desenvolvimento das li-

berdades individuais e do direito de acesso dos cidadãos aos documentos públicos. Os arquivos e a Arquivística fazem parte das mudanças ocorridas nas sociedades europeias do século XIX.

Paralelamente, os arquivos, dentre outras, são instituições que regulam e legitimam a constituição de identidade, memória e registraram a atuação do poder. Portanto, os profissionais que atuavam e atuam nessas instituições são responsáveis e legitimam as próprias instituições que representam.

Ocorre, desde o início, um apagamento da ação da ideologia nos arquivos, refletindo em seu desenvolvimento teórico. Essas afirmações são possíveis a partir da própria compreensão do percurso da Arquivística sob um viés discursivo. Assim, no decorrer do percurso histórico e social do ocidente, as citadas instituições sempre estiveram atreladas ao regime político no qual se inserem, ou seja, a prática administrativa e o acesso a um determinado documento em um país democrático ocorrem de maneira diversa das que se observam em um país ditatorial.

A Revolução Francesa foi parte de uma mudança profunda na sociedade ocidental, visto que o antigo regime colonial e monárquico foi sendo substituído, a partir do aparecimento de um movimento revolucionário dos que buscavam liberdade e autonomia política.

Com a criação dos Arquivos Nacionais, começa uma busca por métodos e ferramentas para a organização dos arquivos; já que, a partir do início do século XIX, além das mudanças já apontadas, esses métodos começam a servir de fonte para historiadores e de “celeiro” para o desenvolvimento das Histórias nacionais.

Essas mudanças são, evidentemente, frutos do desenvolvimento da historiografia e das ciências. Em sentido lato, pode-se dizer que os arquivos, entre outras instituições, são responsáveis por dar poder às pessoas para gerar sentido e, a partir desse, gerar identidades que se relacionam com o mundo. (BROTHMAN, 1999).

Um texto importante publicado neste período, referenciado por Ketelaar (2004) como um princípio teórico para a Arquivística, é a publicação de Joseh Anton Oegg, em 1804: *Ideen einer Theorie der archiwissenschaft* (Ideias de uma teoria Arquivística). Ketelaar tem uma posição interessante a respeito desta obra:

Do subtítulo de seu livro é possível dizer que possuía um foco prático: guiar o estabelecimento prático e o processamento de arquivos. Era conhecimento arquivístico empírico, descrito sistematicamente. O arquivista na Europa do antigo regime fazia um trabalho prático e era responsável por uma administração. O conhecimento que ele precisava era o conhecimento legal (KETELAAR, 2004, p.3, tradução nossa).

As transformações por que passa a Europa ao longo do século XIX demarcarão o desenvolvimento da Arquivística – profundamente prática e ligada ao tratamento dos documentos anteriores a revolução francesa em seu estágio inicial.

A centralização dos documentos em Arquivos Nacionais, em países como França, Rússia, Áustria e Holanda, contribuiu para uma desarticulação dos sistemas tradicionais de arquivo, como aqueles defendidos por Oegg. Na França, a concentração de toda a documentação do Império, inclusive dos países dominados por Napoleão, ocasionou uma acumulação sem precedentes no Arquivo Nacional.

Paralelamente ao estabelecimento do Arquivo Nacional francês, Foscarini (2009) aponta para o desenvolvimento de métodos para a organização de arquivos na Prússia nos século XVIII. Os documentos eram organizados a partir de um mesmo assunto. Posteriormente a sua transação, atividade ou procedimento, eram agrupados em dossiês.

“O sistema ficou conhecido como *Registratursysteme*¹⁷ – o primeiro exemplo de um método sistêmico para a classificação de documentos seguindo um programa amplo, baseando-se em assuntos e em funções *Aktenplan* [plano de arquivos]” (FOSCARINI, 2009, p.34, tradução nossas).

Esse sistema de organização por dossiês irá espalhar-se pela Europa especialmente durante o período de ocupação napoleônica. Assim, a fim de resolver os problemas ocasionados pelo acúmulo de documentos nos Arquivos Franceses e pela desordem causada pela classificação temática, é promulgado em 1841 o *princípio da proveniência* (ou *respect des fonds*), definido pela primeira vez por Natalis de Wailly. Trata-se, basicamente, do princípio em que se estrutura o desenvolvimento metodológico da Arquivística. “Todos os documentos que vieram de uma instituição, estabelecimento, família ou indivíduo formam um fundo, que deve ser mantido em conjunto, diferentemente dos que apenas fazem referência a um estabelecimento, instituição ou família” (DESJARDINS, 1890 apud DUCHEIN, 1992, p.12, tradução nossa).

Este princípio será revisto, reescrito e reconfigurado na teoria e prática atual, especialmente no que se entende hoje com proveniência múltipla\ proveniência contextual. No entanto, é a partir do conceito original que se fundamentam todas as atividades Arquivísticas.

¹⁷ Descrição completa do sistema em: MILLER, T. *The German Registry: the evolution of a recordkeeping model. Archival Science* v.3, n.1, p. 43-63, 2002.

A segunda metade do século XIX representa um aumento razoável de instituições voltadas para o ensino de diplomática, paleografia e Arquivística em toda Europa, inclusive na realidade espanhola.

A prática Arquivística e a própria teoria dos arquivos têm seu ponto alto no fim do século XIX, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses. Esta obra é responsável por reunir e sintetizar uma confluência de enunciados postulados anteriormente. Sua importância é consenso na área, já que foi o primeiro, influenciando arquivistas canadenses, brasileiros, espanhóis, portugueses, etc., até os dias atuais.

Como apontam Ketelaar, Horsman & Thomassen, em artigo publicado devido ao centenário do manual holandês, “O *manual de arranjo de descrição de arquivos* (1898) é geralmente referenciado como o ponto inicial da teoria Arquivística e de sua metodologia (2003, p. 249, tradução nossa)”.

Outras obras foram fundamentais para o amadurecimento da disciplina Arquivística. O manual de Hillary Jenkinson em 1922 – espécie de atualização e reconsideração a respeito do livro de Feith, Muller e Furin – e os trabalhos de Schellenberg relacionados a esse manual são responsáveis, dentre outros fatores, pela construção das noções de classificação, avaliação e descrição de arquivos, em diferentes níveis. Na atualidade, tais conceitos são reconfigurados, redefinidos ou, até mesmo, refutados.

A Arquivística passa internacionalmente, a partir da década de 1950, por uma série de mudanças em sua teoria e prática, devido ao desenvolvimento administrativo e tecnológico que acontece nas organizações a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Assim, a teoria e a prática na Espanha estão relacionadas a esta realidade, diferente daquela posteriormente apresentada para Brasil e Canadá, configurando-se como um espaço privilegiado de discussão de conceitos e práticas voltados aos documentos medievais e elaboração de instrumentos de pesquisa calcados, na maioria, em preceitos da diplomática e a uma compreensão física e estrutural dos princípios arquivísticos que incidem na classificação.

4.1. Fundamentos históricos da Arquivística espanhola

A Arquivística na Espanha apresenta-se calcada principalmente nos princípios paleográficos e diplomáticos, uma vez que o conjunto de técnicas destas disciplinas será utilizado para tratar os documentos no país durante boa parte do século XIX, num movimento comparável à tradição de outros países europeus como Itália, França e Portugal.

A Arquivística moderna é fruto do Estado moderno. Nesse sentido, a Revolução Francesa, as guerras napoleônicas e a reorganização do Estado europeu após o conflito servirão de base para o aparecimento dos arquivos e da Arquivística na configuração compreendida hoje.

Há uma profunda relação entre as liberdades individuais e a Arquivística. A Europa servirá, em primeira instância, como berço da Arquivística moderna. Assim, teorias e práticas discutidas ao longo deste capítulo terão reflexo e desdobramentos em outros países, inclusive no Canadá e no Brasil.

Jardim (1999, p.46) esclarece muito bem esse entendimento: “Se os arquivos configuraram a escrita do Estado, a Arquivologia [Arquivística] é um saber do Estado. Aquilo que tem sido legitimado internacionalmente como Arquivologia permite-nos abordá-la como um saber do Estado”.

A Espanha será, durante todo desenvolvimento moderno da Arquivística, um espaço privilegiado, na medida em que é criada durante o século XIX uma série de arquivos para servir ao Estado espanhol.

Se o manual de Feith, Muller e Furin demarca o início do percurso histórico-conceitual da Arquivística, a revolução francesa e as guerras napoleônicas e a posterior organização do Estado fazem parte de sua condição de existência. Desse modo, esse período é arqueológico ao próprio discurso da Arquivística e é necessário dar as condições de existência para o aparecimento e institucionalização da Arquivística em território espanhol.

Assim, o início do século XIX representa um momento crucial na História da civilização espanhola, com início na invasão napoleônica e auge na Guerra Peninsular ou Guerra de Independência Espanhola, nos anos de 1808-1814. Esse período transformador leva a uma série de mudanças na organização do Estado espanhol e ao aparecimento de um Estado que buscava tornar-se moderno.

As pinturas de Francisco Goya ilustram esse sangrento conflito da História espanhola. De um lado da guerra, Espanha, Portugal e Reino Unido; do outro, a França bonapartista. Segundo Phillips & Phillips (2010), essa contenda, em seus anos finais (1812-1814) demarca um momento de reforma e de renovação das instituições administrativas e políticas na Espanha.

Após as guerras napoleônicas, o Estado espanhol permanece bastante instável. Há a promulgação de uma série de constituições, como a de 1837 e a de 1845, o exílio da Rainha Isabel II, em 1868, e a restauração da dinastia Bourbon em 1875. Porém, esse distúrbio estatal é próprio da necessidade de ruptura e substituição das antigas estruturas do poder e da criação de novos aparelhos de controle, baseados em um Estado liberal. (Phillips & Phillips, 2010).

Dentre as modernizações ocorridas ao longo do século XIX, na perspectiva Arquivística destaca-se a separação entre o Estado e a Igreja, levando à desamortização dos arquivos monásticos e à criação de uma série de arquivos.

Após o exílio de Isabel II, o governo provisório estabelecido, conhecido como a Primeira República Espanhola, procura descentralizar o Estado e estabelecer um governo representativo nos níveis locais e regionais. “Alguns deles, pelo menos, estavam furiosos com intergência do estabelecimento religioso, tendo como objetivo a construção de um estado secular, separado da e muitas vezes hostil à igreja católica” (Phillips & Phillips, 2010 p.236, tradução nossa).

Complementando, segundo Cruz Herranz (1996 e 1998), existiu ao longo do século XIX uma desamortização dos arquivos e bibliotecas monásticos, levando à criação de arquivos públicos, devido a um rompimento com esses conflitos e com o antigo regime. Assim, as instituições espanholas sofrem uma série de mudanças.

Alterações na administração do Estado e do Tesouro levam a reformas no aparato arquivístico e à retomada da centralização dos Arquivos, iniciada com o *Archivo Geral de Simancas*, criado por Carlos V no século XVIII.

Com essas reformas, suas leis desamortizadoras passaram aos ativos do Estado e da propriedade das instituições eclesiásticas, com toda a documentação de valor histórico incalculável neles preservada, dando aos espanhóis direito de acesso aos documentos produzidos pelo antigo regime no país.

Por uma ordem real de 1850, a igreja ficava obrigada a transferir toda a documentação de arquivos de ordens monásticas para a Academia Real da História, o primeiro depósito destes fundos eclesiásticos, que mais tarde serão a principal base de formação de arquivos institucionalizados. Com isso, a academia percebe enormes problemas que se colocam no controle e organização de documentos, constatando a necessidade de criar centros especializados no tratamento e gestão destes documentos, como o *Archivo Histórico Nacional*, por exemplo. Além deste último, destacam-se os seguintes arquivos: *Archivo Central de Alcalá de Henares*, *Coronoa de Aragón*, *Coruña*, *Palma de Mallorca*, *Archivo Historico de Toledo*, dentre outros.

Isso ocorreu, segundo Torreblanca López (1998, p.71, tradução nossa), devido “à su-

pressão do regime polissinodal¹⁸ dos conselhos, à separação dos poderes legislativos, executivos e judiciários e sua reorganização, à reordenação da propriedade pública e, por último, aos esforços do Estado para fomentar o desenvolvimento da propriedade privada”.

Essas reformas geram uma série de problemas para a organização dos documentos, uma vez que, como na França e na Holanda desse período, tratava-se em grande parte de documentos medievais de difícil leitura. O papel desses arquivos na sociedade moderna espanhola é o de escrita das históricas nacionais, fenômeno que irá alastrar-se por toda a Europa. Como sinaliza Cruz Herranz (1998, p.157-158, tradução nossa):

[...] O século XIX é, do ponto de vista dos arquivos, de singular importância tanto na Espanha como na Europa. Durante esta época, levam-se a cabo a reorganização dos arquivos gerais, quando estes existiam, e a sua criação em uma nova perceptiva, quando não. [...] Sua criação acontece de certo modo imposta pelo auge dos nacionalismos, ansiosos de buscar suas raízes e identidades no passado mediante o estudo de fontes fidedignas, que são aquelas conservadas pelos arquivos.

Esta mudança de terreno irá alterar a percepção do que é e de como se estabelece um arquivo, devido ao uso feito por pesquisadores do período, no qual a Arquivística passa a “consubstanciar, de forma paradigmática, uma visão de raiz historicista e custodial que, ao longo do século XX, ganhou novos contornos por força do desenvolvimento tecnológico” (RIBEIRO, 2001, p.4).

Nas primeiras décadas do XIX, é provável que não existisse uma formação específica para o trabalho nos arquivos espanhóis, criando inúmeras dificuldades para organização e leitura dos documentos medievais. Apenas com a criação da *Escuela Superior de Diplomática*, em 1856, passa-se a estudar com maior profundidade a diplomática e a paleografia, visando à organização dos arquivos.

A formação dessa escola possui, sem dúvida, influência da *Ecole des Chartes* francesa, criada alguns anos antes (1822), subsidiando uma série de ações voltadas para a organização dos arquivos medievais. Por sua grade de disciplinas, é possível perceber que, como na França e na Holanda, a Arquivística espanhola no século XIX, também está voltada para os arquivos medievais.

¹⁸ Denomina-se regime polissinodal a organização política das monarquias absolutas dos reinos espanhóis durante o antigo regime (até 1789) com a Revolução Francesa (Gonzalez Vesga & Garcia de Cortazar, 1997).

O universo de ensino e atuação dos arquivistas-historiadores colocará a diplomática como figura crucial para a elaboração de instrumentos de pesquisa, e os catálogos e inventários refletirão para além dos documentos medievais e a prática do século XIX.

“Sabemos muito pouco sobre a formação dos arquivistas no início do século XIX. Existiam alguns tratados paleográficos e arquivísticos, mas imagina-se que a aprendizagem era autodidata, ou melhor, dentro dos próprios arquivos onde os aprendizes e oficiais de baixo escalão, recentemente contratados eram tutelados pelos funcionários mais experientes (TORREBLANCA LÓPEZ, 1998, p.71, tradução nossa).

Durante os anos de 1830 e 1840, estabeleceu-se a *Cátedra de Paleografía*, que iniciará o longo processo de formação e desenvolvimento de uma teoria e prática Arquivística na Espanha.

A cátedra de paleografia demonstrou-se insuficiente, seu programa resultava-se pobre e limitado. [...] seus egressos não pareciam estar suficientemente preparados para ser os arquivistas que a sociedade demandava na época. Necessitava-se de pessoas com maior conhecimento diplomático e paleográfico. (TORREBLANCA LÓPEZ, 1998, p.79, tradução nossa).

A *Escuela Superior de Diplomática* substitui a Cátedra de paleografia e responde por todo desenvolvimento teórico e prático da Arquivística na Espanha até o ano de 1990, quando suas cadeiras foram integradas à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Central de Madrid.¹⁹

Continuando com Torreblanca López (1998), é possível encontrar diversas importantes disciplinas em sua grade de formação: Latim e romances dos tempos médios; Paleografia geral e crítica; Geografia antiga e da idade média; Arqueologia elementar; Numismática e Epigrafia; Belas Artes; Bibliografia e História Literária; Classificação e arranjo dos arquivos e bibliotecas; e História das Instituições.

O modelo de organização dos arquivos espanhóis no período constrói-se baseado em uma visão centralizadora, com influência clara das práticas francesas do período, copiando seus modelos e soluções.

Assim, essas características demarcam o status conceitual da Arquivística em território espanhol, destacando a importância da diplomática para Arquivística local, e encontram-se na própria análise feita nos catálogos do início do século XX do *Archivo Historico Nacional*.

¹⁹ Ver em Romero, R. M. *La Biblioteca de la Escuela Superior de Diplomática: la presencia de La Historia Antigua en la enseñanza española del siglo XIX a través de sus fondos*. **Gerión** n.23 v.1 p.345-370, 2003.

Cria-se, dessa forma, uma identidade própria, em comparação aos catálogos do *Arquivo Nacional* Brasileiro da décadas de 1950-1960 ou aqueles da mesma época do *National Archive* canadense. No espanhol, os elementos da diplomática dividem os instrumentos; nos outros dois, a informação possui uma estrutura menos rígida e notam-se informações de conteúdo complementadas com as de contexto.

A Arquivística na Espanha ficará atrelada à perspectiva medievalista por muito mais tempo em comparação a outros países Europeus, como França e Grã-Bretanha. A passagem de uma pré-Arquivística, calcada nos moldes da *École des Chartes* e nos estudos medievalistas, para a Arquivística administrativa nos moldes de Schellenberg demorará a ocorrer, iniciando-se em um período de crise de identidade da profissão devido à dualidade arquivista-documentalista e arquivista-informático. A leitura das atas da *Real Academia de la Historia* (1852 apud TORREBLANCA LÓPEZ, 1999) demonstra essa característica eminentemente espanhola.

Outro acontecimento importante neste período, no interior da escola de diplomática, é o surgimento do primeiro conceito para o termo *Archivologia*, descrita como “a ciência que trata dos documentos que se custodiam nos arquivos, descrevendo-os e classificando-os” (TORREBLANCA LÓPEZ, 1998, p.79, tradução nossa).

O termo *Archivologia* permanecerá como denominação na Espanha até o final da década de 1970, sendo substituído pelo termo *Archivística*, movimento entendido pelos autores espanhóis (HERREDIA HERRERA, 1996 e 1998 e CRUZ MUNDET, 2003) como uma ruptura e uma passagem da disciplina para um novo status conceitual, a passagem de um estado empírico para um estado científico.

Uma das respostas para esse fenômeno pode estar no fato de a Espanha ter passado boa parte do século XX sob o regime ditatorial de Francisco Franco. Além disso, no período anterior à segunda guerra, ocorreu a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Segundo López Gómez (2007, p.248, tradução nossa), “[...] a tomada de forma no século XIX e no início do século XX foi interrompido durante a Guerra Civil Espanhola”. Herredia Herrera (1998), em uma perspectiva evolutiva, concorda que a Guerra Civil e a posterior ditadura irão frear o desenvolvimento da Arquivística enquanto disciplina.

Os arquivos, os arquivistas e a Arquivística irão, enquanto instância discursiva, servir de e para o Estado. O acesso irrestrito é estabelecido como um direito fundamental, sendo fruto de sociedades, de algum modo, democráticas. Dito de outro modo, países que passaram por regimes ditatoriais vivenciaram situações que irão definir os caminhos da disciplina.

Os anos de 1900 a 1931 representam a falha da monarquia constitucional espanhola, iniciando-se uma crise que levará à proclamação da Segunda República Espanhola e, finalmente, à Guerra Civil.

Ainda segundo Herredia Herrera (1998), o período de 1936 a 1978 – do início da Guerra Civil até a constituição de 1978 – representa um sistema que irá sistematicamente pôr fim às liberdades individuais, incidindo diretamente nos arquivos e nos arquivistas.

O século XIX representa, para a Arquivística europeia e espanhola, o momento de consolidação, como pondera Ridener (2009). O século XX representará, especialmente no universo espanhol, a estagnação e retrocesso do que fora construído em relação aos arquivos até então.

Porém, apesar deste cenário alarmante, a geração da década de 1950 iniciará o processo de profissionalização e institucionalização do ensino e do movimento associativo, com a criação da *Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas* (ANABAD), em 1950. Dessa geração, destacam-se autores como *Carmem Crespo, Natividad de Diego, Carmen Pescador, Vicenta Cortés*, etc.

A Espanha e outros países europeus serão responsáveis pela consolidação Arquivística enquanto uma prática profissional nutrida por uma técnica de organização de arquivos. Vários manuais foram constituídos entre o início do século XX e meados do século XX.

A partir da década de 1950, não só na Espanha, mas também no resto da Europa, inicia-se um processo de reconfiguração e redefinição de preceitos conceituais estabelecidos ao longo do século XIX, seja pelo estudo da diplomática, seja pela publicação e uso do manual dos preceitos estabelecidos no “Arquivistas Holandeses” e em outros manuais consagrados na área.

A Guerra Civil significará um retrocesso para os arquivos estabelecidos na Espanha, pois é um período de grande confusão e de “mudanças profundas em todos os aspectos da vida privada e institucional no país” (JARAMILLHO GUERREIRO, 1998, p.162, tradução nossa).

Estabelecem-se, nos dois lados da guerra – um republicano, o outro nacionalista –, formas de governo diferentes, dificultando a administração dos arquivos estabelecidos até então. Por conta do estado de guerra, existe uma substituição da administração. “Nestes casos, trata-se da aparição de novos arquivos e de continuidade ou ruptura com outros” (JARAMILLHO GUERREIRO, 1998, p.162, tradução nossa).

Os anos anteriores ao conflito, a Segunda República, de 1931 a 1936, representam o esforço da elite política republicana de substituição definitiva da estrutura de poder estabele-

cidas não só na monarquia constitucional, mas no próprio regime absolutista. “O governo promulgou decretos cotando em uma ampla gama de assuntos, incluindo reforma agrária e o relacionamento do governo com o exército e a Igreja Católica Romana” Phillips & Phillips (2010, p. 310, tradução nossa).

Essa ampla gama de mudanças também afeta os arquivos. A república monta uma estrutura administrativa que visava controlar o estado de conservação dos bens do patrimônio artístico monumental, bibliográfico e documental do país, criando uma junta nacional para protegê-lo. Transferindo uma série considerável de documentos ao *Archivo Historico Nacional* e a outros arquivos mais gerais do “sistema” espanhol.

Já no início da Guerra Civil, a república intenta reorganizar os Arquivos existentes no país, criando, em 1937, o *Consejo Central de Archivos, Bibliotecas y Tesoro Artístico*. É a tentativa mais formal de um sistema de arquivos espanhóis.

Curiosamente, do lado nacionalista do conflito, também serão criados aparatos que visavam a conservação, coleta e custódia de bens culturais considerados relevantes, porém de forma menos estruturada do que no lado da república, e evidentemente, com outros propósitos – especialmente voltados para os interesses nacionais e fascistas (TUSELL, 2011).

Ao término da Guerra Civil, os nacionalistas saíram vitoriosos, instaurando-se na Espanha o regime ditatorial de Francisco Franco. O primeiro período da ditadura, intitulado por Tusell – importante historiador espanhol – como “a tentativa de tornar a Espanha Fascista”, é profundamente conturbado e instável para o Estado espanhol, com o aparecimento de guerrilhas e outras forças contrárias à ditadura. Em relação aos arquivos, as políticas centralizadoras intensificam-se.

A tradição em arquivos na Espanha foi, no século XIX, profundamente centralizadora, prática acentuada a partir da Guerra Civil e da ditadura. Existiu, como se destacou na primeira seção, a busca por um “sistema” de arquivos espanhóis fluido, sem dúvida, mas sempre buscando o controle e a centralidade. Essa característica tem ligação direta com a forma como o Estado espanhol se desenvolveu ao longo do século XIX e com a intensificação do modelo, na ditadura franquista. “A administração de arquivos entre 1939 a 1977 esteve vinculada ao Ministério de Educação e Ciência por meio de uma única Direção Central Geral de Arquivos e Bibliotecas” (HERREDIA HERRERA, 1998, p.177-178, tradução nossa).

Esta ação buscava controlar e centralizar o patrimônio histórico e artístico do país, que funciona, em outros regimes ditatoriais, como palanque para exaltação da História e da memória nacional. (TUSELL, 2005)

As décadas de 1950 e 1960 representaram o ponto alto do regime franquista e, como pondera Tusell (2011), o auge da aceitação do regime franquista por parte da população. Atendendo a tal situação política, a Arquivística espanhola continua a focar principalmente nos arquivos históricos e, nesse âmbito, naqueles que se relacionam com a administração central do Estado, servidos pelo *Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Archeólogos* – principal centro de formação de Arquivistas, após a extinção da *Escuela Superior de Diplomática* (LÓPEZ GÓMEZ, 2007 e HERREDIA HERRERA, 1998).

A formação e a situação política do país deixam a Arquivística, ao longo das décadas de 1950 e 1960, ainda bastante relacionada aos estudos de ordem paleográfica e diplomática, com um perfil institucional bastante historicista e positivista. O profissional de arquivos ainda é o historiador especializado no tratamento de arquivos, visto como um erudito.

Existiu, durante a ditadura franquista, um hiato em relação aos arquivos. Nenhum manual relevante foi publicado no período. O único mais relacionado a arquivos é a *Cartilla de organización de archivos* de Matilla Tasco, em 1960, lidando com temas gerais e terminologia na Arquivística. Também não houve, nessa época, nenhum indício de uma postura mais ativa do arquivista, ou a discussão de algum tipo de avaliação dos fundos documentais, apesar de as ideias de Schellenberg chegarem ao país na década de 1960. Como destaca Herredia Herrera (1996 e 1998), em relação à seleção de documento, conserva-se tudo ou destrói-se em abundância. Nesse momento, poucos autores têm algum impacto, com exceção do Manual *Archivística* de Eugênio Casanova, publicado em 1928, e a tradução italiana do arquivista alemão Brenneke, em 1968.

A falta de formação específica dificulta a organização dos arquivos por fundos ou a constituição de uma descrição/classificação contextual dos documentos produzidos pela Administração Central. A organização, em sua maioria, ocorre de maneira temática, apoiada na construção de catálogos documentais, ou seja, não se descrevem documentos de arquivo: eles são catalogados.

A Arquivística só começará a alterar-se ao final da ditadura. Durante os anos de crise em boa parte da Europa, na década de 1930, a Espanha foi “o único exemplo de país em que a democracia foi destruída por guerra civil. [...] E, depois, nos anos 1970, teve um papel decisivo na terceira onda de democratização que começou no mediterrâneo, espalhou-se pela América Latina e finalmente atingiu o Leste Europeu” (TUSELL, 2011, p.270, tradução nossa).

Enquanto sociedade, a Espanha, a partir da década de 1970, começa a passar por mudanças profundamente rápidas na ampliação dos direitos individuais, na descentralização da

máquina estatal e em uma série de fatores internos ao país, que beneficiam, de maneira definitiva, a construção de uma tradição Arquivística fundamentalmente espanhola.

O estado democrático favorecerá, sem dúvida, uma série de instituições, culturais, patrimoniais e artísticas. Neste cenário, as práticas e teorias Arquivísticas ampliam-se, em um país que rapidamente redemocratiza-se, a partir de 1975.

A democratização Espanhola representa, para a Arquivística, terreno favorável para ampliação teórica e aprofundamento e aplicação dessas teorias nos arquivos estatais. A mudança de regime ocorre de maneira efetiva em 1978, com a nova constituição modificando a estrutura política e administrativa do país, levando às Comunidades Autônomas. Essas, por sua vez, levaram a uma nova realidade, porque as competências administrativas foram descentralizadas, colocando os arquivos municipais e provinciais como figuras importantes do sistema de arquivos espanhóis.

“[...] Existe um aumento exponencial de arquivos e redes de informação, com esses sistemas de arquivos e subsistemas. Ainda, o número de profissionais trabalhando nestes arquivos cresce drasticamente, levando a um maior número de associações de arquivistas [...], com reflexão dessas visões em boletins informativos e periódicos” (LÓPEZ GÓMEZ, 2007, p.247, tradução nossa).

Portanto, inicia-se a superação do modelo da Arquivística enquanto ciência auxiliar da História, para relacionar-se com as ciências da informação e da documentação, especialmente a partir da década de 1980.

Nos anos de 1970-1990, duas autoras são importantes para o pensamento espanhol: Vicenta Cortés e Antonia Herredia. A primeira aborda, de forma panorâmica, “o desenvolvimento da Arquivística na Espanha e na América Espanhola” (LÓPEZ GÓMEZ, 1998, p.193, tradução nossa); já a segunda constrói um “panorama da Arquivística em sua especialização municipal” (LÓPEZ GÓMEZ, 1998, p.193, tradução nossa).

Ambas as autoras também se aprofundaram bastante no estudo da obra de Schellenberg. Cortés chegou a estudar com ele nos Estados Unidos e seus estudos – unindo-se aos estudos mais recentes de Paola Carucci a respeito dos usos da diplomática em documentos contemporâneos – darão alguma sustentação teórica a Arquivística Espanhola, ainda que, apesar de versões atualizadas, as obras das autores ainda figurem como manuais de Arquivística, como aqueles estabelecidos em outros países.

Para Cook (2009), comentado por López Gómez (1998, p.192 tradução nossa), a tradição espanhola coloca-se no seguinte universo teórico:

[...] estaria demarcada dentro da tradição ítalo-hispânica, que englobaria, também, os países da América hispânica, que possuem laços históricos, similaridades na organização administrativa e, por tanto, na produção documental, e, segundo análises de nossos arquivistas e responsáveis pelas políticas Arquivísticas, problemas similares de acumulação de fundos documentais de caráter histórico, por uma falta de normalização das transferências e seleção, e uma ligação forte com o mundo das bibliotecas.

Esse quadro teórico-metodológico apresenta-se interessante para a análise, visto que se percebe alguma semelhança entre a trajetória teórica recente da Arquivística espanhola, com aquela desenvolvida no Brasil e nos países latino americanos, talvez em parte por esses países terem passado por regimes ditatoriais ao longo do século XX.

Com a apropriação da teoria de Schellenberg e de outros autores do pensamento americano, a Espanha se alinha ao que autores como Herredia Herrera (1991, 1998) e López Gomes (1998, 2007) chamam de “abordagem holística da organização Arquivística”, integrando aspectos administrativos e históricos. Reconhecendo que é possível e desejável a formação de especialistas em arquivos, a antiga formação comum a arquivistas, bibliotecários, documentalistas, dentre outros, começa a ser rejeitada, e a Arquivística começa a institucionalizar seu terreno acadêmico e profissional.

A Arquivística, então, incorpora-se aos estudos universitários com a oferta de especializações e cursos em nível de pós-graduação, especialmente em mestrados. É um período em que se iniciam a pesquisa de Arquivística em nível universitário e uma especialização maior por parte do corpo de arquivistas das instituições Arquivísticas. Como nos diz MARTIN FUENTES (2000, p.700, tradução nossa):

Graças os estudos de Biblioteconomia e Documentação, na aplicação da lei 11\1983 de Agosto, a respeito da reforma universitária, a Arquivística converte-se em curso universitário, saindo das catacumbas acadêmicas da Espanha, e integra-se a uma titulação universitária, com o objetivo de formar bibliotecários, documentalistas e arquivistas.

No mesmo período de expansão universitária, os anos de 1979 a 1986 representam a explosão de manuais especializados nas temáticas Arquivística, a fim de estabelecer parâmetros mais claros para o tratamento dos arquivos. Severiano Hernandez (1991) destaca que um pequeno grupo de arquivistas filiados à federação impulsionarão a publicação de uma série de manuais e obras técnicas voltadas para os tratamento dos arquivos.

Neste sentido, percebe-se que a Arquivística Espanhola, ainda que em grande ampliação, permanece em um estágio de desenvolvimento profundamente técnico, na medida em

que se pesquisa e se publicam livros profundamente técnicos, enunciados e compreendidos como manuais e relatados a seguir.

Vicenta Cortés, com três manuais: *Archivos de España y América. Materiales para un manual* (1979), *Manual de archivos municipales* (1982) e, por fim, *Archivística. Estudios básicos* (1983).

Antonia Herredia Herrera, com o seu manual totalizante *Archivística general. teoría y practica* (1986) e com o *Manual de instrumentos de descripción documental* (1982).

Manuel Romero Tallafigo, com *Archivística y Archivos : soportes, edificio y organización* (1994).

Já se tratando de José Ramón Cruz Mundet, pode-se citar uma série de livros fundamentais surgidos ao longo das décadas de 1980 e 1990, como *Archívese: los documentos del poder, el poder de los documentos*, publicado conjuntamente com Ramon Alberch Fugeras, e seu completo *Manual de Archivística*, além de uma série de artigos relevantes para a cristalização da Arquivística na Espanha.

Tem-se ainda M. Paz Martín-Pozuelo Campillos, com sua importante contribuição para o status epistemológico do princípio de proveniência: o livro *La construcción teórica em Archivística: El principio de procedencia*. A autora produziu, também, vários artigos necessários à fundamentação teórica da Arquivística.

E, finalmente, a obra de Ramon Alberch Fugeras, autor de uma série de livros fundamentais para a disciplina, como *Los archivos, entre La memoria histórica y La sociedad del conocimiento*.

Conforme destacado, os anos de 1980-1990 representam um incremento na publicação de obras voltadas ao tratamento dos arquivos, ou seja, ocorre uma ampliação teórico-prática nos arquivos espanhóis.

Do ponto de vista discursivo, o percurso da Arquivística espanhola, é bastante singular, uma vez que a disciplina tomará rumos profundamente relacionados a seu contexto histórico-ideológico.

A invasão napoleônica alterara a estrutura do poder e a visão de como se percebem os documentos de arquivo e sua importância na sociedade. A ditadura, evidentemente, provoca um apagamento ideológico. Os arquivos configuraram-se, portanto, como um dos Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser, 1982) e o desenvolvimento teórico relaciona-se a essa condição, quer dizer, existe uma proliferação de obras técnicas porque existe uma condição político-economia favorável para o desenvolvimento teórico.

A ditadura franquista e o hiato no desenvolvimento de teoria Arquivística até a década de 1970 diz muito sobre a própria teoria desenvolvida no país atualmente. O desenvolvimento técnico, evidentemente, levará a uma especialização do serviço arquivístico e das funções e atividades exercidas pelos arquivistas. Portanto, o “como”, “quando” e “porque” se dá acesso aos documentos está relacionado às instâncias e estruturas estatais, assim como a descrição dos arquivos e toda gama de relações que se estabelecem para que esse acesso aconteça.

Assim, ocorrem mudanças na elaboração de instrumentos de pesquisa e na construção de planos de classificação, por exemplo, porque é necessário aos arquivistas atender a novas demandas de uma sociedade recentemente democratizada. Por isso, talvez, exista essa ampliação de arquivos e obras técnicas voltadas para o tratamento dos Arquivos.

Cabe agora, baseando-se no percurso histórico feito até aqui, estabelecer uma relação com esse novo status dos arquivos e a compreensão das funções Arquivísticas na Espanha recente.

4.2. Aspectos conceituais da Arquivística Espanhola

O núcleo das funções Arquivísticas na Espanha desenvolveu-se paralelamente ao estabelecimento dos arquivos institucionalizados, conforme se descreveu nas seções anteriores, assim como, durante o século XIX, a diplomática, paleografia, sigilografia, numismática e outras disciplinas correlacionadas ao campo das Histórias nacionais. Estas disciplinas possuem até a atualidade, em menor ou maior grau dependendo do país, relação com a Arquivística.

O aparecimento dessas data do fim da idade média, com um desenvolvimento mais contundente nos séculos XVI e XVII. As escolas mais antigas que ensinavam Arquivística como uma das disciplinas curriculares datam do século XIX, especialmente na Espanha, na França na Holanda e, anos mais tarde, na Itália e Grã-Bretanha. Desenvolveram-se como fruto de mudanças nas estruturas administrativa, econômica e política das instituições públicas, refletindo mudanças do regime político e o desenvolvimento da historiografia no século XIX. Durante o primeiro estágio de desenvolvimento de teorias\funções para o tratamento dos arquivos, a Arquivística está ligada de maneira profunda às disciplinas acima citadas e ao trabalho arquivístico com documentos do antigo regime.

O tratamento, até meados da década de 1960, permanece o mesmo. Essa prática só começa a modificar-se a partir do final dos anos 1970, para a construção do que alguns autores chamam de “tradição espanhola de tratamento de arquivos”²⁰, ainda que a ampliação técnica possua características profundamente conservadoras.

Neste sentido, pode-se definir como tradição, como uma maneira particular de aplicar e criar normas e procedimentos para o tratamento técnico. Será necessária, para essa maneira particular, a institucionalização do ensino, da pesquisa e a especialização do arquivista, destacados da seguinte maneira:

- Os arquivos: a gênese dos fundos documentais, normas para sua organização e requisitos para acesso;
- A Arquivística: origem dos textos, procedência dos autores, teses que defendem, críticas que suscitam, influências que refletem;
- O profissional de arquivo: antecedentes, formação, origem das funções, aplicação em seu caso;
- Organização Arquivística e política de arquivos: a partir do conhecimento dos sistemas político-administrativos, principais instituições e o lugar que os arquivos ocupam (POZUELO CAMPILLOS, 2000, p.3, tradução nossa).

Assim, a tradição espanhola desenvolve-se de maneira plena a partir de 1978, na medida em que se cria uma infraestrutura institucional que privilegia a criação de metodologias, a discussão das mesmas e a aplicação delas em uma gama ampla de instituições Arquivísticas.

A partir de 1980, pode-se dizer, a partir de Ridener (2009), que a Arquivística constrói-se em um novo paradigma, na medida em que se alteram as tecnologias e a condição de existência dos arquivos. Em relação às funções principais da Arquivística, no território espanhol, estabelecem-se conforme se descreve a seguir.

4.2.1. A classificação de Arquivos na Espanha

A classificação e a descrição foram as primeiras funções Arquivísticas conceituadas ao final do século XIX. Na perspectiva espanhola, descrita ao longo do capítulo, as funções Arquivísticas começaram a ser efetivamente discutidas e construídas a partir do final da década de 1970.

²⁰ POZUELO CAMPILLOS, M.paz Martín. *En torno a una tradición archivística ibérica y sus consecuencias en el uso de los archivos*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 1., 2000, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Conarq, 2000. v. 1, p. 1 - 16. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/en_torno_a_una_tradiccin_archivstica_ibrica.pdf> Acesso em: 2 jan. 2014.

Percebe-se o conceito de classificação do seguinte modo na literatura espanhola:

Classificar é separar ou dividir um conjunto de elementos estabelecendo classes ou grupos; ordenar/arranjar é unir todos os elementos de cada grupo seguindo uma unidade de ordem, que pode ser data, alfabeto, tamanho, ou um número (HERREDIA HERRERA 1995, p.263, tradução nossa).

O ato de *classificar* é entendido, pelo trecho acima e pela literatura corrente da área nas tradições espanholas, como o processo intelectual de dividir os conjuntos documentais a partir dos princípios de proveniência e ordem original, por meio do estudo da estrutura administrativa do fundo, ou pelos tipos/funções existentes. Já a *ordenação* é entendida como uma atividade fim desse processo intelectual, de ordenar os documentos em uma ordem alfabética, numérica etc.

Para Gallego Dominguez & López Gómez (1989, p.86, tradução nossa), a classificação pode ser entendida como:

A operação de descrever e delimitar categorias e classes, sendo as mais comuns a série, seção, grupo, coleção ou conjunto de entidades que possuam ao menos uma característica em comum [...] formação de grupos ou classes de documentos, de acordo com a gênese ou filiação à instituição produtora e seus departamentos (seções, séries e coleções) e ao processo de identificação ou estabelecimento de séries, mas fazendo relação a uma estrutura geral.

A classificação, em relação às outras funções Arquivísticas, é primordial, na medida em que é por meio dela que se estabelece o primeiro nível de organização do arquivo, com o estabelecimento da proveniência e da elaboração do quadro de classificação.

A compreensão dos princípios arquivísticos aplicados a classificação, estão relacionado ao estabelecimento de classes e de estruturação do fundo de arquivo. A perspectiva espanhola, só a partir da década de 1970 irá efetivamente organizar e classificar os arquivos por fundo, anteriormente os catálogos e a catalogação dos arquivos era a situação predominante.

A Arquivística espanhola, durante os anos 1980 e 1990, irá permanecer com uma perspectiva profundamente técnica e embasada em manuais e na aplicação destes na realidade Arquivística espanhola. A prática em classificação espanhola encontra-se em consonância com aquela aplicada nos arquivos brasileiros e com os preceitos tradicionais da disciplina, ou seja a classificação por fundos e a busca incessante pela proveniência e ordem original.

4.2.2. A descrição de arquivos na Espanha: dos catálogos à descrição normalizada

A descrição, enquanto função, é provavelmente a de maior impacto nos arquivos, uma vez que é a ligação entre os documentos arquivísticos e os usuários dos arquivos. Nesse sentido, a prática espanhola esteve ligada de modo profundo com a construção de guias e catálogos moldados nos preceitos diplomáticos, muito mais do que os outros países comparados neste estudo.

Na Espanha, uma das preocupações maiores em relação à descrição relaciona-se com a terminologia empregada nos diferentes instrumentos de pesquisa, que podem ser agrupados em três grandes conjuntos: guias, inventários e catálogos. A existência destes três tipos de instrumentos não significa que haja uma uniformidade terminológica em relação a eles, à própria tarefa de descrição, ou mesmo às unidades e agrupamentos a serem descritos. Assim, existirá, ao longo da década de 1980, a necessidade de reconhecimento e delimitação dos tipos, bem como das prioridades na elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Nesse esforço delimitador, uma das autoras mais citadas é Herredia Herrera, que, desde o início dos anos 1980, procura delimitar e diferenciar os vários tipos de instrumentos de pesquisa. Pode-se compreendê-los do seguinte modo:

1. Guia: uma “visão panorâmica e genérica dos fundos e grupos documentais de um conjunto de arquivos, relacionados a um denominador comum, um arquivo ou uma seção ou uma série, acompanha tudo que pode iluminar seu valor e seu sentido” (HERREDIA HERRERA, 1982, p.25-26). Há ainda dois tipos de guias complementares: os guias gerais e o guia especial. Os guias gerais, como o próprio nome diz, são mais genéricos e descrevem a instituição Arquivística como um todo; já o guia especial se relaciona mais com os fundos documentais do que com arquivo em si.
2. Inventário: um instrumento de controle e de orientação para o investigador. Os elementos fundamentais que um inventário deve conter são “nome dado e formato do fundo (livro, pasta), entrada descritiva (tipológica e tradição documental, autor, destinatário, assunto se possível) e datas limites” (HERREDIA HERRERA, 1982, p.30-31).
3. Catálogo: “o objeto da descrição dever ser a peça documental, entendido como o documento solto, considerando documento principal (carta, escritura, testamento, escritura de venda) e a unidade Arquivística ao qual se rela-

ciona” (HERREDIA HERRERA, 1982, p.78). O catálogo deve conter todos os dados fundamentais para identificação do documento: dados externos, assinaturas, autor, assunto, podendo ser cronológico e alfabético.

4. Instrumentos auxiliares de descrição: podemos destacar os índices, tesouros e indexações relacionados a linguagem documental, concebidos como instrumentos facilitadores e especializados dentro do universo dos arquivos (HERREDIA HERRERA, 1995).

Durante a década de 1980, surge uma pluralidade de interpretações e diferenças em relação aos tipos de instrumentos, mesmo que três conjuntos permaneçam como base para a elaboração. A própria nomeação dos diferentes instrumentos causa confusão, como percebidos nos seguintes agrupamentos:

1. Os guias. Dos quais se diferenciam: o guia-censo, guia de fontes, guia orgânico e guia de arquivos.
2. Os inventários. Dos quais se diferenciam o inventário analítico e o inventário sumário
3. Os catálogos. Dos quais se diferenciam o catálogo de documentos e o catálogo de expedientes (CRUZ MUNDET, 2001, p.272-296, tradução nossa).

A multiplicidade de tipos de instrumentos dificulta não só sua elaboração, mas também o acesso aos documentos, uma vez que o usuário necessita de conhecimento prévio e os tipos de instrumentos diferenciam-se de instituição para instituição.

Baseando-se nesses dois autores, pode-se dizer que, na tradição espanhola, privilegiam-se os guias, os inventários e os catálogos. Os instrumentos mais importantes, nessa percepção, são os gerais e não os específicos, uma vez que as relações entre os documentos no ambiente arquivístico acontecem por meio do contexto. A grande diferença ocorre quando se pensa na falta de parâmetro nos instrumentos auxiliares, com seu uso mudando ou não de instituição para instituição.

Porém, assim como no resto do mundo ocidental, a partir da década de 1980, existirá, ainda que timidamente, um impulso por parte da comunidade Arquivística espanhola em relação à normalização da descrição. Em comparação a Canadá, Reino Unido e Estados Unidos, a promulgação de alguma norma de descrição demora e só ocorre após a formulação das normas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA, em inglês). Tradicionalmente, compreende-se a função da seguinte maneira:

A descrição é a análise realizada por um arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação nos conteúdos para os interessados. [...] A descrição é a ponte de comunicação entre os documentos e os usuários. Na cabeça

da ponte, está o arquivista, que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indicação, transmitindo ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices (HEREDIA HERRERA, 1995, p.300, tradução nossa).

Com a analogia da descrição funcionando como uma ponte com usuários, coloca-se a descrição como um processo fundamental para a recuperação dos documentos arquivísticos, visando ao uso. Esta atividade é, portanto, de síntese e aproxima o trabalho arquivístico dos usuários de arquivo.

A primeira reunião formal para discussão dos princípios de descrição, buscando estabelecer parâmetros que visam à normalização, aconteceu em 1992, com a publicação pelo ICA e por outros membros participantes – dentre eles, Espanha, Canadá e Brasil – do documento intitulado *Statement of principles regarding archival description*. Nesse documento, estabelece-se o “esqueleto” do que seria a descrição multinível proposta pela ICA, baseado nas normas nacionais do Reino Unido e do Canadá.

Em 1994, surgiu a primeira versão da norma de descrição publicada pelo ICA: a ISAD(G). A partir desse momento, inicia-se a difusão do uso desta norma como parâmetro para a descrição, abrindo precedente para revisão das práticas em descrição em uma série de países – dentre os quais se inclui a Espanha, levando à produção, na década seguinte, de versões nacionais da norma e de uma grande revisão dos instrumentos de pesquisa produzidos até então.

A partir da primeira versão, uma série de outras normas surgem ao longo dos anos 1990 e 2000, até que, em 2007, inicia-se a formulação de uma norma nacional de descrição Arquivística na Espanha, com a criação da Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística (CNEDA), trata-se do projeto *Norma Española de Descripción Archivística* (NEDA). Esta se encontra na primeira versão e busca esquematizar, para a realidade espanhola, os campos já definidos pela ISAD(G). A primeira versão da norma é de 2005 e, nos últimos três anos, tem sido revista, comprováveis alterações em 2014, com a versão final do *Modelo Conceptual de Descripción Archivística y Requisitos de Datos Básicos de las Descripciones de Documentos de Archivo, Agentes y Funciones*, que nada mais é do que a versão nacional da norma ISAD(G) e ISAAR(CPF) (COMISIÓN DE NORMAS ESPAÑOLAS DE DESCRIPCIÓN ARCHIVÍSTICA, 2011).

O percurso histórico da Arquivística espanhola mostra que a relação entre o contexto estatal e o aparelho ideológico dita as condições de existência da teoria e da prática Arquivística.

As mudanças ocorridas no início do século XIX demarcaram o aparecimento dos arquivos modernos na Espanha. A influência francesa perpetua-se ao longo do século XIX, com o aparecimento da *Escuela Superior de Diplomática* incidindo diretamente no perfil dos arquivistas espanhóis, para além daquela época.

O século XX, demarcado por instabilidade econômica, política e a ditadura franquista, vivenciará dificuldades na ampliação conceitual da Arquivística do país. A situação só começa a alterar-se com a redemocratização, a partir do final da década de 1970.

Proliferam-se, ao longo dos anos 1980 e 1990, manuais e obras voltadas para a discussão dos parâmetros metodológicos e científicos da Arquivística, endossando a aceção de que a Arquivística espanhola, por sua condição de existência, estabelece-se de forma tecnicista e voltada para questões eminentemente histórico-culturais.

Assim, o discurso produzido pela Arquivística espanhola versará sobre um viés que apoia as questões metodológica e técnicas, em detrimento de questões conceituais e epistemológicas, ainda que produza mais recentemente textos voltados para a discussão de teorias.

O próximo capítulo discute os caminhos histórico-conceituais da Arquivística no Canadá, um universo bastante diferente do apresentado no caso espanhol

5. A ARQUIVÍSTICA CANADENSE: ELEMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

O aparecimento e o desenvolvimento da teoria e prática Arquivística nos Estados Unidos, Austrália e Canadá acontecem em uma época e em uma situação muito diferentes daquela apresentada anteriormente a respeito de Espanha, à medida que a criação dos arquivos nacionais data do começo do século XX, com exceção do arquivo canadense.

Porém, mesmo no caso canadense, sua organização nos moldes arquivísticos só ocorreria décadas mais tarde com o trabalho pioneiro de Arthur Doughty, um dos primeiros arquivistas do domínio entre 1903-1935, responsável por uma série de medidas fundamentais, não só pela estruturação e institucionalização do *Public Archives of Canada*²¹, mas também por apoiar o crescimento contínuo e fundamental da historiografia canadense.

Apesar de seu trabalho fundador e fundamental em relação aos Arquivos, sua abordagem da organização, aquisição e guarda dos documentos públicos ainda era bastante incipiente na comparação com os europeus.

É só a partir da década de 1950 que, com os conceitos advindos da "Arquivística contemporânea" de Schellenberg e do trabalho exemplar e inovador de W. Kyle Lamb, a Arquivística irá iniciar seu crescimento teórico, prático e institucional no Canadá. O mesmo ocorreu no caso australiano, é a partir do desenvolvimento teórico americano que irão se fundamentar os primeiros estágios da teoria e prática da Arquivística nestes países.

Outro ponto fundamental que irá influenciar o aparecimento e o desenvolvimento da teoria Arquivística nestes países é o regime político, a historiografia e/ou áreas relacionadas ao campo de atuação da Arquivística, e a relação entre os arquivos e a sociedade. Não cabe aqui estabelecer um juízo de valor, mas demarcar que, em uma perspectiva discursiva o momento e o contexto histórico irão definir e estabelecer o *como* e o *quê* será dito no âmbito da prática e teoria Arquivística, portanto, os paradigmas histórico-sociais diferentes geram prática e teoria também distintas.

Essa diferença pode ser constatada em autores importantes do período de ascensão da Arquivística canadense, como por exemplo, W. Kyle Lamb (1962), referindo-se à construção da História e uso de documentos arquivísticos como fonte para sua escrita.

²¹ Um dos atos fundamentais deste período foi o estabelecimento do primeiro ato legislativo relacionado a arquivos no país, trata-se do *Public Archives Act* de 1912. (ATHERTON, 1979)

Os trabalhos de W. Kyle Lamb, de acordo com Cook (2005a), instauram um novo paradigma para a Arquivística não só canadense, mas mundial, uma vez que irá rejeitar sistematicamente uma série de preceitos estabelecidos por Hillary Jenkinson, que foi, até a década 1950, o parâmetro basilar para todos os países anglófonos.

Opiniões sobre o que é importante para ser notado poderão variar com os anos; a seleção dos fatos e interpretações colocadas neles podem variar; e os números e personagens dos fatos disponíveis para seleção e interpretação terão uma relação direta com os processos daqueles que no passado, incluindo em nossos dias, arranjaram a coleção de arquivos. (LAMB, 385, p.1963, tradução nossa).

Na medida em que a construção dos arquivos americanos e canadenses acontece em situação social e realidade diferentes daquela presente na Europa, a organização e criação destas instituições serão também diversas. Um caso claro disso é a relação entre os arquivos canadenses, australianos e americanos e a avaliação de documentos. A partir da teoria e prática desses países, a avaliação começa a ser vista como uma atividade fundamental e crítica geral da Arquivística.

Portanto, em primeira instância, deve-se discorrer a respeito do desenvolvimento teórico e prático da Arquivística na realidade norte-americana como um todo, uma vez que as preocupações e a construção das Histórias destes países é diferente daquela praticada na Europa. Em grande parte, seu desenvolvimento, assim como no Brasil, data do século XX, tendo, portanto, uma visão de História, identidade e organização bem diferentes daquelas presentes na realidade europeia, em meados do século XIX.

Parafraseando Nesmith (2004), o retorno ao "arquivo" da própria Arquivística é fundamental na medida em que se amplia e renova a relevância social e o conhecimento profissional. Criticando e explorando o passado de como a Arquivística fundamentou-se nesses países [Canadá, Austrália e Estados Unidos], reitera a importância da profissão não só para a construção da identidade ou da memória de um determinado grupo ou nação, mas alerta sobre os percursos nem sempre tão claros da organização e da teoria relacionadas aos arquivos. Um arquivista que conhece a História de sua área está muito mais preparado para ampliar e redefinir aspectos de atuação.

A perspectiva histórica e a relação entre a Arquivística e a História no decorrer do desenvolvimento da primeira, fazem-se necessárias no percurso discursivo dos arquivos, visto que, em seu estágio inicial de desenvolvimento, baseava-se majoritariamente no instrumental de análise histórica, quer para a construção de catálogos, quer para o "arranjo" dos documentos. Portanto, enquanto teoria e prática, em seu estágio inicial, a Arquivística irá buscar validação teórica na História. Tanto no período pré-manual de Muller, Faith e Furin, quanto nos

anos seguintes, o trabalho arquivístico sempre esteve atrelado a uma prática fundamentalmente histórica.

Nesmith (2004, p.4 tradução nossa) reitera essa percepção: "Quanto mais a sociedade valoriza a informação histórica, melhor a posição do arquivista como um dos seus provedores fundamentais".

No presente, o conhecimento histórico faz-se fundamental ao arquivista na medida em que, pelo histórico (entendido aqui em um sentido amplo), relaciona o todo da sociedade, produção de arquivos e seu uso, sua identidade (compreendida aqui, não como a identidade em si mesma, mas uma posição social convergente em um grupo de pessoas ou sociedade) e a memória (não a lembrança, nem uma relação do presente com o passado, mas um substrato básico e latente à civilização ocidental levando à institucionalização desta atividade). Deste modo, o histórico e a História fazem parte do conteúdo nuclear da teoria e prática Arquivística, enquanto uma instância discursiva e ideológica, permeando todas as instâncias do percurso arquivístico, inclusive o retorno ao histórico defendido pelo autor.

Assim, antes de discutirem-se os aspectos da história Arquivística canadense e sua relação com a Arquivística desenvolvida nos Estados Unidos, é necessário discorrer a respeito da historiografia canadense, tendo em vista que, no percurso arquivístico do Canadá, a História foi a primeira a desbravar e perceber a importância dos arquivos em face às necessidades de identidade de uma nação e a construção de sua narrativa.

Os aspectos fundamentais do percurso histórico da Arquivística canadense refletiriam anos mais tarde durante a década de 1980, nos estudos de Hugh Taylor, Terry Cook e Thomas Nesmith, que levarão ao desenvolvimento de perspectivas inovadoras em relação a avaliação e uso dos arquivos.

A teoria desenvolvida atualmente no Canadá possui reflexos ao redor do mundo, fundamentando-se em dois grandes eixos conceituais. Um é a reflexão pós-moderna a respeito do uso, avaliação, descrição e aquisição de arquivos, tratando-se de um pensamento epistêmico por excelência, reflexo do trabalho de alguns professores e arquivistas espalhados pelo país, com reflexo na África do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Holanda. Já o outro eixo fixa-se em uma visão mais europeia e tradicional, buscando a integração em teoria entre os arquivistas e os gestores de documentos, na diplomática e na gestão de documentos digitais, por meio dos preceitos Jenkisonianos, centralizado na tradição franco-canadense e na escola mais antiga de Arquivística do país – na *University of British Columbia*.

Essa diferença demarca-se institucionalmente em dois dos principais arquivos do país, o *Public Archives of Canada*, até o final da década de 1980 – sendo chamado posteriormente

de *National Archives of Canada* –, e, atualmente, o *Library and Archives Canada* (LAC), que atua como o centro cultural e histórico do país, estabelecendo políticas e recomendações para os arquivos e bibliotecas provinciais e municipais, a *Bibliothèque et Archives Nationales du Québec* (BAnQ), que atua como o centro cultural francófono no que se relaciona aos arquivos e bibliotecas do Québec, na medida em que essa província faz parte da confederação, mas constituiu cultural e historicamente uma realidade diferente daquela do Canadá inglês.

O país conta, ainda, com duas associações profissionais: a *Association of Canadian Archivists* (ACA) e a *Association des Archivistes Du Québec* (AAQ), responsáveis por um conjunto de publicações e congressos fundamentais para a difusão e a ampliação teórico-prática do local.

Portanto, este capítulo busca discutir e estabelecer os parâmetros de construção do percurso da Arquivística canadense, por meio de autores e de áreas que, ao logo dos anos, atravessou a formação discursiva da Arquivística e estabeleceu relações dialógicas com a mesma.

5.1. Fundamentos históricos da Arquivística canadense

Não é a história do Canadá em si que importa aqui, ou mesmo a dos demais países analisados, mas a escrita da História em si, na medida em que esta disciplina irá refletir de um modo profundo no aparecimento dos primeiros arquivos e no desenvolvimento da profissão, pois a Arquivística e a História estabelecem uma relação dialógica. Como percebeu-se ao longo do capítulo que discutiu-se a Arquivística Espanhola.

Pode-se acrescentar que a Arquivística estabelece outras relações dialógicas com outras áreas e profissões, como a Biblioteconomia; contudo, no cenário canadense, a relação entre historiadores e arquivistas foi muito mais presente e importante nos primeiros estágios de criação dos arquivos e seu posterior desenvolvimento.

No Canadá, assim como nos Estados Unidos, as primeiras reflexões a respeito do papel dos arquivos e do arquivista na construção da História do país provêm de periódicos e autores advindos do campo da História e das associações históricas regionais. À medida que se agregam valores, documentos e percepções à narrativa histórica, leva-se a uma especialização do estudo da História e à criação mais efetiva de instituições Arquivísticas.

“A História intelectual da teoria Arquivística é também a História intelectual de historiadores e da historiografia” (RIDENER, 2009, p.14, tradução nossa)

O mesmo acontece na esfera profissional: à medida em que a História se especializa e se institucionaliza, leva-se à formulação de uma associação nacional – a *Canadian Historical Association* – e à criação de periódicos, departamentos universitários e todo o aparato científico e institucional para a legitimação da História enquanto área de especialidade.

Esse processo influencia de maneira profunda no aparecimento dos primeiros arquivos no país, a tal ponto que a *Association of Canadian Archivists* (ACA), uma das mais importantes associações profissionais da área no Canadá, surgiu como uma seção da associação histórica e, conforme o campo cresceu e se estabeleceu como profissão, a associação de arquivistas tornou-se independente.

Nesmith (2004, p.5, tradução nossa) conta que:

Apesar do suporte para o estabelecimento da ACA, em 1975, ter vindo de muitos que questionavam o lugar central do conhecimento histórico no trabalho arquivístico, ironicamente, as novas prioridades, postas para a profissão, levaram-na para uma necessidade de mais conhecimento histórico para ajudar os arquivistas em seu trabalho mais do que antecipado nos anos de 1970.

Esta ligação fundamental entre a Arquivística e História no Canadá influenciaria essencialmente todas as metodologias e parâmetros estabelecidos no país desde década de 1960 até a atualidade. Isso se deve também ao fato de o país ter mantido a perspectiva do arquivista como um "historiador especializado", mais do que a maioria dos países ocidentais.

Assim, no caso canadense, o processo de construção de uma historiografia e o estabelecimento de arquivos estão intimamente relacionados, uma vez que, os arquivos servem como uma das fontes primárias para a construção da História e, na medida em que a historiografia institucionaliza-se e profissionaliza-se, existe uma necessidade de acesso e uso de documentos,

Ocorre, nos estágios iniciais da "História científica" canadense, uma acumulação latente de documentos com a intenção da construção de História nacional, levando a publicação de documentos considerados importantes para a construção de uma "visão" histórica, uma atividade considerada fundamental não só para a História mas para os arquivos, produzindo assim as primeiras coleções de arquivos.

Archer (1969) pondera que as primeiras iniciativas em relação a coleta e guarda de documentos no Canadá provêm em grande parte da atual província do Quebec, no século XVII e XVIII, devido às práticas francesas na colônia da Nova França. Porém, essa realidade

será modificada após a guerra dos sete anos²². O sentido e a importância dados a esses documentos também, na medida em que os franco-canadenses irão buscar neles reafirmação cultural e identidade durante todo o desenvolvimento dos arquivos e da historiografia franco-canadense.

A confederação²³ canadense, em 1867, foi um momento fundamental para o início do percurso de criação do Canadá enquanto um país soberano e independente. Por esse motivo, ocorre o aumento de estudos voltados à construção da História do país com "o aumento de retrospectivas românticas e a multiplicação de sociedades históricas regionais" (BERGER, 1986, p.2, tradução nossa).

Anteriormente ao estabelecimento da confederação, existiam sociedades históricas responsáveis, desde o início do século XIX, pela publicação e coleta de documentos considerados importantes a respeito da época do "descobrimento" e da História militar da colônia, especialmente no baixo Canadá²⁴. Contudo, com a unificação e o estabelecimento do Canadá enquanto um domínio britânico apresentou-se um novo momento na vida social e, portanto, na relação entre as pessoas e os documentos do período anterior à união.

A partir dos anos de 1870, inicia-se um processo de expansão dos estudos voltados à História do país, pois era necessário aos canadenses conhecerem seu passado para estreitarem os laços e a autoconfiança no novo país. É o período dos grandes livros, que buscam cobrir a História do país como um todo, munindo-se de fatos e documentos do período colonial.

Neste período, os "escritores canadenses sentiam-se em desvantagem quando comparados a seus colegas que trabalhavam na Grã-Bretanha, onde o Public Record Office²⁵ recebiam documentos de todos os departamentos do Estado e onde a Comissão Real em Manuscritos Históricos [atualmente Historical Manuscripts Commission], criada em 1869, pesquisava

²² A Guerra dos Sete Anos foi um conflito mundial e final entre a França e a Bretanha para o controle colonial e marítimo na América do Norte, Índia e outros territórios na Europa. Acontecendo entre 1756 até 1763, resultou na conquista da Nova França pelos britânicos e o início do governo britânico nos territórios franceses na América (ROYAL WARRANT FOR VICTUALLING THE FORCES IN NORTH AMERICA – Library and Archives Canada –, 1760.)

²³ A confederação canadense foi um movimento que levou à unificação territorial e política entre a colônia chamada anteriormente de Canadá (divida em Ontário e Quebec) e as colônias de Nova Scotia e New Brunswick, por intermédio do primeiro *British North America Act* nomeado posteriormente como *Constitution Act*, que reconhece o Canadá como um domínio britânico e é considerado como um dos primeiros passos do longo processo de autonomia do Canadá perante o império britânico e o núcleo da constituição canadense (CREIGHTON, 2012 e MOORE, 1997).

²⁴ O termo baixo Canadá refere-se à atual província Quebec.

²⁵ O *Public Record Office* (PRO) foi o serviço nacional de arquivos da Grã-Bretanha de 1838 a 2003, quando fundiu-se com a Historical Manuscripts Commission para formar os Arquivos Nacionais.

em documentos mantidos por pessoas e instituições públicas" (BERGER, 1986, p.5, tradução nossa).

Em 1872, por pressão da Sociedade Histórica do Quebec, uma das primeiras associações históricas do país, é criado o primeiro repositório destinado a arquivos na jurisdição do departamento de agricultura, nomeado na época simplesmente como *archival branch*. A partir deste ato, inicia-se um longo processo de cópia e coleta de documentos considerados importantes para o desenvolvimento da historiografia canadense, com vistas constantes às instituições na Grã-Bretanha e na França, a fim de fundamentar a pesquisa histórica que estava aflorando no país. Esse conjunto documental irá formar um dos núcleos presente até hoje na *Library and Archives Canada*.

Brymner (1872 apud HARVEY, p.34, 1943, tradução nossa), o primeiro arquivista do domínio relatando ao Ministro da Agricultura, escreve:

Senhor, - Eu tenho a honra de reportar que na petição apresentada ao Parlamento do Domínio, estabelecendo que autores e literatos encontram-se em uma posição de grande desvantagem neste país, em comparação com as pessoas da mesma classe na Grã-Bretanha, França e os Estados Unidos, devido a serem praticamente impedidos de terem acesso a documentos públicos e a papéis oficiais em manuscritos, ilustrativos da História e progresso no Canadá, e orando para que ações sejam tomadas para a coleta dos Arquivos Canadenses. O parlamento aprovou um montante em sua última seção com a proposta de fazer uma investigação em relação ao assunto.

Ao passo que o arquivo é instituído e seu acervo começa a crescer, inicia-se também o processo de organização e catalogação destes documentos, especialmente nos documentos relacionados à antiga província do Canadá²⁶.

Em paralelo à contínua acumulação de documentos de arquivo e à multiplicação de livros sobre o passado dos canadenses, a historiografia no país inicia um processo de mudança paradigmática, visto que o darwinismo começa a afetar o seu estudo. A História, enquanto

²⁶ A partir da década de 1830, inicia-se um processo de descontentamento e revolução por parte da elite política da América do Norte inglesa, buscando reformas políticas e sociais para as colônias (Baixo e Alto Canadá) levando ao conflito armado em 1837. O movimento é derrotado, mas leva a reformas políticas e unificação do Canadá em uma única província, buscando impor à população francesa um governo majoritariamente inglês e ao *anglicizing* dos canadenses franceses, fazendo do inglês a língua oficial do parlamento. O *Act of Union* sinalizara a proteção da cultura do Alto Canadá e ao favorecimento político dos anglo-canadenses e a reafirmação do poder britânico perante a colônia Canadá, porém, 7 anos depois, por conta de protestos e pressão política francesa, o governo britânico é obrigado a reconhecer e aceitar o uso do Francês como língua oficial. Portanto, os documentos deste período retratam e relatam um período fundamental para a construção da História nacional canadense e um momento de lutas profundas na sociedade canadense (CHARLAND, 2007).

construção narrativa, passa a ser percebida como parte de um crescimento gradual e parte de um processo constante de evolução na sociedade ocidental.

“Uma analogia direta foi desenhada entre o processo de evolução orgânica e o desenvolvimento histórico, e a História começa a ser escrita a partir da revelação de padrões e uniformidades, não mais somente registrando uma série de episódios desconexos” (BERGER, 1986, p.6, tradução nossa).

Portanto, é a partir de 1880 que se inicia o estudo da História canadense nas bases científicas do século XIX e da institucionalização universitária do campo e o início das publicações científicas periódicas, ou seja, o estabelecimento da História enquanto uma profissão e uma atividade universitária.

Nas duas últimas décadas do século XIX, acontece a profissionalização do historiador enquanto um pesquisador que busca recriar os fatos históricos do passado como eles realmente aconteceram, fundamentados no positivismo histórico de Leopold von Ranke e na confiança nas fontes primárias, dentre elas os documentos de arquivo como parte crucial da narrativa histórica. “A História científica veio a significar um rígido factualismo e uma crítica analítica de documentos” (BERGER, 1986, p.7, tradução nossa).

A Arquivística irá influenciar-se profundamente dessa visão durante o século XIX, até a publicação do livro que irá consolidá-la: o manual holandês, de Muller, Feith e Fruin.

“Os usuários predominantes dos arquivos no período da consolidação [séc. XIX] eram os historiadores moldados por Ranke, que viam a escrita da História como o que ‘tinha acontecido’” (RAIDER, 2009, p.145, tradução nossa).

Como bem colocou Taylor (1984, p.26, tradução nossa), “o modelo de Ranke, como um protótipo, mina as ricas veias da prova documental e encontra uma das mais incríveis indústrias pesadas saindo da idade do vapor”.

Dois autores, nos diferentes caminhos de suas obras, são citados pela literatura como fundamentais para a formalização e profissionalização da História no Canadá e do auge da perspectiva positivista em História canadense enquanto tema de pesquisa: George Wrong e Adam Schortt (HAMELL, 2009, SHORE, 2002 BERGER, 1986).

Wrong é considerado por Berger (1986) como uma figura ambígua, que está entre as associações Histórias amadoras do século XIX e o estabelecimento de uma disciplina histórica baseada e institucionalizada pela universidade. É neste período, por volta do fim da década de 1890, que se estabelecem os primeiros periódicos relacionados à História canadense, como por exemplo, *Review of Historical Publications Relating to Canada*.

No mesmo período, outro autor é referenciado por Berger (1986) e Hamell (2009) como parte fundamental para a construção da historiografia canadense: Adam Schorrt. Calcado em uma base mais positivista, ou seja, mais relacionado com o desenvolvimento científico do período, ele desenvolveu estudos e trabalhou como um mediador entre a narrativa histórica e a aquisição de documentos de arquivo.

Chegando a publicar uma série de estudos e documentos relacionados ao período colonial, por exemplo, *Documents relating to the constitutional History of Canada 1759-1791*, *Documents on Currency, Finance and Exchange of Canada Under French Regime*, análises críticas de documentos do período colonial, dentre outras publicações, e a participação nos comitês relacionados à aquisição de documentos no arquivo público, ainda sob jurisdição do ministério da agricultura.

É perceptível, portanto, conforme o campo da historiografia começa a consolidar-se, a importância e o aparecimento dos arquivos acontece inter-relacionado com a própria prática da narrativa histórica.

O arquivista e a Arquivística surgem como um subproduto da construção histórica. É por assim dizer uma "ciência auxiliar da História", mas em molde bem diferente daquele apresentado na Europa e distante dos estudos medievalistas da *École Nationale des Chartes*, devido, em grande parte, aos moldes sociais e acadêmicos e, obviamente, à História recente de formação dos países na América do Norte.

Esse processo intensifica-se por volta das décadas de 1910-1940, período chamado pelos historiadores canadenses como a "renascença" histórica (THOMAS,1975), levando ao aumento consistente do uso de documentos e coleções no recém criado *Public Archives of Canada*, como por exemplo, os trabalhos de A.L.Burt entre outros.

A autonomia gradual e contínua do Canadá perante o império britânico, no mundo antes e após a Grande Guerra, influenciou a vida social no país de maneira profunda, na medida em que se torna mais autônomo, como resposta ao apoio dado ao império durante a guerra. Tal fato leva à criação de um aparato institucional mais refinado para administração do país, bem como uma acentuação do desenvolvimento acadêmico e cultural.

Isso correu em todas as colônias britânicas transformadas em domínios, a saber: o Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Newfoundland, o que foi decisivo para o esforço de guerra britânico e para a independência política e militar dessas mesmas colônias.

Nesse período, os historiadores canadenses buscaram revistar e renovar a visão do momento de fundação do país, ou seja, o percurso gradual e constante de autonomia deste durante o século XIX, tratando a experiência canadense como a ampliação das liberdades e é

provavelmente o período da História mais investigado e documentado, uma vez que, demarca a construção do Canadá enquanto nação (BERGER, 1986).

Os historiadores deste período buscavam glorificar e exaltar a experiência política canadense em contrapartida ao percurso de independência americano. O positivismo ainda apresentava-se como fundamento para a construção escrita da História. É a época dos grandes manuais e da observação da História canadense como todo, ou seja, uma História calcada em uma visão geral e idealizada de seu próprio passado. As minorias aborígenes ou as lutas internas – inclusive os atritos históricos entre os franco-canadenses e os anglo-canadenses – são percebidas e compreendidas como parte da paisagem geral, quando abordadas.

Com a criação da *Canadian Historical Association (CHA)*²⁷, em 1922, a História passa a contar com um núcleo para as discussões relacionadas à historiografia do país e a seus respectivos campos correlatos, inclusive criando, anos mais tarde, uma seção específica para a discussão dos arquivos. Esse núcleo associativo irá influenciar, nos anos seguintes, as políticas e atividades relacionadas aos arquivos e a construção da História canadense.

Na medida em que são criadas instituições legitimadoras da historiografia canadense, reflexo do crescimento econômico-social do país, ocorre também ao aparecimento de novas instituições Arquivísticas, no nível provincial e nos principais municípios canadenses. Por consequência destas novas instituições, cresce a demanda por profissionais especializados na organização e custódia dos documentos.

Após a segunda guerra mundial, a historiografia canadense encontra-se em plena ascensão. É o período em que o anglo-canadense enquanto sociedade estabelece uma relação mais estreita com seu país. Um dos autores mais importantes desse período é Arthur Lower. Seu foco foi, em diversos momentos, desvendar e descrever o porquê de o senso de nacionalidade no Canadá, em comparação a outras nações, demorar a desenvolver-se. Ou seja, Lower busca estabelecer parâmetros para identificar o processo de "identidade nacional" do Canadá. Berger (1986, p.11, tradução nossa) afirma que a "História, para Lower, torna-se uma busca pelo credo nacional".

É o momento em que o ideário de Hillary Jenkinson, em consonância a uma visão nacional e positiva da História, começa a ser aplicado na organização e na compreensão dos

²⁷ Ver em *Canadian Historical Association* Web site << <http://www.cha-shc.ca/en>>> Acesso em 01 Dezembro de 2012

arquivos. É uma visão calcada principalmente na Arquivística europeia do século XIX e irá perpetuar-se até a década de 1950.

Existe uma grande confusão sobre o uso do termo "identidade nacional" e seu significado. Isso pode estar relacionado com o fato de o termo possuir uma série de sentidos dependendo do contexto. Raney (2009, p.7, tradução nossa) estabelece alguns parâmetros para tal conceito:

Apesar de relacionado, "identidade nacional" não é o mesmo que "nacionalismo". Este é definido como o movimento ou crença de um grupo de pessoas, parte de uma comunidade política com instituições comuns, um único código de direitos e deveres, e um espaço social em que os membros se definem (Smith 1991,9), enquanto aquele se refere a um sentimento de pertencer, uma proximidade ou ligação a uma nação. "Identidade nacional" também possui um significado coletivo e individual: pode descrever os mitos compartilhados, valores e aspirações de um grupo nacional, e pode descrever uma ligação individual a uma nação. Por exemplo, o Canadá possui uma identidade nacional que está associada a certos mitos (é pacífico e um mosaico) e símbolos (a folha de bordo – *maple leaf* – ou o castor). Indivíduos também podem possuir uma identidade nacional, parte de um conjunto de identidades que consistem em sua identidade pessoal.

A construção de uma identidade nacional ocorre durante o pós-guerra, um dos instrumentos fundamentais para os historiadores do período e, de certo modo, os usos e o aumento da complexidade burocrática federal impulsionaram a manutenção e criação de arquivos no país.

As décadas de 1930-1960, baseando-nos em Berger (1986), fazem parte de um momento de profunda mudança na compreensão desta "identidade nacional" no núcleo historiográfico canadense e de um período de mudanças e apropriação de conceitos, reorientações teóricas em relação à História econômica, política e social do país, além da organização mais efetiva dos arquivos no país.

O desenvolvimento historiográfico no país encontra-se em seu auge com os trabalhos de grandes autores. Entre eles, Frank Underhill, Harold Innis, Arthur Lower, D.G. Creighton e Edgar McInns publicam diversos estudos sobre a sociedade canadense, e a História – enquanto profissão – começa a se especializar e a buscar um espaço distinto em relação às outras ciências sociais no universo acadêmico.

Ao final da década de 1950, Lamb (1958) sinalizava futuras mudanças no *Public Archives of Canada* e a transformação dos arquivos em um *public record office* maduro e equipado para receber todos os documentos históricos do governo, inclusive aqueles às vezes re-

queridos pelos departamentos. O autor referia-se à criação em 1956 do *Public Records Centre* em Ottawa.

Baseando-se em Atherton (1979), a criação deste centro foi parte de um longo processo de constituição dos arquivos públicos enquanto instituições, que se ligam à administração federal canadense e passam não somente a resguardar os documentos considerados "históricos", mas a receber documentos recentes de departamentos criados durante a segunda guerra mundial e extintos após seu término.

É perceptível, como se descreveu ao longo desta seção, que a realidade historiográfica social do país era bem diferente daquela presente nos países Europeus durante o século XIX e início do século XX. Essa realidade influenciou profundamente o modo como a teoria e prática Arquivística irá desenvolver-se no país.

A partir da criação do centro e de uma maior complexidade institucional, o Arquivo Público canadense iniciará um processo de especialização de seu trabalho, que se intensificará a partir da década de 1960, criando práticas e teorias relacionadas à organização dos seus arquivos.

É claro que existiam parâmetros anteriores ao período, como foi debatido, mas é nesse momento que os arquivos começam a desvencilhar-se institucionalmente e teoricamente do campo historiográfico. É, também nesse período, que as teorias aplicadas no NARA (*National Archives e Records Administration*), dos Estados Unidos, passam a ecoar no pensamento dos arquivistas canadenses.

Nessa época, o quarto arquivista do domínio, o historiador W. Kyle Lamb, irá publicar seu trabalhos mais importantes em relação aos arquivos, e este processo de independência e profissionalização amplia-se ao longo da década de 1970.

A década de 1950 representou, não só um *turning point* para os arquivos canadenses, mas uma mudança paradigmática na sociedade ocidental. Tal assertiva pode ser destacada no trabalho de boa parte da literatura Arquivística do período. Lamb (1968), por exemplo, ao final de sua carreira, percebe a criação da Arquivística como uma *nova* profissão, na medida em que as mudanças administrativas e sociais irão refletir nos futuros arquivos.

Terry Cook (2005a, p.186, tradução nossa) comentando a respeito da década de 1950, para os arquivos Norte Americanos, destaca:

O foco mudou de um entusiástico semiantiquário responsável pela coleção de papéis pessoais de figuras heroicas de um passado distante ou pioneiro, para uma abordagem mais sistemática e profissional coletando documentos contemporâneos e, especialmente, administrando efetivamente os documentos relacionados aos governos que floresciam.

O viés predominantemente histórico – enquanto objeto central da organização dos arquivos – começa, a partir da década de 1950, a perder força, simplesmente em função do fato das mudanças administrativas e sociais dos períodos.

Os documentos produzidos durante o esforço de guerra, não só no Canadá, mas em todos os países que participaram ativamente no conflito, eram agora uma quantidade considerável de documentos de órgãos muitas vezes extintos no pós-guerra.

Esta situação, mais especificamente no caso canadense, também representava uma mudança no modo como a sociedade lidava com a sua própria História e com sua independência política e legislativa. Ao final da segunda guerra mundial, o país era, em termos reais, senhor de seu próprio desenvolvimento político e social e, portanto, passa durante as décadas de 1960 e 1970 por um aumento considerável em sua máquina administrativa, que irá refletir efetivamente na produção e guarda de documentos.

Sage (2012, p.5, tradução nossa) busca esclarecer a questão da seguinte maneira: "É possível que, para o Canadá, a Segunda Guerra Mundial possa ter sido o que foi a derrota da Armada Espanhola para a Bretanha Elisabetana, liberando um genuíno e abrangente patriotismo, acompanhado de um avanço real em arte e literatura canadense e escrita da História local".

Archer (1969), no primeiro trabalho acadêmico em nível de PhD, produzido a respeito da História dos arquivos no Canadá, destaca logo na introdução o quanto o pensamento em relação à teoria e prática Arquivística estava atrelado ao ideário de Schellenberg, na medida em que o autor busca estabelecer balizas para o seu trabalho, citando e referenciando exemplos das obras de Schellenberg e dos trabalhos desenvolvidos nos Arquivos Nacionais americanos durante as décadas de 1940 e 1950.

"As tradições Arquivísticas que mais influenciaram o Canadá foram inicialmente as de França e Grã-Bretanha e, mais tarde, as dos Estados Unidos" (ARCHER, 1969, p.17, tradução nossa). Busca ainda, como tantos outros autores do período, por exemplo, Schellenberg, Posner, Lamb, Cortez, etc., estabelecer definições de cunho terminológico a fim de construir balizas teóricas para a área.

Esse fenômeno é reflexo do aumento exponencial dos documentos produzidos pela administração pública e as transferências feitas para os arquivos, o que leva inegavelmente a uma reconfiguração da área, aproximando-a de práticas e teorias relacionadas à administração e à gestão de organizações de modo geral.

Por outro lado, é neste momento que a área começa, baseando-se em Schellenberg (2003), Cook (2005a e 1997) e Archer (1969), a buscar fundamentar sua prática com alguma teoria. É, portanto, o início do período de profissionalização do arquivista, enquanto um profissional técnico e especializado, que objetiva o tratamento, a disponibilização e a guarda dos acervos arquivísticos.

É, também, o momento no qual o tratamento de documentos na América do Norte e Austrália começa a especializar-se, com o aparecimento dos *records centers*, que resultaram na criação de uma nova profissão, os chamados *records managers*, levando esses países, especialmente Estados Unidos e Canadá, a uma separação prática entre os documentos ativos e semiativos.

Os *records managers* são responsáveis pelos documentos em fase ativa, classificando-os e estabelecendo tabelas de disposição e retenção; e os arquivistas, responsáveis pelos documentos semiativos e de valor histórico-cultural, buscando a descrição, arranjo e avaliação, visando dar acesso e auxiliando os pesquisadores.

Esse fenômeno de sedimentação e ampliação, perceptível em uma série de países, sinalizava um novo horizonte teórico e prático para os arquivos, ainda que arraigado no núcleo do pensamento arquivístico americano e canadense. Hillary Jenkinson (1922 e 1980) começa a ser refutado em alguns preceitos, principalmente no que se relaciona à avaliação de documentos e a um papel mais ativo do arquivista em relação aos documentos que coleta e descreve.

Era impossível, devido ao aumento do acervo, manter o controle e a integridade dos arquivos, sem nenhum tipo de procedimento de avaliação e seleção, "a fina arte da destruição" como enuncia Lamb (1962). É um período de ampliação teórica e revisão das antigas posições em relação aos arquivos. Schellenberg, o arquivista mais conhecido desta perspectiva, segundo Ridener (2009), passa a ver os arquivos com uma ótica mais relacionada à gestão – que evidentemente amplia aspectos práticos e teóricos da área, mas cria vários problemas de cunho terminológico, profissional e de identidade. Porém, inegavelmente, reconfigura as relações dialógicas da disciplina.

As instituições e profissões desenvolvem-se e modificam-se ao vento das mudanças políticas e sociais, mas também de alguns homens pioneiros, que não estão à frente do seu tempo, mas têm consciência das necessidades do presente e das necessidades de crescimento de uma área.

W. Kaye Lamb, segundo Archer (1969), foi o primeiro arquivista frente ao *Public Archives of Canada* que não era especialista no "regime Francês" ou na "era colonial". Era um

bibliotecário experiente e um historiador capaz, familiarizado com os arquivos devido a uma série de outras bibliotecas e arquivos onde trabalhou durante a carreira²⁸, e ligado à teoria da administração, como tantos outros arquivistas do período.

Ele enfrentou, durante a década de 1950, inúmeros problemas relacionados à falta de pessoal, falta de espaço para transferência e tratamento de documentos. Ainda assim, buscou durante esse período transformar a instituição em um arquivo público ativo e aberto não só à comunidade de acadêmicos interessados na História canadense, mas à ampliação de uso e acesso aos documentos ao cidadão comum.

A mudança de postura de Lamb em relação aos arquivos é uma mudança paradigmática, na medida em que, até aquele momento, os arquivistas eram "guardiões passivos de velhos tesouros preservados primariamente para historiadores acadêmicos" (COOK, 2005a, p.186, tradução nossa). Assim, Lamb toma para si e para o *Public Archives of Canada*, uma posição mas ativa na sociedade e na administração federal, visando preservar e dar acesso à memória do país, não só para os acadêmicos, mas para a população de modo geral.

Ao final da década de 1950, Schellenberg, e seu *Modern Archives: Principles and Techniques*, irá mudar a profissão e o cenário teórico permanentemente. "O trabalho de Schellenberg em teoria Arquivística e na profissão de arquivista teve um grande impacto (...) especialmente nos profissionais na América do Norte" (RIDENER, p.69, tradução nossa).

Jones (2002) destaca que, a partir deste livro e desta perspectiva, cunha-se o termo "arquivos modernos" ou "Arquivística contemporânea", demarcando, evidentemente, uma *nova* profissão, como descrito por Lamb em artigo de 1968.

Essa postura começa a produzir mudanças profundas na percepção dos arquivistas sobre seu objeto e em relação a aquisição, disposição, descrição e avaliação de documentos. É um momento de definição, sedimentação e ampliação, não só no Canadá, mas em boa parte do Ocidente na área.

A realidade documental canadense das décadas de 1950-1960, assim como as presentes na Austrália e Estados Unidos, com as devidas proporções, está distante daquelas referenciadas na Europa, na medida em que, não existem em quantidade considerável documentos medievais ou do antigo regime.

²⁸ W. Kaye Lamb foi Arquivista e Bibliotecário da província de *British Columbia*, 1934-1940 e bibliotecário da Universidade da *British Columbia*, 1940-1948, antes de sua indicação a arquivista do domínio em 1948.(ARCHER, 1969).

Os documentos, baseando-se em Lamb (1962) e Schellenberg(2003), são fundamentalmente contemporâneos e produzidos em larga escala, como destaca Cook (1997, p.4 tradução nossa): " O Arquivo Nacional em Washington, criado em 1934, herdou um *backlog*²⁹ de mais ou menos um milhão de metros de documentos federais, com um crescimento anual de mais de sessenta mil metros".

No cenário canadense não foi muito diferente. Apesar do longo processo de criação e desenvolvimento dos arquivos canadenses, na década de 1950 e 1960, o país passava pelos mesmo desafios que seus vizinhos, contudo a resposta canadense foi um pouco diferente, "[Lamb] partilhava, no mesmo período, muitos destes desdobramentos, e emprestou de colegas internacionais, porém com importantes qualificações. (...) O resultado que ele costurou, contudo, foi algo unicamente Canadense" (COOK, 2005a, p.187, tradução nossa).

A postura e o trabalho de Lamb irão fundamentar o que mais tarde ficará conhecido como *total archives*, e seu legado permanecerá na Arquivística canadense ao logo de muitas décadas. Apesar de interessado em aplicar na realidade canadense muito dos aspectos teóricos desenvolvidos nos Estados Unidos, especialmente a avaliação, sua perspectiva é diferente, pois a preocupação com a História permanece como central em sua perspectiva. *Keeping the past up to date* (1963) é para ele um dos objetivos fundamentais das instituições Arquivísticas.

O *total archives* foi uma perspectiva inclusiva nomeada após o seu período na década de 1970, contudo, reflete uma prática que começou antes mesmo de Lamb.

O *Public Archives of Canada* foi, desde o início, fruto de aquisição e cópia em larga escala de documentos, inclusive de manuscritos privados. Uma das grandes mudanças, na época de Lamb, é que ele busca diversificar e ampliar o acervo, na medida em que se busca a aquisição de documentos pós-1867, inclusive na esfera privada, algo com que nenhum de seus antecessores se preocupou.

"Esta abordagem compreensiva aos arquivos contrastava nitidamente com a de muitos países, como Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Austrália, entre outros, que coletavam somente documentos oficiais dos governos que os financiavam" (COOK, 2005a, p.197, tradução nossa).

²⁹ A saber: n. ~ 1. Materiais recebidos por um repositório, mas não processado ainda - 2. qualquer coisa atrasada esperando alguma ação.(SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 2013)

Os motivos para essa diferença estão presentes nos próprios fatos históricos descritos na seção anterior: o Canadá carecia de um complexo sistema cultural nos primeiros anos de sua formação. O *Public Archives of Canada*, foi uma das primeiras instituições a serem criadas e, por conta disso, suas responsabilidades eram diferentes e mais amplas do que as de instituições de mesmo tipo em outros países.

Outro motivo que pode ter levado a essa prática é o fato de que, até o início da década de 1950, o país carecia de uma Biblioteca Nacional, fazendo do *Public Archives of Canada* uma instituição centralizadora da memória e da cultura canadenses.

Com a criação da Biblioteca Nacional, em 1953, e de alguns museus, durante a década de 1950-1960 – como o Museu da Moeda ou o Museu da Guerra –, o *Public Archives of Canada* começa a transferir seus documentos não-arquivísticos para essas instituições e, ao final da década de 1960, poderia admitir que os documentos custodiados em seus depósitos eram praticamente só os ditos arquivísticos, levando a uma abordagem mais especializada e dinâmica aos acervos.

Apesar de presente desde os primórdios da criação da instituição, essa prática irá tornar-se, por meio de Lamb, um programa pujante, que coletará não só materiais públicos/governamentais e privados/pessoais, mas também mídias audiovisuais. “Para Lamb, a motivação não era apenas para a conveniência do pesquisador, mas ia para a natureza fundamental da História e da pesquisa histórica” (COOK, 2005a, p.198, tradução nossa). Nesta perspectiva, buscava coletar os documentos oficiais e estabelecer uma relação mais estreita entre as agências produtoras de documentos e as transferências para os arquivos, além de avaliá-los, seguindo os preceitos de Schellenberg e o ciclo vital dos documentos.

Durante os 20 anos nos quais esteve à frente do *Public Archives of Canada*, procurou coletar documentos de ministros e outros governantes do período pós-confederação, além de uma série de coleções relacionadas a negócios, organizações culturais, sociais e profissionais, cientistas e engenheiros, figuras militares, buscando eliminar lacunas e auxiliar no contínuo desenvolvimento da ciências no Canadá.

No artigo *Fine art of destruction* (1962, p.50, tradução nossa) fica clara a posição do autor no que diz respeito à perspectiva Jenkinsoniana de arquivos e da Arquivística:

Até tempos recentes, os deveres de um arquivista eram essencialmente os de um guardião e curador. Ele tinha responsabilidade sobre os documentos sobreviventes do passado e fazia seu melhor para preservá-los e salvaguardá-los. A discussão sobre o fato de eles deverem ou não ser preservados, ou se isso valia de fato raramente surgia. Por contraste, a destruição de documentos, ou a autorização para e concordância com a sua destruição, agora é aceita como parte das responsabilidades do arquivista. Isso representa uma mu-

dança fundamental nos seus deveres, e as implicações não estão totalmente aparentes.

A avaliação representou um recorte fundamental na teoria e na prática Arquivística, pois, na época de Lamb e Schellenberg, pouco se tinha escrito ou se fazia a seu respeito. Lamb foi um pioneiro no desenvolvimento de práticas relacionadas ao uso nos *records centers* do *Public Archives of Canada* e no estabelecimento de princípios para os arquivos provinciais.

No mesmo artigo, calcado nas perspectivas de Schellenberg, ele busca estabelecer sua compreensão particular para os níveis de valores estabelecidos pelo arquivista americano e sua visão do ciclo vital documental.

Destaca, também, que era papel do arquivista identificar, ou suspeitar da existência de um valor histórico-cultural. Este era o mais difícil de ser estabelecido, na época e, por que não dizer, até atualidade, na medida em que “existem uma série de valores não esperados deste tipo (...) É seu negócio ter a visão de longo prazo. E sua experiência diária em auxiliar aqueles engajados na pesquisa deve dar-lhe conhecimento para fazer o juízo de valor e estabelecer a utilidade de um material que alguém está propondo descartar" (LAMB,1962, p.53, tradução nossa).

Lamb pode ser conhecido como o construtor da Arquivística canadense, à medida que ele estabeleceu práticas, em consonância com o que ocorria no resto do mundo, mas mantendo características que foram construídas historicamente na prática Arquivística e na historiografia canadense.

Em sua produção bibliográfica, é possível perceber seu tom de crítica em relação aos antecessores e a uma visão mais estreita do papel e avaliação de arquivos. Contudo, sua busca é pelo crescimento técnico, e seu objetivo final é construir bases para o desenvolvimento da Arquivística no Canadá, ainda que não intencional. Se Schellenberg é o pai da Arquivística moderna, Lamb é o pai da Arquivística à canadense.

A construção dos *records centers*, o estabelecimento na perspectiva de Schellenberg de um ciclo de vida documental, o início da avaliação documental no país, a discussão da formação de arquivistas e bibliotecários – buscando sempre destacar e evidenciar a importância dos usos e dos pesquisadores dos arquivos, mudaram para sempre o rumo da Arquivística Canadense.

Lamb tinha a visão de uma nova profissão para o arquivista, como destaca em seu artigo de (1968): não um historiador como no passado, nem como um *records manager*, nem

um bibliotecário ou um curador de museus, mas um acadêmico especializado na História dos documentos que tem seu objeto centrado no contexto e na avaliação dos registros de uma sociedade.

É claro que sua visão, apesar de pioneira, será anos mais tarde revista e rearranjada, e até refutada, com o estabelecimento da *macroappraisal*, a "redescoberta da proveniência" e o abandono do conceito de Jenkinson de *record group* para o arranjo e descrição de documentos, utilizado abertamente por Lamb. Mas seu papel foi fundamental, por rever velhas práticas e estabelecer o fundamento para uma nova profissão em território canadense.

Entre os anos 1970 e 1980, a área passa no país por uma série de mudanças e inicia a construção de um campo mais amplo e próprio levando a desdobramentos profundos não só para o Canadá, mas para o mundo. O universo arquivístico canadense encontrava-se em uma situação muito diferente daquela descrita e centralizada na figura de W. Kaye Lamb.

O aumento exponencial do acervo arquivístico e uma situação economicamente favorável deram ao *Public Archives of Canada* uma cômoda situação para implantação do que começou a ser chamado de *total archives*.

Como foi descrito na seção anterior, existam, sim, princípios desta prática de munir os arquivos públicos com documentos pessoais e privados, antes mesmo do estabelecimento do *total archives* como uma noção embasada em discussão e em argumentos técnicos. Contudo, não se pode dizer que essa perspectiva existia enquanto um conceito formulado e aceito por um grupo de profissionais.

É só a partir da década de 1970, com o aumento da consolidação profissional e da institucionalização de mais arquivos e arquivistas, que a noção começa a ser estruturada.

Neste mesmo período, a teoria e a prática Arquivísticas começam a ter novos desdobramentos e novos caminhos, que irão culminar – na década de 1980 – no aparecimento da *macroappraisal* e da Arquivística pós-moderna, visionada por Hugh Taylor e difundida por Terry Cook e Thomas Nesmith.

Smith (1986) destaca que a prática de combinar documentos públicos e arquivos privados no mesmo repositório era considerada normal em vários arquivos provinciais e até mesmo em alguns arquivos nacionais, especialmente durante o século XIX.

Laura Millar (1998-1999) e Swift (1982-1983), em artigos que podem ser considerados relacionados entre si, buscam reconhecer padrões e estabelecer parâmetros para o percurso e "evolução" do conceito de *total archives* no Canadá, estabelecendo seus antecedentes até o período de formação dos arquivos no século XIX. Contudo, na medida em que a realidade

social e o sentido dado à aquisição e à acumulação de arquivos eram diferentes, o próprio uso dos arquivos era outro.

Pode-se compreender que haja, obviamente, antecedentes para a aplicação e criação deste conceito, porém não era objetivo dos arquivistas coletar arquivos públicos e privados de todas as camadas da sociedade canadense, mas sim, os documentos relacionados fundamentalmente com período colonial “pré-1867” do país.

Como é levantado por Smith (1986, p.324, tradução nossa), “[documentos privados] Eram considerados um serviço secundário para historiadores. (...) Tratamento de documentos antigos tinha prioridade sobre os documentos recentes”.

Porém, as mudanças sociais provocadas no país a partir da década de 1950 mudam os rumos da História e dos arquivos, levando à implantação do *total archives*, como uma política nacional de coleta e aquisição de arquivos públicos e privados.

A enunciação enquanto um conceito e um programa público de aquisição de documentos ocorreram no ano de 1972, em uma publicação motivada pelo centenário do *Public Archives of Canada*, intitulada *Archives: Mirror of Canada Past* por Wilfred Smith, o quinto Arquivista do domínio.

Smith (1972, p.19-21, tradução nossa) descreve:

Muitas das atividades e planos do arquivo público estão relacionadas a dois conceitos que foram apresentados como desejáveis em uma conferência internacional sobre arquivos meses atrás [Conferência do ICA em 1970]³⁰. O primeiro é *total archives*. Isto envolve mais do que o desejado de preservar todos os tipos de materiais arquivísticos. Significa que o sistema de arquivos deve integrar ao seu controle a gestão dos documentos correntes, centros provisórios para os documentos dormentes e a central de operação do serviço de microfimes, assim como as funções Arquivísticas convencionais de aquisição, preservação; fazendo os materiais permanentes disponíveis por seus valores culturais ou de herança nacional. O *Public Archives of Canada* é talvez o exemplo mais proeminente dos *total archives* na prática.

Nestes termos é apresentado o programa que irá influenciar, durante a década de 1970, todas as atividades Arquivísticas nos arquivos públicos canadenses, desenvolvendo-se como um preceito basilar de aquisição, controle e manutenção de documentos arquivísticos.

O autor estabelece quatro elementos para o conceito de *total archives*:

³⁰ Ver Smith, I. Wilfred "Total Archives":the canadian experience *Archives et bibliothèques de Belgique* n.57, v. 1-2, 1986

1. *Todas as fontes* de material arquivístico apropriadas à jurisdição dos arquivos são adquiridas em fontes públicas e privadas: dos departamentos do governo, de indivíduos apropriados, organizações e associações e cópias de material relevante de qualquer fonte, no país ou fora dele;
2. *Todos os tipos* de materiais arquivísticos podem ser adquiridos, incluindo manuscritos, mapas, quadros, fotografias, gravações sonoras, filmes e outros materiais audiovisuais e materiais lidos por máquina; todos os documentos originados da mesma fonte devem ser adquiridos e preservados em sua totalidade ao invés de serem divididos em vários repositórios;
3. *Todos os Assuntos* de empenho humano devem ser cobertos pelo repositório de acordo com a sua jurisdição territorial, ao invés de serem direcionados a diferentes repositórios na base de seus assuntos;
4. *Ciclo de vida* - deve existir um comprometimento por parte do criador de documentos e do arquivista para garantir uma gestão eficiente dos documentos durante seu ciclo de vida ou, para ser mais preciso, a autoridade Arquivística deve estar preocupada com os documentos na época de sua criação, pelo menos ao passo que os documentos sejam julgados dignos de preservação, sejam selecionados e transferidos aos arquivos. (SMITH, 1986, p.341, tradução nossa)

Com base nestes elementos, é possível traçar um panorama interessante a respeito do conceito de *total archives*. Primeiramente, existe um entendimento da proveniência como princípio constituinte dos acervos arquivísticos; contudo, o arquivo toma para si um papel que vai além do conceito em sentido estrito.

A aquisição torna-se a atividade mais importante, o que obviamente leva a uma especialização do tratamento, na medida em que o suporte torna-se um parâmetro fundamental: estabelece, de certo modo, uma nova lógica de organização.

Segundo Millar (1998, p.117, tradução nossa), cinco fatores contribuíram para a enunciação e crescimento do conceito de *total archives* no Canadá:

- (1) Reconhecimento central do governo no empreendimento Arquivístico;
- (2) Entendimento da necessidade de fomentar a identidade dos Canadenses Ingleses;
- (3) Aprovação para validar a aquisição e cópia de documentos do setor privado pelas instituições públicas;
- (4) Reconhecimento da importância da gestão de documentos, particularmente no setor público; e
- (5) Reconhecimento da importância de se preservar documentos em todos os suportes.

A ideia fundamental por trás da noção de *total archives* era a seguinte: os arquivos, em sua maioria, eram mantidos pelo governo; tinha, portanto, a responsabilidade de controlar e disponibilizar os arquivos públicos durante seu ciclo, para propósitos administrativos e de pesquisa, e adquirir e preservar documentos privados avaliados como de valor histórico-cultural.

Esse conceito trata fundamentalmente de uma manifestação canadense, com o desejo de preservar a memória documental, pensando em fortalecer a identidade do país e, de certo

modo, curar velhas feridas. “Todos os documentos, em todas as fontes, para todas as pessoas” (MILLAR, 1998, p.117, tradução nossa).

Smith (1986) destaca que, a partir do momento em que se estabeleceu um rótulo para esta prática, rapidamente tornou-se parte da terminologia geral e objeto de discussão profissional.

Entre o final da década de 1960 até os anos de 1980, observou-se um período de expansão de recursos humanos e financeiros: "em pessoal, de 263 para mais de 800 (300%) em 1984; e orçamento, de 2.267.000 para aproximadamente 40.000.000 (1800%)" (SMITH, 1986, p.337, tradução nossa).

É um momento de centralização dos esforços relacionados a arquivos e da especialização dos arquivistas no que se relaciona à aquisição de documentos em todos os suportes, afastando-os cada vez mais de uma perspectiva histórica ou até mesmo de uma visão mais tradicional da organização e uso dos arquivos.

Sem dúvida, tratava-se de um plano ambicioso e que gerou durante a década de 1970 uma série de debates entre os arquivistas especialmente após a criação da associação e do periódico *Archivaria*, anteriormente chamado *Canadian Archivist*, mas publicado com uma menor periodicidade e com um viés mais técnico.

A década de 1970 demarcou, portanto, uma época de proficuas discussões e o início de uma independência institucional, ao menos no nível profissional, entre os arquivistas e historiadores.

É neste cenário que se inicia, a partir de 1972, o processo que irá levar à separação da *Canadian Historical Association* (CHA) e a criação da *Association of Canadian Archivists* (ACA).

Nesmith³¹ (2013) descreve que a criação da ACA promoveu, em algumas situações, discussões acaloradas sobre: (i) o que define ser um arquivista no Canadá e o que ele precisa saber para ser o arquivista que ele deveria ser; (ii) se o arquivista era (é agora) um profissional realmente distinto – não um dissidente da profissão de historiador; e (iii), mais importante, o que fazia dele um profissional distinto?

Eastwood (1985), em sua análise crítica do papel da associação – 10 anos depois de sua fundação –, estabelece dois motivos centrais para a dissociação do grupo dos historiado-

³¹ NESMITH, Tom. *The Foundation of ACA*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <thiagobarros@shaw.ca>. em: 10 jan. 2013.

res. O primeiro deles era a necessidade de dar mais visibilidade para os arquivos na vida cultural canadense. A área teria, em primeira instância, uma voz que representaria a perspectiva Arquivística em grupo mais amplo de organizações e pessoas. "Os arquivos teriam seu lugar ao sol" (EASTWOOD, 1985 p.187, tradução nossa). O segundo motivo era o desejo dos membros da associação de criar a base para uma profissão e iniciar um debate mais efetivo no que se relacionava à formação de arquivistas no país.

É perceptível, nos relatórios da seção de arquivos nos eventos da CHA durante (1970-1972), o início do debate e o embate pela manutenção ou separação da CHA. Alguns arquivistas, em um primeiro momento, defendiam a separação buscando uma aproximação com os *records managers*; outros defendiam a manutenção da ligação com os historiadores na medida em que eles passavam por situações analíticas semelhantes no período e a CHA dava um suporte financeiro e logístico à seção, diferente da *Society of American Archivist*, que passava por dificuldades financeiras na época.

Porém, conforme a área passa por mudanças na esfera prática, com aumento expressivo da quantidade de arquivistas, surgiria a necessidade de ampliação e de institucionalização, movimento associativo dando maior apoio as instituições Arquivísticas e aos arquivistas, o ponto final para a separação.

Como destaca Eastwood (1985), a necessidade cada vez maior de se discutirem a formação e o estabelecimento de cursos mais regulares a respeito da teoria Arquivística só terá um reflexo mais efetivo na década de 1980, com o estabelecimento do primeiro *Master em Archival Studies* em 1981.

A criação da Associação foi, sem dúvida, um passo fundamental para a ampliação institucional do arquivista enquanto um profissional e da Arquivística enquanto uma área especializada.

Os anos de 1979-80 foram marcados por alguns artigos que levantaram a discussão sob a perceptiva positiva ou não do uso do *total archives* como uma noção norteadora da prática canadense, elevando o nível da discussão e difundindo seu uso na comunidade Arquivística, um dos críticos na época foi Terry Cook.

Segundo Cook (1979, p.141, tradução nossa): "O princípio da proveniência dita que [Schellenberg] 'um arquivista não deve dispersar de um grupo ou subgrupo particular, entre assuntos e outros tipos de classes' (...) E, ainda no Canadá, a proveniência está sendo corroída por outro ditado, aquele do 'Arquivos Totais'".

Ainda segundo Cook (1979), os arquivos não devem coletar os documentos das pessoas ricas, poderosas e famosas, mas também do encanador, assim como do político, dos minei-

ros e também dos músicos. Por mais abrangente que fosse a aquisição de documentos ou por mais ambiciosa que fosse a proposta, os filtros político, histórico e social mantêm-se. É necessário ao arquivista reconhecer sua existência e assumir seu papel ético e sua responsabilidade.

As críticas do autor, na época, levaram a um crescimento do próprio conceito, uma vez que gerou uma série de dúvidas a respeito do caminho que a Arquivística canadense estava tomando naquele momento e as bases teóricas para aplicação da noção.

Essa ação pode ser documentada em alguns artigos-resposta, como, por exemplo, o artigo-carta assinado por Ernest J. Dick, Jacques Gagne, Josephine Langham, Richard Lohead e Jean-Paul Moreau (1980-1981, p.224, tradução nossa): "(...)Terry Cook e Andy Birrell trocaram tiros em uma batalha pelo conceito de *total archives*. Esta discussão é sinal encorajador para aqueles preocupados com o destino da profissão Arquivística".

Terry Cook (1979) estabelece que o uso do conceito de *total archives* instaura um paradigma problemático na medida em que classifica os arquivos por suporte e não por sua proveniência. Na época, existiam duas visões, em uma primeira análise, opostas. De um lado, os arquivistas responsáveis pelos documentos textuais produzidos pelo governo federal, que advogavam a respeito do uso da proveniência como o princípio norteador da constituição dos arquivos; por outro, aqueles que, por conta da prática do *total archives*, acabavam se especializando em um determinado suporte e separando-os por conta disso, visão que Cook demonstrava como profundamente problemática, visto que desvencilhava os documentos de seu contexto, independente do suporte.

Os defensores da perspectiva do suporte – por exemplo, os autores do artigo citado acima de Dick et all (1980-1981) – percebiam o perigo desta separação, mas destacavam a importância da aquisição de documentos tradicionalmente não associados a arquivos.

Os anos de 1980 foram marcados pela reconfiguração, revisão conceitual e a descentralização administrativa e institucional, também pelo estabelecimento dos primeiros cursos universitários voltados à Arquivística. Porém, é um momento de crise. Se o percurso da Arquivística canadense foi, até aqui, fundamentalmente positivo e calcado em uma visão de crescimento e de um projeto subsidiado a História, a década de 1980 foi a época da revisão e da reconstrução de paradigmas. Um dos grandes responsáveis por essa alteração paradigmática, dentre outros autores, foi Hugh Taylor.

Taylor foi um arquivista inglês que migrou para o Canadá na década de 1960. Foi, durante a década de 1970, um grande defensor da criação de uma Associação de Arquivistas Independentes. Cook (2005b) o considera o "padrinho" da ACA.

Os anos 1980 representam, na realidade Norte Americana, o início de uma crise profissional e teórica na medida em que os documentos eletrônicos iniciam um processo de mudança na produção de documentos e na realidade das organizações.

Como bem coloca Berman (1989, p.55, tradução nossa), “Ocasionalmente uma revolução introduz novas formas de comunicação; e, com elas, novas definições do conteúdo informacional que elas cobrem”.

É também um momento de rearranjo não só da relação entre os arquivos e a administração, mas também um momento de reorganização da sua relação com a História. A realidade da historiografia já não era a mesma daquela vivida nas décadas de 1960 e 1970, o que levava a uma intensificação desta crise.

Hugh Taylor tentará, em seu trabalho, reconhecer padrões e buscar, dentre outras coisas, uma integração maior e mais dinâmica entre a gestão de arquivos e os arquivos histórico-culturais. Ele vê problemas graves na gestão de documentos. “O sistema lida admiravelmente bem com a 'limpeza doméstica' e operacionalização dos documentos no nível da série, mas falha em controlar a correspondência dos altos níveis da administração” (TAYLOR, 1984, p.28, tradução nossa). Sua perspectiva era embasada por estudos de McLuhan, o filósofo canadense da comunicação, que irá influenciá-lo em seu entendimento a respeito do conceito de informação.

Taylor (1984) aponta, também, a necessidade de uma maior aproximação entre os arquivistas e outros profissionais que trabalham com a aquisição e disseminação de documentos, citando bibliotecários e especialistas em informação, destacando que o foco das ciências humanas, sociais, artes – ou seja, a gama de usuários que só se diversifica e amplia – não se dá mais nos documentos históricos em si mesmos, mas na herança cultural multimídia.

Sua posição é crítica e ampliadora, busca desmistificar preceitos estabelecidos nas décadas anteriores e encarar a incipiência dos modelos de avaliação e descrição, “nossos inventários que mal arranham a superfície das valiosas e recuperáveis informações sob nossa custódia.” (TAYLOR, 1984, p,30, tradução nossa). Assim, Taylor desencadeará, a partir da década de 1980, um novo movimento de revisão e redefinição e de um rearranjo mais crítico das práticas Arquivísticas.

O mesmo autor (1984 e 1993) sugere, também, que não existe separação entre os documentos “correntes” e “arquivísticos”, apontando a necessidade de treinamento e integração entre ambos, tendo em vista que os departamentos e usuários gerais dos arquivos precisam compreender o sistema como um todo, o que ele chama de uma visão ecológica dos arquivos e da informação Arquivística.

Para ele (Taylor, 1993, p.210, tradução nossa), "Enquanto o século XIX foi o centro da redescoberta da História como a conhecemos e os velhos guardiões de documentos provi-nham, a maioria, das fontes materiais, o século XX é o da redescoberta da complexidade da informação".

Porém, Taylor (1993, p.210, tradução nossa) pondera: o arquivista deve seguir seu próprio caminho e não cair no mundo dos cientistas da informação. "Devemos ser cuidadosos com a sereia do hipertexto nos atraindo aos recifes da proveniência perdida".

Sua posição é de que se devam buscar relações com outras profissões, mas manter a independência teórica da Arquivística. Se, de um lado, têm-se os cientistas da informação, que se encontravam em ascensão nos Estados Unidos na década de 1990; do outro, existiam os profissionais da cultura material, tão importantes para a realidade Arquivística como a aplicação e a ligação com bases de dados e hipertextos.

Na medida em que a ACA apresenta-se como uma associação profissional e uma sociedade científica voltada aos estudos dos arquivos; inicia-se, também, o processo de separação entre os arquivistas e os historiadores. Esta percepção é possível ao longo da obra da Taylor (1983, 1993 e 1997) e outros, como Eastwood (1985 e 1986).

O estudo da História deixa de ser obrigatório e passa a ser desejável, a relação com o documento arquivístico passa a ser vista como distinta. De um lado o historiador, voltado ao estudo das relações entre os documentos, buscando refletir sobre o passado no presente; do outro o arquivista, responsável por facilitar o acesso, avaliar e descrevê-los, não só para os historiadores, mas para a sociedade.

Taylor (1984), apesar de não defender o que ele chama de "profissionalização" do arquivista, com um profissional independente e fechado em si mesmo, admite que, cada vez mais, a abordagem histórica aos arquivos parece ser mais restritiva, o que causa problemas para avaliação e descrição, que deve contar com uma gama maior de conteúdos para a sua elaboração, uma abordagem mista entre o universo da gestão e o universo historiográfico.

Os anos de 1980 representam realmente, uma mudança de foco da Arquivística no Canadá. Os focos começam a divergir, e diferentes profissionais vão buscar novas maneiras de tratar e dar acesso aos documentos. É, ainda, uma época do aumento do débito federal e, a partir de 1985, o repasse de recursos ao Arquivo Público começa a diminuir, Millar (1998) e Taylor (1984).

Os *arquivos totais*, enquanto política de aquisição de documentos, deixarão de ser o fundamento básico, pois sua aplicação demandava uma quantidade razoável de recursos humanos e financeiros. Isso pode ser constatado quando o *Canadian Council of Archives* – sur-

gido em 1985 como parte da iniciativa de construção de uma rede de cooperação entre o Arquivo Público e os Arquivos Provinciais – cria comitês e relatórios³² voltados a estabelecer parâmetros, buscando normalizar práticas de descrição dentre outras atividades.

Os trabalhos desenvolvidos pelo conselho nem chegam a citar o conceito. Era o momento, realmente, de revisão e redefinição da prática, que leva a reflexos latentes na teoria Arquivística durante as décadas de 1980 e 1990.

Millar (1999) irá dizer que a política nacional em arquivos passa dos Arquivos Totais, para a busca por um sistema nacional de arquivos, que, de certa forma, levará ao um desenvolvimento de políticas de maneira mais coordenada entre os arquivos públicos do país.

Essas mudanças estruturais e conceituais na prática Arquivística canadenses devem-se também ao aumento irreversível da descentralização administrativa, levando a mudanças em como as instituições públicas e privadas irão constituir-se. Para Taylor (1993), a tendência era essa descentralização intensificar-se nas décadas seguintes.

No mesmo período, mais precisamente em 1986, será editada uma das primeiras normas internacionais para a descrição de documentos: a RAD (*Rules for Archival Description*), que servirá como uma das bases para a formulação da norma do ICA, na década de 1990.

A partir dos anos 1980, a teoria canadense bifurca-se e torna-se mais rica e complexa, na medida em que os fatores institucionais e organizacionais modificam-se. O desenvolvimento do conceito de *total archives*, a criação da ACA e a obra de Hugh Taylor produzida na década serviram de trampolim para novas práticas e novas maneiras de compreendê-las e traduzi-las em teoria.

Também a partir dessa década, as ações centralizadas em uma instituição ou uma figura em especial não serão as responsáveis pelo estabelecimento e refutação de práticas e teorias, mas uma gama ampla de profissionais e instituições responderão pela enunciação e elaboração dos métodos arquivísticos.

5.2. Fundamentos conceituais da Arquivística Canadense

Os anos de 1980 representam uma mudança profunda no cenário prático e teórico da Arquivística canadense. De tal modo, que os importantes desenvolvimentos durante essa dé-

³²Ver em CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES: <<<http://www.cdncouncilarchives.ca/intro.html>>> Acesso em 20 de Janeiro de 2013

cada irão levar a área a buscar renovações paradigmáticas no tratamento dos documentos e a uma reconfiguração da relação com estes. Como dissemos anteriormente, Hugh Taylor e seu desafio por renovações na área levarão ao desenvolvimento da *macroappraisal* e da Arquivística pós-moderna ou funcional, fundamentais no atual cenário da disciplina.

Ridener (2009) atenta a esse fato, dizendo que os paradigmas arquivísticos não só estão em constante mudança, mas a partir das décadas de 1980 e 1990 o próprio conceito do que é um arquivo e como podemos concebê-lo será questionado.

É também o momento em que o esforço por uma normalização das atividades Arquivísticas inicia-se. Levando a publicação de uma das primeiras normas de descrição do mundo, a RAD (*Rules for Archival Description*).

A partir dos anos 1980, as atividades organizacionais fundamentais para o desenvolvimento e amadurecimento teórico da Arquivística no Canadá, passarão a caminhar juntas e correlacionadas de algum modo.

Essa mesma década representa um momento crucial e de crise epistêmica dos modelos teóricos desenvolvidos até então, existirá no núcleo teórico a emergência de uma inversão da relação com as áreas limite da Arquivística. O conhecimento histórico e o funcionalismo são tidos pela Arquivística pós-moderna como fundamentais para os desafios da disciplina advindos das mudanças paradigmáticas, tecnológicas e sociais.

Apresentando-se como uma perspectiva inovadora, a Arquivística funcional, irá apoiar-se no estudo contextual, na "redescoberta" do princípio da proveniência e no conhecimento histórico como chave para o tratamento, avaliação e acesso aos documentos tradicionais e eletrônicos.

Nesmith (2004, p.4, tradução nossa) destaca que "(...) o arquivista pode relacionar-se de maneira mais profunda com a informação e os interesses históricos, para desenvolver de maneira mais completa seu trabalho arquivístico e seu desafio como uma profissão distinta".

Assim, o autor, conjuntamente com Taylor (1987-1998), destaca que a informação contextual é fundamental, não só para o tratamento dos documentos em papel, mas também para os documentos produzidos em meio eletrônico.

A proveniência apresentada por Cook (1997), Nesmith (1982, 2004) e Taylor (1987) apresenta um novo momento para a Arquivística, podendo levar a uma visão mais ampla do processo de criação dos documentos, a uma avaliação mais criteriosa e a um processo descritivo melhor definido.

Essa "nova" proveniência está relacionada ao conhecimento histórico e contextual dos documentos, compreendida não mais da forma estática apresentada ao longo dos primeiros

manuais da área. Para autores como Luciana Duranti (1996) e Antônia Herredia(1995) e Martín-Pozuelo (1996), ela está relacionada ao contexto de produção, portanto, à conjuntura histórico-ideológico e administrativa que produziu o documento.

Os acervos arquivísticos não são neutros e passivos; permitem, isto sim, ressignificações, reinterpretações, deslocamentos e apagamentos. Cabe, assim, ao arquivista – munido da informação contextual – moldar o que poderá ser lembrado. Neste sentido, o arquivista deixa de ser um espectador do processo de construção histórica e social, tornando-se um dos atores, na medida em que ele organiza, descreve e avalia os documentos que irão permanecer.

Assim, a Arquivística funcional irá, segundo Cook (2001a, p. 07, tradução e comentário nossos), estabelecer-se baseada no seguinte preceito:

O pós-modernismo desconfia do e se rebela contra o moderno. As noções de verdade universal ou conhecimento objetivo baseados em princípios do racionalismo científico do Iluminismo, ou emprego do método científico, ou crítica textual clássica são dispensados como quimeras.[*Referindo-se ao pós-modernismo enquanto “movimento”, baseando-se em Derrida.*] Usando análise lógica sem remorsos, os pós-modernistas revelam o ilógico de textos alegadamente racionais. O contexto por trás do texto, as relações de poder que moldam a herança documental e, de fato, a estrutura do documento; sistema residente de informação e convenções narrativas são mais importantes do que o objeto e seu conteúdo. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, construído.

O pós-modernismo caracteriza-se como um movimento cultural e filosófico, não se estabelecendo como uma corrente teórica ou uma escola de pensamento, suas pretensões eram a desconstrução e desumanização das artes plásticas, da literatura, da "teoria", etc.

Por exemplo, em relação às artes plásticas, uma das áreas mais afetadas pelo conjunto de ideias pós-modernas, segundo Butler (2002), estabelece que o que será arte não é mais a peça, movimento ou manifesto, mas a instituição, os museus, a galeria, ou seja, o conjunto de instituições que legitimam essa atividade será responsável por dizer o que é e o que não é arte.

Assim, quando Nesmith e Cook falam da redescoberta da proveniência e filiam a Arquivística ao pós-modernismo, estão dizendo que a definição do que é ou não lembrado, avaliado e acessado – no que diz respeito aos documentos jurídico-administrativos – será determinada pela *instituição* arquivo, moldando, representado, simbolizando a relação entre estes documentos e a sociedade. Seu objetivo final é a desconstrução dos preceitos e sentidos clássicos presentes na teoria Arquivística, buscando uma ampliação das responsabilidades dos arquivistas.

Cook buscou transferir o "modelo" filosófico de Derrida, de crítica a linguística e ao modelo cartesiano de pensamento, para a teoria Arquivística, revelando as relações para além do contexto unilateral da proveniência e da perspectiva simplista da avaliação documental de Schellenberg, baseada na dicotomia valor administrativo / valor histórico. Também é possível encontrar, ao longo de sua bibliografia, ainda que como um pano de fundo, a História social e a análise arqueológica foucaultiana.

Fundamentalmente, seu trabalho fixa-se em como um conceito ou prática irá modificar-se no decorrer do tempo e o que se pode compreender do que ocorre hoje baseado no que aconteceu ontem, existindo, assim, uma relação arqueológica. Desse modo, a busca dos autores desta perspectiva é a de superação dos moldes clássicos da disciplina e do modelo positivo de História.

Butler (2002), em uma *nutshell*, define o pós-modernismo como uma desconfiança às metanarrativas, que, tradicionalmente, servem para dar autoridade e legitimar as práticas culturais.

Nesse sentido, é fácil aceitar os preceitos enunciados por Cook. Fredriksson (2003, p.178, tradução nossa) expõe de maneira clara: "Os arquivos são produzidos em uma sociedade. As atividades Arquivísticas são executadas em uma sociedade".

Os arquivos constroem metanarrativas, ou seja, a estrutura institucional, a legitimação da prática Arquivística enquanto uma profissão, o desenvolvimento de uma teoria são frutos de uma relação entre a sociedade e seus documentos. O arquivista, na abordagem pós-moderna, deve estudar essa relação com desconfiança e perceber a multiplicidade de contextos que estão relacionados às produções documentais.

A partir do foco no contexto por trás do conteúdo; nas relações de poder que moldam a herança documental; na estrutura do documento, seus sistemas de informação residentes e subsequentes, e convenções narrativas e de processo como sendo mais importante do que seu conteúdo informacional (Cook, 2001b, p. 25, tradução nossa).

Existe, portanto, uma mudança no ponto referencial fundamental do trabalho arquivístico. que não parte mais dos documentos para as funções, mas das funções para os documentos; o contexto e a estrutura das relações sociais são mais importantes e fundamentais ao trabalho arquivístico do que o conteúdo dos documentos em si.

Dito isso, aparentemente ainda estamos falando da proveniência como é compreendida desde século XIX; mas, na verdade, trata-se de uma abordagem diferente.

A proveniência pós-moderna é aquela na qual o arquivista desconfia da instituição produtora de documento, do sentido dado ao documento em determinado contexto e do motivo para sua guarda e acesso.

O reflexo mais claro das teorias desenvolvidas no âmbito pós-moderno ocorre na avaliação, o método que ficou conhecido como *macroappraisal* e na decomposição das relações documentais em funções. Ainda que essa metodologia esteja passando por revisões na *Library and Archives Canadá*, permanece hoje, com uma política de avaliação e de análise documental fundamental e pioneira no que se refere a relacionar o conhecimento histórico, a proveniência e a abordagem pós-moderna.

Baseando-se nos preceitos da *macroappraisal* desenvolvidos por Cook (1991, 1992, 2002, 2005) e Brown (1991a, 1991b, 1995), sua aplicação atingiu vários países como, por exemplo, o Reino Unido, a Austrália e os Países Baixos.

Cook irá estabelecer o modelo de *macroappraisal* do seguinte modo:

O modelo de *macroappraisal* foi desenvolvido primeiramente para avaliar os documentos do governo Canadense, por exemplo, encontrar sanções para determinar o valor do que pode ser destruído e o do que permanece, não como configura o estado, conforme é tradicionalmente feito; ou em seguir as últimas tendências da pesquisa histórica, como mais recentemente, mas buscar refletir valores da sociedade através da análise funcional das interações entre o Estado e o cidadão (COOK, 2001b, p. 30, tradução nossa).

Existirá, na *macroappraisal*, uma complexa relação com a análise funcional; é possível elucidar seus objetivos fundamentando-se na política de avaliação da *Library and Archives Canada* (2001, tradução nossa), que enuncia:

O objetivo da *macro appraisal* é selecionar documentos significantes e suficientes dos departamentos de interesse primordial. As provas devem ser sucintas e refletir, da melhor forma possível, o impacto de uma função ou programa nos canadenses e a relação do público com esta função ou programa.

O objetivo final da *macroappraisal* é obter no menor conjunto de documentos possível as informações mais representativas de uma determinada atividade pública ou de interesse público. O método inicia-se a partir do momento em que o arquivista busca reconstituir o contexto destes documentos e as informações relevantes a respeito da situação de criação destes documentos.

A análise funcional leva a um esquema primordial de classificação de uma determinada função, facilitando o desenvolvimento dos relatórios de avaliação, e a busca e condensação destas informações representativas resulta no desenvolvimento de descrições mais precisas dos acervos considerados importantes para a identidade.

Podemos estabelecer um paralelo interessante no percurso descrito aqui com a relação entre os arquivos e a História.

O positivismo histórico leva ao desenvolvimento de princípios e métodos calcados na análise de assunto e no desenvolvimento de organizações passivas, sendo o arquivista visto como um "guardião dos documentos", os documentos são vistos como neutros e naturais, os princípios de proveniência e ordem original são tomados como unilaterais e compreendidos em sentido estrito.

Essa visão, ainda que no passado da disciplina tenha proporcionado balizas e fundamentos para o desenvolvimento da prática Arquivística, encontra-se distante das demandas e narrativas necessárias ao mundo contemporâneo.

Assim, a perspectiva pós-moderna, calcada em uma visão menos reducionista do papel e da importância do arquivo enquanto instituição e dos arquivistas enquanto profissionais, dá uma nova configuração ao panorama teórico e prático da disciplina.

O pós-modernismo de Cook, a chamada para novos parâmetros de Taylor e o conhecimento histórico aplicado à análise funcional de Nesmith configuram-se como um aporte fundamental para a atualidade da área, em qualquer que seja a realidade Arquivística e documental.

A Arquivística e a História foram, durante todo o período do desenvolvimento teórico-prático da área, fundamentais e – baseando-se no arcabouço conceitual apresentado pela Arquivística no Canadá – é necessário dizer que esta relação permanece, provavelmente, mais profícua do que nunca.

A metodologia por trás da política de *macroappraisal* é a análise funcional, que tem reflexos profundos em como a classificação é efetuada, e esta possui uma relação de interdependência com a avaliação.

5.2.1. A classificação Funcional na realidade canadense

Hoje, a classificação por funções é, ao mesmo tempo, o trunfo e o simulacro da Arquivística, no sentido de que, para alguns autores, é por esse olhar que se define a atividade.

Shepherd and Yeo (2003, tradução nossa), por exemplo, diz que : "Esquemas de classificação são baseados na análise das funções, processos e atividades"³³.

Essa citação apoia a afirmação anterior, uma vez que o processo de construção do plano de classificação está atrelado à análise das funções, ou seja, na literatura de *records management*. Quando se diz classificação, subentende-se a decomposição das funções por meio de uma análise.

Também encontramos o mesmo tipo de definição na norma ISO 15489-1 (2001, tradução nossa), que estabelece parâmetros gerais para a gestão de documentos e define: "Sistemas de classificação refletem as atividades da organização de que são derivados e normalmente são baseados na análise das atividades do negócio".

A classificação por funções foi parte de um movimento muito profundo de mudança na teoria Arquivística, devido às padronizações administrativas e ao desenvolvimento da burocracia moderna, a partir do final de Segunda Guerra Mundial, levando a uma racionalização e, ao mesmo tempo, a um aumento exponencial da complexidade de produção e uso dos documentos jurídico-administrativos. A classificação funcional foi, a partir da década de 1960, ainda que em estágio embrionário, uma das respostas da disciplina para as mudanças ocorridas na administração contemporânea.

Essa observação baseia-se no estudo da própria biografia dos grandes responsáveis por seu aparecimento. No Canadá, o arquivista, bibliotecário e historiador W. K. Lamb; nos Estados Unidos, o historiador e arquivista Ernest Posner e o arquivista Theodore R. Schellenberg irão, em algum momento de suas carreiras, buscar aproximar seus estudos das teorias e práticas criadas pela administração, relacionadas à gestão de modo geral, que servirão de base para a análise funcional.

Paul Sabourin foi, durante os anos 1990, um dos grandes defensores da classificação funcional, na seguinte conformidade:

A função é (1) qualquer propósito de alto nível, responsabilidade, tarefa ou atividade que é endereçada a uma agenda de planejamento de uma instituição por legislação, política ou comitê; (2) tipicamente funções comuns administrativas ou operacionais relacionadas ao desenvolvimento de programas ou entrega de bens e serviços; (3) um conjunto de séries de atividades (de maneira geral, um processo de negócio) que ocorre de acordo com uma

³³ O mesmo tipo de percepção a respeito da classificação pode ser encontrado, por exemplo, em: HEREDIA, A. H. *Archivística General: teoría y práctica*. 7ªed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1995. DURANTI, L. at all. *Preservation of the integrity of electronic records*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2002.

sequencia descrita, que resulta em uma instituição ou individuo, produzindo o resultado esperado em bens ou serviços para os quais foi planejado ou delegado a fazer (SABOURIN, 2001, p.144, tradução nossa).

O termo 'função', para o autor, pode ser compreendido baseando-se em uma relação entre os três ou em apenas um, de acordo com o propósito em que ele é usado. Contudo, não é a definição que foi utilizada, na prática, na elaboração do BASCS (*Business Activity Structure Classification System*), sistema de classificação utilizado pelo governo Canadense, que acaba descrevendo as funções como um processo e cada processo como uma fórmula mecânica e sequencial que pode ser fixada passo a passo.

Contudo, na realidade, a classificação por funções é um dos tipos possíveis dentre muitos outros. No passado, e ainda no presente da disciplina, é possível encontrar sistemas de classificação por assunto ou por estrutura: muitos dos sistemas que se dizem estabelecidos como funcionais em uma análise mais profunda são apenas um reflexo da estrutura interna de um órgão.

O que ocorre, muitas vezes, é um descompasso entre o que é fundamentado na teoria e realizado na prática, existe um embate latente entre elas, e é necessária uma inter-relação entre ambas, totalmente complementares. De tal modo que os países responsáveis pela enunciação³⁴ da classificação funcional, durante as décadas de 1960-1970, só começarão efetivamente a implantá-la a partir da década de 1980, enquanto uma política bem desenvolvida.

Nesse sentido, é possível dizer que o consenso na área sobre os procedimentos de análise funcional é a falta de uma metodologia definida. ORR (2005, p.111, tradução nossa), por exemplo, observa: "Não existe um modelo comum de classificação baseada nas funções, quer seja no número de elementos, ou nos níveis, ou na nomeação das classes". Cris Hurley, um dos grandes pesquisadores em classificação na atualidade, acrescenta: "Ainda pouco foi escrito sobre a ciência e a metodologia da análise funcional" (1993, p. 112, tradução nossa).

Existe uma problemática fundamental na classificação funcional, relacionada ao entendimento atual da Arquivística enquanto abordagem metodológica à organização de documentos. A análise por função é colocada como uma maneira fundamental para a compreensão e a organização de documentos arquivísticos, ou seja, não só a classificação está calcada nela, mas a própria descrição e a *macroappraisal* baseiam-se na decomposição da administração em funções e atividades.

³⁴ A saber: Estados Unidos, Canadá e Austrália

Autores como Eastwood (1994) e Duranti (1997) defendem que só os documentos em conjunto são registros e provas das atividades exercidas por uma instituição, ou seja, qualquer documento que não estiver organizado por sua função, estabelecendo uma relação com sua proveniência e sua ordem original, não pode ser compreendido como documento de arquivo, restringindo não só a teoria, mas as implicações práticas da Arquivística como um todo. Uma perspectiva bastante diferente daquela que se observa na Arquivística pós-moderna

O que não se pode negar é que a classificação por funções apresenta-se como um avanço em relação àquela estabelecida por estruturas, mas seu grande desafio enquanto método é estabelecer-se como tal. Esse é, na verdade, o desafio das áreas relacionadas à Ciência da Informação e Documentação.

A dificuldade de estabelecer um método claro ocorre não só por causa da complexidade, mas da maneira como as pessoas se relacionam com os documentos de modo geral, muitas vezes tendo pouca ou nenhuma relação com a sua decomposição por funções.

Nesse sentido, a contribuição de Schellenberg para a classificação funcional-estrutural, pragmática em sua essência, torna-se mais fundamental e esclarece seu papel na teoria Arquivística. De tal modo, que o autor não busca tipificar ou esquematizar o que pode ser compreendido como documentos de Arquivo, ou a necessidade de um fundo ser orgânico em si mesmo. A classificação funcional facilita o acesso e a avaliação dos documentos.

A compreensão fundamentalmente pragmática da classificação de Schellenberg também auxiliou a criação da teoria da *macroappraisal*, que ajuda a compreender as grandes deficiências de um sistema de classificação por funções, especialmente quando se busca estabelecer parâmetros de avaliação dessa natureza em uma massa documental que foi organizada por assuntos em tempos anteriores à análise funcional. Porém, ainda que uma Arquivística pós-moderna e a *macroappraisal* apresentem-se como uma renovação considerável no campo teórico e no campo prático, existem algumas limitações para a sua aplicação.

Catherine Bailey (1997) e Greg Bak (2012) descrevem os problemas encontrados durante o início do processo de avaliação na *Library and Archives Canada* (LAC). Assim como na realidade americana, muitos documentos estavam – e ainda estão – organizados por assuntos, dificultando o uso de um método de avaliação fundamentado no estudo das funções. O trabalho de decomposição dos "assuntos", e a reinvenção funcional provaram-se não só trabalhosos, mas esterilizantes da aplicação do método preconizado pela *macroappraisal*.

No mesmo período de aplicação da *macroappraisal* na LAC, em meados da década de 1990, devido às dificuldades encontradas ao se realizar a avaliação, a instituição buscou esquematizar metodologicamente como os departamentos deveriam utilizar a classificação fun-

cional em seus documentos, com a criação do sistema BASCS. É possível encontrar a listagem dos seguintes benefícios com a aplicação do sistema:

Benefícios da classificação funcional para a gestão da informação, administradores, especialistas em informação e usuários:

- permite que a instituição demonstre as relações entre as atividades empresariais e as provas dessas atividades de forma aberta e responsável;
- estabelece ligações entre registros individuais que se combinam para proporcionar um registro contínuo da atividade institucional;
- permite a identificação de registros ao longo do tempo, garantindo que sejam mapeados de forma consistente para atividades institucionais;
- Auxilia os usuários a navegar a partir de termos não-preferenciais para termos de busca preferenciais;
- faz recuperação de informação de modo mais eficaz;
- determina proteção e níveis de acesso, ou permissões para utilização, apropriados para conjuntos específicos de documentos;
- auxilia no gerenciamento de períodos de retenção e atividades de disposição de documentos;
- transforma a informação em ativos reais, fornecendo a infraestrutura adequada para as pessoas encontrarem informações que as ajudem a fazer o seu trabalho;
- permite melhores decisões do dia a dia em cada departamento, fornecendo sistemas aperfeiçoados de gestão da informação;
- reduz os custos relacionados com a duplicação desnecessária e armazenamento de registros;
- elimina a necessidade de redesenhar sistemas de classificação baseados em estruturas de organização, introduzindo uma abordagem mais estável ao BASCS;
- torna mais fácil decidir por quanto tempo devem-se manter ou destruir documentos;
- capacidade de encontrar informações úteis para apoiar o seu trabalho;
- torna mais fácil classificar os registros no ponto de criação, contribuindo para o bem da instituição com informação de base;
- Recuperação de informações de maneira mais eficiente;
- facilitar o compartilhamento de informações dentro de grupos de trabalho e através do Governo do Canadá;
- facilita o acesso a ferramentas, modelos e melhores práticas de outros especialistas dentro de suas comunidades funcionais;
- melhor controle sobre os seus documentos;
- permite aos usuários manter registros apenas enquanto eles são obrigados a partir de um negócio ou ponto de vista legal;
- permite que cada funcionário seja contratado no gerenciamento de registros através de seu ciclo de vida. (adaptado de Library and Archives Canada, 2012, tradução nossa).

A classificação por funções é apresentada como um grande avanço na racionalização e organização dos acervos arquivísticos; contudo, caso se considere como as agências se relacionam e as mudanças que ocorreram nas administrações públicas e privadas a partir do aparecimento da produção eletrônica de documentos, o uso da classificação funcional provoca um gasto humano e de recursos elevado, na medida em que é necessária a decomposição das

competências administrativas em funções, provando-se, muitas vezes, uma tarefa difícil e desnecessária, uma vez que as pessoas não se relacionam com os documentos de modo "funcional".

Neste sentido, Foscarini, (2009, p. 42, tradução nossa) pondera:

(...) em um ambiente real de trabalho, nem todas as transações administrativas necessariamente geram um processo, como é assumido na BASCS. Alguns escritórios podem achar conveniente devido aos seus negócios, por exemplo, manter todos os documentos originados de um processo, ou até mesmo uma função completa, unidos em uma mesma pasta. (...) Nos locais onde o fluxo de trabalho é objetivo principal para o design da classificação, ao invés da análise dos fluxos documentais ou das necessidades dos usuários, o níveis mais baixos do esquema tendem a tornar-se muito detalhados e causar uma fragmentação excessiva; e, como consequência, usuários podem achar a classificação complicada e os arquivistas podem achar difícil mantê-la atualizada.

A classificação por funções foi uma resposta importante à realidade administrativa das décadas de 1990-2000; entretanto, a partir do aumento da produção de documentos em meio eletrônico e, mais ainda, devido ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação, modificou-se a forma como as pessoas se relacionam com os documentos, e houve mudanças na estrutura administrativa das instituições. Isso tem levado a LAC a buscar novas maneiras e métodos para a classificação e a avaliação de documentos.

A classificação por funções apresenta elementos fundamentais que permeiam todas as atividades Arquivísticas, mas é necessário, na atualidade, complementá-la e redefini-la. Uma das respostas possíveis para tal é a classificação por séries e a classificação pelo item documental.

5.2.2 Descrição no Canadá: Rules for Archival Description e Series system

O Canadá esteve à frente das discussões a respeito da normalização da descrição Arquivística muito antes de outros países. Normas são cruciais em qualquer cenário, pois estabelecem parâmetros para produção de um elemento, definem práticas administrativas, especificações técnicas, em suma, uma gama profunda de relações entre os produtos e a sociedade que os utiliza. “O que são normas? Em um sentido amplo, são guias pré-estabelecidos para ações ou aprovados por um comitê (...) Em outras palavras, elas são o modo que indivíduos compara e julgam.(...) São um meio para atingir um fim específico”(WEBER, 1989, p.505, tradução nossa).

O *Work Group on Archival Descriptive Standards* – do *Bureau of Canadian Archivists* (BCA) –, o primeiro grupo de trabalho voltado para a descrição normalizada no Canadá, estabeleceu-se em 1985, com trabalhos contínuos até a efetiva publicação de uma norma nacional de descrição Arquivística. Uma das primeiras atividades do grupo foi a definição, ainda preliminar na época, do que era a descrição de arquivos: “Descrição é uma função principal no processamento de materiais arquivísticos, cujos produtos são os instrumentos de pesquisa de vários tipos, dando aos administradores controle sobre o acervo e possibilitando aos usuários e arquivistas encontrar informações sobre tópicos particulares” (BCA, 1985, p.9, tradução nossa).

Dessa forma, como discutido no tópico de descrição no capítulo espanhol, a função primordial da descrição é possibilitar e auxiliar o acesso à informação, na realidade institucional dos arquivos. A normalização dos modos de produção de instrumentos de pesquisa visa a melhorar e facilitar o acesso aos documentos de arquivo, é necessário um esforço por parte da comunidade Arquivística para que se articulem e, efetivamente, construam-se normas voltadas para esse fim.

Por parte da comunidade Arquivística, esse esforço de normalização tardou a ocorrer e, até a atualidade, existe uma resistência à normalização das funções Arquivísticas, visto que, “a unicidade dos documentos de arquivo serviram como desculpa para perpetuar nossas idiossincráticas práticas de descrição” (WEBER, 1989, p.506, tradução nossa).

Contudo, apesar de toda a dificuldade enfrentada por arquivistas ao redor do mundo a respeito da normalização da descrição durante os anos 1980-1990, Canadá e Grã-Bretanha saíram na frente, devido, em grande parte, a sua organização institucional.

A norma foi cunhada no final dos anos 1980, como parte das atividades do grupo de trabalho em normas de descrição Arquivística. Em 1990, sua primeira versão foi cunhada. Uma ponderação interessante é feita a respeito da “função descrição” na introdução da norma: “com exceção da avaliação, talvez nenhum outro aspecto do trabalho arquivístico demanda tanta análise da teoria Arquivística e seus princípios como a descrição de arquivos” (BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS, 2008, p.XVII, tradução nossa).

A norma destaca as seguintes razões para se descreverem arquivos:

1. Prover acesso ao material arquivístico por meio de descritores confiáveis;
2. Prover compreensão dos materiais arquivísticos documentando seu conteúdo, contexto e estrutura; e
3. Estabelecer bases para a pressuposta autenticidade do material arquivístico documentando a história de sua custódia, classificação e circunstâncias de criação e uso. (BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS, 2008, p.XXII, tradução nossa).

As razões descritas na introdução da normal são profundamente salutares, na medida em que esclarecem os objetivos básicos da descrição Arquivística. A partir disso, a norma visa “(...) prover uma fundação comum para a descrição de materiais arquivísticos baseado nos tradicionais princípios arquivísticos. (...) pode ser aplicada a descrição de fundos, séries, coleções e materiais distintos³⁵” (BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS, 2008, p.0-1, tradução nossa).

A norma canadense visa aglutinar em uma única publicação todos os parâmetros para a descrição de arquivos, incluindo as normas complementares publicadas separadamente pelo CIA. Nesse sentido, em comparação com outras normas nacionais e internacionais, a canadense é bastante completa e facilita a aplicação da norma em conjunto com a análise funcional, ou seja, em sua base teórica, a análise das funções é parte do processo.

Em meados da década de 1990, a RAD será a única norma de descrição a ser utilizada no Canadá, escondendo outras abordagens à descrição. Com a publicação das normas do ICA, a descrição por fundos normalizada torna-se profundamente influente. Trata-se das “normas internacionais para descrever e organizar a unidade fundamental dos arquivos” (HORSMAN, 2002, p.2, tradução nossa).

A RAD irá estabelecer a descrição multinível como um modo de facilitar a descrição por parte do arquivista e estabelecer pontos de acesso a serem transferidos à bases de dados ou outros tipos de sistemas informatizados.

A norma estabelece um conjunto de regras para descrição de documentos:

- 1) A descrição de arquivos deve ser considerada em atenção aos requerimentos ao uso;
- 2) A descrição de materiais arquivísticos (por exemplo, fundos, séries, coleções e materiais distintos);
- 3) O respeito aos fundos é a base para a classificação e descrição de arquivos;
- 3.1. Descrição aplica-se a todos os materiais, não importando sua forma ou mídia;
- 4) Produtores de materiais arquivísticos devem ser descritos;
- 5) Descrição é reflexo da classificação (por exemplo, níveis de descrição são determinados por níveis de arranjo) (BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS, 2008 p.XXIII-XXIV, tradução nossa).

Estas regras estabelecidas pela RAD irão guiar todas as descrições desenvolvidas a partir da década de 1990. Porém, apesar do proeminente uso da RAD enquanto fundamento

³⁵ *Discrete items*, no original em inglês, baseando-se em dicionários e no contexto da norma, materiais distintos, são os documentos audiovisuais, tradicionalmente coletados pelos arquivos canadenses, como descrito ao longo do capítulo.

para descrição, outra abordagem começa a ser explorada nesse período. Trata-se da abordagem do sistema de séries que visava substituir a série como ponto primordial para a descrição e classificação de documentos ao invés do fundo ou *record group*. O *record group*, foi um conceito da prática Arquivística do Reino Unido, cunhado por Jenkinson (1922) e utilizado em larga escala nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália.

Peter Scott (1978; 1979; 1980a, 1980b; 1981), em seus cinco textos a respeito do sistema de série, considera a prática de relacionar os documentos arquivísticos a um único criador uma abordagem profundamente limitante e uma distorção da proveniência. Para o autor, uma série de desafios surge quando o arquivista lida com as instituições modernas.

Para Scott, muitas instituições não funcionavam quando a proveniência era percebida como apenas um produtor, ou a instituição compreendia como um único fundo. A instituição mantinha documentos que eram produtos de ao menos dois ou mais produções ao longo do tempo.

Davies aponta para o fato de que os documentos arquivísticos eram “transferidos para uma ou mais agências no curso das mudanças administrativas e, então, transferidos à custódia Arquivística (DAVIES, 2003, p.23, tradução nossa).

Poucas são as instituições que mantêm uma administração estável por um longo período. Nesse sentido, o sistema de série, segundo seu criador, apresenta-se com uma perceptiva mais contundente com a realidade dos documentos modernos.

Assim, Scott irá embasar-se no sistema de séries ao invés de um grupo (ou fundo), como um novo ponto focal para a classificação e descrição de arquivos. A característica fundamental do sistema de séries é a separação da “descrição das agências que produzem documentos da descrição dos documentos” (DAVIES, 2003, p.26, tradução nossa). A partir dessa perspectiva, tornou-se possível a descrição de distintas séries, seus conteúdos, tipos documentais, estruturas de arranjo, etc. Assim, possibilitou-se a correlação entre as séries de várias instituições, das quais houve transferências no decorrer das atividades exercidas pela instituição. Para Scott, usando a série com a classe nuclear ou a “primeira unidade do documento de arquivo”, os arquivistas poderiam “relacionar arquivos com uma precisão muito maior ao seu contexto” (SCOTT, 1966, p.502, tradução nossa).

Assim, a série poderia estar relacionada aos vários produtores de documentos, dando camadas adicionais de contexto administrativo de sua criação e ainda uma clareza maior à proveniência de determinadas séries.

A perspectiva de Scott, no final dos anos 1970 e no começo dos anos 1980, será o primeiro passo em uma busca mais ampla por melhores formas de representar a informação Arquivística nos sistemas de descrição.

Cris Hurley (1995) sugere que o conceito de proveniência dado por Scott necessita de um aprofundamento maior, o que ele chama de “contexto da proveniência”, o qual molda a criação dos documentos, envolvendo a identificação adicional de entidades administrativas, atores significativos na criação de uma série particular de documentos de arquivos. As duas abordagens irão conviver em solo canadense, em um embate até a atualidade, em livros, artigos e trabalhos acadêmicos voltados para a discussão da representação.

Conforme se discutiu ao longo deste capítulo, o Canadá, apresenta-se como um território fértil para a discussão e aplicação de ideias inovadoras em seus Arquivos, afim de melhor representar e dar melhor o acesso aos documentos de arquivos. A realidade do discurso pós-moderno defendido por Cook possui uma interpelação profunda com as discussões de Huerly e de outros a respeito do funcionalismo (ou não) das funções nucleares da Arquivística.

O panorama histórico-discursivo do Canadá apresenta-se de modo profundamente diferente daquele apresentado nas realidades europeia e espanhola. Assim, a dinâmica institucional e ideológica estabelece pontos de “choque” com a realidade europeia, possibilitando uma análise discursiva interessante de como a máquina discursiva funciona na Arquivística.

6. A ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA ELEMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

A Arquivística brasileira constrói-se transitando entre as tradições europeia e americana. A formação dos profissionais, nas décadas de 1950-1970, reflete a influência que o país sofreu dessas correntes. Atualmente, o Brasil busca uma linha de estudo próxima à tradição Espanhola, acrescentando conceitos da diplomática de Luciana Duranti – também utilizados pelos espanhóis – e aproximando-se, mais recentemente, dos estudos dos arquivistas canadenses e australianos, com a participação de profissionais destes países nos encontros nacionais e com o aumento do interesse dos brasileiros pelas tradições norte americanas e australianas.

A teoria Arquivística no Brasil encontram-se profundamente pulverizadas, na medida em que o apoio teórico, muitas vezes, muda de região para região, de escola para a escola. A carência de uma unificação profissional tende a gerar dificuldade de compreensão e troca de conceitos e até da própria identidade de uma Arquivística propriamente brasileira, porém, quando visto na prática existe uma proximidade maior ainda que diferenças termológicas apareçam nos instrumentos de representação.

Evidentemente, assim como nas realidades espanholas e canadenses a situação político-social irá incidir de modo profundo na organização e institucionalização da Arquivística enquanto profissão e enquanto teoria.

Intenta-se, neste capítulo, discutir aspectos conceituais, históricos e metodológicos do desenvolvimento da Arquivística Brasileira, complementares e relacionados a representação Arquivística.

6.1. Fundamentos histórico da Arquivística Brasileira

A formação da Arquivística no Brasil é bastante tortuosa. É possível encontrar, ainda no início do século XX, uma preocupação com a criação de cursos voltados para as áreas de tratamento documental, subsidiados pela Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional. Contudo, o desenvolvimento real só acontece a partir da década de 1950, por força do Arquivo Nacional, que começa a criar uma série de cursos eventuais, relacionados ao tratamento dos acervos.

Arquivos serão criados no país por volta do século XVIII e XIX, porém a organização destes, irá permanecer por boa parte do período e início do século XX, bastante incipiente e pouco irá ser discutido em relação a sua efetiva organização.

Neste sentido, os momentos históricos tão importantes e cruciais do país ainda que registrados e custodiados por longos períodos, pouco destes documentos serão efetivamente acessados e utilizados, se no caso espanhol e canadense o desenvolvimento de uma historiografia e mudanças na constituição do Estado ditam a condição de existência dos arquivos, no Brasil a organização dos arquivos será proporcional ao desenvolvimento de uma historiografia brasileira.

No caso brasileiro, o século XIX representara o aparecimento tímido de organizações voltadas ao estudo da história, ainda que arquivos sejam criados neste período. É durante o século XX que uma infraestrutura universitária e portanto uma historiografia brasileira, irá criar-se e se institucionalizar.

Marques (2007, 2011), em extensa pesquisa a respeito do desenvolvimento histórico da Arquivística no Brasil, chega a encontrar incentivos à formação de arquivistas no Brasil já na década de 1910. Contudo, o movimento ainda é profundamente rudimentar e não formalizado. Nessa época, inicia-se a criação de um curso eventual de Diplomática, efetivamente formalizado apenas com a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), na década de 1960.

Surge, então, o primeiro curso perene de Arquivística – o chamado Curso Permanente de Arquivos –, viabilizado pelo Arquivo Nacional. Por conta desse curso, numerosas ações vão sendo desenvolvidas na organização dos acervos custodiados pelos Arquivos estabelecidos no país.

O Conselho Federal de Educação, no início da década de 1970, aprova a criação do primeiro curso de Arquivística em nível universitário, cumprindo a recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivística³⁶.

A partir do exposto, pode-se dizer que, até a década de 1970, não existia uma preocupação no âmbito institucional em dar lugar à Arquivística enquanto disciplina e ao arquivista como profissional. Existem algumas ações, por parte do Arquivo Nacional, no intuito de conseguir subsídios para a organização de seus acervos, predominantemente coloniais e imperiais, entre os anos de 1950 e 1960.

³⁶ Ver em Castro, A. M. Moraes. A formação e a profissão do arquivista no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVÍSTICA, I. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1972, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Brasília, 1979.

Com a vinda de T. R. Schellenberg, por exemplo, e a publicação no Brasil de alguma de suas obras, viabilizou-se o estabelecimento de técnicas da teoria Arquivística na organização dos Arquivos.

Até o início da década de 1960, não existia tradução de clássicos – como o manual de Muller, Feith & Fruin, membros da Associação dos Arquivistas Holandeses, o manual de Hillary Jenkinson³⁷, ou obras tradicionais da Diplomática e Paleografia. Essas obras, na perspectiva europeia, eram fundamentais para a organização de arquivos. A bibliografia em português era praticamente inexistente, o que fazia com que os poucos arquivistas se especializassem fora do país.

Neste sentido, o Arquivo Nacional estabelece uma série de resoluções com vistas a uma maior gerência nas ações administrativas e históricas do governo federal e em seu próprio acervo, que, além das péssimas condições de conservação, possuía na época uma forma incipiente de organização.

Por trás dessas medidas, encontrava-se o ilustre historiador e diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues (1959, p.9), que esclarece a realidade do Arquivo Nacional no período: “O problema técnico resumia-se a ausência completa de políticas de recolhimento, procedimentos de seleção e eliminação de documentos, organização e arranjo do acervo, elaboração de instrumentos, registro e inventário”.

Portanto, não exista, até o momento, nenhum tipo de ação visando à organização dos Arquivos Nacionais, apesar da criação do Arquivo Nacional no século XIX. As ideias de Schellenberg tornaram-se populares a partir da publicação, em 1959, do *Manual de Arquivos*, baseado no material que utilizava em suas aulas na *American University of Washington*, e com a tradução do livro *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*, em 1963.

Entre o fim da década de 1960 e início da década de 1970, inicia-se um processo de ascensão da área e do reconhecimento da disciplina com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), responsável por uma série de ações visando à institucionalização da Arquivística. E em 1972, cria-se o primeiro periódico especializado em Arquivística: a *Arquivo e Administração*. A fundação da associação é um marco para o desenvolvimento da disciplina no país.

³⁷ Trata-se do livro Jenkinson, H. **A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making** Oxford: The Clarendon Press, 1922, ainda inédito em português.

A relação entre a AAB e o Arquivo Nacional torna-se bastante profícua. A sede da associação chega a ser levada para as dependências do Arquivo, o que inicia uma longa relação entre as duas instituições.

No mesmo ano, realiza-se o primeiro congresso em nível nacional sobre a Arquivística, discutindo, entre outras coisas, a formação dos arquivistas no Brasil e a situação alarmante dos arquivos brasileiros.

Como já mencionado, o desenvolvimento da Arquivística no Brasil era, início dos anos 1970, incipiente. Somente nessa década a Arquivística de fato se desenvolve institucionalmente. Em termos teóricos, porém, a Arquivística brasileira ainda era pouco profícua – se comparada à europeia e à americana. Com a aprovação do primeiro curso de Arquivística, em 1972, essa situação começa a modificar-se. Dois anos depois, é aprovado o primeiro currículo mínimo em Arquivística. Segundo Castro, deveria possuir a seguinte grade de disciplinas (1972, p. 77):

- Técnica e ciência dos Arquivos
- História do Brasil
- Geografia Geral e Cartografia
- História do Direito e das Instituições Brasileira e Portuguesa
- Notariado
- Organização Administrativa e Constitucional Brasileira
- Bibliografia
- Genealogia e Heráldica
- Paleografia, Diplomática e Sigilografia
- Noções de Estatística
- Noções de Contabilidade Geral e Pública
- Francês e Inglês
- Conservação de Documentos
- Reprodução de Documentos
- Informática

Porém, ao fim da discussão³⁸, eis o quadro de disciplinas realmente aprovado, segundo Jardim (1999, p.31):

- Introdução ao estudo da História
- Noções de Contabilidade
- Noções de Estatística
- Arquivo I – IV
- Documentação
- Introdução à Administração

³⁸ A discussão sobre o currículo mínimo do curso de Arquivologia ocorreu durante o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972.

- História Administrativa, Econômica e Social do Brasil
- Paleografia e Diplomática
- Introdução à Comunicação
- Notariado
- Uma língua estrangeira Moderna

Analisando-se as duas grades acima apresentadas, é possível compreender o momento em que a Arquivística começou a ser pensada no Brasil, fruto de sua recente institucionalização. Na primeira grade, encontra-se um conjunto de disciplinas que possuíam alguma relação com as ministradas do século XIX, com cursos voltados à formação de profissionais ligados aos arquivos medievais: a Genealogia, Heráldica, Sigilografia. Trata-se de uma abordagem profundamente anacrônica, levando-se em conta não só as necessidades, mas a realidade dos arquivos brasileiros.

No quadro de disciplinas realmente aprovados, percebe-se uma abordagem menos conservadora e mais aplicável à realidade documental do país, relacionando a Arquivística com a documentação, além de um núcleo maior de disciplinas provavelmente ligadas à classificação, ao arranjo e à descrição dos arquivos, com o título Arquivo I-IV.

Em 1977, a Federação de Escolas Isoladas do Rio de Janeiro (Fefierj), atual UNIRIO, absorveu o *Curso Permanente de Arquivo* do Arquivo Nacional, que se transformou no *Curso de Arquivística*. No mesmo ano, cria-se o curso da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul; e, em 1978, o curso da Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro.

Ainda em 1978, em 4 de julho, a profissão em nível universitário é regulamentada pela lei nº 6.546, única legislação a respeito do profissional de arquivo até a atualidade, uma vez que a profissão ainda não possui nenhum tipo de conselho ou representação nacional validado por toda a comunidade profissional.

Nas décadas de 1950 e 1960, acentuou-se a industrialização no País, com desenvolvimento em uma série de áreas do conhecimento, a partir da criação de sociedades científicas, universidades federais e o aparato de fomento a pesquisa que o país possui até a atualidade. Num destes movimentos de ampliação dos institutos de pesquisa, cria-se, no início dos anos de 1960, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), na Universidade de São Paulo.

O IEB, criado em 1962, é fruto de uma política de modernização da USP e do Brasil. Atividades de pesquisa iniciam-se no ano seguinte, com a perspectiva interdisciplinar. O Instituto reuniu estudiosos de várias áreas das ciências humanas, para estudar os fenômenos culturais brasileiros, relacionados a crítica literária, História, sociologia, antropologia, etc.

No período anterior à criação do IEB, a modernização no governo JK, na década de 50, com obras de infraestrutura, modificou a composição econômica do país e incentivou a ampliação e diversificação das indústrias, como, por exemplo, o início da produção de automóveis.

Também nesse período, ocorre a criação do sistema de fomento a pesquisa, com o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas), a CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) e as instituições estaduais, por exemplo, a FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo).

É um momento de significativa mudança da sociedade brasileira. Com a ideologia populista do governo, calcada no desenvolvimento industrial e em uma maior abertura do país a economia mundial, ocorre o crescimento científico, econômico e cultural.

Nesse universo, é criado o IEB, buscando novas maneira de compreender os fenômenos brasileiros, como é colocado por Caldeira (2002). O IEB abordaria, através dos métodos científicos possíveis, um único objeto: a realidade brasileira – seus aspectos sociais, culturais e ideológicos.

As características únicas de fundação e o caráter multidisciplinar levaram o IEB a desenvolver atividades inéditas, a partir da institucionalização dos arquivos pessoais, visando ao estudo de suas Histórias. Percebe-se a necessidade de estudá-los e organizá-los de maneira que seu papel para a memória e literatura seja inteligível e pesquisável, fazendo com que as pessoas envolvidas – por exemplo, a Prof^a. Dr^a. Heloisa Liberalli Bellotto, pesquisadora do IEB – pudessem especializar-se em Arquivística.

O IEB é um instituto de importância para a Arquivística, já que, desde 1986, existe o curso de especialização em organização de arquivos, fruto da necessidade de "formar" arquivistas no estado de São Paulo. O curso possui apoio da Associação de Arquivistas de São Paulo.

Bellotto atuou na formação do currículo mínimo de Arquivística na década de 1970, e foi professora ao longo dos anos em uma série de cursos da área. Seu livro *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental* é uma publicação importante para a formação da Arquivística no Brasil e transformou-se em um dos pilares do pensamento da disciplina no País.

A proximidade do pensamento da autora com a tradição espanhola é bastante visível, até por sua formação, já que se especializou pela *Escuela de Documentalistas de Madrid*, em 1977, cuja teoria, que ali já possuía parâmetros e substância, influenciou sobremaneira sua obra.

A consonância entre as ideias de Bellotto e a dos espanhóis é tal, que o prefácio de seu livro é feito por Vicenta Cortes Alonso. A primeira edição data de 1991, anterior às normas de descrição e à aproximação da Arquivística brasileira com as teorias anglo-saxãs.

Como se descreveu anteriormente, a institucionalização da Arquivística enquanto disciplina e profissão no Brasil foi bastante tortuosa e recente.

Se, nos Estados Unidos, desde 1950, pensavam-se métodos de avaliação, mesmo que desvinculando os arquivos administrativos dos arquivos históricos, no Brasil, ainda na década de 1980, com a redemocratização do País, a situação dos arquivos era crítica.

Nesse período, e até atualidade, poucas instituições podem ser nomeadas como “de excelência” no Brasil. O Arquivo Nacional, que a partir da década de 80 começa a tomar para si o papel que já era seu por direito – O Arquivo Central – de um Sistema Nacional de Arquivos. Começa, nessa mesma época, o projeto para enunciação de uma lei nacional³⁹ de arquivos⁴⁰.

Na mesma época, outro importante passo é dado com a criação do Conarq – Conselho Nacional de Arquivos, em 1994. Trata-se de um órgão consultivo da administração federal, responsável por emitir pareceres e recomendações referentes a política nacional de arquivos. Apesar de não funcionar como um órgão fiscalizador, já representa um passo importante em direção ao sistema de arquivos da administração pública federal.

Há, ainda, o CPDOC – FGV⁴¹, instituição pioneira na organização de arquivos – em especial os pessoais – desde a década de 1970; e a Unicamp, com o Arquivo Edgard Leuenroth, também pioneiro nos anos de 1970, e as posteriores ações da própria universidade visando à organização de seus arquivos⁴².

Somam-se a essas instituições o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, a Casa de Rui Barbosa e outras instituições públicas e privadas, custodiando acervos arquivísticos que apresentam, em maior ou menor grau, algum nível de organização e acesso aos documentos calcados na teoria Arquivística.

³⁹ Lei no.8.159 de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

⁴⁰ Ver em Santos, P. R. E. *A Arquivística no Laboratório: História, Teoria e Métodos de uma Disciplina* 2008 Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁴¹ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

⁴² Ver em <www.ifch.unicamp.br/ael/>

Portanto, deve-se notar que as instituições públicas descritas começaram a procurar – a partir da década de 1980, com uma estrutura acadêmica mínima – ingerências nas ações administrativas de seus governos, devido a uma série de problemas. O principal, segundo Jardim (1995, p.74), é:

A vocação autoritária do Estado brasileiro tem sustentado a precária sobrevivência das diversas instituições públicas voltadas para o patrimônio documental. Como equipamento governamental, os arquivos públicos brasileiros subsistem como instituições voltadas quase exclusivamente para a guarda de documentos considerados, na maior parte das vezes, sem critérios científicos, como de valor histórico.

Prova disso é o lento processo de desenvolvimento da disciplina no Brasil. Até a década de 1980, mesmo os arquivos permanentes não possuíam uma política Arquivística clara para a classificação e descrição de documentos. Jardim (1995, p.74) complementa:

Privilegia-se, neste sentido, a dicotomia valor histórico/valor administrativo dos acervos arquivísticos. Como tal, a monumentalização dos documentos e a negligência de seus aspectos informacionais têm norteado, com exceções produzidas a partir dos anos 80, a maioria das nossas instituições Arquivísticas públicas. Suas relações com o conjunto da administração pública são pouco frequentes.

A partir da década de 1980-1990, inicia-se uma ampliação dos periódicos e obras relacionadas à teoria e a prática Arquivísticas, como, por exemplo, a publicação de *Arquivos Permanentes: Tratamento documental*, de Heloisa Bellotto. Essa obra se apresenta como uma das respostas possíveis para as instituições Arquivísticas carentes de recursos técnicos e financeiros. Mesmo seus acervos, aparentemente históricos, não contavam com muitos dos parâmetros necessários para uma organização efetiva.

Como se observa, o desenvolvimento de uma bibliografia nacional demora a acontecer, e, na época da publicação citada, não existiam muitos manuais que abrangessem a disciplina como um todo e seus reflexos na organização.

No periódico *Arquivo e Administração* e na revista *Acervo*, do Arquivo Nacional, é possível encontrar alguns trabalhos importantes na década de 1980 para um início do pensamento Arquivístico Brasileiro, como, por exemplo, um dos primeiros artigos a tratar de gestão de documentos no Brasil, o famoso *O conceito e a prática da gestão de documentos* de José Maria Jardim (1987). Esse autor foi responsável também, já na década de 1990, pela publicação de *Sistemas e políticas públicas de Arquivos no Brasil* (1994) e, mais tarde, do livro *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental* (1999).

Outro importante autor desse período é Marilena Leite Paes, com a publicação de *Arquivo: teoria e prática*, livro decisivo para a prática em Arquivística no Brasil, mais que para o desenvolvimento de alguma teoria brasileira.

Ainda na década de 1990, outra autora de destaque para a Arquivística brasileira é Maria Odila Kahl Fonseca. Dentre suas publicações, a mais importante é a versão em livro de sua tese de doutorado intitulada *Arquivologia e Ciência da informação: construção de marcos interdisciplinares*. Como o título diz, a obra pretendia uma aproximação entre a Arquivística e a Ciência da informação. Apesar de ser ainda um estudo preliminar, apresenta algum avanço para a disciplina no Brasil.

Cita-se ainda, dentre os mais relevantes, o autor Luis Carlos Lopes, um dos primeiros a aproximar o pensamento dos arquivistas canadenses à realidade brasileira, através dos livros *A imagem e a sombra da Arquivística* e *A gestão da Informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*.

A partir dos anos 2000, a área sofre o que se pode chamar de um *boom* de desenvolvimento, com a proliferação de graduações em Arquivologia por uma série de estados e mais que o crescimento “desordenado” de cursos universitários, 2000 representa o início da estabilidade política e uma ampliação da atuação de arquivistas em universidades e instituições públicas, uma vez que as instituições democráticas começam a estabilizar-se.

Hoje, o país conta com as seguintes graduações: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual Paulista (Unesp); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal do Pará (UFPA). Um curioso fenômeno, neste caso, é o fato de serem todas instituições públicas, uma vez que, o maior interesse no profissional de arquivo continua sendo das instituições governamentais.

Nos últimos dez anos, observou-se também a acentuação do processo de normalização da Arquivística, que – por conta dos documentos digitalizados e da produção eletrônica de documentos – tem exigido da área um esforço normalizador devido em grande parte a necessidade de comutação de registros entre as instituições Arquivísticas.

Advinda desse fenômeno, há a publicação de uma série de normas de descrição, que assim como na realidade espanhola, ganham versões nacionais, a saber: ISAAR (CPF) – Norma internacional de registro de autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias; ISAD-G – Norma geral internacional de descrição Arquivística; sua respectiva versão brasileira NOBRADE – Norma brasileira de descrição Arquivística; ISDF – Norma internacional para descrição de funções; e ISDIAH – Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico.

Outra mudança recente, importante para o atual cenário da classificação e, portanto, da Arquivística, é a publicação da norma ISO (ISO/TR 26122), que normaliza alguns dos aspectos administrativos nas organizações, refletindo no desenvolvimento dos planos de classificação, ou seja, na análise funcional (decomposição das funções administrativas em processos) e na análise sequencial (a investigação dos fluxos documentais e suas atividades).

É possível perceber que o desenvolvimento teórico da Arquivística no Brasil, como em outros países, intensificou-se nos últimos trinta anos. Contudo, a dificuldade para o desenvolvimento no país é fruto da ausência, em maior ou menor grau – a depender do momento em análise –, de políticas e incentivos voltados para área de gestão e custódia de documentos de Arquivo.

6.2. Fundamentos conceituais da Arquivística Brasileira

O desenvolvimento teórico da Arquivística brasileira caminha entre as tradições Norte Americana e Europeia, em maior ou menor grau, dependendo da época e do contexto discutidos e a uma pulverização conceitual.

Como se descreveu na seção anterior, na qual se demarcaram os principais aspectos históricos da Arquivística no Brasil, é possível dizer que, se comparado com o desenvolvimento de áreas como a Biblioteconomia, a Arquivística é ainda mais recente, uma vez que, as bibliotecas, enquanto campo profissional moderno iniciou seu percurso universitário ainda no começo do século XX, mais precisamente no ano de 1911.

Diferentemente, a Arquivística, enquanto área profissional e carreira universitária, foi deixada de lado, devido em grande parte pelas características antidemocráticas e autoritárias do governo brasileiro, como aponta Jardim (1995 e 1999) ao longo de sua bibliografia, que culminaram com uma falta de incentivo político e financeiro, ou seja, assim como a Espanha o Estado ditatorial incide de maneira profunda no não-acesso aos documentos arquivísticos.

Pode-se dizer que o desenvolvimento teórico da Arquivística brasileira acontece em ondas, a maioria dela provocadas por políticas ou incentivos advindos do Arquivo Nacional, especialmente em seu estágio inicial, com a visita de pesquisadores internacionais, seja para emitir pareceres a respeito da situação dos acervos, seja para ministrar cursos voltados para a teoria e a prática Arquivística.

Com base em Marques (2011), podemos citar, em ordem cronológica, os historiadores, bibliotecários e arquivistas que vieram ao país, na intenção de contribuir para o aparecimento e, depois, para o crescimento da área no Brasil: Charles Lyon Chandler, historiador norte-americano (1944); Roco Hill e Allan K. Manchester (1954); John P. Harrison, do Arquivo Nacional americano (1955 e 1956); Henri Boullier Branche, um dos primeiros professores e responsável pelo que mais tarde seria formalizado como o Curso Permanente de Arquivos (1959); Theodore Roosevelt Schellenberg, uma das mais profícuas visitas de pesquisadores estrangeiros – com a publicação de materiais de aula, livros –, o qual ministrou cursos e orientou as práticas do Arquivo Nacional (1960); René Maheu, diretor da UNESCO (1971); Elio Lodolini, pesquisador diplomaticista da Itália (1971 e 1972); Vicenta Cortés Alonso, arquivista espanhola (1972 e 1975); Michel Duchein, importante pesquisador e professor de Arquivística francês (1978, 1979 e 1987); e, por fim, Aurelio Tanodi, arquivista e professor da *Escuela de Archiveros de Córdoba* (1979)⁴³.

Nos últimos anos, entre 1995 e 2012, nota-se uma aproximação com a corrente teórica anglo-saxã, com a vinda de pesquisadores para proferir cursos, palestras e outras atividades acadêmicas, ou com estágios de professores/pesquisadores brasileiros em território canadense. Dentre os principais nomes dessa corrente, podemos destacar Terry Cook, Tom Nesmith, Laura Millar, Terry Eastwood, Luciana Duranti, e outros pesquisadores advindos da teoria e prática canadenses e também a recente vinda de Bruno Delmas e a organização de um livro com textos do autor intitulado *Arquivos para que?*. Boa parte destas iniciativas provém do trabalho da Associação de Arquivistas Brasileiros.

Então, compreender o percurso da Arquivística no Brasil é compreender como os pesquisadores da área se relacionam e interpretam essas diferentes tradições de estudo e pesquisa aplicados ao cenário Brasileiro.

Mas a pergunta fundamental neste momento é: existe, na atualidade, uma tradição de Arquivística Brasileira?

⁴³ As datas indicadas junto a cada profissional correspondem ao ano de sua visita ao país

Diferentemente das tradições espanholas e canadenses, a realidade brasileira é bastante diversa. Se ainda que de maneira medievalista os arquivos espanhóis iniciaram sua organização ao longo do século XIX e o desenvolvimento de uma historiografia pujante ainda no início do século XX, privilegiou o aparecimento e criação de arquivos no Canadá, no Brasil as ações institucionalizadas não correspondem efetivamente a ao desenvolvimento teórico e institucional.

Como foi dito no início deste capítulo, as abordagens variam de estado para estado e de escola para a escola, uma vez que a área possui um percurso teórico muito recente em comparação aos dos países europeus, além de se disponibilizarem, aqui, recursos muito menores que os dos países norte americanos, possuíam em seu passado recente.

Pode-se dizer que a teoria Arquivística no Brasil é múltipla e pulverizada, o que dificulta a percepção de uma única tradição. Isso é percebido devido à pluralidade de abordagens utilizadas na organização dos arquivos, ou até mesmo na nomeação das funções, por exemplo: arranjo, conservação, classificação, descrição, difusão ou acesso e, por fim, identificação.

Cada termo parte de um diferente pressuposto. Nos casos da difusão e da identificação, por exemplo, as perspectivas são majoritariamente europeias; para descrição e a classificação, porém, varia de arquivo para arquivo e de instituição para instituição.

Prova disso é a própria política de classificação elaborada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), intitulada *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública* (2001), construindo um plano de classificação que pouco aplica teoria Arquivística, para organização de arquivos.

Marques (2011) e Batista (2012) apontam para essa pluralidade e dificuldade de conceituação de uma realidade brasileira e muitas vezes ainda que pesquisadores assumam a existência de novas tendências de pesquisa e atuação nos arquivos, a sinalização ainda corre de mais no nível da tessitura discursiva do que na perspectiva canadense de desenvolvimento de metodologias e abordagens- aplicação destas abordagens.

A multiplicidade é um enunciado que repete em textos de ordem mais teórica no Brasil, porém, ele não passa de um apagamento do próprio discurso da área, que carece, na verdade, de trabalhos voltados para sua história e epistemologia.

Pode-se dizer, então, que a Arquivística no Brasil, por falta de melhor definição e uma série de relações com outras tradições, busca, em uma realidade social diversa daquela presente na Europa e América do Norte, corresponder às expectativas da sociedade. Portanto, não uma única tradição *per se*, mas indícios que podem levar a uma tradição de pesquisa e de desenvolvimento teórico.

Complementando a questão, convém delimitar o que se pode entender por Arquivística, para então buscar compreender se existe ou não uma teoria (ou teorias), aplicada à realidade brasileira.

Apresentou-se um breve histórico da disciplina na realidade brasileira, sem a intenção de se chegar a uma definição estrita do que é a Arquivística, porque não é objetivo deste estudo. De maneira geral, vale a seguinte definição: "A palavra 'Arquivística' designa, ao mesmo tempo, uma ciência e um conjunto de métodos e técnicas de constituição, guarda e exploração dos documentos de Arquivo" (DELMAS, 2010, p. 79).

Assim, uma Arquivística brasileira seria o reflexo destes métodos e técnicas de tratamento de documentos de modo arquivístico na realidade administrativa do país. Assim, a disciplina, longe da estabilidade governamental europeia ou da cisão profissional americana, buscaria trabalhar com a totalidade dos documentos.

Essa ponderação é referendada por Lopes (1994). Quando, em 1992, em um evento da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi levantada a possibilidade da prática Arquivística na América Latina espelhar-se naquela presente na realidade norte-americana – na qual a profissão de arquivista foi desmembrada em duas: *archivists* para arquivos permanentes e *record manager* para arquivos correntes e intermediários –, os pesquisadores de forma unânime disseram não, pois, para eles, os arquivistas devem trabalhar com os documentos em todas as fases.

Portanto, essa postura adotada por alguns pesquisadores brasileiros modifica a estrutura e o desenvolvimento do pensamento arquivístico no país, causando certa ruptura em relação a outros países. Além disso, as realidades documental e administrativa do país refletem de maneira profunda no desenvolvimento dos produtos das atividades Arquivísticas.

A fim de tipificar teoricamente uma (possível) Arquivística brasileira, é necessário descrever os produtos dessa teoria, ou seja, como se desenvolvem as atividades relacionadas a classificação, descrição e avaliação no país.

6.2.1 Classificação Arquivística: reflexos na realidade brasileira

Ao mesmo tempo em que a disciplina avança de maneira profunda, a partir da década de 1950, ocorre uma ruptura que irá perpetuar-se até a atualidade. Trata-se da separação de certas atividades e conceitos determinados pela fase em que os documentos se encontram. Schellenberg é um dos primeiros a separar a *classificação* e o *arranjo*, e *esse* é o início de

uma ruptura sistemática na disciplina. Observe-se que, anteriormente, não existia uma diferença entre essas funções. O uso mais corrente era do termo *arranjo*, para designar coisas que, para a Arquivística americana depois de década de 1950, são diferentes.

Eastwood faz uma ponderação fundamental a respeito deste problema terminológico-conceitual:

A escolha da palavra “arranjo” como nome deste processo é infeliz. Denota colocar coisas de um modo aceitável, uma ordem conveniente, como arranjar livros em uma prateleira. A palavra “classificação” não é mais satisfatória; neste caso, denota o arranjo ou a ordenação de coisas por classes e é um termo melhor reservado na Arquivística para o processo de organizar documentos ativos (2000, p. 93, tradução nossa).

Por meio da citação, é possível perceber a quantidade de problemas terminológicos e conceituais criados a partir da década de 1950. Até certo ponto, um dos grandes responsáveis é Schellenberg.

Contudo, na atualidade, é possível encontrar autores que colocam o arranjo e a classificação como sinônimos ou como coisas diferentes, a depender do ponto em que o sujeito se coloca dentro da teoria Arquivística.

Esta separação acontece porque começa uma divisão entre as atividades típicas dos arquivos administrativos contemporâneos e os arquivos histórico-culturais, principalmente nos Estados Unidos. A classificação estaria, para Schellenberg, relacionada com os arquivos administrativos; o arranjo, com os arquivos históricos.

Apesar da ruptura provocada pela aproximação entre a Arquivística nos Estados Unidos e as técnicas da administração; surge, no palco teórico da área, a construção de planos de classificação funcionais. Assim, a classificação deverá refletir o conjunto de atividades e não mais apenas a estrutura do órgão, como se pode perceber na seguinte aceção:

Na criação de um esquema de classificação para documentos oficiais, então, a função, tomada no sentido anteriormente definido, deve ser levada em consideração, dividindo-se os documentos sucessivamente em classes e subclasses. As maiores classes ou classes principais podem ser criadas tomando-se por base as maiores funções do órgão; as classes secundárias, as atividades e as classes mais detalhadas compreendem uma ou mais unidades de arquivamento, criadas em função de atos relativos a pessoas, entidades, lugares ou assuntos (SCHELLENBERG, 2003, p. 58, tradução nossa).

A classificação moldada nestes parâmetros é utilizada até a atualidade, por refletir as características que, muitas vezes, não podem ser encontradas nos estudos da estrutura de uma instituição, imbuindo o plano de classificação com uma característica profundamente gerencial.

Schellenberg esclarece que, neste momento, a produção de documentos e a complexidade das instituições são tão grandes, que só é possível o uso de um esquema de classificação unicamente estrutural se a administração for estável. Caso contrário, o esquema de classificação não representaria a prática administrativa, dificultado a avaliação e destinação dos documentos, bem como sua organização.

A cisão conceitual e profissional que se inicia na década de 1950 gera uma série de dificuldades para separar *classificação* e *arranjo*. Para Schellenberg, são ações distintas: a *classificação* está relacionada com uma única agência governamental e funcionando como um parâmetro de organização gerencial visando a auxiliar a administração; o *arranjo* é uma função relacionada com os arquivos semiativos e inativos, que provêm de uma série de agências, formando grandes grupos de arquivos e regida pelos princípios da proveniência e ordem original.

Os princípios de arranjo que são aplicados nas instituições diferem daqueles aplicados nas agências governamentais de várias maneiras. O arquivista não está apenas preocupado como o arranjo de documentos de uma agência articular, como um *record officer*. Ele está preocupado em arranjar todos os documentos sob sua custódia, que podem pertencer a muitas agências, muitas subdivisões administrativas, e muita documentação pessoal. Ele arranja seus documentos para uso corrente e não corrente; e ele os arranja com certos princípios básicos, não de acordo com princípios de classificação predeterminados ou formulários (SCHELLENBERG, 2003, p. 169, tradução nossa)..

É possível, então, perceber a diferença entre a classificação e o arranjo na obra de Schellenberg. A classificação é gerencial e localizada; o arranjo é geral e seu objeto final é o uso social, e seu princípio norteador não são as atividades e funções administrativas, mas a relação que os documentos possuem entre si. Sobre os níveis de arranjo, que refletem até certo ponto na prática de classificação, foram definidos anos mais tarde, baseados na obra de Schellenberg.

Até os anos de 1950, o desenvolvimento da classificação e da Arquivística, é fruto, em maior ou menor grau, do trabalho de um conjunto de autores e suas respectivas reflexões. Baseando-se neste arcabouço, será (ou não) construída uma corrente de pensamento.

A classificação, enquanto atividade no Brasil, ainda é pouco explorada na prática e na teoria, devido, em grande parte, ao fato dos acervos tratados por arquivistas serem de arquivos permanentes.

Contudo, destaca-se o trabalho de pesquisadores como Renato Tarciso Barbosa Sousa, que tem trabalhado com a definição e delimitação do campo teórico da classificação. Também

se destaca a contribuição de Heloisa Bellotto, que buscou demarcar as diferenças e sentidos da classificação no caso brasileiro.

No Brasil, como se descreveu anteriormente, por falta de um estudo aprofundado das funções e atividades de organização Arquivística, convencionou-se tratar as atividades de arranjo e classificação como sinônimos.

Sousa (2006), baseando-se em Bellotto (2004), quando aborda esse tema, esclarece que, na terminologia Arquivística brasileira, tornou-se comum a utilização do termo arranjo, traduzido do inglês *arrangement*. Mas o receio de que se entendesse arranjo e classificação como operações distintas levou à compreensão de que o termo classificação era aplicável tanto aos arquivos correntes quanto aos permanentes.

Apesar disso a confusão entre as duas atividades permanece. Com uma busca rápida no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.37 e p.49, grifo nosso), pode-se perceber isso:

Arranjo – Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo (1) ou coleção, de acordo com um **plano ou quadro** previamente estabelecido. (...)

Classificação – 1. Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou **quadro de arranjo**. 2. Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se-lhes atribuir códigos. 3. Atribuição a documentos, ou às informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme legislação específica. Também chamada classificação de segurança.

Comparando as definições, evidencia-se a fragilidade do entendimento dos conceitos. O *arranjo* é percebido como uma atividade de organização de arquivos; a *classificação*, como uma atividade de organização a partir de um plano de classificação. Como se vê, atribuem-se mais sentidos a esta do que ao arranjo, o que nos leva a pensar que é, então, uma terminologia mais completa. No entanto, ambas as definições apresenta-se como um simulacro pouco significativo do que a atividade de arranjar/classificar documentos realmente significa.

Existe um jogo discursivo-conceitual muito profundo nestes dois termos. Por eles mesmos, estabelece-se uma matriz de sentido que remete a toda construção histórico-social da atividade de classificar/arranjar documentos.

Teoricamente, a classificação à brasileira apresenta a mesma dificuldade de definição, que a classificação como um todo apresenta, na medida em que a Arquivística busca por resposta apenas na sua frágil estrutura científica.

As áreas de Ciência da informação e Organização do Conhecimento possuem, na atualidade, uma discussão teórica científica que extrapola a mera definição ou estudo de lingua-

gem e sistemas de classificação. O estudo da classificação apresenta-se como esquema epistêmico central de sua construção científica. A importância teórica e prática da classificação deverá crescer no próximo ciclo do percurso da Arquivística.

6.2.2. Descrição Arquivística: teoria e normalização no Brasil.

A descrição e a classificação foram as primeiras atividades de organização de arquivos a serem conceituadas, devido, em grande parte, às características dos acervos constituídos durante o século XIX, fundamentalmente medievais e organizados para fins de consulta histórico-científica.

Os primeiros indícios de construção de um modelo de descrição estão inscritos no manual de Muller, Feith e Furin. “O que se tem em mira, na descrição do arquivo, é que o inventário sirva simplesmente como um guia. Deve, portanto, fornecer um esquema do conteúdo do arquivo e não o conteúdo dos documentos” (MULLER, FEITH e FRUIN, 1973, p.79).

A descrição ainda encontra-se em um estágio inicial, contudo, a função básica de fornecer subsídios ao acesso aos documentos já está presente. Os arquivos medievais ditam a tônica do objetivo da atividade de descrição:

Na descrição do arquivo, há que ter em mente que os documentos mais antigos são de maior importância que os recentes. É mister, pois, entrar em maiores minúcias na especificação dos primeiros. Para tal diferença de tratamento, convém adotar pontos precisos de divisão e mencioná-los no prefácio do inventário (MULLER, FEITH e FRUIN, 1973, p.82).

Assim, os acervos medievais identificados por meio da crítica diplomática, são, neste momento, os documentos mais relevantes enquanto objeto da descrição, concepção que permanecerá por algumas décadas.

Já no século XX, outro momento salutar do percurso da descrição é a publicação do livro de Hillary Jenkison. Em sua visão, a descrição era compreendida como parte de um conjunto de atividades complementares na organização dos arquivos, e divide-se em dois tipos de instrumentos: os *guias* e os *descriptive indexes* – estes últimos divididos em *Repertories* e *Calendars*.

“Nós vamos supor, então, que a conclusão, momentânea, de todos os trabalhos essenciais dos Arquivos, deixa o Arquivista livre para atender aos requisitos especiais dos estudantes” (1922, 108, tradução nossa). Portanto, para o autor, a descrição é uma atividade secundária. Seu pensamento a esse respeito é bastante contraditório, uma vez que ele trata a transcri-

ção como uma atividade descritiva e complementar – a própria descrição, obviamente devido à ausência de aparelhos reprográficos.

Sobre seus instrumentos de pesquisa, primeiramente, o guia trata de uma descrição geral dos inventários contidos nos Arquivos e dos descritivos. Trata-se das transcrições dos documentos para seus usuários, colocando-os da seguinte maneira:

- a) O Guia. O primeiro requerimento pode ser provavelmente determinado para ser um Guia Geral dos conteúdos do depósito. Isto será um problema pequeno se o sistema de classificação defendido acima for seguido, pois consistirá de uma combinação de todas as instruções e notas de todos os Inventários, condensados da maneira possível, com um pouco de informação sobre o corpo do Inventário, como as datas e (em alguns casos) as quantidades.
- b) Índices e Repositórios. Depois do guia, será trabalho em alguma classe ou série dos Arquivos selecionados por conta do interesse público. Pode ser requerido a um arquivista que dedique seu trabalho em documentos de períodos antigos, porque essas matérias são escassas e mais difíceis de serem entendidos sem os modernos meios de referência, ele deve requerer um trabalho sistemático e não esporádico. (...)
- c) Lista Ordenada. Mais um da classe de Índices e Repositórios, manuscrito em uma estante na sala de consulta ou circulando impresso, é de pouco uso sem o documento a que se refere. As formas favoráveis como uma regra são aquelas de um esquema do documento ou sua transcrição completa. (JENKINSON, 1922, p. 108 e p.110, tradução nossa).

Pelos instrumentos descritos acima, é possível perceber uma ampliação dos instrumentos de pesquisa à medida que se atendem mais pesquisadores nas instituições Arquivísticas. Os guias são descritores gerais que descrevem os fundos ou grupos de arquivo de maneira ampla, suas datas-limite e a qualidade de documentos. Esse tipo de instrumento de pesquisa será consagrado e utilizado até o início da descrição normalizada.

Os Índices e Repositórios são instrumentos complementares ao guia, descrevendo séries que possuem uma consulta mais frequente, visando a facilitar seu acesso. Já as Listas Ordenadas tratam de uma descrição “peça a peça” e da transcrição total do documento, uma vez que, na época, ainda não existiam as modernas máquinas de fotocópia, microfilmagem etc.

A descrição ainda permanece como uma atividade periférica, mas ganha em qualidade e importância na obra de Jenkinson. Mas os acervos e a organização continuavam profundamente ligados aos documentos medievais; seu acesso, aos eruditos. O arquivista continua a ser compreendido como um guardião dos documentos.

Assim como na classificação, a obra de Schellenberg terá um papel crucial para o desenvolvimento e teorização da descrição. Seus escritos representaram uma ruptura e uma ampliação dos conceitos e práticas da descrição. O autor divide a descrição em dois conjuntos de

instrumentos de pesquisa: um primeiro grupo de instrumentos relaciona-se com o princípio da proveniência, e um segundo, com sua pertinência. Como se pode perceber na seguinte citação:

O Arquivo Nacional descreve seus documentos com duas diferentes abordagens. Em uma delas, os documentos são descritos em sua relação com a origem funcional e organizacional; essa é a abordagem da proveniência. Na outra abordagem, os documentos são descritos em relação de seus assuntos; esse é o aspecto da pertinência. (SCHELLENBERG, 2003, p.306, tradução nossa).

Sua separação deve-se, em grande parte, à realidade documental que encontrou e trabalhou no Arquivo Nacional americano, visto que “os documentos, de modo geral, são documentos modernos; poucos deles originaram-se antes do século XIX. Não apresentam, portanto, problemas de identificação como os documentos medievais” (SCHELLENBERG, 2003, p. 204, tradução nossa). E complementa "Um conhecimento das ciências auxiliares da História e línguas medievais não é necessário para descrever suas fontes e conteúdos. Os documentos são modernos em forma" (SCHELLENBERG, 2003, p. 204, tradução nossa). Assim, a própria mudança da estrutura e formulação dos documentos modificará a organização e acesso aos mesmos à medida que, administrativamente, eles são fruto de padronização e normalização.

Existe, então, na obra de Schellenberg, uma mudança de foco na atuação do profissional arquivista e de sua teoria. No caso da descrição, para ele, não é mais necessário o uso da paleografia da crítica diplomática, dentre outras disciplinas, para a leitura e descrição dos documentos, uma vez que são formulários, cópias etc.

A descrição e os instrumentos de pesquisa modificam suas características, porque existe uma mudança nos documentos custodiados nos arquivos americanos, a realidade documental é outra. "Para cada grupo, o Arquivo Nacional [americano] produz uma série de instrumentos de pesquisa, que vão do geral para o particular, tornando-se progressivamente mais detalhado à medida que os documentos são analisados em agrupamentos menores" (SCHELLENBERG, 2003, p.207, tradução nossa).

Assim, a descrição é apresentada em níveis (SCHELLENBERG, 2003), à medida que o instrumento constrói-se. Por exemplo, o guia de registro dos grupos de arquivo (fundos), que irá descrever a totalidade dos fundos custodiados por determinada instituição; e, a partir delas, desenvolvem-se inventários no nível da série ou até mesmo ao nível de volumes e pastas em uma lista detalhada.

Além dessa descrição por níveis, o autor estabelece uma relação com o princípio da proveniência como norte de construção, e enumera três: um no nível do grupo; outro no nível da série; e um terceiro no nível do item documental.

A descrição é completamente diferente daquela apresentada em Jenkinson, porque a função desta atividade difere-se. Os instrumentos de pesquisa apresentados por Schellenberg assemelham-se, até certo ponto, com aqueles níveis utilizados nas atuais normas de descrição internacionais, admite-se o uso de instrumentos de pesquisa por assunto, uma vez que percebe a dificuldade de se trabalhar instrumentos de descrição temáticos no ambiente de arquivo.

“O tratamento pelo assunto é difícil e justifica-se que o arquivista o adote somente quando servir para tornar a informação disponível para uma considerável classe de usuários da forma que lhes for conveniente” (Schellenberg, 2003, p.211, tradução nossa). Assim, o uso dos instrumentos de pesquisa temáticos pode servir também para auxiliar a busca dos usuários e de seu emprego.

Schellenberg (2003) coloca “instrumento de pesquisa temático” como o *documento de referência informacional*, que se trata de um catálogo de assuntos em ficha geral dos grupos de arquivo, relacionado à documentação anterior e posterior à II Guerra Mundial. Cita, ainda, outro instrumento temático que se relaciona com a descrição no nível do item documental: a *lista detalhada* ou *especial*, que se trata de uma descrição temática.

Assim como a classificação, esse conjunto de obras estabelece a fundação do que podemos compreender por descrição. Na atualidade, provavelmente é atividade mais trabalhada teoricamente e mais normalizada da Arquivística, o que resolve alguns problemas fundamentais, mas cria outros tantos.

A História da normalização da descrição conta um pouco da trajetória de construção da descrição no Brasil. A partir da década de 1980, por conta das mudanças provocadas pela ascensão das tecnologias de comunicação e informação, começa uma nova reconfiguração teórica e prática das atividades Arquivísticas, das quais a descrição é vista como principal e fundamental.

Alguns países tomam a frente na discussão dos caminhos que a descrição Arquivística deveria tomar. Destacam-se, nesse sentido, os papéis fundamentais do Canadá e da Inglaterra no desenvolvimento de normalizações próprias e perante os organismos internacionais, como, por exemplo, o ICA, uma vez que suas normas serviram como base para todas as outras.

Trata-se do *Manual of Archival Description*, inglês, que já está em sua terceira edição – a primeira em 1986, a segunda em 1989, e a terceira em 2000 – e da *Rules for Archival Description*, canadense, última versão revisada em 2008. Esses dois textos serviram de base

para toda a construção normativa da descrição internacionalmente. Adicionam-se, às já mencionadas, as seguintes normas:

- ISAD(G) – *International Standard for Archival Description (General)*, editada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2003;

- ISAAR(CPF) – *International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families*, editada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2003;

- ISDF – *International Standard for Describing Functions*, editada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2007;

- ISDIAH – *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*, editada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2008;

- EAD – *Encoded Archival Description*, uma norma organizada em regras semânticas e sintáticas na transcrição de descritores em SGML (*Standardised General Markup Language*) ou XML (*eXtensible Markup Language*), para auxiliar na descrição em web sites visando o acesso e a comutação de dados, elaborada pela Biblioteca do Congresso americano com o apoio da *Society of American Archivists*, última edição de 2002;

- NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística, adaptação brasileira da ISAD(G) e ISAAR(CPF), do Conselho Internacional de Arquivos, editada em 2006;

- APPM – *Archives, Personal Papers, and Manuscripts*, atualizada com o nome *Describing Archives: A Content Standard (DACs)*, que se trata, atualmente, da versão americana da ISAD(G), conjuntamente com a ISAAR(CPF), editada em 2008.

É possível, baseando-se nas normas apresentadas, perceber que, na atualidade, especialmente nos últimos dez anos, presencia-se uma profusão de normas relacionadas à descrição de arquivos. Elas são algumas das respostas possíveis à realidade documental que tem se modificado exponencialmente, com uma produção majoritária de documentos em meio eletrônico.

Sobre a NOBRADE, norma que cabe destacar neste momento, uma vez que as outras serão exploradas nos capítulos seguintes, pode-se afirmar que representa um avanço, ainda que modesto, na prática de descrição no país, na medida em que ela estabelece parâmetros para a troca de informação e acesso aos arquivos de maneira simplificada, refletindo a necessidade descritiva das instituições Arquivísticas públicas brasileiras.

Nesse sentido, a própria norma destaca, em sua introdução, que "não é uma mera tradução das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF) (...). Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que a

CDS/CIA considerava importantes, porém, de foro nacional"(ARQUIVO NACIONAL, p.9, 2006).

A NOBRADE acrescenta uma área e alguns elementos de descrição, contudo, a norma permanece bastante semelhante à ISAD(G). O campo acrescentado é o de acesso: "Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição" (ARQUIVO NACIONAL, p.18, 2006).

Esse campo trata-se de uma recuperação temática do documento, que se baseia, por exemplo, na construção de um vocabulário controlado ou outro tipo de classificação temática que irá auxiliar na descrição e recuperação dos documentos no nível em descrição.

Por esta relação direta com o acesso aos documentos, a descrição é uma das atividades principais nas instituições que possuem documentação permanente, centros de memória, arquivos pessoais, arquivos municipais. Provavelmente devido às características Arquivísticas não só do Brasil, mas do mundo, é atividade que atualmente tem mais parâmetros para a construção dos instrumentos de pesquisa.

Porém, ao mesmo tempo em que esses parâmetros resolvem alguns problemas pontuais, esterilizam muitas vezes as relações internas que existem entre os documentos, à medida que todo acervo arquivístico é único.

Compreendemos que a normas mais bem formuladas, e que atendem ao que os princípios arquivísticos preconizam, foram as primeiras, talvez porque refletiam mais a realidade documental das instituições Arquivísticas. Elas estabeleceram não só uma norma, como também um espaço teórico-epistemológico para a Arquivística.

7. UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO: A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO CANADÁ, NA ESPANHA E NO BRASIL.

Nos capítulos anteriores, discutiram-se os preceitos históricos que levaram à institucionalização da Arquivística na Espanha, no Canadá e no Brasil. Por meio desse percurso, pode-se destacar elementos que auxiliarão na análise das teorias e práticas Arquivísticas nas três localizações e nos conceitos relacionados à representação Arquivística.

Neste capítulo, continua-se a compreender a Arquivística enquanto um gesto de leitura, por meio da Análise do Discurso. Como se disse, a AD é uma disciplina de “entremeio” por meio da qual se guia esta leitura.

No percurso histórico, buscou-se perceber como a Arquivística instituiu-se enquanto prática de uma “teoria” e de uma “prática”, ou seja, desenhou-se a estrutura e a arqueologia da Arquivística. Se o discurso é estrutura, buscou-se descrever a estrutura discursiva da Arquivística por meio de uma ação interpretativa de seu percurso. Porém, o discurso também é acontecimento, ou seja genealogia, na medida em que ele se inscreve em algum lugar.

Não há a intenção de ater-se muito ao tema dos gêneros discursivos, sobre os quais se destacou a contribuição de Bakhtin (2003). Deve-se, no entanto, tipificar o gênero ora em estudo. Bakhtin diz que existem gêneros primários e secundários ao discurso.

Os gêneros são heterogêneos no discurso. Nesse sentido é difícil definir e tipificar determinado discurso. “Importa, neste ponto, levar em consideração a diferença essencial existente entre o gênero do discurso primário (simples) e o gênero do discurso secundário (complexo)” (BAKHTIN, 2003p.281).

Tipificando os gêneros nestes dois grupos, Bakhtin (2003) exemplifica os secundários como os romances, o teatro, o discurso científico e o discurso ideológico, os quais aparecem em situações culturais mais complexas, transformando e dando significados distintos aos gêneros primários.

Um exemplo muito claro desta “transmutação” do gênero discursivo, dado por Bakhtin (2003), é uma carta (gênero primário) enviada de uma pessoa pra outra, relatando determinados fatos. Esta mesma carta, em outra situação, foi utilizada por seu autor como produto de um personagem em um romance, ou seja, a relação discursiva daquele objeto tornou-se mais complexa.

Nesse sentido, deve-se dizer que a Arquivística, enquanto uma instância enunciativa, faz parte do segundo grupo de discursos, fundamentalmente relacionado com a complexidade do discurso científico, que se reinterpreta e redefine em diversas situações. Assim, “o enunci-

ado situa-se no cruzamento excepcionalmente importante de uma problemática” (BAKHTIN, 2003, p.282), e é por meio dele que se construirá a análise.

Outra ponderação fundamental a respeito do discurso científico é que ele é acima de tudo, polifônico e representado. Quer dizer, as relações enunciativas serão profundamente complexas e irão se estabelecer em camadas.

A polifonia está associada ao nível do enunciado, Ducrot (1987) foi um dos principais linguistas a estabelecer um conceito de polifonia. Paralelamente Bakhtin (2003) também desenvolveu uma noção para o mesmo fato. Pode-se compreender a polifonia como uma noção que se manifesta na interpretação do discurso, ou seja, percebe-se que existem várias “vozes”, não unicamente a do autor no texto trabalhado. A polifonia, em AD, ocorre na fala, ou seja, possui uma sedimentação.

Tem-se, no enunciado, um locutor (autor), responsável pela enunciação. Porém, ele “conversa” com outros enunciadores, representantes de diferentes pontos de vista em relação aquele objeto, ou seja, é próprio do gênero científico ser polifônico, na medida em que os autores remetem a outras vozes para construir seu discurso.

Além de secundário e polifônico, o discurso científico é persuasivo, especialmente naqueles textos que se encontram desenvolvidos na FD1(Formação discursiva da Arquivística moderna), ou seja, o discurso tende a uma busca do convencimento em uma relação entre o autor e leitor.

O que se entende por Arquivística e Arquivologia é uma construção que emergiu durante o século XIX, produto de uma época de transformações científicas e sociais e o aparecimento do Estado moderno no mundo ocidental. O foco desta disciplina, em termos de teoria e prática, esteve relacionado à organização da *instituição* arquivo, voltada para a pesquisa e para a construção das histórias nacionais, calcadas na perspectiva de Leopold von Ranke.

A representação Arquivística foi, desde o século XIX, o objeto central da disciplina, uma vez que o Manual de Muller, Feith e Furin é, antes de tudo, um manual *para o arranjo e descrição de arquivos*.

Assumiu-se aqui que a representação da Arquivística é o núcleo fundamental do trabalho arquivístico e, nesse sentido, a análise da Arquivística, sob um viés histórico-discursivo irá debruçar-se sob esses conceitos nucleares. “Ainda hoje, para muitos, se não quase todos, arquivistas e instituições Arquivísticas, a classificação/arranjo e descrição mantêm-se como núcleo prático e discursivo” (DUFF & HARRIS, 2002, p.264, tradução nossa)

A teoria voltada ao estudo das funções relacionadas à representação em Arquivística esteve, em um primeiro momento, calcada em modelos diplomáticos e paleográficos para a

construção de representações significativas dos documentos medievais. Com o passar dos anos e a modernização do Estado, a diplomática perde força e os arquivistas e suas instituições começam a buscar novos métodos para o processamento técnico dos documentos de arquivo.

Os anos de 1980, não só na realidade canadense, mas espanhola e brasileira, como foi demonstrado, modificam a perspectiva, levando a uma busca por redefinição, reconfiguração ou reafirmação da área. Este fenômeno alastra-se por todas as esferas do discurso da teoria e prática Arquivística. Essa disciplina, a partir do período apontado, desenvolve-se em duas vertentes bem marcadas, que constituem duas formações discursivas na área, uma relacionada ao arquivista e os arquivos serem parte de um processo maior, outra que vê o arquivista como uma pequena parte resultante desse processo. Em outras palavras, o arquivista é visto como parte do processo de desvendar os significados dos documentos de arquivos, não um participante ativo na construção de significados dos arquivos.

Para fins didáticos, essa formação discursiva será chamada de "moderna", calcada numa Arquivística que possui raízes na diplomática, paleografia, História (em sua perspectiva positivista) e na construção teórico-prática por meio de manuais.

Do outro lado, tem-se uma formação discursiva que, em certos textos – , especialmente aqueles de Terry Cook, Verne Harris, Brien Brothman, Hugh Tylor, etc. – calca-se num estudo das ciências humanas e sociais chocando-se com essa perceptiva passiva do arquivo, do arquivista e da própria teoria dos arquivos. Esses autores estabelecem uma mudança profunda na Arquivística, instaurando uma nova Formação Discursiva, visto ser um deslocamento da fronteira da Arquivística.

Assim, quando se fala de representação dessas duas vertentes, que possuem alguma intersecção, comentam-se duas formações discursivas opostas que, em uma representação gráfica, apresentariam o seguinte modelo:

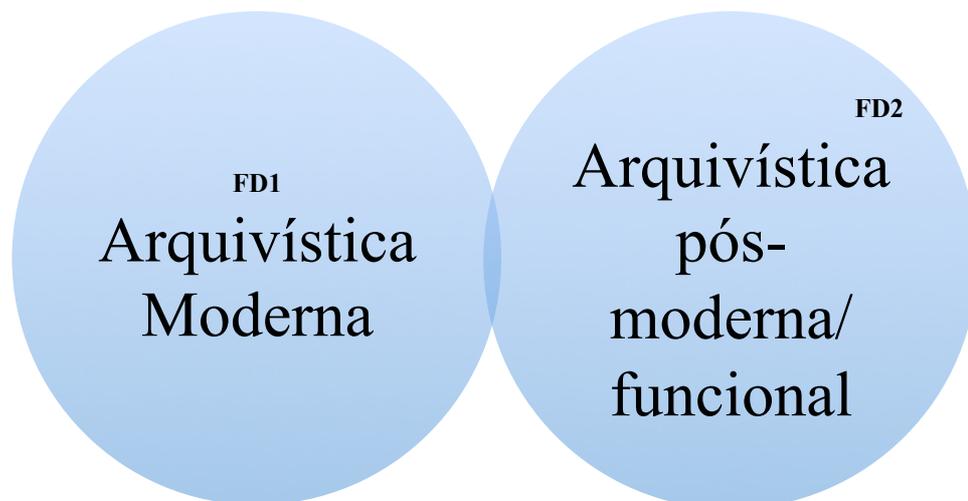


Gráfico 1. Formações Discursivas em Arquivística
Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, o discurso constrói-se em seus sentidos, porque tudo está inscrito em uma formação discursiva, ou seja, o sentido é dado pela condição de existência. Não é possível à Arquivística pós-moderna surgir antes do aparecimento do Estado moderno e das publicações do final do século XIX e começo do século XX. A formação discursiva Arquivística moderna deriva-se das situações em que se inscreve, ou seja, de uma formação ideológica ampla pela qual passa a validação dos arquivos, da Arquivística e do arquivista.

É preciso voltar a Foucault (1997), em seu conceito de FD, compreendida como relações que podem ser legitimamente descritas entre os enunciados. A| FD não é fechada ou constrói-se como uma máquina. Caso contrário, seriam impossíveis “furos” e deslocamentos. Trata-se, então, de um agrupamento provisório e visível. “O que é, então, *a* medicina, *a* gramática, *a* economia política? Será que não passam de um reagrupamento retrospectivo pelo qual as ciências contemporâneas se iludem sobre seu próprio passado?” (FOUCAULT, 1997, p.35-36).

A FD é, portanto, uma construção em uma época e demarca o estado dessa época, formando um conjunto, quando se refere a um mesmo objeto, no caso aqui estudado, os Arquivos.

A Arquivística moderna, por exemplo, baseando-se em Foucault (1997), constrói-se por um grupo de todos os enunciados que a estabelecem, redefinem, descrevem, explicam e contam o seu percurso histórico-conceitual, como descrito no início deste trabalho.

No gráfico construído, destacam-se as duas formações discursivas com uma intersecção, uma vez que elas se relacionam com as formações ideológicas que as circundam. Assim, o sentido é construído inclusive ideologicamente. Existe, então, um traço ideológico que sepa-

ra a Arquivística moderna da pós-moderna, mas isso não ocorre nas palavras ou nos conceitos, e sim na discursividade, ou seja, só se pode dizer isso pelo histórico que foi construído ao longo da tese, o discurso é a materialidade destes traços histórico-conceituais, demarcados pela atuação da ideologia.

De um lado, o arquivista visto como um agente passivo do processo, incluindo o processo de representação da informação; do outro, o arquivista compreendido como um agente ativo do processo de organização e significação dos arquivos.

Demarca-se a atuação da ideologia na discursividade, analisando alguns enunciados fundadores nas tradições estudadas e fazendo um paralelo entre o anunciado pelos autores-chave e o que foi aplicado na realidade da representação.

Em uma rede de discurso podemos destacar os seguintes características da discursividade Arquivística, uma vez que se percebe no percurso histórico duas formações discursivas, definindo o discurso em duas palavras tem-se o discurso “tradicionalista” e o discurso “reformista”.

Em uma relação do arquivo da Arquivística tipificamos as formações do seguinte modo:

FD1 – Os arquivos e os arquivistas são vistos como guardiões/custodiadores de documentos, ocorrendo apagamentos e buscas pela supressão neste discurso da ação ideológica e da positividade teórica. Percebe a teoria e os arquivistas enquanto agentes passivos da organização Arquivística, discurso marcado pelo modo tecnicista e cientificista. Relações com a Ciência da Informação e Documentação, Administração e História. A Arquivística, os arquivos e o arquivista, são vistos como parte de um desenvolvimento contínuo e evolucionário da prática. Naturalidade e Neutralidade são os objetos centrais da metodologia de tratamento, organização e representação, ou seja, o arquivo/Arquivística enquanto parte do apagamento da ação da ideologia.

FD2 – Preocupações sociais e políticas, os arquivos enquanto ações/estruturas cruciais para a cidadania e transparência do Estado. Participação da sociedade no desenvolvimento e acesso aos arquivos. Relações com as Ciências Humanas, filosofia e informação/conhecimento. Busca por rupturas e reformas conceituais no âmbito teórico e institucional arquivístico, busca de relações interdisciplinares a fim de dar à área o status de disciplina e ampliar seu horizonte teórico. As tecnologias enquanto um agente transformador da realidade Arquivística. O arquivo enquanto ação de uma ideologia.

Em uma representação gráfica, as relações “disciplinares” de ambas as formações discursivas figurariam deste modo, formando um arquivo (o que pode ser dito) em Arquivística:



Gráfico 2: Relações de arquivo da Arquivística moderna

Fonte: Elaborado pelo autor

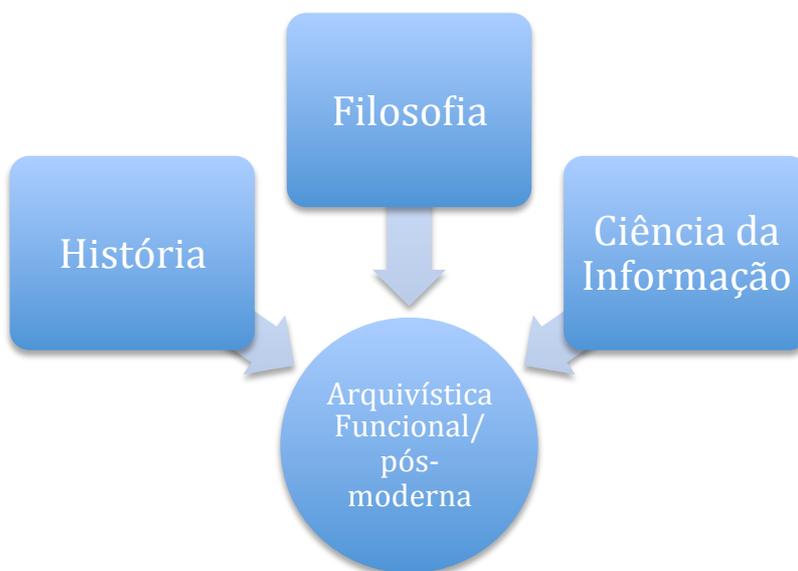


Gráfico 3: Relações de arquivo da Arquivística funcional/pós-moderna

Fonte: Elaborado pelo autor

Portanto, percebe-se que essas duas formações discursivas relacionam-se com outras em rede, ou seja, são duas formações discursivas nutridas por outras formações que, em um tecido discursivo amplo, relacionam-se com a formação ideológica.

Os conceitos estão dispostos de formas diferentes e são utilizados de forma diferentes. Assim, as FDs associam-se aos campos de saber de formas distintas, os qualificadores e suas instâncias de legitimação diferem-se. A representação Arquivística, por exemplo, surgirá em um contexto diferente em cada uma das formações discursivas; na primeira, privilegia-se a

organização por fundos e descritores normalizados; a segunda, por sua vez, busca rearranjar e redefinir o princípio de proveniência a fim de aplicar organizações como a por séries, ou seja, o efeito produzido nos enunciados é diferente e inscreve-se nos textos de forma díspar.

Assim, a Arquivística, enquanto instância discursiva, apresentará marcas em seus enunciados em ambos os lados. Prende-se discutir essa perspectiva a seguir.

7.1. Representação Arquivística: Formações teóricas

Conforme se descreveu ao longo dos capítulos a respeito das tradições estudadas, a partir das décadas de 1970 e 1990, tem-se a ampliação e reconfiguração, e é neste período que os autores selecionados publicaram suas obras.

Fundamentalmente, todos os autores selecionados para análise dos enunciados publicaram entre os anos 1980 e 1990, demarcando de maneira indelével esse momento de mudança na teoria Arquivística.

Primeiramente, descrevem-se os enunciados em ambos os autores em relação à representação. Construído nosso corpus de análise, podem efetuar-se, então, as análises propriamente ditas.

Evidentemente, Antonia Heredia Herrera e José Ramón Cruz Mundet foram selecionados porque representam um recorte significativo na disciplina ao longo das décadas de 1980 e 1990, ou seja, ambos os autores e suas obras demarcam a construção teórica da Arquivística na Espanha: a primeira durante a década de 1980; o segundo, na década de 1990. Obviamente não são os únicos; porém, mais do que os enunciados ou obras deste ou daquele autor, o objetivo é analisar o discurso, que remete para além do próprio texto.

A presença de determinadas posições, em diferentes contextos, é bem marcada pela própria construção das ciências humanas e sociais, das quais, a Arquivística não escapa. Retomando, é possível dizer, baseando-se em Baronas (2011) e Foucault (1997), que processos discursivos, os quais perpassam os conceitos e objetos da Arquivística, possuem em sua discursividade uma liberdade condicionada, por terem passado pela regulação própria da atividade “política” do discurso das ciências, a qual legitima cada um dos discursos efetivamente ditos, determinado como e o que pode ser dito por um sujeito (compreendido com uma posição), com um método aceito, sendo inserido na verdade de uma época.

A Arquivística espanhola tem se baseado, em maior grau, na construção por meio de manuais, ou seja, a teoria espanhola tem se fundamentando em “modos” de organizar arquivos. Nesse sentido, ambas as obras analisadas têm essa característica de manual, conforme

descreveu-se, é possível no próprio histórico da tradição espanhola perceber essa característica.

Focou-se em duas obras destes autores: o primeiro manual de *Archivística Geral* de Herredia Herrera e o manual *Archivística* de Cruz Mundet. Evidentemente, essas obras não são a totalidade da bibliografia desses autores, porém, representam um recorte significativo, na medida em que abordam boa parte dos temas centrais da Arquivística, nos momentos em que foram escritos ou atualizados.

Diferentemente dessa tradição espanhola, vê-se, no desenvolvimento teórico canadense, que os autores não visam a construir ou estabelecer obras com intuito de dizer “tudo o que se pode saber” sobre Arquivística; ao contrário, existe uma incompletude, e a teoria é estruturada ao longo da publicação de uma série de artigos, na maioria, em revistas profissionais.

Expôs-se, no capítulo a respeito da Arquivística canadense, que Hugh Taylor tenta reconhecer padrões e buscar, dentre outras coisas, uma integração maior e mais dinâmica entre a gestão de arquivos e os arquivos histórico-culturais. Nesmith (2014)⁴⁴ e Cook (2013)⁴⁵ dizem que o desenvolvimento da macroavaliação e da perspectiva pós-moderna não seria possível sem os artigos publicados por Hugh Taylor durante as décadas de 1980 e 1990. É justamente devido a essa percepção que se entendem seus artigos como parte fundamental do desenvolvimento teórico ocorrido no Canadá, para abertura desta “nova” formação discursiva.

A dinâmica da obra do autor é crítica e ampliadora. Retomando o que foi dito anteriormente, busca desmistificar preceitos estabelecidos nas décadas anteriores e encarar a incipiência dos modelos de avaliação e descrição: "nossos inventários que mal arranham a superfície das valiosas e recuperáveis informações sob nossa custódia" (TAYLOR, 1984, p.30, tradução nossa).

De Taylor, analisam-se artigos publicados no periódico *Archivaria* e *American Archivist*, do final da década de 1970 até começo dos anos 1990, direta ou indiretamente quais sejam: (i) *The Archivist, the latter, and the spirit*; (ii) *Chip Monks at the Gate: The Impact of Technology on Archives, Libraries and the User*; (iii) *Documentary Art and the Role of the Archivist*; (iv) *Information Ecology and the Archives of the 1980s*; (v) *Recycling the Future*:

⁴⁴ NESMITH, Tom. *Hugh Taylor contribution* [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <sean.vogel@gmail.com > em: 10 de janeiro de 2014.

⁴⁵ COOK, Terry. *Hugh Taylor contribution to macroappraisal* [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <sean.vogel@gmail.com > em: 20 de setembro 2013.

The Archivist in the Age of Ecology; e (vi) *Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift*.

Analisa-se também os artigos publicados por Terry Cook entre o início dos anos 1980 e final dos anos 2000, publicados nos periódicos *Archivaria*, *Archival Science*, *American Archivists* em geral relacionados a representação e descrição, visto que Cook é, nesse período, o autor que busca estabelecer algumas balizas teóricas a respeito desta perspectiva pós moderna/funcional. São eles: (i) *From Information to Knowledge: An Intellectual Paradigm for Archives*; (ii) *Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts*; (iii) *Fashionable Nonsense or Professional Rebirth*; (iv) *What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift*; e (v) *Media Myopia*.

Em relação à realidade brasileira, analisam-se dois autores comparativamente bastante diferentes. O primeiro é José Maria Jardim, com dois importantes livros: (i) *Sistemas e políticas públicas de Arquivos no Brasil*; e (ii) *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*; o segundo é Heloisa Belloto, cuja obra analisada é *Arquivos Permanentes: Tratamento documental*.

No caso brasileiro, busca-se estabelecer em quais dessas formações discursivas percebem-se esses autores e quais são suas filiações teóricas no tocante à representação, como parte nuclear da Arquivística.

Apesar de não ser o tema central dos livros de Jardim, seu trabalho é provavelmente o que mais se aproxima, na realidade brasileira, da segunda formação discursiva, tendo em vista que ele percebe a atuação do Estado na construção do valor dos arquivos e da Arquivística.

De início procede-se à análise de alguns enunciados que têm relação com a FD1, na medida em que esse enunciado pressupõe um ato de formulação, de cujas funções relacionadas a representação é parte importante. "A classificação seguindo o princípio de proveniência precisa de seu planejamento material em um esquema ou quadro que não é outra coisa senão a estrutura para sistematizar cada fundo em suas seções e séries" (HERREDIA HERRERA, 1995, p.267, tradução nossa).

"Classificar consiste em agrupar hierarquicamente os documentos de um fundo mediante grupos ou classes, dos mais amplos aos mais específicos, de acordo com os princípios de proveniência e ordem original" (CRUZ MUNDET, 2001, p.238, tradução nossa).

Por fim: "A descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes. Ela não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos do plano de classificação – que acaba por servir de referência para recuperação da informação –, assim

como outras categorias de controle de vocabulário e indexação que se usam para o mesmo fim” (BELLOTTO, 2004, p.173).

É típico, dos manuais de Arquivística buscar definir e pré-estabelecer formulas para as funções, fazendo ligação direta com a prática nos arquivos, o procedimento de enunciação se estabelece de forma estéril, quase que dizendo que aquele é o único caminho para organização e representação Arquivística, “a classificação, seguindo o princípio de proveniência, (...) não é outra coisa senão a sistematização por fundo”, e ainda: "a descrição tem a função enunciativa de fundamentar a prática de classificação, justificando uma determinada posição e ação".

Em resumo, na medida em que se pressupõem os arquivos enquanto naturais e neutros, as funções deverão, evidentemente, corresponder a essa expectativa, ou seja, existe uma legitimação, por parte da Arquivística. Há aqui uma relação intradiscursiva entre esses textos, escritos em períodos e situações distintas, na medida em que se inscrevem na mesma formação discursiva.

Pode-se estabelecer a seguinte oposição nos enunciados a seguir:

“Sabendo que a principal função dos arquivista é proceder ao acesso aos documentos e que isso se dá por meio dos instrumentos de descrição, exigem-se, anteriormente, a classificação e a ordenação, sendo óbvia a importância fundamental das operações ou atividades que nos ocupam” (HERREDIA HERRERA, 1995, p.254 tradução nossa).

“Qualquer que seja a orientação do trabalho histórico, o pesquisador necessita de que o texto seja colocado ao seu alcance. Cabe portanto ao elaborador da descrição, apreender, identificar, condensar e, sem distorções, apresentar todas as possibilidades de uso e aplicação da documentação por ele descrita” (BELLOTTO, 2004, p.177-178).

“O trabalho do arquivista precisa revelar-se ao historiador desde o seu primeiro momento no arquivo; é esse trabalho que deve proporcionar o encontro satisfatório entre o pesquisador e documento, através dos instrumentos de pesquisa.” (BELLOTTO, 2004, p.176)

“O trabalho do arquivista precisa revelar-se ao historiador desde o seu primeiro momento no arquivo; é esse trabalho que deve proporcionar o encontro satisfatório entre o pesquisador e o documento, através dos instrumentos de pesquisa” (BELLOTTO, 2004, p.176).

Os três enunciados acima funcionam como posições convergentes na contemporaneidade para o já-dito sobre os arquivistas e suas atividades no século XIX, ou seja, é um discurso que visa a reforçar o percurso da Arquivística, não permitindo o apagamento de seu percurso. A pergunta que se deve ter em mente aqui é: A quem serve essa posição? O que se legitima a partir dela? O próprio enunciado responde: “Como os depósitos de arquivos, obviamente-

te, nunca são de livre acesso, seu potencial de informações só chega ao usuário via instrumento de pesquisa” (BELLOTTO, 2004, p.179).

O arquivista, nesse caso, ainda é visto como o guardião de documentos, embora esse enunciado esteja de algum modo suprimido. Nesse sentido, o guardião de documentos é o não-dito, nessa perspectiva clássica na atualidade.

A função enunciativa permanecerá a mesma::

Assim, em qualquer quadro, devemos distinguir sempre os níveis ou estados: o primeiro se identifica com a estrutura ou funcionamento da instituição (por exemplo, seu organograma: órgãos e funções) e corresponde às seções e subseções. O segundo nível equivale às séries documentais, dizendo os testemunhos de atividades derivadas daquela estrutura (HERREDIA HERRERA, 1995, p.268 tradução nossa).

A descrição documental compreende não somente a análise dos documentos: seus tipos, tanto diplomáticos como jurídicos, seus conteúdos, seu lugar e assinatura de sua redação e seus caracteres externos, como também seus dados para localização. A descrição é necessária tanto para um arquivo administrativo como para um arquivo histórico, embora sua prática possa representar algumas variantes. A descrição definitiva é o meio utilizado pelo arquivista para obter a informação contida nos documentos e facilitar seu acesso (HERREDIA HERRERA, 1995, p.300, tradução nossa).

A descrição dos documentos consiste na parte culminante do trabalho arquivístico e vem coincidir exatamente com a finalidade da própria documentação: informar. Se está classificada, ordenada em definitivo, conservada, é porque contém informação. (...) É uma tarefa primordial do fazer arquivístico e uma consequência irredutível da organização dos fundos (CRUZ MUNDET, 2001, p.255, tradução nossa).

Nestes diversos enunciados, a posição é de convergência, para a tipificação da descrição, enquanto um “(...) processo da descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados “(BELLOTTO, 2004, p.179).

A descrição e o acesso são compreendidos como atividade final. Evidentemente esse acesso é visto como parte crucial da atividade Arquivística, mas ainda entendido como um subproduto de todas as outras funções, os textos nesta perceptiva constroem-se "passo a passo".

“Os instrumentos de pesquisa são vitais para o processo historiográfico. Escolhido um tema e aventadas as hipóteses de trabalho, o historiador passa ao como e ao onde. Diante de um sem-número de fontes utilizáveis, a primeira providência, pela própria essência do método histórico e a localização dos testemunhos” (BELLOTTO, 2004, p.174).

Repetem-se certas posições em enunciados distintos:

A elaboração dos instrumentos de pesquisa **deve ser** sucessiva, partindo do geral para o parcial. Dada a necessidade de se fornecer, antes de qualquer particularidade, uma visão geral dos fundos do arquivo, seus serviços e pos-

sibilidades de acesso, o primeiro instrumento a ser elaborado deve ser o guia. Os instrumentos parciais (referentes a fundos determinados ou partes deles), como inventários e catálogos, podem ser feitos concomitante ou sucessivamente. (BELLOTO, 2004, p.220, grifo nosso)

Para se conseguir, a descrição **deve ser**:

Exata, enquanto os documentos não são algo impreciso, são testemunhos únicos e concretos.

Suficiente para a unidade que se está informando (arquivo, fundo, série ou documento), sem oferecer mais que o necessário, por excesso ou por falta.

Oportuna enquanto tem que refletir uma programação que marque a hierarquia da informação. (HERREDIA HERRERA, 1995, p.301, tradução e grifo nossos)

No gesto de leitura começamos a reconhecer padrões. Nesse caso, o texto explicita claramente que a descrição **deve ser** feita partindo do geral para o particular, a descrição **deve ser** exata, suficiente, o texto antes de ser científico é cientificista, ou seja, existe a intenção de tornar-se ciência, acima de qualquer circunstância. A descrição é compreendida de um modo único e unilateral, o acesso aos arquivos só se dá se houver a descrição a partir de determinado preceito, tudo na Arquivística moderna é passível de ser quantificado, descrito e definido. Trata-se de uma ciência em si mesma e, portanto, suas regras são universalmente aplicáveis.

Continuando:

Sem uma descrição adequada, os arquivos são como uma cidade desconhecida sem um plano, como o cofre de um tesouro sem a chave,(...) o mesmo que uma viagem com um mapa inexato correndo o risco de perder-se. Assim, um instrumento de descrição errado ou imperfeito pode enganar gravemente o investigador, seja por falta de interpretação de outros dados, seja por falta de informações referentes a origem ou história dos documentos (CORTES apud HERREDIA HERRERA, 1995, p.301, tradução e grifo nossos).

As premissas de caráter teórico [para a descrição] podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1. De acordo com o princípio da proveniência, a descrição se dispõe e exibe do geral para o particular.
2. Quando é necessária em todos os níveis do ciclo de vida, estes princípios são concebidos para os documentos selecionados e organizados, quer dizer, de conservação permanente.
3. A unidade de descrição mas ampla é o fundo, cujas partes constituem níveis subsequentes.
4. Estabelece-se um modelo hierárquico dos níveis de organização do fundo e das partes que o constituem, os quais são seus níveis de descrição. (CRUZ MUNDET, 2001, p.260, tradução e grifo nossos)

A descrição deve ocorrer de modo adequado, ela é a chave, a ponte, o plano para o acesso seguro aos documentos e os instrumentos de pesquisa, já que não podem ser errados ou imperfeitos, toda descrição normalizada e por fundo é a base correta e fundamental para que

ela aconteça é a compreensão da proveniência dos documentos de arquivo. A Arquivística moderna é assim: um simulacro conceitual da própria prática Arquivística.

Compreende-se que as formações discursivas funcionam em uma relação de arquivo, já que o arquivo da Arquivística moderna permite essas posições. Nas discussões sobre o percurso da disciplina nos contextos espanhol e brasileiro, por exemplo, percebe-se a legitimação profissional e técnica da Arquivística, ou seja, a positividade, a cientificidade e naturalização dos processos de tratamento servem enquanto discursos aos profissionais e às instituições Arquivísticas.

Em teoria, a normalização para o profissional de arquivos é *pedra de toque* para seu trabalho, especialmente no que se refere à descrição e não por virtude da aparição das ordenações. Esses vieram para constatar que o arquivista teria que fazer **da norma seu evangelho**, ainda não rentabilizarão sua possibilidades de trabalho arquivístico e pretende-se incorporar-se agora o **milagre da Informática**, para salvar seu futuro. (HERREDIA HERRERA, 1995, p.317, tradução nossa).

Em resumo, a normalização é possível e necessária por razões de: custo, cooperação, compreensão e comunicação. As normas descritivas, são um cânon de comunicação entre criadores de documentos, gestores de informação e usuários, cujo desenvolvimento facilitará a compreensão de: os instrumentos, a natureza dos documentos e seu conteúdo, os benefícios econômicos que se derivam da normalização de outros âmbitos da atividade humana, favorecem o desenvolvimento arquivístico e, por fim, agilizará a cooperação entre os arquivistas, assim como os demais profissionais da informação (CRUZ MUNDET, 2001, p.257, tradução nossa).

Ainda que a área tenha, em seu discurso neutralizante e cientificista, avançado e refinado técnicas funcionais para o tratamento dos arquivos, conceitualmente e discursivamente ainda se fala da mesma coisa. A naturalização, assim como a feita por Jenkinson, no início do século XX, permanece. A dinâmica por trás da descrição normalizada permanece a mesma dinâmica do fundo e da proveniência; mais um conceito físico que um conceito virtual e dinâmico.

Compreende-se que a Arquivística está impregnada do que Foucault (1997) enuncia como positividade. Segundo o filósofo, positivities não configuram campos de saber, mas conjuntos enunciativos e de objeto que se configuram e se constroem buscando o saber científico e o status acadêmico que lhes é proporcionado; arqueologicamente, desvendar essas posições é uma análise do discurso.

(...) a ISAD(G) é influenciada por três precedentes nacionais; a MAD2⁴⁶ inglês, a RAD canadense e o APPM⁴⁷ norte-americana, os quais coincidem em considerar a proveniência e o fundo como bases para descrição. O primeiro toma o conceito de descrição multinível e todos coincidem nos elementos integradores, embora a distribuição seja diferente. A influência mais decisiva de todos os outros modelos é o conceito de encabeçamentos autorizados que a MAD2 não havia previsto, mas seus autores recomenda incluir (CRUZ MUNDET, 2001, p.270, tradução nossa).

[Sobre a ISAAR(CPF)] O objetivo desta norma é oferecer regras gerais para o estabelecimento de Registro de autoridades para entidades, pessoas e famílias; prevê, ainda, o futuro desenvolvimento de outras. Estas regras permitem estabelecer termos normalizados utilizados como pontos de acesso na descrição e, ao mesmo tempo, associar a esses termos informações que podem ajudar os usuários a compreender seu significado. As regras também servem para a criação de eixos entre os diferentes registros de autoridade (CRUZ MUNDET, 2001, p.272, tradução nossa).

A descrição é a parte da tarefa Arquivística que engloba as diversas atividades empregadas pelo arquivista para elaborar instrumentos que facilitem o acesso aos fundos, isto é, pontos de acesso (CRUZ MUNDET, 2001, p.278, tradução nossa).

A descrição é uma função fundamental para a metodologia de tratamento dos arquivos. Não à toa, em sua perspectiva moderna, essa será a primeira função a ser normalizada. A normalização da descrição significa, em uma perspectiva do discurso positivo, uma passo à frente rumo a sua cientificidade e à caracterização da Arquivística enquanto uma disciplina do saber.

Assim, o uso institucional das “metodologias” desenvolvidas teoricamente legitimam as mesmas, ou seja, quando o Arquivo Nacional brasileiro utiliza a NOBRADE, para descrever seus fundos, está legitimando e “experimentando” a norma desenvolvida no âmbito do planejamento e da teoria. Normalizar significa estabelecer parâmetros e pontos. Nas formulações enunciativas, interpreta-se como uma maneira de facilitar o acesso ao documentos de arquivo. Mesmo quando se discute a norma como uma “evolução” ao tratamento arquivístico, ela ainda permanece como a única base, o único modo de conceber a descrição.

Apesar de, “teoricamente”, falar-se de situações diferentes, discursivamente ainda se comenta a mesma coisa: uma área calcada em uma percepção estreita de seus próprios conceitos.

A Arquivística moderna serve, antes de tudo, ao próprio Estado no qual se fundamentou. Só se fala em Arquivística com o surgimento do Estado moderno, é dificultoso falar de

⁴⁶ Manual for Archival Description 2 edition (MAD2)

⁴⁷ Archives, Personal Papers, and Manuscripts (APPM)

teoria Arquivística antes desse momento, porque ela *serve* a esse estado. Pode-se dizer que períodos anteriores a este, em uma perspectiva focaultiana, são a pré-história da Arquivística. O sentido dado aos conceitos é *construído*, discursivamente e historicamente. As posições enunciativas confluem e remetem a posições anteriores, numa perspectiva de justificação, ou de superação. Dá-se o acesso aos documentos, mas enviesado; existe sim, portanto, na teoria Arquivística, a atuação do prisma do poder/ideologia.

A positividade própria da Arquivística moderna serve ao estado no qual ela foi criada, porém, esse Estado modificou-se, bem como a sociedade na qual os arquivos ocorrem, ou ainda estamos falando do mesmo apagamento? O conceito de fundo é uma construção que na Arquivística moderna é visto como *o único caminho possível* para a organização de arquivos.

No percurso histórico efetuado anteriormente, compreendeu-se Hugh Taylor enquanto um dos precursores de uma “nova” Arquivística, visto que o autor pretende, em seu discurso, estabelecer que os modelos de sua época poderiam estar errados em relação a classificação/arranjo. Em sua visão interdisciplinar dos arquivos, o autor visa a alertar que os modelos de tratamento poderiam estar errados.

A percepção de textos quase da mesma época, porém em realidade diferente, é exatamente contrária à de Taylor. No texto de Herredia, por exemplo, os moldes para a classificação e a compreensão do conceito de fundos permanecem inalterados. Percebe-se aqui o início de uma fissura e de uma mudança de terreno.

O arquivista por um longo tempo tem visto os documentos públicos como um quebra-cabeça correlacionado, com uma solução predestinada baseada na articulada derivação da burocracia industrial. A reconstrução é satisfatória (ou parece ser) e a resposta correta. Os “fundos” e “ordens originais” são dados. A coleção manuscrita pode ser como quebra-cabeça feito à mão tão bem definido que várias peças são postas corretamente em diferentes lugares, em um padrão. (...) A ordem final é mais idiossincrática, refletindo um arranjo/classificação dos diversos possíveis e, talvez, um arranjo distorcido (Taylor, 1987-1988, p.19, tradução nossa).

Nesse enunciado, é visível uma mudança na tônica da conceituação a respeito da classificação, da cientificidade e do estabelecimento do *como fazer* dos textos anteriores, conceituação a qual não abria espaço para as dúvidas ou para dizer que talvez os estudos arquivísticos deveriam tomar um rumo diferente.

Assim, a partir de Taylor e de outros autores contemporâneos – como o australiano Peter Scott –, o discurso teórico arquivístico transforma-se em reformista e interdisciplinar. Esses autores constatarem que o ferramental disponível aos arquivistas deixará de surtir efeito efetivamente.

No mesmo texto, o autor continua:

Nós talvez precisaremos abandonar categorias antigas e hierarquias na criação dos documentos; será significativa, talvez, que a controvérsia do grupo de arquivo\série documental que iniciou um processo de tornar o arranjo, descrição e acesso mais flexível, emergiram na época que os computadores começaram a desafiar os arquivistas, porém estes podem não ser a página impressa por máquina. A página impressa permaneceu quase a mesma por quinhentos anos e a conexão permaneceu a mesma do manuscrito antes disso (TAYLOR, 1987-1988, p.20, tradução nossa).

Assim, o discurso relacionado ao uso de tecnologias para produção de documentos transforma-se em tema recorrente nos textos de teoria Arquivística e o início de uma busca por soluções torna-se objeto central desta formação discursiva reformista na Arquivística.

Taylor percebe a imposição externa à Arquivística da dicotomia informação/conhecimento, tratando a situação do mundo na década de 1980 como uma *quebra de paradigma* e chamando a atenção para a interdisciplinaridade.

Hoje estamos enfrentando uma quebra nesse tipo de “teoria do conhecimento” baseado em um ideal de autonomia científica e “os conceitos fundamentais das naturezas das coisas”. Todas as velhas categorias estão sendo corroídas; as atividades interdisciplinares a ordem do dia e os dois significados da “ordem” tornam-se significativos. Todas essas mudanças estão tirando o pó dos arquivistas no mesmo momento em que normas de descrição\arranjo Arquivísticas estão surgindo, por meio dos requisitos da mesma automação, implodindo informação e auxiliando na quebra descrita acima. (TAYLOR, 1987-1988, p.14, tradução nossa)

A posição é diferente. Pode-se falar, portanto, de uma nova formação discursiva. As mudanças externas à teoria Arquivística levam ao deslocamento de sua base, para o além dos manuais e para uma relação interdisciplinar, diferente daquela descrita na Arquivística moderna.

O livro, ou, ao que importa, um corpo bem organizado de papéis, é um formato brilhantemente efetivo: a descrição do meio ideal de comunicação é quase a descrição de um livro. Este é um modo direito de demonstrar suas propriedades de portabilidade, conveniência e simplicidade de acesso, e assim por diante: textos completos automáticos, resumos, tabelas, planilhas imitam o livro, e o “menu” relaciona-se diretamente à escolha culinária em um cartão familiar de um restaurante. Trabalhamos com coisas que já conhecemos; o arranjo alfabético e o extensivo uso de indexadores vieram de forma da paginação uniforme que a prensa fez possível; o aparelho continua conosco nas telas de nossos terminais. Nós não devemos assumir essas formas, que admiravelmente servem ao livro e permanecerão para sempre. (TAYLOR, 1987-1988, p.20, tradução nossa)

O imperativo tecnológico é, no nível discursivo, a matriz da mudança de posição teórico-prática, levando à constatação das limitações da atuação dos instrumentos de pesquisa e sistemas de classificação. Desaparecem as definições conclusivas ou o uso de persuasão como

base da construção textual. As paráfrases, metáforas e ironias tornam-se mais frequentes, e o texto destes autores tem sua relação polifônica alterada.

Eu penso que devamos admitir que a maioria dos inventários são controles documentais “snapshots” dos volumes e caixas nas prateleiras com uma enfática descrição das características físicas dos documentos. O usuário é misericordicamente ignorante do backlog e estava contente em minar as correntes disponíveis de informação. Existia ainda um senso de grande satisfação em esbarrar em algum material sob qual os instrumentos de pesquisa eram silenciosos, um direito prioritário, ao menos por um tempo, em descobrir; o sucesso ocorria sem o arquivista e esta era parte da graça. (TAYLOR, 1987-1988, p.22, tradução nossa)

A importância de Taylor, para a Arquivística canadense, reside justamente na percepção de que os modelos anteriores não funcionam e que caberá ao arquivista “do futuro” responder a essas novas expectativas.

Taylor, na busca por relações interdisciplinares pondera:

Eu não tenho dúvidas de que o mundo dos bibliotecários é dividido pela escolha de qual método científico deve ser regra. Para nós arquivistas, os bibliotecários dividem o multimídia corpus da informação registrada, e é tentador falar de ciência biblioteconômica e Arquivística, onde seria mais preciso falar de duas tecnologias e seus sistemas (...). Contudo, a raiz da *scientia* é conhecimento, não só ciência, que vem de *sapientia*, sabedoria: mas nós tentamos mais e mais de adequar conhecimento e conhecimento científico, para a exclusão do conhecimento construir-se sobre a informação enquanto uma ideia. Wright, em uma extensa investigação a respeito da filosofia bibliotecária, nota que “Kaplan consistentemente argumentou que a biblioteconomia é uma disciplina intelectual baseada no estudo das ideias, não uma disciplina empírica baseada no estudo científico dos fatos”. Isso, em um sentido menor, aplica-se à Arquivística, preocupada com a relação dos fatos e das ações no mundo real nas transações entre as partes. É significativo que os estudos da Arquivística em descrição e avaliação tenha se focado no propósito do documento de arquivo, em sua atividade/função, ao invés de perder-se no conteúdo. (...) Arquivistas e bibliotecários estão nadando por suas vidas num mundo de símbolos e a tecnologia oferece uma ajuda limitada. Nós devemos desenhar nossos próprios barcos, cheios de humanismo e de uma nova cosmologia (...). O que os arquivistas e bibliotecários serão nesta situação? Eu imagino, o que acontecer os monges nunca deverão ser sacrificados para o esquilos. (TAYLOR, 1990-1991, p.117, tradução nossa)

Esse conjunto enunciativo reforça a posição de paridade entre os arquivistas e bibliotecários, na mudança tecnológica. Na medida em que contata-se que as “velhas” metodologias não funcionam busca-se novas relações e reconfigurações de relações, ou seja, em Taylor o discurso arquivístico tornar-se reformista e interdisciplinar. Porém, ele lança o desafio mas não delimita soluções.

É preciso enunciar a mudança epistemológica antes de readequá-la conceitualmente.

Aqui, tem-se alguma coisa que se reafirma sobre as prateleiras cheias de documentos do governo, e outras instituições aprovadas ou ao menos toleradas pela sociedade, conjuntamente com indivíduos que fizeram sua marca de uma maneira geralmente aceitável. Conforme acreditamos, possuía material sólido da prova das ações e atividades em nosso controle ao serviço do usuário, apesar de nossos sistemas de recuperação idiossincráticos, nosso conceito limitado de descrição, e nossa insaciável sede para aquisição. Nós somos, na maioria **“pessoas a favor do sistema”**, com um pensamento conservador, se comparado com outros, quando devemos decidir o que constitui nosso patrimônio documental (TAYLOR, 1997, p.2, tradução nossa).

Nesses enunciados, chama-se a atenção particular para “pessoas a favor do sistema”. A oposição a isso seria “pessoas contra o sistema”, dado o contexto, vê-se que o autor busca dizer que talvez a resistência do arquivista a mudanças tem relação com a noção política ao qual o arquivista filia-se, ou seja, uma vez que são conservadores, tomam certas posições em detrimento de outras.

Ao sinalizar essa questão, Taylor chama novamente a atenção a sua perceptiva discursiva, de mudança e de ampliação do *status quo* da Arquivística. Para finalizar, o autor dirá, ao final da década de 1970, que é tempo de discutir convenientemente “os arquivistas, como Noé, recebendo documento de todos os tipos e naturezas, descrevendo e classificando em suas arcas.” (1979, p.420, tradução nossa)

Retomando o discutido anteriormente, Terry Cook representou, entre o final dos anos 1970 e o início dos 1980, voz contrária à visão de Arquivística então em voga no Canadá: o chamado *total archives*. Para o autor, o uso de tipo de ideia sobre concepções como a de proveniência e ordem original e acaba por descaracterizar conceitos fundamentais da Arquivística, uma vez que os arquivos eram compreendidos e organizados não pela proveniência ou conjunto documental, mas pelos suportes, tendo em vista que os arquivos recebiam todos os tipos de documentos, em todos os suportes.

Na época, o autor diz: “por nossa conta, a Evolução e Transmissão de arquivos, cumpriu alguma coisa, *nós devemos deixar claro que a única base correta para o Arranjo é a exposição dos objetivos pelos quais os Arquivo originalmente foram criados*” (COOK, 1981, p.157, tradução nossa).

Destacando que todos os arquivos deveriam ser organizados do modo “tradicional”, o que leva esse autor a mudar sua posição em relação aos arquivos? Basicamente a percepção de que a proveniência e o contexto têm, sim, lugar privilegiado na teoria e prática a Arquivística; era necessário, porém, mudar de posição.

Alguns anos mais tarde, Taylor, com seu discurso reformista, torna-se uma das vozes centrais da disciplina; e Cook, um dos seus maiores defensores. Mais que falar de dois auto-

res, comentam-se posições e acontecimentos. Ambos os pesquisadores só poderão tomar essas posições na década de 1980, porque se encontram em uma situação favorável.

Devido à conjuntura discursivo-histórica, essa mesma posição seria impossível, na mesma época, no Brasil ou mesmo na Espanha. Retomando Foucault(1997), não são os autores em si, mas suas posições convergentes favoráveis.

Em 1985, o percurso para a “nova” formação discursiva encontrava-se no auge, com a criação dos primeiros mestrados em Arquivística no Canadá. Primeiramente, ocorre a revisão das relações com a História:

Qual é a contribuição única do arquivista e como o conhecimento histórico e metodologia é essencial para o seu sucesso? Essa contribuição pode ser encontrada em três grandes áreas: o estudo dos documentos em contexto, a avaliação, a descrição e o cuidadoso conhecimento do valor informativo encontrado em documentos individuais; e o desenvolvimento da teoria Arquivística dentro de um campo mais amplo das humanidades e ciências sociais (COOK, 1984-85, p.40, tradução nossa).

A Arquivística no Canadá discute, durante boa parte da década de 1980, a formação do arquivista, as disciplinas e relações importantes, o papel da história e de disciplinas correlatas à Arquivística. Os autores, devido ao percurso da disciplina no país, sempre retomam ou redefinem as relações entre ambas. A história do documento de arquivo, será sempre parte nuclear da Arquivística canadense.

Sem o conhecimento histórico, o trabalho em Arquivologia, o conhecimento arquivístico da história e natureza dos documentos de arquivo, a aquisição, seleção, arranjo e descrição, assim como o serviço arquivístico, seriam profundamente superficial. Sem esses conhecimentos os arquivistas transformam-se em operadores de estoque, movendo caixas, fitas, armários e discos, em termos relativos, como nenhuma compreensão dos seus conteúdos ou contextos (COOK, 1984-85, p.42, tradução nossa).

Esta acepção reforça a importância dada para as relações com a História, e o histórico, na Arquivística canadense, dão a condição para o aparecimento e discussão da Arquivística pós-moderna/funcional.

Em síntese, são estas as características que levam ao aparecimento da Arquivística funcional: (i) Uma predominância de estudos históricos e de uma relação estreita entre a historiografia e a Arquivística; (ii) A obra de Taylor e sua chamada a questões para além da visão tradicional de arquivos; (iii) A tendência canadense de investimento e manutenção de arquivos públicos; (iv) Características liberais e democráticas do Estado.

A década de 1990 representou, como dito anteriormente, uma novo estágio para a Arquivística no Canadá e na Austrália, com o aparecimento do que Cook (2001), Hurley (2002),

Harris (2000) e Raider (2009) chamam de um "novo paradigma", com o que se pode chamar de “funcionalização” da Arquivística.

Um século atrás, os princípios arquivísticos era derivados das análises diplomáticas de documentos individuais ou de regras que tipificavam e dividiam o arranjo e descrição de grupos ou séries fechadas, por arquivistas de uma instituição de hierarquia estável. Um perspectiva bem diferente agora é requerida. Por conta das inúmeras séries de documentos de arquivo produzidos em meios multimídia, avaliação em organizações instáveis, porque essas avaliações devem frequentemente ocorrer em sistemas computacionais, desenhados antes mesmo de um único documento ter sido criado, a moderna avaliação foca-se nas funções e transações do criador de documentos, ao invés de documentos individuais ou seus usos potenciais (COOK, 1997, p.45, tradução nossa).

É recorrente, então, no discurso reformista, o imperativo tecnológico surgir como o fundamento e motivo para a busca e redefinição conceitual. A análise funcional, sistematicamente, influenciará todas as funções Arquivísticas, o contexto de proveniência, ao invés do fundo, a ordem original perde seu sentido, as descrições por fundo perdem sua utilidade. “O arranjo/classificação se concentrará menos nas entidades físicas e no suporte do documento de arquivo, e mais em desenvolver sistemas de informação enriquecidos com entendimento contextual de múltiplas instituições e pessoas, que criam documentos de arquivos e sistemas de documentação e meta-dados computacionais.” (COOK, 1997, p.47, tradução nossa).

A redefinição ocorre com todos os conceitos, e a função e a virtualidade conceitual tornam-se a base para o tratamento de arquivos. Os arquivistas não podem ignorar nem deixar de tratar dos documentos eletrônicos, assim como esse tipo de conjunto de enunciados farão parte da formação discursiva recém criada.

Dois textos são fundamentais nessa perspectiva pós moderna, que sinalizam de forma clara, em comparação aos preceitos modernos

O papel da Arquivística num mundo Pós-moderno desafia arquivistas em toda parte a repensar a sua disciplina e prática. Uma profissão enraizada no Positivismo do século XIX, muito mais do que em estudos anteriores ligados à Diplomática, resultou em estratégias e metodologias que já não são viáveis num mundo pós-moderno e computadorizado.(COOK, 2001, p.3, tradução nossa)

É assim que o autor inicia o texto, intitulado *Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts*, é um texto que irá efetivamente em conjunto com o texto *Fashionable Nonsense or Professional Rebirth?* que irá com todas as características discursivas possíveis, instaurar uma nova formação discursiva em Arquivística.

O pós-modernismo, por implicação, questiona certas reivindicações centrais da profissão: os arquivistas são neutros, guardiões imparciais da “verdade”,

como Jenkinson coloca, os arquivos como documentos arquivísticos são imparciais subprodutos de ações administrativas; a proveniência está enraizada no escritório ou lugar de origem mais do que no processo e no discurso de criação; que a “ordem” e a linguagem impostas nos documentos através do arranjo e descrição do arquivo são recriações sem julgamento de valor de alguma realidade anterior; nossa orientação fixada, física, focada na estrutura não precisa mudar quando confrontada com um mundo pós-moderno desestabilizado, virtual, descentralizado. A menos que a Arquivística possa se adaptar às realidades pós-modernas, a menos que ela possa ser centrada numa teoria social e numa contextualidade histórica, a sua relevância para a profissão será cada vez mais remota. (COOK, 2001,p.17, tradução nossa)

Cook destaca o pós modernismo como a base para o desenvolvimento de uma nova Arquivística, os fundamentos discursivos delas estão todos presentes neste conjunto de enunciados, a busca pela superação da visão neutra e imparcial dos arquivistas, esses guardiões imparciais da verdade. O arquivo enquanto resíduo da atividade administrativa. A mudança de terreno é geral, em relação às funções. É necessário neste novo contexto a adaptação da Arquivística a uma nova realidade discursiva e social. É o deslocamento e promessa de uma (nova) formação discursiva.

Abrindo para essa nova formação discursiva o arranjo/classificação e descrição funcionariam do seguinte modo:

Arranjo e descrição: estarão menos concentradas em instituições e grupos de documentos físicos, que não significam nada para os documentos eletrônicos de qualquer maneira, e em vez disso desenvolverão (e compartilharão com os usuários) entendimentos contextuais enriquecidos pelos múltiplos interrelacionamentos e usos do meio social de sua criação, bem como a incorporação de um sistema de documentação Arquivística relacional e metadados funcionais (COOK, 2001,p.22, tradução nossa)

Prova-se a mudança de terreno da Arquivística moderna, para a Arquivística pós-moderna/funcional. Critica-se a “teoria Arquivística”. Porém, a Arquivística parece mais frequentemente equiparada por estes escritores ao que os norte-americanos pensam como “Teoria Arquivística” e, mais especificamente, com conceitos relativos à disposição e à descrição de arquivos para proteger sua proveniência ou integridade contextual. (COOK, 2001,p.12, tradução nossa)

Nesta reinvenção das funções Arquivísticas, é necessário redefinir a descrição e a classificação de documentos na medida em que a Arquivística deve representar seu conteúdos de modos distintos, o uso da análise funcional, descrita anteriormente, modifica a estrutura de classificação e a lógica descritiva, na medida em que foca não no fundo (ou seja na proveni-

ência estática) mas no contexto e nas funções. A descrição dever ser “continuamente reinventada e reconstruída, renascida” (COOK, 2002, p.34, tradução nossa)

Assim o sistema de séries apresenta-se como uma saída para a Arquivística funcional.

O sistema australiano é fundamentalmente a descrição da criação dos documentos de arquivo e dos processo de custódia, mais do que a descrição do documento de arquivo em si. A descrição pós moderna, irá similarmente refletir todas as sutilezas das novas estruturas funcionais das práticas de macroavaliação [...] destacando nos descritores a natureza complexa de governança e a marginalidade encontra(ou não encontrada) nos documentos agora sendo descritos (COOK, 2002, p.33 tradução nossa).

A necessidade maior, mais do que de mudança de terreno devido às novas características tecnológicas, é a mudança nas relações entre cidadão e Estado. A busca de países como a Austrália e o Canadá de demonstrar em suas avaliações, descrições e classificações às camadas marginalizadas da sociedade. Assim, o discurso arquivístico transforma-se num discurso da liberdade e do Estado democrático.

Como os arquivistas compreendem melhor o complexo arranjo dos documentos modernos a cultura organizacional que os produziu, os sistemas pós modernos de descrição irão mover-se para além do legado monolítico do passado da teoria Arquivística. Da abordagem da “velha moda” “ uma coisa-uma entrada” se eles querem satisfazer os pesquisadores é necessário compreender o contexto histórico dos documentos, atividades que os geraram, e a informação que eles contém. Graças a os *insights* pós modernos, estes contextos e aquelas atividades podem ser muito mais complexas do que os arquivista geralmente admitem (COOK, 2002, p.32, tradução nossa)

Finalizando a análise da FD2, pode-se dizer, que em uma relação de Arquivo, essa formação tem relações com a *memoria discursiva* da Arquivística desenvolvida nos países desenvolvidos e construídos sob os pilares de um Estado democrático liberal, ou seja, o terreno foi durante as décadas de 1980-2000, favorável para a instauração de um estado de crise e redefinição teórica da Arquivística.

Em comparação ao FD1, o formato das enunciações diferem-se, enquanto uma busca reformar outra busca construir, enquanto uma busca o status disciplinar, outra busca o status interdisciplinar. Porém, elas não são excludentes, ou uma representa um estágio mais elevado de desenvolvido do que a outra. Ao contrário, tudo depende da posição histórico-discursiva, já que esta existe porque existe uma conjuntura institucional, ideológica para a sua criação.

Neste sentido, a obra de Jardim, ainda que não-dito de modo enunciado, parece sinalizar não só o discurso reformista, mas também dá indícios de sua necessidade, na medida em que percebe a atuação do Estado, do poder e da ideologia no desenvolvimento (ou não) de

políticas voltadas aos arquivos na realidade brasileira. Tratando-se de uma obra mais geral e menos específica, nos dois livros, não se vê os termos pelos quais guiou-se o gesto de leitura nos autores anteriores. Porém, em termos discursivos, sua posição é para além da FD1.

Assim a “nova” realidade está presente em seu discurso, como por exemplo, na seguinte enunciação:

Situada em pólo diametralmente oposto ao da *opacidade* e construída por oposição a ele, a noção de *transparência* permitiria ancorar e fixar a representação de uma administração diferente, capaz de renovar profundamente o sentido das suas relações com a sociedade. A transparência torna-se o conceito chave para exprimir a dinâmica de evolução que afeta sistemas administrativos europeus e norte-americanos após os anos setenta, ocasionando importantes reformas. A este conceito estão associadas noções como “casa de vidro”, “terceira geração de direitos do homem” e “democracia administrativa”. Esta situação coincide com uma difusão mais global da transparência, um valor em ascensão nas sociedades contemporâneas. (JARDIM, 1999, p.56)

A memória discursiva, suas relação de arquivo, evidentemente, não é a mesma daquela que descrevemos em Cook e Taylor, porém a posição é semelhante do Estado enquanto parte do problema para elaboração de políticas Arquivísticas, percebe-se que a Arquivística aqui não está relacionada à mesma posição formativa que aquela descrita nos autores espanhóis, ou na obra de Bellotto. Para Jardim, em seu discurso a opacidade do estado brasileiro diz muito a respeito do incentivo dado aos arquivos e à Arquivística.

A falta de conhecimento, recursos e profissionais, diz algo a respeito da situação política-ideológica deste Estado, as características antidemocrática do estado, enfim uma gama de relações complexas e profundas externas a própria formação Arquivística.

A quem serve a Arquivística passiva, na realidade brasileira? Serve ao próprio estado opaco que a criou.

O tema da transparência adquire seu lugar de destaque no discurso administrativo em países da Europa ocidental, Estados Unidos e Canadá, tornando-se um dos valores essenciais aos quais a administração pública pós-70 é convidada a se referir. Por outro lado, configura-se um eixo privilegiado do reformismo administrativo que fez da transparência, o princípio, e, do segredo, a exceção. (JARDIM, 1999, p.55)

Qual a finalidade de um estudo que aborda a transparência, num país recentemente democrático? É perceber as engrenagens do Estado uma vez que “sem uma mudança profunda nas estruturas administrativas, a noção de transparência não teria logrado a supressão dos princípios geradores de opacidade” (Jardim, p.66, tradução nossa).

Jardim busca fazer com a realidade brasileira o que Verne Harris fez a respeito da realidade sul africana e por essas características, sua obra pode relacionar com a FD2, uma vez que, formações discursivas não são espaços fechados. Como pode se constatar nos seguintes períodos do texto:

As reflexões quanto ao insulamento burocrático remetem-nos a um dos elementos fundamentais à compreensão do Estado contemporâneo no Brasil. [...]o insulamento burocrático, juntamente com o clientelismo, o corporativismo e o universalismo de procedimentos formam quatro padrões institucionalizados de relações entre Estado e sociedade civil no Brasil. Clientelismo e insulamento burocrático constituem um binômio cuja configuração mostra-se intrínseca ao Estado brasileiro, inclusive com profundas repercussões na construção da sua opacidade. (JARDIM, 1999, p.88)

Atores sociais como o *administrador* e o *profissional da informação* — membros do *corpus* burocrático do aparelho de Estado — protagonizam e coadjuvam a construção e a permanência da opacidade informacional do Estado brasileiro ao longo do ciclo da informação Arquivística. (JARDIM, 1999, p.171)

Sua posição parte da Arquivística moderna, mas vai além dela, focando-se no estudo do Estado brasileiro e em suas características. Entende-se que, da bibliografia recente, baseando em nossa análise discursiva é um dos autores que se afastam da Arquivística moderna.

Ao longo desta seção buscou-se analisar os caminhos do discurso na Arquivística pós-moderna e na Arquivística moderna, tipificando relações e diferenças no que se relaciona a discursos e abordagens em relação a representação Arquivística e além dela.

Quando abriu-se o capítulo com as formações discursivas e suas relações de arquivos, provou-se tais acepções com a análise dos enunciados selecionados. O corpus é um recorte, no universo teórico da Arquivística porém, representa discursos que se repetem e se remetem a outros numa relação entre os textos e seus contextos, ou seja, existirão outros textos no conjunto teórico da Arquivística que irão se repetir e se referenciar em uma relação polifônica e de paráfrases, própria do discurso científico.

Qual é o reflexo destes discursos no nível institucional? Discute-se na seção a seguir.

7.2. A Representação Arquivística: formações institucionais

Continuando a ordem apresentada na seção anterior e em capítulos anteriores, discorre-se a respeito da representação Arquivística no contexto institucional. Primeiramente no arquivo espanhol selecionado e assim sucessivamente. Entende-se que existe uma semelhança entre o discurso institucional, no nível das políticas e aquele construído no nível teórico.

O *Archivo Historico Nacional* é um arquivo público criado no século XIX, fruto das mudanças estatais corridas na Espanha, já destacadas anteriormente. Analisando seu plano de

classificação, consultado em visita técnica à instituição, (ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL, 2013) é possível perceber quais são seus fundos, desde da época de sua criação. O arquivo ficou responsável desde do final do século XIX por documentos do antigo santo ofício e da inquisição espanhola, bem como documentos de ordem jurídico-administrativa, do antigo regime monárquico. Especialmente aqueles do concelho de Castilla, Aragon e outros reinos católicos ibéricos da idade média e fundos de instituições eclesiásticas, e mais tarde documentos do antigo regime absolutista espanhol. Evidentemente, atem-se ao período recente, uma vez que a análise não é cronológica ou descritiva, mas sim discursiva.

Se o nível prático é o espelho do real, na primeira análise, a representação Arquivística, acontece de forma similar àquela descrita na teoria e no percurso histórico do país, ou seja, as práticas no Arquivo Histórico Nacional tem uma impressão do desenvolvimento teórico-discursivo da Arquivística espanhola.

As primeiras organizações de seus fundos irão ocorrer por volta de 1871⁴⁸, trata-se de um guia de fundos que descreve de forma bastante geral os documentos custodiados pelo arquivo. Percebeu-se que a realidade técnica, ou seja, os estudos de ordem diplomática e paleográfica, influenciaram bastante na organização da instituição.

Neste guia, a terminologia empregada para os fundos é a seção e séries e classes para as subdivisões, este era em princípio sua organização classificatória. Neste mesmo documento, tem-se 266 séries, descritas de maneira resumida, utilizando os preceitos da análise diplomática, como subsídio a descrição.⁴⁹

O final do século XIX e início do XX representa o crescimento e recebimento de mais documentos do antigo regime e novos incrementos de seções, como destaca Cruz Herranz (1996). Por volta de 1920, era essa sua organização classificatória: 1^a. Archivos de las ordenes monásticas; 2^a. Archivos de las órdenes Militares ; 3^a. archivos del clero secular ; 4^a. Archivo de las universidades y colegios; 5^a. Archivos de corporaciones y particulares; 6^a. Archivos judiciales; 7^a. Archivos Gubernativos; 8^a. Códices y Cartularios; 9^a. Papeles del estado; 10^a. Heráldica; 11^a. Sigilografía; 12^a. Varios.

Com algumas poucas mudanças, os fundos permanecerão os mesmos até meados das décadas de 1960, no período franquista, foi o que se pode constatar analisando os guias e catálogos *in loco*, pouco alterou-se desta organização inicial. A grande diferença é que as classes

⁴⁸ ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL. *Inventários del Archivo Histórico Nacional*. Madrid. 1871

⁴⁹ REVISTA DE ARCHIVOS, BIBLIOTECAS y MUSEOS I, n.2, 1871

vão tornando-se mais genéricas e os inventários descrevendo genericamente as séries e os catálogos peça a peça permanecem fundamentalmente o arranjo e descrição dos arquivos respectivamente.

Ao longo do século XX novas pequenas transferências e re-organizações, com o início de transferências de documentos mais recentes, especialmente dos séculos XVIII.

Como este guia de Sanchez Belda (1958) que buscou rearranjar o acervo do seguinte modo: 1. Clero secular y Regular; 2. Ordenes Militares; 3. Estado; 4. Juros; 5. Universidades y colegios; 6. Sigilografía; 7. Inquisición; 8. Consejos Suprimidos; 9. Códices y Cartularios; 10. Ultramar; 11 Osuna; 12. Diversos.

A atual organização classificatória dos fundos Arquivísticos, é reflexo do trabalho de Cortés Alonso que esteve a frente do Archivo Histórico Nacional, por muitos anos.

Em propõe-se a seguinte organização no final da década de 1980:

- 1º Administración del Antiguo régimen: Consejo y Cámara de Castila, Consejo y Cámara de Aragón, Consejo de Indias, Consejo de Hacienda, Consejo de Cruzada, Estado e Juros
- 2º Administración del Nuevo Régimen:
 - Poder ejecutivo: Ministerios
 - Poder Judicial: Audiencias, Tribunal Supremo, Causa General
 - Ultramar
- 3º Archivos de Instituciones: Órdenes Militares, Inquisición, Universidades y Colegios y otras instituciones
- 4ª Archivos privados: Clero, Jesuitas, Osuna, archivos particulares
- 5ª Colecciones : Códices y Cartularios. Sigilografía, Microfilm, Diversos, Bibliotecas y Mapas y Planos (CORTÉS ALONSO, 1987, p.16)

Que refletiu a atual organização do arquivo:

- 1. Instituciones del antiguo régimen
 - 2. Instituciones contemporáneas
 - 3. Instituciones eclesiásticas
 - 4. Archivos privados
 - 5. Colecciones
 - 6. Reprografía de complemento
- (ARCHIVO HISTORICO NACIONAL, 2013)

Mais recentemente, percebeu-se que são tratados separadamente documentos de ordem permanente dos poderes executivos, legislativos e judiciários. Analisando seu plano de classificação atual percebe-se uma política de classificação evidentemente voltada ainda para o tratamento e acesso aos documentos do antigo regime.

A organização dos arquivos é feita única e exclusivamente por fundos e coleções, no qual é possível visualizar seções e peças documentais. Os catálogos, construídos ao longo do século XIX e XX, servem como base para as descrições utilizando a ISAD(G) e nos últimos

cinco anos o uso da *Norma Española de Descripción Archivística* que possui estrutura semelhante àquela da ISAD(G).

Os fundos estão classificados em Fundo 1^a. Divisão 2^a. Divisão e por fim as séries. A descrição é multi-nível e vai do geral ao específico, utilizando a NEDA. Quer seja com fundos medievais ou com fundos contemporâneos, ou seja, no nível do desenvolvimento de políticas de descrição, a norma transformou-se na base crucial para a descrição e representação Arquivística no contexto espanhol.

Assim, percebe-se que a prática, no caso desta instituição espanhola, tem laços profundos com o desenvolvimento metodológico, ou seja, no nível institucional, o discurso é semelhante àquele apresentado no nível teórico.

Em comparação ao arquivo canadense, a realidade é bastante diferente, na medida em que, ainda que seja uma instituição antiga para os padrões americanos, sua organização, como descreveu-se irá correr apenas a partir da década de 1960 com os trabalhos de W. K. Lamb. Os anos 1970 e 1980, os arquivos totais, previamente descritos fizeram parte da política de aquisição e custódia dos documentos de arquivo.

Esta política, que possuiu reflexos na construção do acervo do Arquivo Nacional canadense, irá perder força nos 1980. Época que não só o Arquivo Nacional, mas toda classe Arquivística começa a se organizar de forma mais profunda no país.

Em uma análise ocorrida em visita técnica realizada e no acesso às políticas da instituição, a *Library and Archives Canada* (LAC), hoje tem em seu bojo um conjunto de relações discursivas bastante complexas, na medida em que convivem em um mesmo centro, uma perspectiva funcional e pós-moderna na macroavaliação e um sistema de política de classificação para análise funcional, BASCS e uma descrição construída por meio da RAD e baseada em fundos. Assim a LAC representa em seu universo institucional a efervescência discursiva que ocorreu/ocorre no Canadá

Em termos institucionais, vê-se um discurso dividido entre a naturalização presente na no discurso “tradicionalista” da Arquivística e os novos rumos dados pela Arquivística funcional e as políticas de macroavaliação e análise funcional, ou seja, o discurso “reformista”.

O *Public Archives*, depois *National Archives* e finalmente a LAC, foi uma instituição que por muito tempo demarcou a atuação dos arquivistas e demais arquivos na realidade canadense, ou seja, em nosso gesto de leitura, o percurso histórico e teórico-discursivo construído encontrou-se com o percurso da instituição mais do que uma vez.

A macroavaliação, antes de tornar-se um norte teórico para uma série de pesquisas nos anos 2000, foi desenvolvida e aplicada nos arquivos da LAC, durante a década de 1990. A

análise funcional, da instituição foi desenvolvida a partir do sistema de gestão documental do Arquivo Nacional australiano e foi uma das primeiras instituições a aplicar a descrição normalizada por meio da RAD.

Dito isso, boa parte da análise e de nosso gesto já ocorreu ao longo do trabalho devido à influência da LAC, no percurso histórico da Arquivística canadense e da construção de políticas que transformam-se em abordagem teóricas.

Assim, existe uma paridade discursiva entre teórico e o institucional, ainda que no nível da LAC, as mudanças ocorram de maneira muito mais rápida e efêmera do a situação descrita no arquivo Espanhol.

Porém ainda que o discurso da FD2, tenha penetrado e partido da LAC, existe resistências perceptíveis, uma vez que a por exemplo a descrição é feita baseada na RAD e não no series system defendido por Nesmith, Cook e aplicado em alguns Arquivos provinciais como o de Manitoba⁵⁰.

A junção em 2004 do National Archives com a National Library representou uma mudança ainda mais acentuada de terreno, na medida em que busca integrar os serviços em uma única instituição.

A criação da LAC levava à criação de uma instituição mista, porém dividida, que acabou por tornar as relações teórico-práticas ainda mais complexas.

Por outro lado o Arquivo Nacional brasileiro, como descreveu-se ao longo do capítulo a respeito da Arquivística brasileira, seu discurso reflete na atualidade uma perspectiva dividida entre a Arquivística tradicional e a que pede reformas e revisões.

Como foi dito, sua efetiva organização só começara a correr a partir da década de 1970, ainda que a instituição tenha sido criada no século XIX. Prova disso é o primeiro indício de um sistema nacional de arquivos ao final dos anos 1970 (JARDIM, 1995). O Arquivo Nacional funcionando como órgão central do suposto sistema composto por instituições da administração federal, criou-se neste mesmo período uma Comissão Nacional de Arquivos (CONAR), pensando em servir como conselho a este sistema arquivos.

Com a redemocratização do Brasil na década de 1980, e a promulgação da lei de 8.159, que estabelece sobre a política nacional de arquivos, estabeleceu poderes e deveres ao Arquivo Nacional, enquanto instituição central para ao sistema nacional de arquivos.

A lei assegura ao Arquivo Nacional “a gestão e o recolhimento dos documentos pro-

⁵⁰ Provincial Archives of Manitoba <<http://www.gov.mb.ca/chc/archives/>>>. Acessado em 15\02\2014

duzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos”.(BRASIL, 1991, Art.18)

Os anos 1990, conforme, destacou-se anteriormente representou aos arquivos e a Arquivística brasileira um momento de consolidação teórico-prática. Essa consolidação, evidentemente, ocorreu embasada sob a ótica “tradicionalista”.

Assim, o Arquivo Nacional alia-se ao discurso presente na teoria Arquivística do país.

Buscou-se neste capítulo discorrer a respeito do percurso discursivo da Arquivística nas tradições estudadas, desvendou-se certas posições e padrões próprios do discurso produzido no interior da Arquivística. Um discurso marcado pelas relações entre o Estado e os Arquivos.

Percebeu-se em análise duas formações discursivas que sustentam as práticas Arquivísticas e seu desenvolvimento teórico, essas posições só foram possíveis devido ao contexto ao qual o textos foram criados e por meio da análise enunciativa exemplificou-se as posições do discurso arquivístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico-discursivo da Arquivística é fundamental, uma vez que fornece bases para os estudos de ordem teórico-epistemológica na área. A Arquivística, em seu caráter teórico, é bastante discutida; porém pouco fundamentada historicamente e conceitualmente. Em síntese buscamos trabalhar a Arquivística enquanto um domínio com possibilidades científicas ainda que determinadas pela condição de existência dos arquivos institucionalizados.

Os estudos históricos em Arquivística tendem ao cronológico e descritivo em um universo particular à própria disciplina, ou seja, a contextualização histórica não é uma prática comum aos estudos teórico-epistemológicos da disciplina, que são bastante escassos, especialmente em língua portuguesa.

Estudos dessa ordem tendem à naturalização e ao status disciplinar da Arquivística, isto é, tratam a teoria de modo evolutivo e contínuo, tratando a disciplina como um espaço aberto, passível de interpretação não só de sua teoria, mas também de seu lugar conceitual e histórico; assim, o espaço aqui discutido não se encontra fechado.

Notaram-se duas vertentes no núcleo da disciplina Arquivística, uma preocupada com a manutenção e replicação de conceitos previamente estabelecidos com características profissionalizantes, ainda que a nomenclatura se modifique, o conceito e a compreensão permanecem os mesmos. Existe uma mudança aparente e discursiva, porém não é uma modificação de terreno real.

Por outro lado, tem-se uma perspectiva que irá inovar a partir da década de 1980, aplicando a análise funcional e contextual como prática central em todas as funções Arquivísticas. Essa abordagem demonstra, no seu centro, características democráticas e a busca pela socialização dos arquivos e pela superação dos modelos pré-estabelecidos e da compreensão física dos conceitos arquivísticos, pois os documentos passam a ser produzidos e geridos eletronicamente.

A discussão do percurso espanhol provou alguns caminhos dados pela Arquivística local, circunscrevendo seu campo de atuação e o âmbito no qual os arquivos são tratados: um país com relação direta com os países latino-americanos e com o Brasil, mostrando que a conexão entre o contexto estatal e o aparelho ideológico dita as condições de existência da teoria e da prática Arquivística.

As mudanças ocorridas no início do século XIX demarcaram o aparecimento dos arquivos modernos na Espanha. A influência francesa perpetua-se ao longo do século XIX, com

o aparecimento da *Escuela Superior de Diplomática*, incidindo diretamente no perfil dos arquivistas espanhóis, para além daquela época.

O século XX, demarcado por instabilidades político-econômicas e a ditadura franquista, vivenciará dificuldades na ampliação conceitual da Arquivística do país. A situação só começa a alterar-se com a redemocratização, a partir do final da década de 1970.

O discurso produzido pela Arquivística espanhola versará sobre um viés que apoia as questões metodológicas e técnicas, em detrimento de questões conceituais e epistemológicas, ainda que produza mais recentemente textos voltados para a discussão de teorias.

Proliferam-se, ao longo dos anos 1980 e 1990, manuais e obras voltadas para a discussão dos parâmetros metodológicos e científicos da Arquivística, endossando a aceção de que a disciplina – na Espanha –, por sua condição de existência, estabelece-se de forma tecnicista e voltada para questões eminentemente histórico-culturais e reflexos de uma prática Arquivística iniciada no século XIX.

Ainda conforme se discutiu ao longo do capítulo 5, o Canadá apresentou-se como um território fértil para a discussão e aplicação de ideias inovadoras em seus arquivos, a fim de melhor representar e dar melhor o acesso aos documentos de arquivos.

O modo como a Arquivística foi construída no país, com a proximidade com a história e a importância dada aos governos locais para os documentos de arquivo, provou-se benéfico para o desenvolvimento teórico da disciplina, ainda que esta só inicie seu percurso teórico de maneira ascendente a partir dos anos de 1960. As décadas seguintes representam o crescimento de uma profissão, em primeira instância, e, em segunda instância, de um universo de discussão teórico-prática.

A realidade do discurso pós-moderno/funcional, defendido por Cook e Nesmith e outros – para além das fronteiras canadenses –, possui uma interpelação profunda com as discussões de Hurley, e de outros, a respeito do funcionalismo, ou não, das funções nucleares da Arquivística. A função e análise funcional tomam, na prática e na teoria canadense, outro patamar, tratando-se de uma mudança de terreno da disciplina. As relações entre Canadá, Austrália e, mais recentemente, África do Sul têm se provado campo fértil para a discussão de metodologias para o tratamento de arquivos.

O panorama histórico-discursivo do Canadá apresenta-se de modo profundamente diferente do observado na realidade espanhola. Assim, a dinâmica institucional e ideológica estabelece pontos de “choque” com a realidade europeia, possibilitando uma análise discurso-histórica interessante de como a máquina discursiva funciona na Arquivística.

No que diz respeito ao cenário brasileiro, observou-se uma acentuação do desenvolvimento da disciplina nos últimos 10 anos. Buscou-se, no capítulo a respeito do Brasil, apresentar um panorama da teoria Arquivística e como ela foi, ou não, agregada à teoria e prática brasileira. Assim, intentou-se demarcar o campo histórico-conceitual da Arquivística no Brasil, pois, por ele, estabelece-se a discursividade da disciplina.

Objetivou-se, nesta pesquisa, filiar-se a essa trajetória, uma vez que é improvável qualquer teoria desligar-se do seu contexto discursivo e de seu momento no contínuo do espaço-tempo.

Descreveu-se, ainda, ao longo de dois capítulos, aspectos históricos e conceituais da Análise do Discurso, tentando contextualizar as práticas e teorias da disciplina, visando, com isso, a facilitar a compreensão de seus conceitos – que são metodológicos. Justificou-se a intenção, pois, por meio dessas noções, trabalhou-se o discurso da Arquivística. Além disso, demarcadas as filiações teóricas, procurou-se não silenciar nenhum dos aspectos teóricos que contribuíram para a construção da AD filiada à obra de Michel Pêcheux.

Nesse sentido, por meio dos conceitos e do percurso teórico-metodológico da AD, operaram-se as análises, utilizando a noção de *representação Arquivística* como um recorte para compreensão da discursividade estabelecida na Arquivística.

Como qualquer outra produção textual, essa análise encontra-se interpelada pelo poder, pela ideologia e por sua própria historicidade, afastando-se da aparente neutralidade e esterilidade/naturalização a que o próprio discurso do gênero científico tenta se prender.

O reconhecimento de uma dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas, sociais e históricas, provoca um deslocamento nos estudos para fenômenos extralinguísticos, levando às análises discursivas.

Quando se procedeu à análise, tendo como base o recorte conceitual e o recorte geográfico, percebeu-se uma disciplina em construção, com características comuns a outras áreas, especialmente as das ciências sociais.

Percebeu-se, também, que o discurso teórico tem reflexo direto no desenvolvimento (ou não) de práticas voltadas para o tratamento dos arquivos e estabeleceu-se um percurso histórico e conceitual da Arquivística nos contextos estudados.

A Arquivística, ainda que uma área recente, apresentou durante seu estágio inicial e desenvolvimento posterior, saltos teóricos e práticos, à medida que ocorriam mudanças institucionais, sociais ou como começa a ocorrer a partir da década de 1980 mudanças paradigmá-

ticas, uma vez que o campo entra em crise, quer seja pela descentralização administrativa ou pela produção eletrônica de documentos.

Elevam os rearranjos metodológicos e o desenvolvimento de novas políticas, que como no caso da macroavaliação, que busca preservar de maneira mais eficiente documentos considerados fundamentais, para os direitos e deveres fundamentais, de uma determinada sociedade, sem cair na dicotomia reducionista dos valores primários/secundários.

Se em algum momento da história da área a proveniência era compreendida de maneira restrita e o papel do arquivista resumia-se ao de guardião documental, hoje ainda que a "santidade" da prova paire sob algumas políticas advindas de países europeus, a realidade é que a Arquivística precisa caminhar para além de sua perspectiva moderna.

Apresentaram-se considerações, com um viés histórico-dicursivo, a respeito do percurso da Arquivística, à medida que essa é uma das características fundamentais da Análise do Discurso que pode contribuir para desvendar e demonstrar relações que se estabelecem entre área do saber, posições ideológicas ocupadas em uma determinada conjuntura, e também se pode focar em uma determinada instituição ou em determinada política, ou em um determinado grupo social que percebe o arquivista ou o despreveria.

Buscou-se, em nosso gesto de leitura, reconhecer padrões, desvendar posições e no estudo do arquivo da própria Arquivística, reconhecer a disciplina teoricamente e institucionalmente. Um arquivista ou estudioso de Arquivística que conhece a história de sua área está muito mais preparado para ampliar e redefinir aspectos de sua atuação e é só por meio de estudos históricos que se pode provocar mudanças e ampliações em seu campo teórico.

O espaço discursivo nunca é fechado, sempre é passível de novas análises e novas percepções, estudos de ordem epistemológica são fundamentais para a Arquivística, filiada a Ciência da Informação, História e outras disciplinas, porém, sem perder seu caráter específico.

Percebe-se neste trabalho que existe um caminho reformista na área e talvez seja esse o caminho para a teoria arquivística. A reforma e a redefinição, encontra-se em maior ou menor grau em todas as tradições, porém sem uma sistematização ou estudos que identifiquem as diferenças e semelhanças entre as diferentes abordagens reformistas. Assim, pensa-se em estudos futuros ampliar o horizonte de análise e estudar especificamente como se dá, em quais lugares e situações em que o "reformismo" ocorre na Arquivística.

REFERÊNCIAS

ADKINS, E. The development of business archives in the United States: an overview and a personal perspective. *American Archivist*, v.60, n. 1, p.8-33, Winter 1997.

ALBERCH FUGUERAS, R.& CRUZ MUNDET, J.R. *Archivese: los documentos del poder. el poder de los documentos*. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2002

ALBERCH FUGUERAS, R. *Los Archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento* Barcelona: Editorial UOC, 2003

AITHUSSER, L.P. *Aparelhos ideológicos de estado*. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 198p.

ALLEN, H.C. *História dos Estados Unidos da América*. Rio de Janeiro: Forense, 1964. 400p.

ARAÚJO, I.I. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault *Revista Aulas*. V.3, p.1-24, 2007.

ARCHER, J. *A study of archival institutions in Canada*. 1969. 600p. (Ph.D thesis) - Queen's University, Kingston, 1969.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 231p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973

ATHERTON, J. The origins of the public archives records centre, 1897-1956. *Archivaria*, v.8, p.35-52, Summer 1979.

BARONAS, R. L. *Ensaio em análise do discurso: questões analítico-teóricas*. São Carlos: EdUFScar, 2011

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BELLOTTO, H.L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2ª ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004

BARRITT, M.R. Archival Training in the Land of Muller, Feith, and Fruin: The Dutch National Archives School. *American Archivist*, v.51, n.3, p. 336-44, Summer 1988.

BARROS, T.H.B.; MORAES, J.B.E. A formação discursiva do documento de arquivo: uma análise do discurso. In: VIII CONGRESSO DO MERCOSUL DE ARQUIVOLOGIA, 2007, Vinha del Mar. *Anais...* do VIII Congresso do Mercosul de Arquivologia, 2007.

_____. A construção discursiva em arquivologia: aspectos conceituais. In: III CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* do III Congresso Nacional de Arquivologia, Rio de Janeiro, 2008.

BARROS, T.H.B.; TOGNOLI, N.B. A tipologia documental e a formação discursiva. In: I FÓRUM INTERNACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2008. *Anais...* do I Fórum Internacional de Arquivologia, 2008.

BARROS, T.H.B.; MORAES, J.B.E. A construção discursiva em Arquivística: aspectos culturais e ideológicos. In: Nuria Lloret Romero. (Org.). *Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento*. 1.ed. Valência: Ed. Universidad Politécnica de Valencia, 2009, v. 1, p. 499-512.

_____. E. From archives to archival science: elements for a discursive construction. In: GNOLLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Orgs.). *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization*. Würzburg: Ergon, 2010, p. 398-404.

BARROS, T.H.B. *A construção discursiva em Arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição*. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da informação, Universidade Estadual Paulista - Unesp, Marília, 2010.

BAK, G. Continuous classification: capturing dynamic relationship among information resources. *Archival Science* 12 n.2, s/p, 2012 (preprint).

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. São Paulo: Ed. da USP, 1976.

BERGER, C. *The writing of canadian history: aspects of english-canadian historical writing since 1900*. University of Toronto Press: Toronto, 1986.

BEARMAN, D. *Automated systems for archives and museums: acquisition and implementation* Pittsburgh: Archives & Museum Informatics, 1989

BONNAFOUS, S. Processus discursifs et structures lexicales: le congrès de Metz (1979) du parti socialiste. *Langages*, n.62, set 1983.

BRANDÃO, N.H.H. *Introdução à análise do discurso*. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993

_____. *Subjetividade, argumentação, polifonia: A propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

BROTHMAN, B. Declining Derrida: Integrity, tensegrity and the preservation of archives from deconstruction. *Archivaria*, n. 48, p.64-85, Fall 1999.

_____. Archives, life cycles, and death wishes: a helical model of record formation. *Archivaria*, n.61. p.235-69, Spring 2006.

_____. Afterglow: conceptions of record and evidence in archival discourse. *Archival Science*, v.2, n.3-4, p.311-42, 2002.

BROWN, R. Reassessing the "Historical Shunt". *Archivaria*, n.21, p.5-7, Winter 1985-86.

_____. The value of 'narrativity' in the appraisal of historical documents: foundation for a theory of archival hermeneutics," *Archivaria* n. 32 , Summer, p. 152-156,1991.

_____. Records acquisition strategy and its theoretical foundation: the case for a concept of archival hermeneutics," *Archivaria* n. 33 Winter, p. 34-56, 1991-92.

_____. Macro-appraisal theory and the context of the public records creator, *Archivaria* n.40, Fall, p. 40-74, 1995.

BUTLER, C. *Postmodernism: a very short introduction*. New York: Oxford University Press, 2002.

BURANT, J. Doughty's Dream: a visual reminiscence of the public archives. *Archivaria*, v.48, p.117-30, Fall 1999.

CALDEIRA, J.R.C. *IEB: Origem e significados: uma análise do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CANADA. Library And Archives Canada. Royal warrant for victualling the forces in North America 1752-1760. Disponível em: <http://collectionscanada.gc.ca/pam_archives/index.php?fuseaction=genitem.displayItem&lang=eng&rec_nbr=101256&rec_nbr_list=2388853,2388855,2388854,2388856,101256,122562,99903,183814,102280,2388831> Acesso em : 10/08/2012

_____. Library And Archives Canada. *Business Activity Structure Classification System (BASCS)*: Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/007/002/007002-2089-e.html>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

_____. Library And Archives Canada. 2001. *Appraisal methodology* :macro-appraisal and functional analysis. Disponível em: <http://www.collectionscanada.gc.ca/government/disposition/007007-1035-e.html>>>

CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES. *The Canadian Archival System: A Report on the Needs and Priorities of Archives* National Archives:Ottawa,1989.

CARROLL, C. David parker: the 'father' of archival arrangement at the public archives of Canada, *Archivaria*. v.16, p.50-4, Summer 1983.

CASTRO, A.M.M. A formação e a profissão do arquivista no Brasil. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA*, I. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1972, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Brasília, 1979.

CHARLAND, J-P. *Une histoire du Canada contemporain de 1850 à nos jours*. Montreal: Presses Universitaires Septentrion, 2007

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. 500p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Banco de teses e dissertações. Disponível em : << <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>>> Acesso em: 02/05/2013

COOK, T. Archives yesterday: a glimpse at the enthusiasms and tribulations of sir Arthur Doughty. *Archivaria*, n.1, p.113-5, Winter 1975.

_____. The tyranny of the medium: a comment on "Total archives". *Archivaria*, n.9, p.10-16, Winter, 1979.

_____. From information to knowledge: an intellectual paradigm for archives. *Archivaria*, n.19, p.28-49, Winter 1984.

_____. Shadows in the canadian archival zeitgeist: the jeremiad of terry eastwood reconsidered. *Archivaria*, n.22, p.156-62, Summer 1986.

_____. Introduction archival legacy of the department of the interior, *Archivaria*, v.25, winter, p.73-83, 1987

_____. Many are called but few are chosen: Appraisal Guidelines for Sampling and Selecting Case Files, *Archivaria* v.32, Summer, p. 25-50, 1991

_____. Documentation Strategy, *Archivaria* v.34, Summer, p. 181-191. 1992

_____. The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. *Archivaria*, v 35, spring, p. 24-37, 1993

_____. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v.43, p.18-63, Spring 1997.

_____. Fashionable Nonsense or professional rebirth: postmodernism and practices of archives. *Archivaria*, v. 51, spring, p. 14-35, 2001a

_____. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, vol. 1, n. 1, p 3-24, 2001b

_____. The english report' and archives: a critical appreciation. *Archivaria*, n.53, p.115-21, Spring 2002.

_____. An archival revolution: W. Kaye Lamb and the transformation of the archival profession. *Archivaria*, n.60, p.186-234, Fall 2005a.

_____. Hugh A. Taylor, 1920-2005. *Archivaria*, n.60, p.285-72, Fall 2005b.

_____. *Hugh Taylor contribution to macroappraisal* [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <sean.vogel@gmail.com > em: 20 de setembro 2013.

COX, R.J. American archival history: its development, needs, and opportunities. *American Archivist*, v.46, n.1, p.31-41, 1983.

_____. *American archival analysis: the recent development of the archival profession in the united states*. Scarecrow Press: Lanham, 1990.

_____. Lester J. Cappon and the relationship of history, archives, and scholarship in the golden age of archival theory. *The American Archivist*, v.68, n.1, p.74-112, 2005.

_____. The Federal Government's Interest in Archives of the United States. In: Oddo Bucci, (ed.). *Archival Science on the Threshold of the Year 2000*. Macerata: Ed Universita degli studi di Macerata, 1992.

_____. *Archival anxiety and the vocational*. Calling Litwin Books: Duluth, 2012.

DUCROT, C. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987

CORTÁZAR, F.G.; VESGA, J.M.G. *História de Espanha: uma breve História*. Barcarena: Editorial Presença, 1997.

CORTÉS ALONSO, V. La documentación del Consejo de Indias en el Archivo Histórico Nacional, Madrid. *Revista de Indias*, v. 47, nº 179, p. 13-37. 1987.

COURTINE, J.J. A estranha memória da análise do discurso. In: FERREIRA, M.C.L.; INDURSKY, F. (orgs.). *Michel Pêcheux e Análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2007. Cap.2, p. 25-50.

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista*. São Carlos, EDUFSCar, 2009

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J.Y. *Fundamentos da disciplina Arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

COUTURE, C. Taking stock: the evolution of archival Science in québec. *Archivaria*, n.59, p.27-39, Spring 2005.

CREIGHTON, D. & WRIGHT, D. *Canada's First Century Ottawa*: Oxford University Press, 201

CRUZ HERRANZ, L. M. de La. Panorama de los archivos españoles durante el siglo XIX y primer tercio del siglo XX. In: GENERELO, Juan Jose; LÓPEZ, Angeles Moreno. *Historia de los Archivos e de la Archivística en España*. Valladolid: Ed. Universidad de Valladolid, 1998. Cap. 5. p. 119-160.

_____. La Organización de los fondos del archivo histórico nacional (1866-1989). *Boletín ANABAD*, Madrid, v. XLVI, n. 1, p.63-95, jun. 1996.

CRUZ MUNDET, J. M. *Archivística: gestión de documentos y administración de archivos*. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2012

_____. *Manual de archivística*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001

_____. Principios, términos y conceptos fundamentales. In: MUNDET, Jose Ramon Cruz. *Administración de documentos y Archivos: Textos Fundamentales*. Madrid: Guilmomía Comunicación Gráfica C. B., 2011. Cap. 1. p. 15-35.

DAVIES, D. *Thinking outside the box: re-imagining archival description with the 'series' system*. 2003. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Master of Arts on Archival Studies, Department of History, University of Manitoba, Winnipeg, 2003. Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/obj/s4/f2/dsk4/etd/MQ91217.PDF>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

DELMAS, B. *Arquivos para que?* São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DERRIDA, J. Estrutura, Signo e Jogo no Discurso das Ciências Humanas, In: Macksey, Richard & Donato, Eugênio, ed. *A Controvérsia Estruturalista: As linguagens da crítica e as ciências do Homem*. São Paulo: Ed. Cultrix. 1972.

DICK, J. E. et. All. Total Archives Come Apart. *Archivaria* v. 11, p.224-227, 1980-1981.

DOSSE, F. *História do estruturalismo*. Campinas: Ed da Unicamp, 1.v, 1993.

_____. *História do estruturalismo*. Campinas: Ed da Unicamp, 2.v, 1994.

_____. *A História a prova do tempo: da História de migalhas ao resgates dos sentidos*. São Paulo, Ed. da UNESP, 2001.

DRYDEN, J. A tower of babel: standardizing archival terminology *Archival Science* v.5 p.1–16, 2005

DUCHEIN, Michel. The History of European archives and the development of the archival profession in europe. *American Archivist*, Chicago, v. 55, n. , p.14-25, winter 1992. Disponível em:

<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/40293621?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21103468649113>>. Acesso em: 01 out. 2013.

DUFF, W.; HARRIS, V. Stories and names: Archival description as narrating records and constructing meanings. *Archival Science*, n.2, p. 263-285, 2002.

DURANTI, L. *Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia*. Trad. Manuel Vázquez. Carmona : Sevilla, 1996

_____. *The international research on permanent authentic records in electronic systems (InterPARES.)*. Disponível em: <<http://www.interpares.org/>>. Acesso em: 5 set. 2009.

DURANTI, L. et al. *Preservation of the integrity of electronic records*. Boston : Kluwer Academic Publishers, 2002.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da UNESP, 1997

EASTWOOD, T. Jenkinson's writings on some enduring archival themes. *American Archivist*, v.67, p.31-44, Spring/Summer, 2004.

_____. Putting the parts of the whole together: systematic arrangement of archives. *Archivaria*, v.2, n.50, p.93-116, Fall 2000.

_____. What is archival theory and why is it important? *Archivaria*, v. 37, p.122-130, 1994.

_____. R. E. Gosnell, E.O.S. Scolefield and the founding of the provincial archives of British Columbia, 1894-1919. *BC Studies*, n.54, p.38-62, Summer 1982.

_____. Attempts at national planning for archives in Canada. 1975-1985. *The Public Historian*, v.8, no.3, p.74-91, Summer 1986.

_____. Going nowhere in particular: the association of Canadian archivists ten years after. *Archivaria*, v.21, p.186-90, Winter 1985-86.

FERREIRA, M.C.L. O quadro atual da análise do discurso no Brasil um breve perâmbulo. In: FERREIRA, M.C.L.; INDURSKY, F. (orgs.). *Michel Pêcheux e Análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2007. Cap. 1, p. 13-22.

FISCHER, R.M.B. A Análise do discurso: para além de palavras e coisas. *Educação & Realidade*, v.20, n.2, p.18-37, jul./dez. 1995.

FONSECA, M.O.K. *A arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FOSCARINI, F. Records classification and functions: an archival perspective. *Knowl. Org.* v 33, n4, p.188-198, 2006

_____. *Functional-based classification systems: an exploratory study of records management practices in central banks*. 2009. 349 f. Phd Thesis (Doctor Of Philosophy) – Library, Archival and Information Studies Course, University Of British Columbia, Vancouver, 2009.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A arqueologia do saber*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREDRIKSSON, B. Postmodernistic archival science: rethinking the methodology of a science. *Archival Science*, n.3 p.177-197, 2003

FREITAS, L.S. *Na teia dos sentidos: análise do discurso da Ciência da informação sobre a atual condição da Informação*. 2001. 245 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Comunicação, USP, São Paulo, 2001

FUERTES, J. A. Martín. La evolución de la Archivística como disciplina en España (años 1975-2000). In: PRIMER CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1., 2000, Madrid. *Anais...*. Madrid: Ed Universidad Complutense de Madrid, 2000. p. 697 - 707

GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

GALLEGO DOMINGUEZ & LOPEZ GÓMES. *Clasificación de fondos de los archivos históricos provinciales*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de Archivos, 1989

GALLOWAY, P. Archives, Power and History: Dunbar Rowland and the Beginning of the State Archives of Mississippi, *American Archivist* v.69. Spring/Summer, 2006.

GENERELO, J.J.; MORENO LÓPES, A.(Coord.). *Historia de los archivos y de la Archivística em España*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Universidad de Valladolid, 1998.

GREGOLIN, M.R. *Foucault e Pêcheux: na análise do discurso - diálogos & duelos*. São Carlos: Ed Claraluz, 2006.

_____. *Análise do discurso: História, epistemologia, exercícios analíticos*. Texto crítico de livre-docência em Análise do discurso. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2008.

HAMEL, J. *Brief History of the Writing (and Re-writing) of Canadian National History*. 2009. 197 f. Dissertação. (Mestrado) – The College of Graduate Studies and Research, University of Saskatchewan, Saskatchatoon, 2009.

HARVEY, D.C. Douglas Brymner, 1823-1902. *Canadian Historical Review*, v.24, n.3, p. 249-52, Sep.1943.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 13-36

HEREDIA HERRERA, A.. *Manual de instrumentos de descripción documental*. Sevilla: Diputación Provincial, 1982.

_____. *Archivística general: teoría y práctica*. 7.ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1995.

_____. Archivos y archiveros entre la Guerra Civil y la España de las Autonomías. In: GENERELO, Juan Jose; LÓPEZ, Angeles Moreno. *Historia de los Archivos e de la Archivística en España*. Valladolid: Ed. Universidad de Valladolid, 1998. Cap. 7. p. 175-189.

HOLMES, O.W. Archival arrangement: five different operations at five different levels. *American Archivist*, Chicago, v.3, n.27, p.21-41, Winter, 1964.

HORSMAN, P.; KETELAAR, E.; THOMASSEN, T. New respect for the old order: the context of the dutch manual. *American Archivist*. n. 66, p.249-70, Winter/Spring, 2003.

HURLEY, C. What, if anything, is a function? *Archives and Manuscripts* v.21, n.2 p.208-220, 1993.

_____. Ambient Functions: Abandoned Children to Zoos. *Archivaria*. 40 , Fall , p. 21-39, 1995

_____. Problems with Provenance. *Archives and Manuscripts*. v. 23, n. 2, p. 234-259.
Disponível em:
<<http://www.infotech.monash.edu.au/research/groups/rcrg/publications/provenance.html>>.
Acesso em: 10 jul. 2012.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. 15489-1 Information and documentation: records management, 2001

JARAMILLO GUERREIRA, M. A. Los archivos y la guerra civil (1936-1939). In: GENERELO, Juan Jose; LÓPEZ, Angeles Moreno. *Historia de los Archivos e de la Archivística en España*. Valladolid: Ed. Universidad de Valladolid, 1998. Cap. 6. p. 161-174.

JARDIM, J. M. O conceito e a prática da gestão de documentos. *Acervo* v.2, n.2 p.35-42, 1987

_____. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: Ed. da UFF, 1995.

JARDIM, J.M.FONSECA, O.M. *A Formação do arquivista no Brasil*. Niterói: Ed. da UFF, 1999.

JARDIM, J.M. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: Ed da UFF, 1999

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

JENKINSON, H. *Selected writings of Sir Hilary Jenkinson*. Gloucester: Alan Sutton, 1980.

_____. *A manual of archive administration: including the problems of war archives and archive making*. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

KETELAAR, E. Archivist research saving the profession. *American Archivist*. n.63, p. 322-40, Fall 2000.

KETELAAR, E. et all. Archival theory and the dutch manual. *Archivaria*, n.41, p.31-40, Spring. 2003

_____. Time future contained in time past: archival science in the 21st century. *Journal of the japan society for archival science*, v.1, p.20-35, 2004. Disponível em : <http://fketelaa.home.xs4all.nl/publication.html>. Acesso em: 1 de Julho de 2013

LAMB, K. W. Presidential address. *Canadian Historical Association*, Report, 1958.

_____. The Fine Art of Destruction. In: Albert Hollaender, *Essays in Memory of Sir Hilary Jenkinson*. Chicago:SAA, 1962

_____. The archivist and the historian. *The American Historical Review*, v. 68, No. 2 pp. 385-391, 1963

_____. The changing role of the archivist. *American Archivist*, v.29, n1. p.1-8, 1966

_____. The modern archivist: formally trained or self-educated. *American Archivist*, v.21.n.2,p.175-185, 1968

LÓPEZ GOMES, P. La archivística española en la actualidad: sy evikycuib entre 1975 y 1995. In: GENERELO, Juan Jose; LÓPEZ, Angeles Moreno. *Historia de los Archivos e de la Archivística en España*. Valladolid: Ed. Universidad de Vallavolid, 1998. Cap. 8. p. 191-240.

_____. Archival science in Spain between 1975 and 2005 :a review. *Archival Science*, n.7, p. 254-287, 2007.

LOPES, L.C. A quadratura do círculo: a informação e algumas questões Arquivísticas brasileiras. *Ciência da informação*, Brasilia, v. 23, n. 3, p.359-69, 1994.

_____. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói/São Carlos: EdUFF, et EDUFSCar, 1996.

_____. *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Rio de Janeiro: APERJ, 1997.

_____. *A imagem e a sombra da Arquivística*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

MALDIDIER, D. Elementos para uma História da Análise do discurso na França. In: ORLANDI, In: ORLANDI, E.P. *Gestos de Leitura: da História no discurso*. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. Cap.1, p.15-28.

MALDIDER, D.; GUILHAUMOU, J. Efeitos de arquivo análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, E.P. *Gestos de Leitura: da História no discurso*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. Cap.8, p.163-83.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso* :(re)ler Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes,1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2005.

MARQUES, A.A.C. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. *Interloquções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399 f. Tese (Doutorado) - Programa De Pós-graduação Em Ciência da informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARTÍN-POZUELO, M. P. *La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia*. Madrid: ED. Universidad Carlos III, 1996

_____. Hacia la formalización de la Teoría archivista: el principio de procedencia. In: GENERELO, Juan Jose; LÓPEZ, Angeles Moreno. *Historia de los Archivos e de la Archivística en España*. Valladolid: Ed. Universidad de Valladolid, 1998. Cap. 3. p. 43-70.

_____. *En torno a una tradición archivística ibérica y sus consecuencias en el uso de los archivos*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 1., 2000, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Conarq, 2000. v. 1, p. 1 - 16. Disponível em:
<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/en_torno_a_uma_tradicao_archivstica_ibrica.pdf> Acesso em: 2 jan. 2014.

MILLAR, L. Discharging our debt: the evolution of the total archives concept in English Canada *Archivaria* n.46, p.103-46, Fall 1998.

_____. The death of the fonds and the resurrection of provenance: archival context in space and time, *Archivaria* v.53, spring, p.1-15, 2002
Moore, C. *The Loyalists: Revolution, Exile, Settlement* Toronto: University of Toronto Press, 1997

MINISTÉRIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE. *Modelo Conceptual de Descripción Archivística y Requisitos de Datos Básicos de las Descripciones de Documentos de Archivo, Agentes y Funciones*. Sevilla: Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística, 2012

NESMITH, T. Archives from the bottom up: social history and archival scholarship. *Archivaria*, v.14, p.5-26, Summer 1985.

_____. *Archivaria After Ten Years*. *Archivaria*, n.20, Summer 1985.

_____. Toward the Discipline of Archives. *Archivaria*, n.19, Winter 1984-85.

_____. The Archival Perspective. *Archivaria*, n.22, Summer 1986.

_____. Still Fuzzy, But More Accurate: Some Thoughts on the 'Ghosts' of Archival Theory, *Archivaria*, v.47, Spring, 1999.

_____. Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives *American Archivist* v.50, p 90-132, Spring/Summer, 2002.

_____. What's History Got to Do With It?: Reconsidering the Place of Historical Knowledge in Archival Work, *Archivaria*, 57 (Spring 2004).

_____. *The Foundation of ACA*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <thiagobarros@shaw.ca>. em: 10 jan. 2013.

_____. *Hugh Taylor contribution* [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <sean.vogel@gmail.com > em: 10 de janeiro de 2014

ORLANDI, E.P. (Org.). *Gestos de leitura: da História no discurso*. 2.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

_____. *Discurso e leitura*. 5. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

_____. P. A análise do discurso em suas diferentes tradições intelectuais: O Brasil. In: FERREIRA, M.C.L.; INDURSKY, F. (Org.). *Michel Pêcheux e Análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2007. Cap.5, p.75-88.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. A análise de discurso e seus entremeios: notas a sua História no Brasil. *Caderno de Estudos.Linguísticos*, n.42, p.21-40, jan./jun. 2002.

_____. Claude Lévi-Strauss, Michel Pêcheux e o estruturalismo. *ComCiência* v.108, p.1-3, 2009

ORMSBY, W. The public archives of Canada, 1948-1968. *Archivaria*, n.15, p.36-46, Winter 1982-83.

ORR, S.A. *Functional-based classification of records: is it functional?* 2005. 170 f. MA Thesis (Mestrado) – Master of Science in Records Management Course, Northumbria University, Newcastle, 2005.

PAVEL, T. *A miragem linguística*. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões e deslocamentos. Tradução José Horta Nunes. In: *Cadernos de estudos linguísticos*. n.19, Campinas/SP: IEL/UNICAMP, p.7-24, jul./dez.1990.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (Org.). *Gestos de leitura: da História no discurso*. Tradução Mariani, B. et al. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1994. p. 55-66.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b. p. 293-304.

_____. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997c, p. 311-318.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997d, p. 61-151.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997e, p.163-252.

_____. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. *Escritos*, n.4, p. 7-16, 1998a.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da Análise do discurso. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre:UFRGS, v.1, n.1, p.47-55, nov.1998b.

_____. *Discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2008

_____. O estranho espelho da análise do discurso. In: Courtine, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFScar, 2009

PHILLIPS, W. D.; PHILLIPS, C. R.. *A concise history of spain*. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

POSNER, E. et.al. In memoriam. *American Archivist*, v.33 n.2, 1970 p.190-202.

SMITH, W.I. “Introduction”, *archives: mirror of Canada past*. Toronto: University of Toronto Press, 1972. p. 9-10.

PUBLIC ARCHIVES OF CANADA, *Archives: Mirror of Canada Past* Toronto: Public Archives of Canada, 1972.

RANEY, T. As Canadian as Possible ... Under What Circumstances?: Public Opinion on National Identity in Canada Outside Quebec. *Journal of Canadian Studies/Revue d'Études canadiennes*, V.43, N.3, pp. 5-29, 2009.

RECOEUR, P. Estrutura e hermenêutica. In: LIMA, L. C. (org). *O estruturalismo de Levi-Strauss*. Petrópolis: Vozes, 1970.

RODRIGUES, J.H. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério de Justiça e Negócios Interiores, 1959.

RIBEIRO, F. *Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar*. In: ENCONTROS DO OUTONO – MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO – BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS, 4., Vila Nova de Famalicão, Casa das Artes, 2001. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10091.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2013.

ROMERO, R.M. La biblioteca de la Escuela Superior de Diplomática: la presencia de la Historia Antigua en la enseñanza española del siglo XIX a través de sus fondos *Gerión*. v.1 n.23, p.345-70, 2003.

ROBIN, R. *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1997.

THE ROYAL COMMISSION ON NATIONAL DEVELOPMENT IN THE ARTS, LETTERS, AND SCIENCES (Massey Commission), 1949-1951 Report, chapter ten "Archives," chapter twenty, pp. 335-45, "Public Records and Archives," and Appendix VIII, pp. 491-93.

SABOURIN, P. Constructing a functional-bases records classification system: business activity structure classification system. *Archivaria* v.51 p.137-154, 2001

SAGE, W. *Sir George Arthur and His Admin, of Upper Canada*. Toronto: Forgotten Books, 2012.

SÁNCHEZ BELDA, L. *Guía del Archivo Histórico Nacional*. Valencia: Tipografía Moderna, 1958.

SANTOS, P.R.E. *A Arquivística no laboratório: História, teoria e métodos de uma disciplina* 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCOTT, P. J. The Record Group Concept: A Case for Abandonment, *American Archivist*, v. 9, fall, p. 493-504. 1966

SCOTT, P. J. & Finlay G. Archives and administrative change: some methods and approaches, Part I, *Archives and Manuscripts* v. 7, no. 3 p.115-127;1978.

SCOTT, P.. J et all. Archives and administrative change: some methods and approaches Part 2, *Archives and Manuscripts* v 7, no, 4, p. 151-165, 1979

_____. Archives and administrative change: some methods and approaches Part 3, *Archives and Manuscripts* v 8, no. I, . p. 41-54. 1980a.

_____. Archives and administrative change: some methods and approaches Part 4, *Archives and Manuscripts* v. 8, no. 2, , pp. 51-69. 1980b,

_____. Archives and administrative change: some methods and approaches Part 5, *Archives and Manuscripts* v. 9, no. I, p. 3-15, 1981

SHEPHERD, E. & YEO, G. *Managing records: a handbook of principles and practice*. London: Facet, 2003.

SCHELLENBERG, T.R. European practices in arranging records. *National archives staff information circular*, n.5, 1939.

_____. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Tradução Nilza Teixeira Soares. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. *Modern Archives: principles & techniques*. Chicago: Society of American Archivists, 2003.

SHORE, M. (ed.) *The Contested Past: Reading Canada's History*. Selections from the Canadian Historical Review. Toronto: University of Toronto Press, 2002

SMITH, W.I. 'Total archives': The Canadian experience. *Archives et bibliothèques de Belgique*, v.57, n.1/2 (1986).

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. *Glossary of archival and records terminology*. Disponível em: <www.archivists.org/>. Acesso em: 10 jan. 2010.

SOUSA, R. T. B. .. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza L.. *Organização e Representação do Conhecimento*. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 240-269.

_____. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. *Arquivística.net*, v. 2, n. 2, p. 120-142, 2006

STAPLERTON, R. Jenkinson and Schellenberg: comparison, *Archivaria*. n.17, fall, p.65-85, 1983

SWIFT, M. D. The Canadian archival scene in the 1970s :current development and trends. *Archivaria* v.15, p.47-57, 1982-1983

TAMAYO, Alberto. *Archivística, diplomática y silografía*. Madrid: Catedra, 1996.

TAYLOR, H. The archivist, the letter, and the spirit. *Archivaria*, n.43, p.1-16, Spring 1997.

_____. Canadian archives: patterns from a federal perspective. *Archivaria*, v.1, n.2, Summer 1976.

_____. Chip monks at the gate: the impact of technology on archives, libraries and the user. *Archivaria*, n.33, Winter 1991-92.

_____. Documentary art and the role of the archivist. *American Archivist*, n.42, p. 417-28, Oct 1979.

_____. Information ecology and the archives of the 1980s. *Archivaria*, n.18, p. 25-37, Summer 1984.

_____. The media of record: archives in the wake of McLuhan," *Georgia Archive*, v.6, n.1, Spring 1978.

_____. My very act and deed: some reflections on the role of textual records in the conduct of affairs. *American Archivist*, v.51, n.4, p. 456-69, Fall 1988.

_____. Recycling the future: the archivist in the age of ecology. *Archivaria*, n.35, p. 203-13, Spring, 1993.

_____. Transformation in the archives: technological adjustment or paradigm shift? *Archivaria*, n.25, p.12-28, Winter 1987-88.

_____. Through the minefield. *Archivaria*, n.21, p.180-5, Winter 1985-86.

THOMAS, L. H. *The renaissance of Canadian history: a biography of A. L. Burt*. Toronto: Univeristy of Toronto Press, 1975

TORREBLANCA LÓPEZ, A. La Escuela Superior de Diplomática y la política archivística. In: GENERELO, Juan Jose; LÓPEZ, Angeles Moreno. *Historia de los Archivos e de la Archivística en España*. Valladolid: Ed. Universidad de Vallavolid, 1998. Cap. 4. p. 71-118.

TUSELL, Javler. *Spain: From dictatorship to democracy*. 4. ed. Oxford: John Wiely & Sons Ltd, 2011.

WEBER, B. L. Archival description standards: Concepts, principles and methodologies. *American Archivists*, v.55, fall, 1989

WILSON, I.E. Short and doughty: the cultural role of the public archives of Canada, 1904-1935. *The Canadian Archivist*, v.2, n.4, 1973.

_____. A noble dream: the origins of the public archives of Canada. *Archivaria*, n.15, p.4-25, Winter 1982-83.

_____. One of the Closest and Truest of Friends I Have Ever Had!: Mackenzie King, Arthur Doughty, and the Public Archives of Canada. In: ENGLISH, J. McLAUGHLIN, K.; LACKENBAUER, P.W. (eds.). *Mackenzie King: Citizenship and Community*. Toronto: Robin Brass Studio, 2002.

_____. In memoriam Dr. Wilfred I. Smith: an archival tribute. *Archivaria*, n.46, p.175-9, Fall 1998.

YAKEL, E. Archival Representation. *Archival Science*, n. 3, p. 1-25, 2003

_____. Who represents the past? Archives, records and social web. IN: COOK, Terry (ed). *Controlling the past: documenting society and institutions*. Chicago: Society of American Archivists, p. 257- 278, 2011

YEO,G. The conceptual fonds and the physical collection, *Archivaria*, v.73, spring, pp.43-80, 2012